

1993 PROJETO HISTÓRIA 10

projeto **HISTÓRIA** 10

Nº 10
Dezembro/93

REVISTA DO PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM HISTÓRIA
E DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

PUC/SP

ISSN 0102-4442

Proj. História	São Paulo	Nº 10	p.1 - 178	Dezembro/93
----------------	-----------	-------	-----------	-------------

PROJETO HISTÓRIA: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). São Paulo, SP - Brasil, 1981.

Publicação semestral a partir de 1985.

1981-1985, 0-4
1986, 5,6
1987, 7
1992, 8,9
1993, 10

ISSN 0102-4442

Projeto História

Editora

Maria Antonieta Antonacci

Conselho Editorial

Antonio Pedro Tota

Fernando Londoño

Marcia Mansor D'Alessio

Maria Antonieta Antonacci

Maria Izilda Matos

Maria de Lourdes Monaco Janotti

Yara Aun Khoury

Yvone Dias Avelino

Educ - Editora da PUC-SP

Direção

Maria do Carmo Guedes

Produção

Eveline Bouteiller Kavakama

Revisão

Berenice Haddad Aguerre

Editoração Eletrônica

Waldir Antonio Alves

Capa

Vista Produções Gráficas

Educ - Editora da PUC-SP

Rua Monte Alegre, 984. Caixa Postal 7982 - CEP 05014-001
Tel.: 873-3359 - PABX 263-0211 - R. 350 - São Paulo - SP

SUMÁRIO

Apresentação	5
TRADUÇÕES	
ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA: A PROBLEMÁTICA DOS LUGARES Pierre Nora. Tradução: Yara Aun Khoury	7
MITOBIOGRAFIA EM HISTÓRIA ORAL Luisa Passerini. Tradução: Maria Therezinha Janine Ribeiro	29
SONHOS UCRÔNICOS. MEMÓRIAS E POSSÍVEIS MUNDOS DOS TRABALHADORES Alessandro Portelli. Tradução: Maria Therezinha Janine Ribeiro.	41
ARTIGOS	
PRODUÇÃO ACADÊMICA DA PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA PUC-SP Maria de Lourdes Monaco Janotti e Marcia Mansor D'Alessio	59
CULTURA E HISTÓRIA SOCIAL: HISTORIOGRAFIA E PESQUISA Déa Ribeiro Fenelon.	73
HISTÓRIA, CULTURA E REPRESENTAÇÃO	91
AS PALAVRAS E OS HOMENS: ORATÓRIA, CRÔNICA E NOVELA NA SÃO PAULO DE 32 Elias Thomé Saliba.	103
HISTÓRIA EM CAMPO MINADO (SUBTERRÂNEOS DA VIOLÊNCIA) Antonio Torres Montenegro	115
ENTREVISTA	
MICHELLE PERROT. Entrevistada por Hermetes Reis de Araújo	125
PESQUISAS	
HISTÓRIA SOCIAL DA SAÚDE, DA DOENÇA E DA MORTE E SUAS REPRESENTAÇÕES NA CIDADE DE SÃO PAULO (1830-1940) Yvone Dias Avelino	139
TRABALHO, CULTURA, EDUCAÇÃO: ESCOLA NOVA E CINEMA EDUCATIVO NOS ANOS 1920/1930 Maria Antonieta Antonacci	147
RESENHAS	
CULTURA E CIDADE EM <i>AS CIDADES INVISÍVEIS</i> Eliane Ordunha Coelho	167
O COTIDIANO E O EXTRAORDINÁRIO EM <i>A MORTE É UMA FESTA</i> Raimundo Donato de Prado Ribeiro	171
LINGUAGEM LITERÁRIA E HISTÓRIA EM <i>O CAMPO E A CIDADE: NA HISTÓRIA E NA LITERATURA</i> Carlos Alberto Alves de Souza	175

APRESENTAÇÃO

Produzir registros é, para historiadores formados no corpo a corpo com o diálogo e as evidências de sujeitos sociais deste e de outros tempos/espacos, questão de necessidade e de compromisso social. Assim, quando da redefinição de nossas linhas de pesquisa em direção à História e Cultura, colocou-se o imperativo de registrar na Revista Projeto História ângulos dessa trajetória, subjacente à intenção de torná-la um meio de comunicação mais sensível às demandas do atual perfil das pesquisas em andamento.

O interesse pelo estudo da cultura advém de reflexões da prática de ensino/pesquisa em torno da História Social, a partir de recortes sobre lutas históricas, a respeito da organização do trabalho, sobre diferentes formas de lutas sociais urbanas, sobre constituição/reconstituição de poderes e saberes, assim como sobre construção da memória e das representações nas suas múltiplas interferências nas estratégias dos grupos sociais.

Definindo nestes termos as temáticas em torno de Cultura e Trabalho, Cultura e Cidade, Cultura e Representação, pretendemos contemplar recortes, abordagens e suportes documentais que deem conta da dinâmica das práticas sociais e das questões historiográficas recentemente colocadas, quanto acompanhem nossos alunos, que, egressos de diferentes movimentos sociais e experiências profissionais, instigam este repensar e refazer de caminhos de ensino e pesquisa histórica.

Nossa intenção é que a Revista expresse esta ênfase que estamos dando à cultura, entendida como sistemas de valores, crenças, hábitos, tradições, no contexto dos quais os sujeitos históricos experimentam suas relações sociais e atribuem significado a suas ações, considerações e expressões. Que se concretize como um canal a mais no sentido de enfrentar os silêncios em relação a reflexões sobre modos de vida global, apreendidos como modos de luta, já que sempre conflitantes e contraditórios.

Como da intenção à realização intermeiam-se os possíveis, o que conseguimos publicar, no sentido de tornar público e disponível a um campo mais ampliado de interlocutores, foram instantâneos desta trajetória. A empreitada continua aberta a espera de outras tentativas, sujeita a outros números do Projeto História ou a outros meios de divulgação, mesmo porque as linhas de pesquisa estão em construção e a história continua.

Maria Antonieta Antonacci
Editora

TRADUÇÕES

ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA*

A problemática dos lugares

Pierre Nora**

Tradução: Yara Aun Khoury***

I. O fim da história-memória

Accleração da história. Para além da metáfora, é preciso ter a noção do que a expressão significa: uma oscilação cada vez mais rápida de um passado definitivamente morto, a percepção global de qualquer coisa como desaparecida - uma ruptura de equilíbrio. O arrancar do que ainda sobrou de vivido no calor da tradição, no mutismo do costume, na repetição do ancestral, sob o impulso de um sentimento histórico profundo. A ascensão à consciência de si mesmo sob o signo do terminado, o fim de alguma coisa desde sempre começada. Fala-se tanto de memória porque ela não existe mais.

A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da nossa história. Momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação. O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. Há locais de memória porque não há mais meios de memória.

Pensemos nessa mutilação sem retorno que representou o fim dos camponeses, esta coletividade-memória por excelência cuja voga como objeto da história coincidiu com o apogeu do crescimento industrial. Esse desmoronamento central de nossa

* In: *Les lieux de mémoire. I La République*, Paris, Gallimard, 1984, pp. XVIII - XLII. Tradução autorizada pelo Editor. © Editions Gallimard 1984.

** Diretor de estudos na "Ecole de Hautes Etudes en Sciences Sociales".

*** Departamento de História, PUC-SP.

memória só é, no entanto, um exemplo. É o mundo inteiro que entrou na dança, pelo fenômeno bem conhecido da mundialização, da democratização, da massificação, da mediatização. Na periferia, a independência das novas nações conduziu para a historicidade as sociedades já despertadas de seu sono etnológico pela violência colonial. E pelo mesmo movimento de descolonização interior, todas as etnias, grupos, famílias, com forte bagagem de memória e fraca bagagem histórica. Fim das sociedades-memória, como todas aquelas que asseguravam a conservação e a transmissão dos valores, igreja ou escola, família ou Estado. Fim das ideologias-memórias, como todas aquelas que asseguravam a passagem regular do passado para o futuro, ou indicavam o que se deveria reter do passado para preparar o futuro; quer se trate da reação, do progresso ou mesmo da revolução. Ainda mais: é o modo mesmo da percepção histórica que, com a ajuda da mídia, dilatou-se prodigiosamente, substituindo uma memória voltada para a herança de sua própria intimidade pela película efêmera da atualidade.

Aceleração: o que o fenômeno acaba de nos revelar bruscamente, é toda a distância entre a memória verdadeira, social, intocada, aquela cujas sociedades ditas primitivas, ou arcaicas, representaram o modelo e guardaram consigo o segredo - e a história que é o que nossas sociedades condenadas ao esquecimento fazem do passado, porque levadas pela mudança. Entre uma memória integrada, ditatorial e inconsciente de si mesma, organizadora e toda-poderosa, espontaneamente atualizadora, uma memória sem passado que reconduz eternamente a herança, conduzindo o antigamente dos ancestrais ao tempo indiferenciado dos heróis, das origens e do mito - e a nossa, que só é história, vestígio e trilha. Distância que só se aprofundou à medida em que os homens foram reconhecendo como seu um poder e mesmo um dever de mudança, sobretudo a partir dos tempos modernos. Distância que chega hoje num ponto convulsivo.

Esse arrancar da memória sob o impulso conquistador e erradicador da história tem como que um efeito de revelação: a ruptura de um elo de identidade muito antigo, no fim daquilo que vivíamos como uma evidência: a adequação da história e da memória. O fato que só exista uma palavra em francês para designar a história vivida e a operação intelectual que a torna inteligível (o que os alemães distinguem por *Geschichte* e *Historie*), enfermidade de linguagem muitas vezes salientada, fornece aqui sua profunda verdade: o movimento que nos transporta é da mesma natureza que aquele que o representa para nós. Se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares. Não haveria lugares porque não haveria memória transportada pela história. Cada gesto, até o mais cotidiano, seria vivido como uma repetição religiosa daquilo que sempre se fez, numa identificação

carnal do ato e do sentido. Desde que haja rastro, distância, mediação, não estamos mais dentro da verdadeira memória, mas dentro da história. Pensemos nos judeus, confinados na fidelidade cotidiana ao ritual da tradição. Sua constituição em "povo da memória" excluía uma preocupação com a história, até que sua abertura para o mundo moderno lhes impôs a necessidade de historiadores.

Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam: ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo.

No coração da história trabalha um criticismo destrutor de memória espontânea. A memória é sempre suspeita para a história, cuja verdadeira missão é destruí-la e a repelir. A história é deslegitimação do passado vivido. No horizonte das sociedades de história, nos limites de um mundo completamente historicizado, haveria dessacralização última e definitiva. O movimento da história, a ambição histórica não são a exaltação do que verdadeiramente aconteceu, mas sua anulação. Sem dúvida um criticismo generalizado conservaria museus, medalhas e monumentos, isto é, o arsenal necessário ao seu próprio trabalho, mas esvaziando-os daquilo que, a nosso ver, os faz lugares de memória. Uma sociedade que vivesse integralmente sob o signo da história não conheceria, afinal, mais do que uma sociedade tradicional, lugares onde ancorar sua memória.

Um dos sinais mais tangíveis desse arrancar da história da memória é, talvez, o início de uma história da história, o despertar recente, na França, de uma consciência historiográfica. A história e, mais precisamente, aquela do desenvolvimento nacional, constituiu a mais forte de nossas tradições coletivas; nosso meio de memória, por excelência. Dos cronistas da Idade Média aos historiadores contemporâneos da história "total", toda a tradição histórica desenvolveu-se como exercício regulado da memória e seu aprofundamento espontâneo, a reconstituição de um passado sem lacuna e sem falha. Nenhum dos grandes historiadores, desde Froissart, tinha, sem dúvida, o sentimento de só representar uma memória particular. Comynes não tinha consciência de recolher só uma memória dinástica, La Popelinière uma memória francesa, Bossuet uma memória monárquica e cristã, Voltaire a memória dos progressos do gênero humano, Michelet unicamente aquela do "povo" e Lavissee só a memória da nação. Muito pelo contrário, eles estavam imbuídos do sentimento que seu papel consistia estabelecer uma memória mais positiva do que as precedentes, mais globalizante e mais explicativa. O arsenal científico do qual a história foi dotada no século passado só serviu para reforçar poderosamente o estabelecimento crítico de uma memória verdadeira. Todos os grandes remanejamentos históricos consistiram em alargar o campo da memória coletiva.

Num país como a França, a história da história não pode ser uma operação inocente. Ela traduz a subversão interior de uma história-memória por uma história-crítica, e todos os historiadores pretenderam denunciar as mitologias mentirosas de seus predecessores. Mas alguma coisa fundamental se inicia quando a história começa a fazer sua própria história. O nascimento de uma preocupação historiográfica, é a história que se empenha em emboscar em si mesma o que não é ela própria, descobrindo-se como vítima da memória e fazendo um esforço para se livrar dela. Num país que não daria à história um papel diretor e formador da consciência nacional, a história da história não se encarregaria desse conteúdo polêmico. Nos Estados Unidos, por exemplo, país de memória plural e de contribuições múltiplas, a disciplina foi sempre praticada. As diferentes interpretações da Independência ou da guerra civil, apesar de suas implicações, por mais pesadas que sejam as tramas, não questionam a Tradição americana, seja porque, num certo sentido, ela não exista, ou não passe principalmente pela história. Ao contrário, na França a historiografia é iconoclasta e irreverente. Ela consiste em tomar para si os objetos melhor constituídos da tradição - uma batalha chave, como Bouvines, um manual canônico, como o pequeno Lavissee - para demonstrar o mecanismo e reconstituir ao máximo as condições de sua elaboração. É introduzir a dúvida no coração, a lâmina entre a árvore da memória e a casca da história. Fazer a historiografia da Revolução

Francesa, reconstituir seus mitos e suas interpretações, significa que nós não nos identificamos mais completamente com sua herança. Interrogar uma tradição, por mais venerável que ela seja, é não mais se reconhecer como seu único portador. Ora, não são unicamente os objetos mais sagrados de nossa tradição nacional que se propõe uma história da história; interrogando-se sobre seus meios materiais e conceituais, sobre os procedimentos de sua própria produção e as etapas sociais de sua difusão, sobre sua própria constituição em tradição, toda a história entrou em sua idade historiográfica, consumindo sua desidentificação com a memória. Uma memória que se tornou, ela mesma, objeto de uma história possível.

Houve um tempo em que, através da história e em torno da Nação, uma tradição de memória parecia ter achado sua cristalização na síntese da III República. Desde *Lettres sur l'histoire de France*, de Augustin Thierry (1827) até a *Histoire sincère de la nation française*, de Charles Seignobos, adotando uma larga cronologia. História, memória, Nação mantiveram, então, mais do que uma circulação natural: uma circularidade complementar, uma simbiose em todos os níveis, científico e pedagógico, teórico e prático. A definição nacional do presente chamava imperiosamente sua justificativa pela iluminação do passado. Presente fragilizado pelo traumatismo revolucionário que impunha uma reavaliação global do passado monárquico; fragilizado também pela derrota de 1870 que só tornava mais urgente, com relação à ciência alemã como ao instrutor alemão, o verdadeiro vencedor de Sadowa, o desenvolvimento de uma erudição documentária e da transmissão escolar da memória. Nada se equipara ao tom de responsabilidade nacional do historiador, meio padre, meio soldado: ele manifesta-se, por exemplo, no editorial do primeiro número da *Revue historique* (1876) onde Gabriel Monod podia legitimamente ver a "investigação científica, doravante lenta, coletiva e metódica" trabalhar de uma "maneira secreta e segura para a grandeza tanto da pátria quanto do gênero humano". Lendo-se um tal texto como cem outros semelhantes, pergunta-se como se pode acreditar na idéia que a história positivista não era cumulativa. Na perspectiva finalizada de uma constituição nacional, o político, o militar, o bibliográfico e o diplomático são, ao contrário, os pilares da continuidade. A derrota de Azincourt ou o punhal de Ravallac, o dia dos Dupes ou uma tal cláusula adicional dos tratados de Westphalia sobressaem de uma contabilidade escrupulosa. A erudição a mais aguda soma ou subtrai um detalhe ao capital da nação. Unidade poderosa desse espaço de memória: de nosso berço greco-romano ao império colonial da III República, não mais cesura do que entre a alta erudição que anexa ao patrimônio novas conquistas e o manual escolar que impõe a vulgata. História santa porque nação santa. É pela nação que nossa memória se manteve no sagrado.

Compreender porque a conjunção se desfez sob um novo impulso dessacralizante resultaria em mostrar como, na crise dos anos trinta, substituiu-se progressivamente a dupla Estado-Nação pela dupla Estado-Sociedade. E como, ao mesmo tempo, e por razões idênticas, a história, que se tinha tomado tradição de memória, se fez, de maneira espetacular na França, saber da sociedade sobre si mesma. Nesse sentido, ela pôde multiplicar, sem dúvida, os lances de projetores sobre memórias particulares e se transformar em laboratório das mentalidades do passado; mas liberando-se da identificação nacional, ela deixou de ser habitada por um sujeito portador e, no mesmo lance, ela perdeu sua vocação pedagógica na transmissão de valores: a crise da escola está aí para demonstrá-lo. A nação não é mais o quadro unitário que encerrava a consciência da coletividade. Sua definição não está mais em questão, e a paz, a prosperidade e sua redução de poder fizeram o resto; ela só está ameaçada pela ausência de ameaças. Com a emergência da sociedade no lugar e espaço da Nação, a legitimação pelo passado, portanto pela história, cedeu lugar à legitimação pelo futuro. O passado, só seria possível conhecê-lo e venerá-lo, e a Nação, servi-la; o futuro, é preciso prepará-lo. Os três termos recuperaram sua autonomia. A nação não é mais um combate, mas um dado; a história tornou-se uma ciência social; e a memória um fenômeno puramente privado. A nação-memória terá sido a última encarnação da história-memória.

O estudo dos lugares encontra-se, assim, na encruzilhada de dois movimentos que lhe dão, hoje na França, seu lugar e seu sentido: de um lado um movimento puramente historiográfico, o momento de um retorno reflexivo da história sobre si mesma; de outro lado, um movimento propriamente histórico, o fim de uma tradição de memória. O tempo dos lugares, é esse momento preciso onde desaparece um imenso capital que nós vivíamos na intimidade de uma memória, para só viver sob o olhar de uma história reconstituída. Aprofundamento decisivo do trabalho da história, por um lado, emergência de uma herança consolidada, por outro. Dinâmica interna do princípio crítico, esgotamento de nosso quadro histórico político e mental, suficientemente poderoso ainda para não nos deixar indiferentes, bem pouco consistente para só se impor por um retorno sobre seus mais evidentes símbolos. Os dois movimentos se combinam para nos remeter de uma só vez, e com o mesmo *elan*, aos instrumentos de base do trabalho histórico e aos objetos mais simbólicos de nossa memória: os Arquivos da mesma forma que as Três Cores, as bibliotecas, os dicionários e os museus com o mesmo atributo que as comemorações, as festas, o Panthéon ou o Arco do Triunfo; o dicionário Larousse e o muro dos Federados.

Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a

ignora. É a desritualização de nosso mundo que faz aparecer a noção. O que secreta, veste, estabelece, constrói, decreta, mantém pelo artifício e pela vontade uma coletividade fundamentalmente envolvida em sua transformação e sua renovação. Valorizando, por natureza, mais o novo do que o antigo, mais o jovem do que o velho, mais o futuro do que o passado. Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, são os marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões de eternidade. Dai o aspecto nostálgico desses empreendimentos de piedade, patéticos e glaciais. São os rituais de uma sociedade sem ritual; sacralizações passageiras numa sociedade que dessacraliza; fidelidades particulares de uma sociedade que aplaina os particularismos; diferenciações efetivas numa sociedade que nivela por princípio; sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos.

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria. São bastiões sobre os quais se escora. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tomariam lugares de memória. É este vai-e-vem que os constitui: momentos de história arrancados do movimento da história, mas que lhe são devolvidos. Não mais inteiramente a vida, nem mais inteiramente a morte, como as conchas na praia quando o mar se retira da memória viva.

A *Marselhesa* ou os monumentos aos mortos vivem, assim, essa vida ambígua, sovada do sentimento misto de pertencimento e de desprendimento. Em 1790, o 14 de julho já era e ainda não um lugar de memória. Em 1880, sua instituição em festa nacional em lugar de memória oficial, mas o espírito da República fazia dele um recurso verdadeiro. E hoje? A própria perda de nossa memória nacional viva nos impõe sobre ela um olhar que não é mais nem ingênuo, nem indiferente. Memória que nos pressiona e que já não é mais a nossa, entre a dessacralização rápida e a sacralização provisoriamente reconduzida. Apego visceral que nos mantém ainda devedores daquilo que nos engendrou, mas distanciamento histórico que nos obriga

a considerar com um olhar frio a herança e a inventariá-la. Lugares salvos de uma memória na qual não mais habitamos, semi-oficiais e institucionais, semi-afetivos e sentimentais; lugares de unanimidade sem unanimismo que não exprimem mais nem convicção militante nem participação apaixonada, mas onde palpita ainda algo de uma vida simbólica. Oscilação do memorial ao histórico, de um mundo onde se tinham ancestrais a um mundo da relação contingente com aquilo que nos engendrou, passagem de uma história totêmica para uma história crítica: é o momento dos lugares de memória. Não se celebra mais a nação, mas se estudam suas celebrações.

II. A memória tomada como história

Tudo o que é chamado hoje de memória não é, portanto, memória, mas já história. Tudo o que é chamado de clarão de memória é a finalização de seu desaparecimento no fogo da história. A necessidade de memória é uma necessidade da história.

Sem dúvida é impossível não se precisar dessa palavra. Aceitemos isso, mas com a consciência clara da diferença entre memória verdadeira, hoje abrigada no gesto e no hábito, nos ofícios onde se transmitem os saberes do silêncio, nos saberes do corpo, as memórias de impregnação e os saberes reflexos e a memória transformada por sua passagem em história, que é quase o contrário: voluntária e deliberada, vivida como um dever e não mais espontânea; psicológica, individual e subjetiva e não mais social, coletiva, globalizante. Da primeira, imediata, à segunda, indireta, o que aconteceu? Pode-se apreender o que aconteceu, no ponto de chegada da metamorfose contemporânea.

É, antes de tudo, uma memória, diferentemente da outra, arquivística. Ela se apoia inteiramente sobre o que há de mais preciso no traço, mais material no vestígio, mais concreto no registro, mais visível na imagem. O movimento que começou com a escrita termina na alta fidelidade e na fita magnética. Menos a memória é vivida do interior, mais ela tem necessidade de suportes exteriores e de referências tangíveis de uma existência que só vive através delas. Daí a obsessão pelo arquivo que marca o contemporâneo e que afeta, ao mesmo tempo, a preservação integral de todo o presente e a preservação integral de todo o passado. O sentimento de um desaparecimento rápido e definitivo combina-se à preocupação com o exato significado do presente e com a incerteza do futuro para dar ao mais modesto dos vestígios, ao mais humilde testemunho a dignidade virtual do memorável. Já não lamentamos o bastante, em nossos predecessores, a destruição

ou o desaparecimento daquilo que nos permitiria saber, para não cair na mesma recriminação por parte de nossos sucessores? A lembrança é passado completo em sua reconstituição a mais minuciosa. É uma memória registradora, que delega ao arquivo o cuidado de se lembrar por ela e desacelera os sinais onde ela se deposita, como a serpente sua pele morta. Colecionadores, eruditos e beneditinos consagravam-se antigamente à acumulação documentária, como marginais de uma sociedade que avançava sem eles e de uma história que era escrita sem eles. Pois a história-memória havia colocado esse tesouro no centro de seu trabalho erudito para difundir o resultado pelas mil etapas sociais de sua penetração. Hoje onde os historiadores se desprenderam do culto documental, toda a sociedade vive na religião conservadora e no produtivismo arquivístico. O que nós chamamos de memória é, de fato, a constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar, repertório insondável daquilo que poderíamos ter necessidade de nos lembrar. A “memória de papel” da qual falava Leibniz tornou-se uma instituição autônoma de museus, bibliotecas depósitos, centros de documentação, bancos de dados. Somente para os arquivos públicos, os especialistas avaliam que a revolução quantitativa, em algumas décadas, traduziu-se numa multiplicação por mil. Nenhuma época foi tão voluntariamente produtora de arquivos como a nossa, não somente pelo volume que a sociedade moderna espontaneamente produz, não somente pelos meios técnicos de reprodução e de conservação de que dispõe, mas pela superstição e pelo respeito ao vestígio. À medida em que desaparece a memória tradicional, nós nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do que foi, como se esse dossiê cada vez mais prolífero devesse se tornar prova em não se sabe que tribunal da história. O sagrado investiu-se no vestígio que é sua negação. Impossível de prejulgar aquilo de que se deverá lembrar. Daí a inibição em destruir, a constituição de tudo em arquivos, a dilatação indiferenciada do campo do memorável, o inchaço hipertrófico da função da memória, ligada ao próprio sentimento de sua perda e o reforço correlato de todas as instituições de memória. Uma estranha vira-volta operou-se entre os profissionais, a quem se reprovava antigamente a mania conservadora, e os produtores naturais de arquivos. São hoje as empresas privadas e as administrações públicas que engajam arquivistas com a recomendação de guardar tudo, quando os profissionais aprenderam que o essencial do ofício é a arte da destruição controlada.

Assim, a materialização da memória, em poucos anos, dilatou-se prodigiosamente, desacelerou-se, descentralizou-se, democratizou-se. Nos tempos clássicos, os três grandes produtores de arquivos reduziam-se às grandes famílias, à

Igreja e ao Estado. Quem não se crê autorizado hoje a consignar suas lembranças, a escrever suas Memórias, não somente os pequenos atores da história, como também os testemunhos desses atores, sua esposa e seu médico? Menos o testemunho é extraordinário, mais ele parece digno de ilustrar uma mentalidade média. A liquidação da memória foi soldada por uma vontade geral de registro. Numa geração, o museu imaginário do arquivo enriqueceu-se prodigiosamente. O ano do patrimônio, em 1980, forneceu um exemplo evidente, levando a nação até às fronteiras do incerto. Dez anos mais cedo, o Larousse de 1970 limitava ainda o patrimônio ao "bem que vem do pai ou da mãe". O "*Petit Robert*" de 1979 faz "da propriedade transmitida pelos ancestrais, o patrimônio cultural de um país". Passou-se, muito bruscamente, de uma concepção muito restritiva dos monumentos históricos, com a convenção sobre os sítios de 1972, a uma concepção que, teoricamente, não poderia deixar nada escapar.

Não somente tudo guardar, tudo conservar dos sinais indicativos de memória, mesmo sem se saber exatamente de que memória são indicadores. Mas produzir arquivo é o imperativo da época. Tem-se o exemplo perturbador com os arquivos da Segurança Social - soma documental sem equivalente, representando, hoje, trezentos quilômetros lineares, massa de memória bruta cujo inventário pelo computador permitiria, idealmente, ler tudo sobre o normal e sobre o patológico da sociedade, desde os regimes alimentares até os modos de vida, por regiões e por profissões; mas, ao mesmo tempo, massa cuja conservação, tanto quanto a exploração concebível demandariam escolhas drásticas e, portanto, impraticáveis. Arquive-se, arquive-se, sempre sobrar alguma coisa! Não é outro exemplo gritante, o resultado a que chega, de fato, a muito legítima preocupação das enquetes orais recentes? Há atualmente, somente na França, mais de trezentas equipes ocupadas com o recolhimento "destas vozes que vem do passado" (Philippe Joutard). Muito bem. Mas quando se pensa, por um instante, que aí se trata de arquivos de um gênero muito especial, cujo estabelecimento exige trinta e seis horas por uma hora de gravação e cuja utilização só pode ser pontual, pois que elas tiram seu sentido da audição integral, é impossível não se indagar sobre as possibilidades de sua exploração. Que vontade de memória elas testemunham, a dos entrevistados ou a dos entrevistadores? O arquivo muda de sentido e de "status" simplesmente por seu peso. Ele não é mais o saldo mais ou menos intencional de uma memória vivida, mas a secreção voluntária e organizada de uma memória perdida. Ele dubla o vivido, que se desenvolve, muitas vezes, em função de seu próprio registro - as atualidades são feitas de outra coisa? -, de uma memória secundária, de uma memória - prótese. A pro-

indefinida do arquivo é o efeito aguçado de uma nova consciência, a mais clara expressão do terrorismo da memória historicizada.

É que esta memória nos vem do exterior e nós a interiorizamos como uma obrigação individual, pois que ela não é mais uma prática social.

A passagem da memória para a história obrigou cada grupo a redefinir sua identidade pela revitalização de sua própria história. O dever de memória faz de cada um o historiador de si mesmo. O imperativo da história ultrapassou muito, assim, o círculo dos historiadores profissionais. Não são somente os antigos marginalizados da história oficial que são obsecados pela necessidade de recuperar seu passado enterrado. Todos os corpos constituídos, intelectuais ou não, sábios ou não, apesar das etnias e das minorias sociais, sentem a necessidade de ir em busca de sua própria constituição, de encontrar suas origens. Não há mais nenhuma família na qual pelo menos um membro não se tenha recentemente lançado à reconstituição mais completa possível das existências furtivas de onde a sua emergiu. O crescimento das pesquisas genealógicas é um fenômeno recente e maciço: o relatório anual dos Arquivos nacionais o cifra em 43% em 1982 (contra 38% da frequência universitária). Fato surpreendente: não devemos a historiadores profissionais as histórias mais significativas da biologia, da física, da medicina, ou da música, mas a biólogos, físicos, médicos e músicos. São os próprios educadores que tomaram em mãos a história da educação, a começar pela educação física, até o ensino da filosofia. Com o abalo dos saberes constituídos, cada disciplina se colocou o dever de verificar seus fundamentos pelo caminho retrospectivo de sua própria constituição. A sociologia parte em busca de seus pais fundadores, a etnologia, desde os cronistas do século XVI até os administradores coloniais se põe a explorar seu próprio passado. Até mesmo a crítica literária dedica-se a reconstituir a gênese de suas categorias e de sua tradição. A história toda positivista, mesmo a "chartista" no momento em que os historiadores a abandonaram, encontra nessa urgência e nessa necessidade uma difusão e uma penetração em profundidade que ela ainda não havia conhecido. O fim da história-memória multiplicou as memórias particulares que reclamam sua própria história.

Está dada a ordem de se lembrar, mas cabe a mim me lembrar e sou eu que me lembro. O preço da metamorfose histórica da memória foi a conversão definitiva à psicologia individual. Os dois fenômenos estão tão estreitamente ligados que não se pode impedir de salientar até sua exata coincidência cronológica. Não é no fim do século passado, quando se sentem os abalos decisivos dos equilíbrios tradicionais, particularmente o desabamento do mundo rural, que a memória faz sua aparição no centro da reflexão filosófica, com Bergson, no centro da personalidade psíquica.

com Freud, no centro da literatura autobiográfica, com Proust? A violação do que foi, para nós, a própria imagem da memória encarnada e a brusca emergência da memória no coração das identidades individuais são como as duas faces da mesma moeda, o começo do processo que explode hoje. Não devemos efetivamente a Freud e a Proust os dois lugares de memória íntimos e ao mesmo tempo universais que são a cena primitiva e a célebre pequena madalena? Deslocamento decisivo que se transfere da memória: do histórico ao psicológico, do social ao individual, do transmissivo ao subjetivo, da repetição à rememoração. Inaugura-se um novo regime de memória, questão daqui por diante privada. A psicologização integral da memória contemporânea levou a uma economia singularmente nova da identidade do eu, dos mecanismos da memória e da relação com o passado.

Porque a coerção da memória pesa definitivamente sobre o indivíduo e somente sobre o indivíduo, como sua revitalização possível repousa sobre sua relação pessoal com seu próprio passado. A atomização de uma memória geral em memória privada dá à lei da lembrança um intenso poder de coerção interior. Ela obriga cada um a se lembrar e a reencontrar o pertencimento, princípio e segredo da identidade. Esse pertencimento, em troca, o engaja inteiramente. Quando a memória não está mais em todo lugar, ela não estaria em lugar nenhum se uma consciência individual, numa decisão solitária, não decidisse dela se encarregar. Menos a memória é vivida coletivamente, mais ela tem necessidade de homens particulares que fazem de si mesmos homens-memória. É como uma voz interior que dissesse aos Corsos: "Você deve ser Corso", e ao Bretões: "É preciso ser Bretão!". Para compreender a força e o chamado deste desígnio, talvez fosse necessário voltar-se para a memória judaica, que conhece hoje, em tantos judeus desjudaizados, uma recente reativação. Nesta tradição que só tem como história sua própria memória, ser judeu, é se lembrar de ser judeu, mas esta lembrança irrefutável, uma vez interiorizada, o aprisiona cada vez mais. Memória de que? Em última instância, memória da memória. A psicologização da memória deu a cada um o sentimento que sua salvação dependeria, finalmente, do quitar uma dívida impossível.

Memória arquivo, memória dever, é preciso um terceiro traço para completar esse quadro de metamorfoses: memória-distância.

Porque nossa relação com o passado, ao menos do modo como ele se revela através das produções históricas as mais significativas, é completamente diferente daquela que se espera de uma memória. Não mais uma continuidade retrospectiva, mas o colocar a descontinuidade à luz do dia. Para a história-memória de antigamente, a verdadeira percepção do passado consistia em considerar que ele não era verdadeiramente passado. Um esforço de lembrança poderia ressuscitá-lo; o pre-

sente tomando-se, ele próprio, a sua maneira, um passado reconduzido, atualizado, conjurado enquanto presente por essa solda e por essa ancoragem. Sem dúvida, para que haja um sentimento do passado, é necessário que ocorra uma brecha entre o presente e o passado, que apareça um "antes" e um "depois". Mas trata-se menos de uma separação vivida no campo da diferença radical do que um intervalo vivido no modo da filiação a ser restabelecida. Os dois grandes temas de inteligibilidade da história, ao menos a partir dos Tempos modernos, progresso e decadência, ambos exprimiam bem esse culto da continuidade, a certeza de saber a quem e ao que devíamos o que somos. Onde a imposição da idéia das "origens", forma já profana da narrativa mitológica, mas que contribuía para dar a uma sociedade em via de laicização nacional seu sentido e sua necessidade do sagrado. Mais as origens eram grandes, mais elas nos engrandeciam. Porque venerávamos a nós mesmos através do passado. É esta relação que se quebrou. Da mesma forma que o futuro visível, previsível, manipulável, balizado, projeção do presente, tornou-se invisível, imprevisível, incontrolável; chegamos, simetricamente, da idéia de um passado visível a um passado invisível; de um passado coeso a um passado que vivemos como rompimento; de uma história que era procurada na continuidade de uma memória a uma memória que se projeta na descontinuidade de uma história. Não se falará mais de "origens", mas de "nascimento". O passado nos é dado como radicalmente outro, ele é esse mundo do qual estamos desligados para sempre. É colocando em evidência toda a extensão que dele nos separa que nossa memória confessa sua verdade, - como na operação que, de um golpe, a suprime.

Porque não se deveria crer que o sentimento da descontinuidade se satisfaz com o vago e o difuso da noite. Paradoxalmente, a distância exige a reaproximação que a conjura e lhe dá, ao mesmo tempo, sua vibração. Nunca se desejou de maneira tão sensual o peso da terra sobre as botas, a mão do Diabo do ano mil, e o fedor das cidades no século XVIII. Mas a alucinação artificial do passado só é precisamente concebível num regime de descontinuidade. Toda a dinâmica de nossa relação com o passado reside nesse jogo sutil do impenetrável e do abolido. No sentido inicial da palavra, trata-se de uma representação radicalmente diferente daquela trazida pela antiga ressurreição. Tão integral quanto ela se quis, a ressurreição implicava, com efeito, numa hierarquia da lembrança hábil em ajeitar as sombras e a luz para ordenar a perspectiva do passado sob o olhar de um presente finalizado. A perda de um princípio explicativo único precipitou-nos num universo fragmentado, ao mesmo tempo em que promoveu todo objeto, seja o mais humilde, o mais improvável, o mais inacessível, à dignidade do mistério histórico. Nós sabíamos, antigamente, de quem éramos filhos e hoje somos filhos de ninguém e

de todo mundo. Se ninguém sabe do que o passado é feito, uma inquieta incerteza transforma tudo em vestígio, indicio possível, suspeita de história com a qual contaminamos a inocência das coisas. Nossa percepção do passado é a apropriação veemente daquilo que sabemos não mais nos pertencer. Ela exige a acomodação precisa sobre um objeto perdido. A representação exclui o afresco, o fragmento, o quadro de conjunto; ela procede através de iluminação pontual, multiplicação de tomadas seletivas, amostras significativas. Memória intensamente retiniana e poderosamente televisual. Como não fazer a ligação, por exemplo, entre o famoso "retorno da narrativa" que pudemos notar nas mais recentes maneiras de se escrever a história e o poder total da imagem e do cinema na cultura contemporânea? Narrativa, na verdade, bem diferente da narrativa tradicional, fechada sobre si mesma e com seu recorte sincopado. Como não ligar o respeito escrupuloso pelo documento de arquivo - colocar a própria peça sob seus olhos -, o particular avanço da oralidade - citar os atores, fazer ouvir suas vozes -, à autenticidade do direto ao qual fomos habituados? Como não ver, nesse gosto pelo cotidiano no passado, o único meio de nos restituir a lentidão dos dias e o sabor das coisas? E nessas biografias de anônimos, o meio de nos levar a apreender que as massas não se formam de maneira massificada. Como não ler nessas bulas do passado que nos fornecem tantos estudos de micro-história, a vontade de igualar a história que reconstruímos à história que vivemos? Memória-espelho, dir-se-ia, se os espelhos não refletissem a própria imagem, quando ao contrário, é a diferença que procuramos aí descobrir; e no espetáculo dessa diferença, o brilhar repentino de uma identidade impossível de ser encontrada. Não mais uma gênese, mas o deciframento do que somos à luz do que não somos mais.

Esta alquimia do essencial contribui de maneira bizarra, para fazer o exercício da história, cujo impulso brutal em direção ao futuro deveria tender a nos proporcionar, o depositário dos segredos do presente. Aliás, a operação traumática realiza-se menos pela história do que pelo historiador. Estranho destino o seu. Seu papel era simples antigamente e seu lugar inscrito na sociedade: se fazer a palavra do passado e barqueiro do futuro. Nesse sentido, sua pessoa contava menos do que seu serviço; cabia-lhe ser apenas uma transparência erudita, um veículo de transmissão, um traço de união o mais leve possível entre a materialidade bruta da documentação e a inscrição na memória. Em última instância, uma ausência obsessiva de objetividade. Da explosão da história-memória emerge um novo personagem, pronto a confessar, diferentemente de seus predecessores, a ligação estreita, íntima e pessoal que ele mantém com seu sujeito. Ou melhor, a proclamá-lo, a aprofundá-lo e a fazer, não o obstáculo, mas a alavanca de sua compreensão. Porque esse sujeito deve tudo a

sua subjetividade, sua criação, sua recriação. É ele o instrumento do metabolismo, que dá sentido e vida a quem, em si e sem ele, não teria nem sentido nem vida. Imaginemos uma sociedade inteiramente absorvida pelo sentimento de sua própria historicidade; ela estaria impossibilitada de produzir historiadores. Vivendo integralmente sob o signo do futuro, ela se contentaria de processos de gravação automáticos de si mesma e se satisfaria com máquinas de se auto contabilizar, mandando de volta para um futuro indefinido a tarefa de se compreender a si mesma. Em contrapartida, nossa sociedade, certamente arrancada de sua memória pela amplitude de suas mudanças, mas ainda mais obcecada por se compreender historicamente, está condenada a fazer do historiador um personagem cada vez mais central, porque nele se opera aquilo de que ela gostaria mas não pode dispensar: o historiador é aquele que impede a história de ser somente história.

Da mesma forma que devemos à distância panorâmica o grande plano e ao estranhamento definitivo uma hiperveracidade artificial do passado, a mudança do modo de percepção reconduz obstinadamente o historiador aos objetos tradicionais dos quais ele se havia desviado, os usuais de nossa memória nacional. Vejam-nos novamente na soleira da casa natal, a velha morada nua, irreconhecível. Com os mesmos móveis de família, mas sob uma nova luz. Diante da mesma oficina, mas para uma outra obra. Na mesma peça, mas para um outro papel. A historiografia inevitavelmente ingressada em sua era epistemológica, fecha definitivamente a era da identidade, a memória inelutavelmente tragada pela história, não existe mais um homem-memória, em si mesmo, mas um lugar de memória.

III. Os lugares de memória, uma outra história

Os lugares de memória pertencem a dois domínios, que a tornam interessante, mas também complexa: simples e ambíguos, naturais e artificiais, imediatamente oferecidos à mais sensível experiência e, ao mesmo tempo, sobressaindo da mais abstrata elaboração.

São lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo

tempo o recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concentrada da lembrança. Os três aspectos coexistem sempre. Trata-se de um lugar de memória tão abstrato quanto a noção de geração? É material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante, ao mesmo tempo, a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vividos por um pequeno número uma maioria que deles não participou.

O que os constitui é um jogo da memória e da história, uma interação dos dois fatores que leva a sua sobredeterminação recíproca. Inicialmente, é preciso ter vontade de memória. Se o princípio dessa prioridade fosse abandonado, rapidamente derivar-se-ia de uma definição estreita, a mais rica em potencialidades, para uma definição possível, mais maleável, susceptível de admitir na categoria todo objeto digno de uma lembrança. Um pouco como as boas regras da crítica histórica de antigamente, que distinguiam sabiamente as “fontes diretas”, isto é, aquelas que uma sociedade voluntariamente produziu para serem reproduzidas como tal - uma lei, uma obra de arte, por exemplo - e a massa indefinida de “fontes indiretas”, isto é todos os testemunhos deixados por uma época sem duvidar de sua utilização futura pelos historiadores. Na falta dessa intenção de memória os lugares de memória serão lugares de história.

Em contrapartida, está claro que, se a história, o tempo, a mudança não intervissem, seria necessário se contentar com um simples histórico dos memoriais. Lugares portanto, mas lugares mixtos, híbridos e mutantes, intimamente enlaçados de vida e de morte, de tempo e de eternidade; numa espiral do coletivo e do individual, do prosaico e do sagrado, do imóvel e do móvel. Anéis de Moebius enrolados sobre si mesmos. Porque, se é verdade que a razão fundamental de ser de um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial para - o ouro é a única memória do dinheiro - prender o máximo de sentido num mínimo de sinais, é claro, e é isso que os torna apaixonantes: que os lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no salvado imprevisível de suas ramificações.

Dois exemplos, em registros diferentes. Veja-se o calendário revolucionário: se é lugar de memória, visto que, enquanto calendário, ele deveria fornecer os quadros *a priori* de toda memória possível e enquanto é revolucionário, ele se proporia, por sua nomenclatura e por sua simbologia, a “abrir um novo livro para a história” como ambiciosamente diz seu organizador, e “transportar inteiramente os franceses para si mesmos”, segundo um outro de seus relatores. E, nesse objetivo,

parar a história no momento da Revolução, indexando o futuro dos meses, dos dias, dos séculos, e dos anos sobre a imagem da epopéia revolucionária. Títulos já suficientes! O que, no entanto, o constitui ainda mais como lugar de memória, aos nossos olhos, é sua derrota em se tornar aquilo que quiseram seus fundadores. Estivéssemos, ainda hoje, vivendo sob seu ritmo, ele teria se nos tornado tão familiar, como um calendário gregoriano, que teria perdido sua virtude de lugar de memória. Ele teria se fundido à nossa paisagem memorial e só serviria para compatibilizar todos os outros lugares de memória imagináveis. Mas sua derrota não é total: datas-chaves, acontecimentos emergem para sempre a ele ligados, *Vendémiaire*, *Thermidor*, *Brumaire*. E os motivos de memória viram-se sobre si mesmos, duplicam-se em espelhos deformantes que são sua verdade. Nenhum lugar de memória escapa aos seus arabescos fundadores.

Tomemos, desta vez, o célebre caso *Tour de la France par deux enfants*: lugar de memória igualmente indiscutível, pois que, da mesma forma que o “Petit Lavis”, formou a memória de milhões de jovens Franceses, no tempo em que um ministro da instrução pública podia tirar seu relógio de seu bolso para declarar de manhã, às oito horas e cinco minutos: “Todas as nossas crianças passam os Alpes.” Lugar de memória, também, pois que inventário do que é preciso saber sobre a França, narração identificadora e viagem iniciadora. Mas as coisas se complicam: uma leitura atenta logo mostra que, desde o seu aparecimento, em 1877, *Le Tour* esteriotipa uma França que não existe mais e que, nesse ano do 16 de maio, que vê a solidificação da República, tira sua sedução de um sutil encantamento pelo passado. Livro para crianças cujo sucesso se deve, em parte, à memória dos adultos, como sempre. Eis para o montante da memória, e para o seu jusante? Trinta e cinco anos após sua publicação, quando a obra ainda reina às vésperas da guerra, ela é certamente lida como chamada, tradição já nostálgica: prova disso, apesar de seu remanejamento e de sua atualização, a edição antiga parece vender melhor do que a nova. Depois o livro fica mais raro, só é utilizado nos meios residuais, no fundo de campos distantes; ele é esquecido. *Le Tour de la France* torna-se aos poucos raridade, tesouro de sótão, ou documento para os historiadores. Ele deixa a memória coletiva para entrar na memória histórica, depois na memória pedagógica. Para o seu centenário, em 1977, no momento em que *Le Cheval d'Orgueil* alcança um milhão de exemplares e quando a França giscardiana e industrial, mas já atingida pela crise econômica, descobre sua memória oral e suas raízes camponesas, ele é reimpresso, e *Le Tour* entra novamente na memória coletiva, não a mesma, enquanto espera novos esquecimentos e novas reencarnações. O que patenteia essa vedete dos lugares da memória, sua

intenção inicial ou o retorno sem fim dos ciclos de sua memória? Evidentemente os dois: todos os lugares de memória são objetos no abismo.

Esse mesmo princípio de duplo pertencimento que permite operar, na multiplicidade dos lugares, uma hierarquia, uma delimitação de seu campo, um repertório de suas escalas. Se vemos efetivamente as grandes categorias de objetos que sobressaem do gênero - tudo o que vem do culto dos mortos, tudo que sobressai do patrimônio, tudo o que administra a presença do passado no presente -, está portanto claro que alguns, que não entram na estrita definição, podem isso pretender e que, inversamente, muitos, a maior parte mesmo daqueles que dele fazem parte por princípio, devem, de fato ser excluídos. O que constitui certos sítios pré-históricos, geográficos ou arqueológicos em lugares, e mesmo em lugares de destaque, é muitas vezes o que deveria precisamente lhes ser proibido, a ausência absoluta de vontade de memória, compensada pelo peso esmagador de que o tempo, a ciência, o sonho e a memória dos homens os carregou. Em contrapartida, qualquer limite que tem a mesma importância que o Rhin, ou o "Finistère", esse "fim de terra", as quais as célebres páginas de Michelet, por exemplo, deram seus títulos de nobreza. Toda constituição, todo tratado diplomático são lugares de memória, mas a constituição de 1793, não da mesma forma que a de 1791, com a Declaração dos direitos do homem, lugar fundador de memória; e a paz de Nimêgue, não da mesma forma que as duas extremidades da história da Europa, a divisão de Verdun e a conferência de Yalta.

Na mistura, é a memória que dita e a história que escreve. É por isso que dois domínios merecem que nos detenhamos, os acontecimentos e os livros de história, porque, não sendo mistos de memória e história, mas os instrumentos, por excelência, da memória em história, permitem delimitar nitidamente o domínio. Toda grande obra histórica e o próprio gênero histórico não são uma forma de lugar da memória? Todo grande acontecimento e a própria noção de acontecimento não são, por definição, lugares de memória? As duas questões exigem uma resposta precisa.

Entre os livros de história são unicamente lugares de memória aqueles que se fundam num remanejamento efetivo da memória ou que constituem os brevíários pedagógicos. Os grandes momentos de fixação de uma nova memória histórica não são tão numerosos na França. No século XIII, as *Grandes Chroniques de France* condensam a memória dinástica e estabelecem o modelo de vários séculos de trabalho histórico. É, no século XVI, durante as guerras de religião, a escola dita da "história perfeita" destrói a lenda das origens troianas da monarquia e restabelece a antiguidade gaulesa: as *Recherches de la France*, de Etienne Pasquier (1599), constituem, na própria modernidade do título, uma ilustração emblemática. A ilus-

tração do fim da Restauração introduz bruscamente a concepção moderna de história: as *Lettres sur l'histoire de France*, de Augustin Thierry (1820) constituindo o início e sua publicação definitiva em volume, em 1827 coincidindo, próximo de alguns meses, com o verdadeiro primeiro livro de um ilustre debutante, o *Précis d'histoire moderne* de Michelet, e o começo do curso de Guizot sobre "a história da civilização da Europa e da França". Enfim, a história nacional positiva cuja *Revue historique* representa o manifesto (1876) e cuja *Histoire de France* de Lavisce, em vinte e sete volumes, constitui o monumento. O mesmo as memórias que, por seu próprio nome, poderiam parecer lugares de memória; ou mesmo as autobiografias ou os jornais íntimos. As *Mémoires d'outre-tombe*, a *Vie de Henry Brulard*, ou o *Journal d'Amiel* são lugares de memória, não porque são melhores ou maiores, mas porque eles complicam o simples exercício da memória com um jogo de interrogação sobre a própria memória. Pode-se dizer o mesmo das Memórias de homens de Estado. De Sully a de Gaulle, do *Testament* de Richelieu ao *Mémorial de Sainte-Hélène* e ao *Journal* de Poincaré, independentemente do valor desigual dos textos, o gênero tem suas constantes e suas especificidades: implica num saber de outras Memórias, num desdobramento do homem de escrita e do homem de ação, na identificação de um discurso individual com outro coletivo e na inserção de uma razão particular numa razão de Estado: tantos motivos que obrigam, num panorama da memória nacional, a considerá-los como lugares.

E os grandes acontecimentos? Somente dois tipos dentre eles são relevantes, que não dependem, em nada, de seu tamanho. De um lado os acontecimentos, por vezes ínfimos, apenas notados no momento, mas aos quais, em contraste, o futuro retrospectivamente conferiu a grandiosidade das origens, a solenidade das rupturas inaugurais. De outro lado, os acontecimentos onde, no limite, nada acontece, mas que são imediatamente carregados de um sentido simbólico e que são eles próprios, no instante de seu desenvolvimento, sua própria comemoração antecipada; a história contemporânea, interposta pela mídia, multiplicando todos os dias tentativas de natimortos. De um lado, por exemplo, a eleição de Hugo Capeto, incidente sem destaque mas ao qual uma posteridade de dez séculos terminada no cadafalço atribui um peso que ele não tinha na origem. De outro lado, o vagão de Rethondes, o apertar a mão de Montoire ou a descida dos Champs Elysées na Liberação. O acontecimento fundador ou o acontecimento espetáculo. Mas em nenhum caso o próprio acontecimento; admiti-lo dentro da noção significaria negar a especificidade. É, ao contrário, sua exclusão que a delimita: a memória pendura-se em lugares, como a história em acontecimentos.

Nada impede, em contrapartida, no interior do campo, que se imaginem todas as distribuições possíveis e todas as classificações necessárias. Desde os lugares mais naturais, oferecidos pela experiência concreta, como os cemitérios, os museus, e os aniversários, até os lugares mais intelectualmente elaborados, dos quais ninguém se privará: não somente a noção de geração, já evocada, de linhagem, de "região-memória", mas aquela de "partilhas", sobre as quais estão fundadas todas as percepções do espaço francês, ou as de "paisagem como pintura", imediatamente inteligível, se pensamos particularmente em Corot ou em *Sainte-Victoire* de Cézanne. Se insistimos sobre o aspecto material dos lugares, eles próprios se dispõem num vasto degradê. Veja-se, primeiro, os portáteis, não os menos importantes visto que o povo da memória dá um exemplo maior com as tábuas da lei: veja-se o topográfico, que devem tudo a sua localização exata e a seu enraizamento ao solo: assim, por exemplo, todos os lugares turísticos, assim a Biblioteca nacional tão ligada ao hotel Mazarin quanto os Arquivos nacionais ao hotel Soubise. Veja-se os lugares monumentais, que não saberíamos confundir com os lugares arquiteturais. Os primeiros, estátuas ou monumentos aos mortos, conservam seu significado em sua existência intrínseca; mesmo se sua localização está longe de ser indiferente, uma outra encontraria sua justificação sem alterar a deles. O mesmo não acontece com os conjuntos construídos pelo tempo, e que tiram sua significação das relações complexas entre seus elementos: espelhos do mundo ou de uma época, como a catedral de Chartres ou o palácio de Versalhes.

Apegar-nos-emos, ao contrário à dominante funcional? Desdobrar-se-á o leque dos lugares nitidamente consagrados à manutenção de uma experiência intransmissível e que desaparecem com aqueles que o viveram, como as associações de antigos combatentes, aqueles cuja razão de ser, também passageira, é de ordem pedagógica, como os manuais, os dicionários, os testamentos ou os "livros de razão" que, na época clássica, os chefes de família redigiam para o uso de seus descendentes. Seremos nós, enfim, mais sensíveis ao componente simbólico? Opremos, por exemplo, os lugares dominantes aos lugares dominados. Os primeiros, espetaculares e triunfantes, imponentes e geralmente impostos, quer por uma autoridade nacional, quer por um corpo constituído, mas sempre de cima, tem, muitas vezes a frieza ou a solenidade das cerimônias oficiais. Mais nos deixamos levar do que vamos a eles. Os segundos são os lugares refúgio, o santuário das fidelidades espontâneas e das peregrinações do silêncio. É o coração vivo da memória. De um lado o Sacré-Coeur, de outro, a peregrinação popular a Lourdes; de um lado, os funerais nacionais de Paul Valéry, de outro, o enterro de Jean-Paul Sartre; de um lado a cerimônia fúnebre de De Gaulle em Notre Dame, de outro, o cemitério de Colombey.

Poderíamos refinar infinitamente as classificações. Opor os lugares públicos aos lugares privados, os lugares de memória puros, que esgotam inteiramente sua função comemorativa - como os elogios fúnebres, Douaumont ou o muro dos Federados -, e aqueles cuja dimensão de memória é uma só entre o feixe de suas significações simbólicas, bandeira nacional, circuito de festa, peregrinações, etc. O interesse desse esboço de tipologia não está nem em seu rigor nem em sua exaustão. Nem mesmo em sua riqueza evocadora. Mas no fato que ela seja possível. Ela mostra que um fio invisível liga objetos sem uma relação evidente, e que a reunião sob o mesmo chefe do Père-Lachaise e da Estatística geral da França não é o encontro surrealista do guarda chuva e do ferro de passar. Há uma rede articulada dessas identidades diferentes, uma organização inconsciente da memória coletiva que nos cabe tornar consciente de si mesma. Os lugares são nosso momento de história nacional.

Uma característica simples, mas decisiva, os coloca radicalmente a parte de todos os tipos de história, antigos e novos, aos quais estamos habituados. Todas as aproximações históricas e científicas da memória, sejam elas dirigidas a da nação ou a das mentalidades sociais, tinham a ver com a *realia*, com as próprias coisas cuja realidade em sua maior vivacidade elas se esforçavam por apreender. Diferentemente de todos os objetos da história, os lugares de memória não tem referentes na realidade. Ou melhor, eles são, eles mesmos, seu próprio referente, sinais que devolvem a si mesmos, sinais em estado puro. Não que não tenham conteúdo, presença física ou história; ao contrário. Mas o que os faz lugares de memória é aquilo pelo que, exatamente, eles escapam da história. *Templum*: recorte no indeterminado do profano - espaço ou tempo, espaço e tempo - de um círculo no interior do qual tudo conta, tudo simboliza, tudo significa. Nesse sentido, o lugar de memória é um lugar duplo; um lugar de excesso, fechado sobre si mesmo, fechado sobre sua identidade, e recolhido sobre seu nome, mas constantemente aberto sobre a extensão de suas significações.

É o que faz sua história a mais banal e a menos comum. Assuntos evidentes, material o mais clássico, fontes disponíveis, os métodos menos sofisticados. Teríamos a impressão de retornar à história de anteontem. Mas trata-se de outra coisa. Esses objetos só são apreensíveis na empiria a mais imediata, mas o mecanismo, a trama está em outro lugar, inapto para se exprimir nas categorias da história tradicional. Crítica histórica tomada toda história crítica, e não somente de seus próprios instrumentos de trabalho. Despertada de si mesma para viver no segundo grau. História puramente transferencial que, como a guerra, é uma arte de execução, feita da felicidade frágil da relação com o objeto refrescado e do envolvimento do

historiador com seu sujeito. Uma história que só repousa, afinal das contas, sobre o que ela mobiliza, um laço firme, impalpável, apenas dizível, o que permanece em nós de apego carnal desenraizável a esses símbolos, no entanto, já murchos. Revivência de uma história à moda Michelet, que faz invencivelmente pensar nesse acordar do luto do amor do qual Proust falou tão bem, esse momento quando a influência obsessiva da paixão se levanta, enfim, mas quando a verdadeira tristeza é de não mais sofrer daquilo que nos fez tanto sofrer e que só passamos a compreender com as razões da cabeça e mais o irracional do coração.

Referência bem literária. Deve-se lamentá-la ou, ao contrário, justificá-la completamente? Ela a conserva uma vez mais da época. A memória, com efeito, só conheceu duas formas de legitimidade: histórica ou literária. Elas foram, aliás, exercidas paralelamente mas, até hoje, separadamente. A fronteira hoje desaparece e sobre a morte quase simultânea da história-memória e da história-ficção, nasce um tipo de história que deve seu prestígio e sua legitimidade à sua nova relação com o passado, um outro passado. A história é nosso imaginário de substituição. Renascimento do romance histórico, moda do documento personalizado, revitalização literária do drama histórico, sucesso da narrativa de história oral, como seriam explicados senão como a etapa da ficção enfraquecida? O interesse pelos lugares onde se ancora, se condensa e se exprime o capital esgotado de nossa memória coletiva ressalta dessa sensibilidade. História, profundidade de uma época arrancada de sua profundidade, romance verdadeiro de uma época sem romance verdadeiro. Memória, promovida ao centro da história: é o luto manifesto da literatura.

MITOBIOGRAFIA EM HISTÓRIA ORAL*

Luisa Passerini**

Tradução: Maria Therezinha Janine Ribeiro

À primeira vista, a relação entre mito e história parece ser a mais adequada para descrever o complexo espaço da história oral. São dois pólos, um mais voltado para o simbólico, o outro para o analítico, entre os quais a história oral se move continuamente. Contudo, quando um tende a se aprofundar, esta relação se destabiliza e os dois pólos parecem se aproximar. A expressão “mito e história” engloba um série enorme de significados, que obriga quem quiser falar a respeito a indicar quais os significados escolhidos em cada caso.

Inicialmente, lembremos que ambos os termos, em grego antigo, compartilhavam pelo menos um significado: *mythos* e *istoria* tinham em comum o sentido de discurso ou narração, embora cada um remetesse a implicações distintas. O primeiro, a empreendimento, trama, conto; o segundo, a busca, interrogação, exame.

É sabido que Tucídides, ao conceituar a história, faz uma distinção clara entre sua ciência, baseada em análises cuidadosas, e o *akoaí*, tradições orais, sempre conectadas com o reino do fabuloso, os *mythodes*. A posição de Tucídides é um exemplo daquele *escândalo* que Marcel Detienne considerou um componente decisivo da atitude ocidental em relação aos mitos. O problema, desde então, esteve em como lidar com esta sensação de escândalo e encontrar um lugar aceitável para os conteúdos que ela levantou. As fronteiras tão nítidas traçadas por Tucídides foram abaladas com frequência, mas raramente se viram negadas em sua própria essência.

Escândalo em que sentido? Escândalo da mente racional em confronto com o Outro, o divino ou o além, o sobrenatural ou o inexplicável. Em sua origem, os mitos, diferentemente da história, eram narrações que tentavam exprimir essas di-

* In: SAMUEL, Raphael e THOMPSON, Paul - *The myths we live by*. London and New York, Routledge, 1990.

** Professora de Metodologia de Pesquisa Histórica na Universidade de Turim. Texto produzido para o Sixty International Oral History Conference, Oxford, Sept. 1987. Tradução autorizada pelos editores.

mensões de um modo agradável. Mais agradável, segundo Platão, do que os *logos*, ferramenta da filosofia. Assim sendo, os mitos tinham um acesso próprio ao conhecimento do Ser, e isto era tão importante para Platão que ele se dispunha, se os mitos se desgastassem ou se mostrassem imorais, a propor outros, simultaneamente belos e corretos para a nova comunidade ideal de sua República. As coisas em Platão aparecem mais complicadas, no plano político, do que eram no esquema de Tucídides.

É a memória deste conteúdo transcendente que, mesmo hoje após longos processos de secularização, continua vagamente pressuposta quando falamos de mitos. Esse conteúdo emerge palidamente: o mito é, por definição, coletivo, compartilhado por muitas pessoas, supra-individual e inter-generacional, vencedor dos limites do tempo e do espaço. Ainda hoje, décadas após a morte de deus para a filosofia ocidental, o mito pretende ser um discurso que dispensa demonstração, bastando-lhe a própria evidência, um último remanescente da santidade após um longo eclipse do sagrado.

Tem havido sinais, ambíguos embora, de alguma volta ao sagrado. Mas, para as mentes contemporâneas, as relações que outrora foram expressas em termos da ligação entre a humanidade e Deus, entre a história e o mito, entre a busca e a revelação, passaram a se formular como relações entre níveis de compreensão ou consciência humana: os diferentes níveis de significação e sentido estudados pelos semiólogos, as diferenças apontadas pelos psicanalistas entre o consciente e o inconsciente, o aparente e o oculto, o patente e o latente. É ao longo das linhas propostas por estas disciplinas que a conexão e o contraste entre o mito e a história receberam novas definições. Podemos discernir pelo menos três definições possíveis de serem úteis à história oral.

A primeira é a do mito como expressão de alienação. Para Roland Barthes, isto constituía a essência do mito - num sentido duplo. Há a alienação de sua própria origem, a recusa do mito em reconhecer seu caráter histórico - de ser talvez antigo, mas não eterno. Para a história, a pretensão do mito ao eterno não passa de uma falsidade arrogante; e Barthes amplia essa acusação. O mito rouba os significados da linguagem, transforma-os em forma e através desta converte o tempo histórico em natureza e a contingência em eternidade. O resultado é uma falsa natureza que perdeu a memória: não quer se lembrada do trabalho de sua própria criação.

Há alienação também do seu conteúdo. Os mitos analisados por Barthes - de Greta Garbo e Brigitte Bardot ao vinho e leite, e o do filé com fritas - são formas intencionais de alienação, expressas preferencialmente em narrativas acrílicas. Poder-se-ia suspeitar que este tipo de mito conservou a possibilidade de relevar o Ser, mas o Ser atualmente tornou-se a negação do capitalismo tardio. Essa perspectiva

marxista em Barthes, neste caso, tem uma justificativa: quando escreveu *Mythologies*, nos anos 50, acreditava estar fazendo uma crítica da direita capitalista e escrevendo sob determinado ponto de vista político. Vinte anos mais tarde, Barthes declarou que a arrogância mudara de lado; partia agora da esquerda, a despeito de seus mitos serem pobres e pouco consistentes.

As idéias de Barthes me pareceram interessantes, ao tentar interpretar um conjunto de entrevistas, fruto de uma pesquisa realizada com trabalhadores da indústria automobilística em Coventry e Turim, trabalho coordenado por Paul Thompson e por mim. Do lado italiano, os testemunhos sempre se referem ao que eles mesmos denominam o "mito Fiat": a esperança de um emprego estável "mais seguro que o público", uma boa carreira, melhora tanto social quanto financeira.

Outros elementos a mais se combinam neste tema (seus mitemas, poder-se-ia dizer, ou mitologemas): a promessa de igualdade e abundância simbolizada pelo carro, sob duplo enfoque de produção e propriedade; o sentido de prestígio próprio atribuído a diferentes tipos de carros - diferenças que dizem respeito a transformações de características antigas, existentes apenas em marcas especiais com transformações culturais devidas a conteúdos reais - como a importância dada à produção de um Lancia, mais refinado, luxuoso, mais avançado tecnicamente do que um Fiat; e, finalmente, o carro como um símbolo de avanço e capacidade pessoais, algumas vezes ligado a um ponto de vista político progressista, como, por exemplo, o dos trabalhadores-fundadores da nova ordem de Gramsci, em oposição aos que antigamente não questionavam o paternalismo e a exploração.

Um mito masculino? Sim e dizendo respeito principalmente a homens nascidos antes de 1950. Isto é confirmado por uma análise feita por Edgar Morin, mostrando, que no que concerne ao consumo, o carro poder ser um símbolo de mulher-mãe-casa, gerando atitudes de cuidado ou aversão, tanto de excesso de decoração como de negligência. Em certos casos, é interessante notar como homens mais jovens e mulheres de diferentes idades podem partilhar do mito do carro, deixando-se influenciar ou reagindo contra ele.

Tentando estudar tudo isto e comparar as atitudes em relação a uma complexidade de imagens e sentimentos, em duas cidades e dois países diferentes, pode-se levantar algumas sugestões a partir da perspectiva de Barthes. Neste caso, uma história baseada em fontes orais reconheceria a presença de expressões de alienação e as trataria como se fossem mutilações de personalidade. A história não se uniria ao mito exaltando nostalgicamente um mundo de carros e operários da indústria automobilística.

Por outro lado, a história não pode assumir atitude polêmica e se lançar com força total contra o mito como se fosse um inimigo. Certamente, o mito exerceu uma função compensando a cultura de um certa classe de trabalhadores, reequilibrando sua identidade quando do processo de perda de habilidades que lhes eram atinentes, e de seu papel político. Até certo ponto, o mito teve igual aceitação por parte tanto de opressores como de oprimidos, de proprietários como de trabalhadores, e deu-lhes uma linguagem comum. A história oral pode ajudar avaliando os custos, as vantagens e a ambivalência desses fenômenos culturais.

Na verdade, a história pode esclarecer dúvidas apontadas pela semiologia dos anos 50 sobre os "mitos de hoje", mais perceptíveis agora que se tornaram "mitos de ontem". Estamos aptos, desde que vivemos em um época de desindustrialização, de historicizar o mito e seu impacto: descobrir suas origens, estudar suas trajetórias, analisar os sinais de seu fim. A história oral está particularmente bem situada para historicizar esse tipo de alienação, percebendo suas misturas positivas e negativas (por exemplo, os aspectos da emancipação ligados com a transformação de uma pequena empresa em uma grande indústria) e o relacionamento entre as condições materiais e o discurso sobre alienação.

A segunda perspectiva diz respeito ao mito como parte da história do imaginário. Evelyne Patlagean definiu o imaginário como "o campo de representações que vai além dos limites de experiência factual e das associações dedutivas a ela ligadas". O lugar do mito é evidente. Tal história, da forma mais simples, construiria um inventário de períodos e temas; mas, também mostraria como diferentes tipos de mitos se relacionam com contextos sócio-culturais e institucionais. O objetivo histórico mais ambicioso seria o estudo das mudanças no tempo, das fronteiras entre o imaginário e o real, como nós os conhecemos hoje: de como gerações de seres humanos têm contribuído para criar nossas próprias noções de realidade. Isto forneceria simultaneamente a compreensão de nossa própria cultura e a do passado.

Patlagean adverte-nos que tal objetivo envolve para o historiador uma "contradição insolúvel": seríamos capazes de traçar para nós mesmos a fronteira entre o real e o imaginário. Mas não nutriríamos mais a auto-segurança que levou Tucídides a separar o fabuloso do científico. Estamos conscientes de que alguns dos problemas envolvidos em tais definições têm algo a ver com uma "área limite, entre o inconsciente e sua emergência no nível cultural", e que esta questão envolve um embaralhar de cartas entre as ciências sócio-históricas e a psicanálise. Como o jogo acabará, não sabemos ainda. Certamente faremos parte deste jogo.

Penso ser tudo isto particularmente relevante para um tipo de história oral, na qual me encontro mais e mais envolvida, e que diz respeito a pessoas de minha própria geração e cultura. O hábito de entrevistar pessoas de mais idade da camada operária, em certa medida deixa como experiência - pelo menos foi o sucedido comigo - um número de relevantes aspectos metodológicos: a reação dos depoentes sobre as reproduções de suas falas - nossos contemporâneos cuidam e se preocupam muito com as transcrições e chegam a corrigi-las ou refazê-las; problemas mencionados quando se referem a outrém, de mudar nomes de lugares e de pessoas, se as entrevistas se destinarem a arquivos públicos; e especialmente a dificuldade de avaliar o sentido histórico de eventos recentes. Este último ponto inclui a questão da fronteira entre o imaginário e o real.

Darei agora meu próprio exemplo de pesquisa, quando colhi testemunhos orais de antigos componentes de organizações terroristas dos anos 70 e dos primeiros anos de 80, na Itália. No momento, uma grande pesquisa coletiva se encontra em andamento, incluindo terrorismo vermelho e negro, de esquerda e de direita. Mas, tratarei aqui somente do atinente a um seminário, que abrange mulheres de organizações de esquerda como a Brigada Vermelha e a Prima Linea (Linha de Frente). O seminário realizou-se em 1987, semanalmente, em duas sessões, uma na cadeia e a outra na Universidade em Turim, para mulheres que deixaram a prisão totalmente livres, após terem cumprido suas penas, ou sob palavra. Patrizia Guerra, Bianca Guidetti Serra e eu conduzimos o seminário.

Esta pesquisa foi resultado de um pedido feito pelas próprias mulheres, que conheciam nosso trabalho em história oral e nos escreveram sugerindo a coleta de suas reminiscências. Todas haviam abandonado suas antigas posições na medida em que reconheceram, enquanto detidas, suas responsabilidades pela violência, sem envolver nominalmente outras pessoas. A maioria nasceu em torno de 1950. Algumas delas têm mais de uma condenação perpétua. Outras são estudantes de nossa Universidade, promotora deste seminário. Obtivemos permissão especial do Ministério da Justiça para usar gravador.

O enfoque principal deste trabalho diz respeito naturalmente às relações entre seres humanos e, muito especialmente, entre mulheres. Ademais, as entrevistas não se deram da maneira habitual através do diálogo entre duas pessoas, mas sim de modo grupal (cada mulher, entretanto, responderia a apenas um entrevistador enquanto as demais permaneceria em silêncio durante o depoimento); as entrevistadas, elas próprias discutiram, analisaram e modificaram as entrevistas, após um período de "silêncio", em que adiantamos nossas observações sobre suas narrativas.

Não posso descrever aqui todas as dramáticas confrontações às quais o processo nos levou. Quero, também, ser muito cuidadosa ao falar sobre um seminário ainda não concluído. Mas um detalhe é relevante na presente discussão: a importância do mundo do imaginário - de sonhos, imagens, mitos, fantasias - na experiência das dez mulheres cujas histórias de vida recolhemos. Sem esse mundo tanto suas histórias de vida não teriam tido aquelas formas, aquele desenvolvimento ou aquelas conseqüências, como também, hoje, não seriam compreendidas.

O que entendo pelo imaginário aqui? A que mitos estou me referindo? Estou pensando sobre uma mistura de idéias e imagens, diferenciadas para cada indivíduo, mas caracterizadas pela recorrência de temas como: interpretação da resistência ao fascismo como um trabalho opressivamente clandestino e de luta armada; histórias heróicas de revolucionários em outros países e outras épocas; a lenda do herói ou heroína que deixa a casa para ajudar os oprimidos contra os opressores, mesmo quando aqueles não têm consciência da opressão; o ideal de uma pequena comunidade unida contra o mundo, ainda além da separação induzida pelo exílio e cadeia, mesmo além da morte; fábulas da lealdade de mães que não abandonam suas filhas derrotadas e estão prontas a sacrificar a vida por elas, em sustentá-las contra tudo.

Não estou dizendo que o imaginário explica porque estas mulheres escolheram os caminhos da violência política e do terrorismo. Não há evidência disto nas entrevistas. O que elas mostram é como o imaginário fê-las continuar na mesma trilha quando estava cada vez mais claro não haver esperanças para suas metas. Essas seriam inatingíveis, no geral, por se basearem em projetos fracos de uma revolução impossível, e, no particular quando se tornou claro que para elas sua prisão era uma questão de meses ou de semanas.

Paradoxalmente, o imaginário passou a desempenhar um papel cada vez maior à medida que a empreitada se tornava menos real. Isso não significa que os envolvidos fossem pessoas alucinadas ou delirantes, como os jornais disseram na época. Nas histórias que coletamos, as depoentes descreveram claramente sua opção por continuar enfrentando estas situações desesperadoras. Suas diferentes histórias e suas lembranças de discussões conjuntas contradizem a alegação de que se conscientizaram mais tarde. Fui levada a crer que estas pessoas persistiam contra o princípio da realidade porque compartilhavam um imaginário.

Aqueles da minha geração que estiveram politicamente envolvidos com a Nova Esquerda - e não somente nós, aceitávamos esta mesma visão do imaginário. Era a realidade que não conseguimos compartilhar: não a punhamos em prática. E mais tarde, nos anos 70, tornou-se evidente, para muitos de nós, que o imaginário levava

a caminhos "errados" contrariando a conexão essencial entre socialismo e democracia. Por ser anacrônico, isso era triste.

A aceitação do mito em determinado ponto pode se tornar um ato de cumplicidade consciente ou inconsciente. Derrotadas as suas expectativas de fazer história e criar um futuro ideal, estas mulheres buscaram um mundo imaginário comum para sustentar sua opção pela ação. Claramente o limite entre o imaginário e o real, do mesmo modo que entre o consciente e o inconsciente, é um problema crucial para a história contemporânea. Estas histórias de vida ajudam-nos a explicar tal situação.

A terceira relação entre mito e história é aquela de história vista como a realização de um mito mais geral, mas também arquetípico.

Cogitarei agora de uma outra forma área de pesquisa na qual estou também envolvida, sobre a geração de 1968. Este corpo documental conta com cerca de 60 histórias de vida, oriundas de entrevistas feitas com homens e mulheres que participaram do movimento estudantil na Itália.

Comentaristas contemporâneos, amigáveis ou hostis, destacaram um mito particular como decisivo na explosão do movimento. O filósofo conservador Del Noce acusou os estudantes revoltosos no verão de 1968 de "sustentarem o mito do novo a qualquer preço". Um ano mais tarde, o psicoterapeuta Mario Moreno publicou uma "análise fenomenológica" do movimento estudantil, de particular interesse para o nosso propósito. Ele é polêmico em relação ao reducionismo psicológico desse caráter de interpretações: "jovens *contestatori* são motivados pela hostilidade em relação à figura do pai". Ele não concorda que "eles estejam expostos, na situação cultural, à influência de um elemento do inconsciente coletivo". Da mais profunda camada, um arquetipo é ativado e emerge em nossa moderna cultura: é o mito do *puer aeternus*, a criança eterna, que assume atitude antipatriarcal, anti-autoritária, antitradicional no movimento de 68.

Sigamos Moreno por um momento neste caminho. Para ele a emergência do *puer* demonstra a necessidade de regressão, a necessidade de integrar elementos excluídos pelo desenvolvimento de nossa sociedade, que guardou na sombra aspectos essenciais da vida, como emoções, instinto, feminilidade, sexualidade. A rebelião dos estudantes não foi simplesmente um evento político ou social: foi uma guinada na história da cultura, o anúncio de uma nova fase, quando as oposições entre jovem e velho, criativo e conservador, criança e pai, tudo seria redefinido.

Os antecedentes desta interpretação foram claramente estabelecidos por Erich Neumann, Marie Louise Von Franz e, naturalmente, Karoly Kerényi e Carl Gustav Jung. Lembremos que mais da metade da obra dos últimos dois autores, *Einführung*

in das Wesen der Mythologie, é dedicada ao mito ou arquétipo da “criança divina”. Com vasto e profundo conhecimento, Jung e Kerenyi exploram os universos das culturas ocidental e oriental e encontram a criança, o princípio do novo ainda indiferenciado e onipotente, a despeito de sua fraqueza, nas sagas finlandesas, nos cantos xamanistas da Índia, nas tradições religiosas húngaras, nas doutrinas budistas. É o pequeno órfão dos tártaros, é o recém-nascido Pan abandonado pela mãe e pela ama e salvo por Hermes, é o princípio que vive em Fausto.

Grandioso e instrutivo como este livro é, talvez o historiador se sinta perturbado ao seguir suas análises. O método é - precisamente - de associação e inversão, os caminhos seguidos pela linguagem e pelo inconsciente. Uma palavra chama outra, mas também o seu reverso. Tudo é passível de uma mudança total. O mundo de repente aparece de pernas para o ar e, um segundo após, de novo se põe de pé. A dialética se apresenta em toda amplitude; risos e brincadeiras, bem como tragédia e morte. O problema da análise histórica - de todas as análises - é acompanhar o movimento, cuidando para não congelá-lo em conceitos rígidos.

A escola junguiana parece navegar entre um profundo entendimento da cultura dialética e um súbito enrigecimento em alguns dos seus aspectos. Em tempos recentes, o exemplo mais extraordinário se encontra no trabalho de James Hillman. Sua brilhante análise da polaridade entre o jovem e o velho em *Puer Papers* põe em evidência ambas as tendências. Por outro lado não podemos deixar de admirar e aprender com sua descrição do arquétipo da “criança divina”:

O herói, as figuras de Eros, o filho do rei, o filho da grande mãe, o Psicopompos, Mercúrio-Hermes, Trickster e o Messias. Neles nós vemos um encadeamento inconstante destas “personalidades”: narcisista, inspirada, afeminada, fálica, inquisitiva, inventiva, pensativa, passiva, orgulhosa e caprichosa.

Os que têm familiaridade com os tipos e atitudes difundidos em torno de 1968 apreciarão as sugestões implícitas nesta lista.

Por outro lado, contudo, Hillman acentua a tendência junguiana de considerar os eventos da história meramente como “reflexão de uma experiência mitológica eterna”. Por essa razão, propõe colocar “a história externa dentro do mito da psique de cada um”, invertendo a tradicional relação entre mito e história. Se isso significasse conceber o “significado” como objeto central da história, e não uma série de fatos, muitos historiadores concordariam. Mas eles discordariam de outra implicação: que a história é simplesmente uma tradução de um arquétipo mitológico original, memória, uma mera reminiscência de idéias primordiais, uma imaginação *a priori* para todas as épocas.

O último impasse pode sugerir dois caminhos. Um teórico consistindo numa reinterpretação do junguianismo, vendo os arquétipos não como funções *a priori* do inconsciente coletivo, mas como produtos culturais forjados na *longue durée* do tempo. Os trabalhos de Mario Trevi seguem desta diretriz, por exemplo, *Per uno junghismo critico*. O outro, que eu escolheria, segue uma sugestão do sedutor Hillman: redescobrir a história como registro do significado. “Para nós, representaria lembrar primeiro de nossa história indivisível da alma”. “História da alma” quer dizer uma história que “digeriu” eventos, “movendo-os do caso material para uma matéria sutil”, para seus significados no plano psicológico. Esta recomendação diz particularmente respeito a adeptos da história oral.

Algo me perturba quando procuro arquétipos no conjunto das entrevistas que realizei com a geração de 68. Certamente encontro nestas histórias de vida elementos característicos do mito da criança divina. Deixe-me situar brevemente o tema.

Primeiro, a insistência contínua com relação à capacidade de inovar seja no trabalho, na política ou na vida pessoal. As pessoas demonstram isto descrevendo como inventaram um novo tipo de cooperativa ou uma diferente forma de viajar; como experimentaram outro modo de ensinar e, em conseqüência, produziram novos livros; como estabeleceram uma relação mais democrática com o chefe do escritório; como transferiram habilidades aprendidas no desenrolar do movimento para a criação de novas maneiras de trabalho no setor das comunicações. Os entrevistados, um após outro, enfatizaram suas contribuições originais para modificar o mundo, não somente o mundo do movimento estudantil como também suas próprias vidas. Todos os tipos de mudanças se encontram aí representados: reforma e integração de estruturas existentes e valores de uma inovação radical.

Segundo, a relação com o passado é retratada de forma extremamente ambivalente. Comumente a ligação com valores e atitudes da antiga sociedade - tais como a resistência antifascista ou, por outro lado, com o consumismo, a *mass media* e a cultura de massa - apresenta-se ambígua, englobando continuidade e descontinuidade. Os mais profundos valores implícitos na resistência são mantidos, mas combatidos quando sustentados pelas autoridades. O consumismo é bem-vindo como forma de emancipação de hábitos paternos, mas também é execrado por sua imoralidade. Além disso, em certos casos, as fases da vida são assinaladas pela prevalência de um ou outro destes dois extremos. Enquanto em uma das fases há continuidade, na seguinte ela é rompida.

Terceiro, e mais complicado, a inclinação para o novo não se apresenta em termos sexualizados. Tipicamente o caráter do hermafroditismo é preservado: “afeminado e fálico” como Hillman escreveu. O espírito de 1968 não é apresentado

como viril na maioria dos casos (por favor, registre: na maioria e não em todos), mas sim como ambivalente, enquanto a traição a favor do macho chauvinista é consignada a um período posterior, a partir do final de 1968.

A exceção para a "maioria" é representada pelo número de história de vida de mulheres nas quais se apresentam traços de outro mito: o de Sofia-Pítia de origem gnóstica (conexões com tradições hebraicas também estão presentes). Ela é a face feminina de Deus, a filha sábia que, por excesso de amor ao Pai, fica louca e é seduzida pelos demônios da escuridão dando origem ao mundo. Ela é condenada a várias encarnações, de Helena de Tróia à prostituta de Ritos redimida por Simão, o Mago, do sublime para o abjecto. Padecendo todos os sofrimentos possíveis, a história do retorno de Sofia-Pítia ao Pai, através da solidão e desespero, é a mesma história da volta do mundo para Deus, com a esperança do descanso na aniquilação final. Sofia não é mãe nem esposa; é sempre a filha, o símbolo do conhecimento e intelectualidade femininas, eternamente jovem e intacta apesar das vicissitudes enfrentadas.

Há traços deste mito em várias histórias de vida de mulheres aqui relatadas. Uma que não quis contar a idade usou estas expressões para descrever a sua infância: "Eu sempre me senti mal. Eu sempre sofri. Eu me sentia só"; e, para recordar sua militância no movimento estudantil: "Desde o início eu sabia que ele era violento e contra as coisas que eu mais amava, como estudar muito sozinha. Eu podia perceber aonde o movimento desembocaria; quando o terrorismo surgiu mais tarde, não me surpreendi. Prossegui, mesmo assim, a despeito de sensações estranhas e desconfortáveis". O resto da história de vida desta mulher diz respeito a períodos de aventuras e infortúnios, durante os quais aprendeu a "reconhecer" o que ela de fato queria. Quando leu pela primeira vez um livro sobre filosofia oriental não se chocou por algo novo; reconheceu o seu teor e exclamou: "Isto é o que sempre pensei".

Seria relativamente fácil mostrar como os arquétipos estão presentes nesta geração de 1968. Entretanto, penso que estaria desconfortável na execução da empreitada. Sentiria como se estivesse usando uma daquelas chaves aptas a abrir muitas portas, dando corpo a uma operação mecânica, um tanto quanto determinista, uma história desprovida de atores auto-determinados, sem escolha a não ser a de traduzir uma imagem eterna em termos presentes. A história gosta de proceder na trilha oposta, de preferência do concreto para o coletivo, mais que do protótipo para individual. Isto não contradiz a mais profunda inspiração do junguianismo, mesmo se desaconselhada pelo próprio Jung. Como Mario Moreno afirmou: "o que é realmente essencial é a subordinação da pessoa ao seu destino individual". Isso leva-nos de volta ao reverso metodológico proposto por Hillman e nos introduz à mitobiografia.

O termo foi inventado por Ernst Berhard (1896-1965), um pediatra nascido em Berlim, que se submeteu a uma análise freudiana e depois a uma junguiana. Obrigado a deixar Berlim, ele se refugiou em Roma, mas em 1958 as leis racistas o impediram de prosseguir em seu trabalho como psicanalista. Em 1940 e 1941, esteve em um campo de concentração na Calábria. Deixou um livro de notas publicado sob o título de *Mitobiografia*. Com esta palavra, Berhard queria dizer "mitologema", que é a base do destino de um indivíduo. Com ela pode-se interpretar a herança comum de diversas maneiras: cegamente, com os germânicos, criadores do mito de Hagen que matou o herói Siegfried ("cega lealdade, traição ao espírito individual, inveja, lealdade que se torna obediência *usque ad cadaver*"), ou conscientemente. Berhard diz que sua própria vida espelha a lenda do povo judeu, expulso para o deserto e depois retornando para conquistar uma nova posição. Esta similitude aparece tanto em fatos como em sonhos. Mas a mudança neste caso estabeleceu uma relação dialética, trazendo o mito para a consciência: "a bola de neve se inicia deste ponto e se estende para a transformação da consciência coletiva". Suficiente é lembrar a descrição de Berhard de sua atitude em relação aos guardas do campo de concentração. Ele se preocupava em salvá-los. Não se submetia à imagem de vítima, mas promoveu-se à de salvador.

Como caminharemos? Eu sugiro que a necessidade essencial é seguir por perspectivas que permitem ao individual prevalecer sobre o coletivo. A análise deve ser invertida. Se voltarmos a nossas histórias de vida de 1968, veremos que os arquétipos estão presentes em todas elas, mas em caminhos únicos e diferentes. A história está interessada precisamente em tais diferenças. Somente a partir destas diferenças podemos entender que o suicídio não era inevitável, nem no plano racional nem no imaginário. As pessoas podiam ter seguido outras direções, podiam ter decidido nutrir-se de outros mitos ou alterá-los, podiam ter optado por determinado mito de outra maneira. As histórias de vida podem ser vistas como construções de mitobiografias singulares, usando opções de recursos diversos, que incluem mitos, combinando o novo e o antigo em expressões únicas.

Creio que nós, adeptos da história oral, temos novamente chance especial, a de reverter velhos procedimentos e de não mais usar mitos do passado para ler o presente, e sim usar o presente para reinterpretá-los. Não existem chaves universais. Ao contrário, a fechadura se transforma em chave e vice-versa. Este é o princípio de uma interpretação que opta por envolver-se na sua própria gênese.

N.A. Para detalhes das relevantes publicações dos autores citados neste estudo, ver a bibliografia geral do livro. Tenho também me baseado em G.P. Caprettini et al., "Mythos/logos" e M. Detienne, "Mito/rito". In: (1980) *Enciclopedia*, Turim: Einaudi, v. IX, pp. 660-89

e 348-63. A versão italiana deste estudo foi publicada em minha coleção de ensaios (1988) *Storia e soggettività. Le fonti orali la memoria*, Florença: La Nuova Italia. Os resultados do seminário foram publicados como "Identità femminile e violenza politica", número especial da *Rivista di storia contemporanea*, 2 (1988).

SONHOS UCRÔNICOS MEMÓRIAS E POSSÍVEIS MUNDOS DOS TRABALHADORES*

Alessandro Portelli**

Tradução de Maria Therezinha Janine Ribeiro

Se me fosse possível, se eu tivesse
sido o Pai, eu não teria permitido
que Ele morresse, pendurado
naquela cruz.

Maddalena, trabalhadora têxtil,
Terni, Itália.

O testemunho oral tem sido amplamente discutido como fonte de informação sobre eventos históricos. Ele pode ser encarado como um evento em si mesmo e, como tal, submetido a uma análise independente que permita recuperar não apenas os aspectos materiais do sucedido como também a atitude do narrador em relação a eventos, à subjetividade, à imaginação e ao desejo, que cada indivíduo investe em sua relação com a história. Discutiria, aqui, um "imaginário", um "errado", um "hipotético" motivo que é encontrado nas narrativas da classe operária, em muitas partes da Itália, contudo enfatizando mais profundamente suas ocorrências em um grupo específico: os ativistas e quadros dos antigos trabalhadores comunistas do setor naval de fundição de aço, da cidade de Terni, a mais antiga cidade industrial da Itália central. A maior parte desta pesquisa de campo teve lugar a partir da segunda metade dos anos 70, quando a política do Partido Comunista atrelava-se ao "compromisso histórico" e à "unidade nacional". A imaginação da classe traba-

* In: SAMUEL, Raphael e THOMPSON, Paul - *The myths we live by*. Londres e Nova York, Routledge, 1990.

** Professor de literatura americana na Universidade de Roma. Texto produzido para o Sixty International Oral History Conference, Oxford, Sept. 1987. Tradução autorizada pelos editores.

lhadora incorporada ao testemunho deve ser inserida portanto no contexto das políticas do partido e nas explicações oficiais de seu passado histórico e de seus precedentes.

Levarei em consideração, a princípio, uma história que abrange o assunto em sua conformação mais completa. O narrador é Alfredo Filippini, antigo operário, condutor de bonde, negociante de carvão - também secretário da resistência comunista clandestina durante o fascismo e comandante da brigada "Antonio Gramsci" dos *partigiani*, em 1943-44. A entrevista teve lugar em 1973; Filippini já se encontrava, então, seriamente doente e morreu logo depois¹. Ele falou em resposta a uma questão levantada por mim: "Durante a resistência, você pensava apenas na liberdade nacional ou desejava alguma coisa mais?"

- Bem, pensávamos na libertação nacional do fascismo e, após isso tínhamos esperança de alcançar o socialismo, o qual ainda não havíamos atingido. Naquela época, com a luta dos *partigiani* quase havíamos chegado lá. Depois que a guerra deles terminou - Terzi foi libertada onze meses mais cedo que o resto do país -, o camarada Togliatti dirigiu-se a nós. Convocou, para uma reunião, todos os comandantes *partigiani* e líderes do partido de todas as províncias e regiões da Itália. Discursou e adiantou-nos que haveria uma eleição. "Você tem prestígio, Omega (este era meu codinome no partido: o próprio Gramsci assim me apelidara. Meu nome no grupo *partigiano* era Pasquale); te convoquei para que trabalhes para ganharmos a eleição." Quatro ou cinco outras pessoas também discursaram e houve unanimidade em relação ao exposto. Eu levantei minha mão: "Camarada Togliatti, eu discordo". "Por que Omega?" "Discordo porque, como Lenine disse: quando o tordo voa, é o momento de atirar nele. Se você não o fizer, então, talvez nunca mais tenha outra oportunidade. Hoje o tordo está voando: todos os chefes fascistas estão se escondendo ou fugindo, tanto em Terzi como em qualquer outro lugar. Todos os demais companheiros contaram o mesmo sobre suas regiões. Assim, este é o momento: sobre as armas, não há necessidade de falar a respeito, sabemos onde elas estão (nós as escondêramos). Este é o

1. Alfredo Filippini nasceu em 1897, em Ferentillo, uma aldeia no vale do rio Nera (valnerina), a 10 milhas de Terzi. Esta entrevista foi gravada em sua casa, em Terzi, em 7 de junho de 1973. Sua história necessita ser entendida em seu contexto histórico. Após o desembarque dos aliados na Sicília, em julho de 1943, Mussolini foi forçado a renunciar e o novo governo italiano assinou a paz; mas o exército alemão lutou contra ele e restabeleceu Mussolini no poder, por algum tempo, nas regiões do Norte. Atrás das linhas alemãs, brigadas *partigiani*, nas quais os comunistas estavam na linha de frente, sustentaram uma guerra de libertação contra os nazistas e seus aliados fascistas. Muitos dos combatentes sentiam que a guerra os guiaria diretamente para o socialismo. Eles se espantaram quando Togliatti voltou de seu exílio na Rússia, em março de 1944, para anunciar uma *svolta* (curva em U), em Salerno; que os comunistas trabalhariam com outros partidos democráticos para criar uma "democracia progressiva". O Partido Comunista Italiano foi, subsequentemente, transformado em um partido de massa nacional com mais de dois milhões de membros - por quarenta anos a maior força eleitoral da esquerda -, chegando a representar 36 por cento do total e perfazendo, ainda, 22 por cento em 1988. Embora viessem exercendo o poder local em muitas cidades, após sua expulsão do governo de coalizão, em 1947, os comunistas permaneceram excluídos do governo nacional.

momento: nós atacamos e construímos o socialismo." Togliatti colocou a sua moção e a minha em votação e a dele obteve quatro votos a mais que a minha, e assim foi a vencedora. Mas eles retiveram o aviso e, mais tarde, tiveram de admitir que eu estava certo.

Esta confrontação entre Filippini e Palmiro Togliatti, Secretário do Partido Comunista no pós-guerra, nunca teve lugar. Filippini, ao ser entrevistado, oferecia sua versão imaginária de um evento crucial do movimento comunista italiano, o qual passou para a história como *svolta di Salerno*. Trata-se da "curva política em U", quando Togliatti (recém-chegado de seu exílio na Rússia) anunciou para os quadros do partido, em uma reunião em Salerno, que o socialismo não constava da agenda, e que o partido cooperaria com as forças anti-fascistas na criação de uma república democrática (e "progressiva") de estilo ocidental². Em face desta resolução, houve reações que iam da oposição à incredulidade e ativistas veteranos ainda hoje debatem se a linha de Togliatti estava correta. Filippini sugere que a história podia ter sido diferente se outro fosse o caminho escolhido.

A narrativa depende de fatores pessoais e coletivos. Filippini era um homem velho e doente, quando foi entrevistado; fazia tempo que tinha sido afastado da liderança ativa do partido, contra seu desejo e após um confronto dramático. A medida que a conversa entre nós prosseguia, seu estilo de descrever sua experiência *partigiana**, no início épico e detalhado (embora factualmente impreciso), decaía gradualmente e ele deslizava cada vez mais profundamente para o reino da fantasia e da fábula. Primeiro, ele reivindicou um papel central na convenção que deu origem ao Partido Comunista (Livorno, 1921), à qual, na realidade, ele não comparecera; a seguir, contou uma história detalhada de como escapou da prisão junto com o fundador do partido, Antonio Gramsci, e como ambos se esconderam nas montanhas (o que, também, nunca sucedeu); finalmente concluiu a sua história com o confronto imaginário com Togliatti.³

Isto se deu como se a fraqueza da idade, a doença e a fadiga da longa entrevista erodissem seus controles conscientes e sua censura racional sobre os sonhos e desejos há muito enterrados no inconsciente, num processo altamente reminescente de devaneio. Essa divagação deu curso a anseios e frustrações pessoais do entrevistado. Embora tenha dado muito de sua vida ao partido, Filippini sentiu nunca ter sido suficientemente reconhecido e recompensado por isto. Assim, ele colocou a si

2. Palmiro Togliatti (1979). *Opere*, v.5 (1944-55) ed. Luciano Gruppi, Rome: Riuniti.

3. Cf. A. Portelli (1979). "Gramsci evase con me dal carcere, ci nascondemmo per sei mesi sui monti..." Tutti i paradossi della "storia orale", *Il manifesto*, 11 de maio; Colletivo di ricerca del Circolo Gianni Bosio (1981) "Osservazioni del folklore su Gramsci", *I Giorni Cattolici* 1: 32-43.

mesmo, em imaginação, no centro da história do partido e ao lado de seu “pai fundador”, do qual alegava ter recebido, em uma espécie de investidura de batismo, seu codinome e sua identidade política.⁴

Mas há mais que uma frustração pessoal nesta história: Filippini também proclama um sentido coletivo de desapontamento a respeito do rumo que a história tomou após as grandes esperanças levantadas quando da liberação do fascismo. Uma notícia de 1947, da federação Comunista de Terni diz:

Entre os militantes, há um desapontamento, amplamente difundido, concernente aos rumos que a democracia tomou. Devemos reconhecer que confiamos muito na ação legal e institucional, esperando soluções superiores, e não oferecemos aos trabalhadores responsabilidade suficiente para a solução de seus próprios problemas.⁵

Histórias de expectativas malogradas, causadas pela restauração das relações de classe nas fábricas e no Estado, são comuns na geração dos anos 40. Como o desejo e a esperança por uma revolução e pelo socialismo foram removidos da agenda do partido e eliminados de discussões abertas, os militantes se enterraram cada vez mais profundamente na imaginação e nas memórias dos ativistas e reemergiram em fantasia, sonho e folclore. O depoimento “errado” de Filippini resulta menos de sua imperfeita lembrança que, ironicamente, de uma imaginação criativa; é a forma narrativa do sonho de uma vida pessoal e de uma diferente história coletiva.”

Tais histórias brotam ocasionalmente em diferentes partes do país. Um trabalhador da área de construções, de Subiaco (Latium), costumava contar uma história sobre ele mesmo, muito parecida com a de Filippini; um artesão de San Lorenzo, arredores de Roma, também descreveu um confronto entre ele e Togliatti (ou um “representante” de Togliatti, como algumas vezes expressava); parentes do exilado Giovanni Mattioli, do movimento anti-fascista de Terni, também falam sobre uma

4. Filippini tinha, na realidade, sido expulso do partido em 1949, após um conflito com o secretário de Terni, Carlo Darini. A maior parte das testemunhas diz que a ambição frustrada de Filippini desempenhou um papel naquele episódio, do mesmo modo que o fato de sua mentalidade *partigiana* não se enquadrar no clima político de pós-guerra. Mais tarde, ele foi tranquilamente readmitido, mas não lhe deram qualquer responsabilidade. Um ativista diz que quando Filippini foi expulso “houve um sentimento de perda, como o constatável na morte de uma pessoa importante” (Mario Filippini, nascido em 1924, sem relação de parentesco, 9 de março de 1982). O nome “Omega” esteve em uso nos anos 20, não por Filippini mas por Filippo Innamorati, um tipógrafo da região de Foligno, que foi secretário regional após o advento do fascismo. Filippini (que trabalhou diretamente sob suas ordens) se apropriou não somente do nome do chefe como também de seu papel de liderança. A conexão de Filippini com Gramsci é reforçada, também, pelo fato de a brigada *partigiana* que ele comandou, levar o nome de Antonio Gramsci.

5. APC (Arquivo Nacional do Partido Comunista, Roma), 1945-8, pasta número 142.

“querela” entre este político e Togliatti sobre a linha de Salerno: “Tivesse Togliatti seguido o conselho de Giovanni, as coisas teriam tomado um caminho diferente”, diz sua sobrinha⁶. Tais conflitos não sucederam apenas na memória e imaginação: na Calábria, os dirigentes locais do partido recusaram-se a crer em seus próprios documentos, que descreviam uma nova linha, e acreditava terem sido estes forjados por “provocadores”.⁷

Dois outros aspectos engrandecem o significado da história de Filippini. Um é o relacionamento estrutural dos episódios sobre Togliatti e Gramsci. Histórias sobre o segundo são sempre mais comuns do que sobre o primeiro, o que é compreensível dado o *status* de antigo fundador. Miticamente, a maioria destas histórias associa o depoente e o lugar aonde a história se passa com a presença do herói fundador. Assim, elas têm muito em comum com histórias sobre outro herói fundador, Garibaldi. Por outro lado, muitas histórias sobre Togliatti tendem a opor o narrador a ele. Como fundador, Gramsci oferece maior número de razões ideais para a identidade mais profunda com o partido; Togliatti, por sua vez, é lembrado mais como um arguto tático e político. Conseqüentemente, o papel de Gramsci nas versões populares da história é o de reforçar a identificação com as origens do partido; o de Togliatti, algumas vezes, é para expressar o desapontamento com sua ação histórica. O testemunho de Filippini é um perfeito exemplo deste processo.

O segundo aspecto de seu relato é a presença de conteúdos correlatos às histórias do período de pós-libertação: a prática mencionada por Filippini e difundida nos anos 40 - de esconder as armas usadas na resistência na expectativa de usá-las, de novo, mais cedo ou mais tarde, na revolução (ou, como alguns relatores dizem, para defender a democracia contra esperados ataques da reação). As armas ficaram escondidas em fábricas de Terni até 1949; um informante me contou que ele guardou a sua até o final dos anos 70. O fato de eles conservarem as armas significava que a empreitada anti-fascista não estava completa e teriam que finalizá-la um dia. Dum certo modo, o desejo revolucionário, enterrado no subconsciente dos ativistas como Filippini, é outra arma escondida, enferrujada pela falta de uso.

Por outro lado, este sentimento destinava-se a chegar a um acordo com as necessidades pessoais e coletivas de sobrevivência, de reconstruir, de defender e expandir os ganhos limitados mas concretos dos anos pós-guerra, dentro da situação

6. A história de Subiaco foi comunicada por Mirella Serri em um seminário, em 1978, do Instituto Storico Romano della Resistenza; o episódio de San Lorenzo é uma comunicação pessoal de Lidia Piccioni e Alfredo Martini, baseada em seus próprios trabalhos de campo, nos anos 70; a entrevista com a sobrinha de Mattioli, Dinane Colesanti (nascida em 1903), teve lugar em Terni no dia 4 de agosto de 1980.

7. Cf. Renzo Del Carria (1970). *Proletari senza rivoluzione*. Milan, oriente, v. II, p. 337, n° 214.

em vigor. Com revolução ou sem ela, a vida devia seguir o seu caminho. Os líderes comunistas declararam, à época, que a revolução e o socialismo estavam fora de questão, o “compromisso histórico” definido e a classe representada pelo partido identificada com os valores e mecanismos da democracia italiana. Por isso, tornou-se crescente a dificuldade para expressar ou mesmo entender os desejos e esperanças frustrados. O resultado foi o estebelecimento de um profundo conflito entre a racionalidade do mundo concreto e o sonho de um outro mundo possível.

Filipponi tenta mostrar, de um modo envolvente, que esse conflito provocou o desapontamento e uma visão particular de história acima de tudo porque, de muitas maneiras, ele incorporou a relação entre a consciência da vanguarda política e as raízes populares da cultura proletária. Nascido em Valnerina, a região montanhosa dos trabalhadores na indústria de arco de Terni, ele sempre se saiu melhor com o dialeto do que com o italiano padrão da linguagem política (embora por haver cursado o sexto grau escolar, fosse um dos ativistas com melhor escolaridade na geração da clandestinidade). Quando os fascistas vasculharam a sua casa à procura de literatura subversiva, o único objeto que encontraram e destruíram foi um *organeto*, o pequeno órgão que acompanha a música e a dança populares de sua região⁸. Mesmo quando descreveu como foi despedido da companhia de bondes, o relato tomou a forma de um conto folclórico⁹, e a necessidade de “encaixar o tempo” no período de pós-guerra se apoiou em um provérbio sobre caça, um esporte muito popular na Umbria: “quando o tordo voa, é tempo de atirar nele”. Como outros trabalhadores ativistas, que justificam suas atitudes políticas com provérbios e canções populares, Filipponi atribui seu provérbio a Lenine, numa tentativa de reconciliar a sabedoria popular de sua consciência de classe com o prestígio teórico dos heróis fundadores do movimento comunista.¹⁰

8. Entrevista com Ambroglio Filipponi, filho de Alfredo (nascido em 1930), 11 de maio de 1979.

9. Depois de eu estar trabalhando [nos bondes] por muitos anos, Mussolini escreveu uma carta ao gerente e comunicou-lhe: “Dentro de cinco dias você deve despedir o famoso chefe comunista Alfredo Filipponi e me avisar sobre a medida”. O encarregado mandou me chamar, leu a carta e disse: “Eu não tenho coragem para te despedir”. Após mais ou menos uns dez dias, uma outra carta de Mussolini chegou: “Eu ouvi dizer que Filipponi ainda está trabalhando. Se você não o despedir dentro de três dias, eu mesmo o despedirei e, também, a você”. Ele mandou me chamar e conjecturou: “O que devo fazer?” “O que tem de fazer”, respondi: “Vá em frente e me despeça”. Este arquétipo vem da história de Branca de Neves, sua malvada madrasta e o caçador encarregado de matar a princesa.

10. Veja A. Portelli (1980). “La storia non lo vedi marcia verso le libertà”. In: Circolo Gianni Bosto, *I Giorni Cantati. Cultura operaria e contadina a Roma e nel Lazio*. Milan: Mazzotta, p. 150. O artigo descreve com um cantor tradicional de Genzano, próximo de Roma, que acreditava ser Karl Marx o autor da Internacional e da Marselhesa (A Marselhesa, veja você, foi assim chamada por ter sido escrita por Marx em Marselha).

O exame de histórias sobre a ausência de revolução nos anos 40 não é um caso isolado. O motivo da “história que poderia ter prosseguido diferentemente” funda-se nas narrativas que tratam das maiores crises da história dos trabalhadores, tanto local quanto nacional. Muitas histórias dizem respeito ao período entre a 1ª Grande Guerra e o advento do fascismo. Descrevendo as greves contra o alto custo de vida, em 1919, outro informante de Terni diz:

Os líderes daquelas lutas não tinham autoridade sobre a classe trabalhadora, não tínhamos uma classe precisa que, a despeito de todas as suas falhas, o Partido Comunista criou mais tarde. Se, então, tivesse havido um Partido Comunista, teria havido uma revolução.

As assembleias nas fábricas, em 1921, são as oportunidades não aproveitadas mais comumente citadas:

Teríamos ido para a insurreição, porque isto era o que tínhamos em mente - estávamos nos orientando para uma revolução, era o que costumávamos dizer. Mas o grupo de líderes tinha outras idéias em mente, eles não estavam se encaminhando para nenhuma revolução. O Partido Socialista tinha 157 membros no Parlamento; o poder teria ficado nas mãos dos socialistas. Mas [o secretário socialista Filippo] Turati não aceitaria a responsabilidade. Ele teria ganho o poder, mas não era homem suficiente para tal.¹¹

Quando Giacomo Matteotti, um membro socialista do Parlamento, foi assassinado por fascistas, em 1925, o regime sofreu sua primeira (e última) crise séria:

Os fascistas ficaram aterrotizados. Mas não tínhamos líderes, o Partido Comunista ainda era fraco, e os líderes que tinham seguidores entre o povo, [Cláudio] Treves, Turati, estavam todos exilados fora do país; os nossos estavam na prisão. Se tivéssemos tido, então, verdadeiros líderes, talvez o fascínio não houvesse durado vinte anos.¹²

A última formação está factualmente toda errada. Durante a crise, Matteotti, os líderes Turati e Treves estavam ainda na Itália, e Gramsci não havia sido preso. Mas a análise política é séria. Naquele momento extremamente importante, a classe operária não tinha líderes.

As histórias sobre os anos 20 explicam a revolução não havida por falta de liderança, culpando, assim, o Partido Socialista, do qual o Partido Comunista se separara em 1921. No entanto a história dos anos 40 não pode ser “justificada” pela

11. Arnaldo Lippi (nascido em 1899), 15 de novembro de 1978 (entrevistado por Agostino Marcucci); Remo Righetti (1902), 9 de dezembro de 1979; Gildo Bartoletti (1896), 17 de fevereiro de 1974 (entrevista de Valentino Paparelli).

12. Arnaldo Lippi (veja nota 11).

falta de uma legítima liderança comunista. Dessa maneira, o enfoque é posto no particular, em decisões individuais, reiterando um motivo - "eles pediram para termos calma" - para descrever o contraste implícito entre o "político", abordagem tática da liderança e a disposição das fileiras. O significado, porém, é o mesmo. De comum acordo, a história desnecessariamente percorreu um caminho errado, variando a apresentação segundo cada narrador.

Ainda não posso crer no 8 de setembro [1943, quando a Itália celebrou as pazes com os aliados]. Naquele dia podíamos ter depenado os cabelos dos asnos dos alemães, um por um; não havia nada que não pudéssemos ter feito. No lugar disto - permaneça calmo, calmo, calmo... Exatamente o mesmo que ocorreu quando eles tentaram matar Togliatti [em 1948]: calma, calma, calma... E os policiais, munidos de armas, já tinham seus revólveres apontados para nós...¹³

O operário de construção e cantor popular Amerigo Matteucci, prefeito de uma cidade na colina, perto de Terni, improvisou *stornelli* para serem cantados por ocasião da reconciliação nacional e anistia aos fascistas, promovidas por Togliatti, que trinta anos mais tarde ainda sentia este fato como havendo sido um erro pois impediria a revolução:

Caro compagno te lo voglio dire
l'errore fu la gente perdonare
l'errore fu la gente perdonare

E condannato sia il traditore
se bene voi ave' all'umanitane
se bene voi ave' all'umanitane

Scusate amici mia se sto a sbagliare
io sono sempre alla rivoluzione
io sono sempre alla rivoluzione¹⁴

13. Settimio Piemonti (nascido em 1903), 7 de setembro de 1980.

14. Querido camarada, eu quero te contar, foi um erro perdoar aquelas pessoas: E condenado seja o traidor para o bem da humanidade. Perdoem-me amigos se eu estou errado: mas ainda sou pela revolução. Improvisado por Amerigo Matteucci (nascido em 1919), 28 de dezembro de 1973; a gravação original está no álbum *La Valnerina ternana. Um'esperienza di ricerca intervento*, ed. Valentino Paparelli e Alessandro Portelli, Dischi del Sole DS 523/34.

O tema da oportunidade perdida, que teria feito eclodir uma história alternativa, ocorre em casos contados sobre muitos eventos pós-guerra. A reação dos trabalhadores ao ferimento provocado em Palmiro Togliatti por um jovem democrata cristão, em 1948; o assassinato pela polícia, de Luigi Trastulli, operário do setor de aço de Terni, em 1949; a fuzilaria contra 3.000 trabalhadores do setor de aço em 1952-53 e a luta de rua que se seguiu. Após Togliatti ter sido baleado,

no dia seguinte, ele começou a falar, disse poucas palavras e recomendava, sempre, a mesma coisa - acalmem-se, acalmem-se, acalmem-se... Penso, no entanto, ter havido um momento quando... eu posso estar errado, mas naquele momento todos os nossos problemas teriam sido solucionados.

Depois da morte de Trastulli,

outra vez - o povo, os trabalhadores podiam ter desejado fazer algo, mas foram obstados pelos líderes, como na ocasião do atentado a Togliatti. Mas se isto tivesse sido levado às fileiras, seria como se estivesse para eclodir uma revolução a qualquer momento.

Da mesma forma, após a demissão de trabalhadores de 1953:

Na terceira noite das lutas de rua, o povo estava pronto, com tanques de gasolina e outros artefatos, para abater os policiais. Mas eles prometeram que empregariam duzentos homens e as coisas se acalmariam após estas promessas. Entretanto, os trabalhadores não queriam desistir da luta. Eles diziam: todos os empregos de volta ou nós lutaremos; todos os empregos de volta ou nós lutaremos. Quando as coisas finalizaram daquela maneira, a classe trabalhadora perdeu a fé, que nunca mais foi retomada, porque eles ficaram desapontados. Por que desistimos? Porque as outras associações (não esquerdistas) teriam prosseguido até um certo ponto e, então, teriam nos abandonado.¹⁵

Na noite seguinte àquela em que as demissões foram anunciadas, assumimos uma posição. Amanhã de manhã, dizíamos: "Deixe-nos atuar na fábrica. Deixe-nos matar cinquenta chefes; tudo estava combinado, as mentes estavam preparadas. Tínhamos afiado em pontas nossas barras de ferro. Os sindicatos chamaram-nos: "olhe", eles disseram, "as coisas estão indo bem e a luta está ganha. Vocês vão arruinar tudo, não procedam irrefletidamente..." Assim, desistimos de tudo. Penso que hoje estaríamos na cadeia, mas ainda assim acredito que se naquela manhã estivéssemos agido... Não teríamos parado nos cinquenta, atingiríamos cem, uma vez que prosseguíssemos; isso não faria qualquer diferença. E uma vez que você

15. Amerigo Matteucci (nascido em 1919), 14 de dezembro de 1974; Calfiero Canali (nascido em 1916), 30 de abril de 1979; Antonio Antonelli (nascido em 1923), 7 de julho de 1973.

tivesse lá cem chefes mortos - acho que as coisas teriam sido diferentes. Talvez depois que enterrassem aqueles cinquenta, sessenta chefes, eles prosseguissem e demitissem, de novo, os trabalhadores. Mas pelo menos, haveria cinquenta vagas de emprego. Admito que, talvez, este fosse o caminho errado; entretanto, estou convencido de que eles teriam reaberto as portas para todos os dois mil.¹⁶

Todos estes relatos não se referem à forma pela qual a história se desenrolou, mas como ela poderia ter ocorrido. Seu campo não incide na realidade, mas na possibilidade. Compreendemos melhor os fatos se os conectamos com a grande forma literária do inconformismo com a realidade: ucronia. Ucronia é "aquele perturbador tema, no qual o autor imagina o que poderia ter sucedido se um determinado evento histórico não tivesse acontecido"; a representação de "um presente alternativo, uma espécie de universo paralelo no qual se cogita sobre um desdobramento de um evento histórico que não se efetuou".¹⁷ As histórias que estamos discutindo oferecem-nos um vislumbre de mundo possíveis e alternativos, que poderiam ter existido se lideranças adequadas tivessem optado por diferentes direções em relação a eventos específicos entre 1919 e 1925 e, de novo, entre 1943 e 1953. Pondo em contraste o mundo desejável com o existente e reclamando que só por acidente aquilo não aconteceu, as hipóteses ucrônicas permitem ao narrador "transcender" a realidade como dada e recusar a se identificar e se satisfazer com a ordem existente.¹⁸ Através da ucronia, estes narradores dizem que o mais desejável dos mundos possíveis - o que para eles era identificado como o comunismo - poderia ter sido criado, outrora se as chances certas fossem aproveitadas. E a velha operária têxtil, muito adequadamente chamada Maddalena, leva a ucronia para um ponto ulterior e mais radical quando diz que, tivesse ela sido Deus - tivesse Deus sido uma mulher -, o mais crucial evento em nossa história poderia ter tomado rumo diferente. E quem sabe o que o mundo teria sido...

Poderíamos rejeitar estas interpretações dizendo que há, no mínimo, outras tantas que apontam para a direção oposta: histórias que consideram aquelas histórias erradas e afirmam que não somente prosseguiram no caminho possível, como tam-

16. Esta história é parte de uma entrevista gravada em Valnerina na primavera de 1973; para proteger o entrevistado, não declino o seu nome. Os fatos foram confirmados por outros informantes.

17. Pierre Versins, comentários em Jean Tortel (ed.) (1970). *Entretiens sur la paralittérature*. Paris: Plon, p. 275; Coletivo Un'ambigua Utopia 91979) *Nei labirinti della fantascienza*, Milan: Feltrinelli, p. 75.

18. Entre muitas novelas de ficção científica baseadas na ucronia, encontramos Philip K. Dick (1965) *The Man in the High Castle*, Harmondsworth: Penguin Books; Norman Spiran (1974) *The Iron Dream*. St Albans: Panther (ambos descrevem uma história alternativa sobre uma vitória nazista na 2ª Grande Guerra). e Keith Roberto (1970) *Pavane*, Londres: Panther (na qual a armada espanhola derrota a inglesa da rainha Elizabeth).

bém que este era o único caminho satisfatório. Mas a relevância de um motivo imaginário não pode ser medida apenas segundo cálculos de probabilidades. Outrossim, devemos considerar a qualidade dos narradores. Entre as testemunhas citadas no parágrafo precedente, nota-se um grande número de ativistas, que ocuparam cargos de responsabilidade e prestígio no partido, nos sindicatos e nas administrações locais. Estas histórias não são resmungos incompreensíveis de velhos isolados e desapontados, mas a racionalização do passado feita por indivíduos que foram a medula da classe trabalhadora e do movimento comunista na cidade, por três gerações. Também devemos considerar o lugar da ucronia dentro da história individual de cada um. Em quase todos os casos, a volta da ucronia é colocada de forma a coincidir com o pico da vida pessoal do narrador; com o momento no qual cada um desempenhava o papel mais relevante ou estava, no mínimo, mais ativamente envolvido como participante. Paradoxalmente, o tema "inexato" tende a se ligar com os episódios historicamente melhor lembrados: como se a "inexatidão" da história se tornasse mais evidente, quando vista a uma pequena distância.

A autobiografia de Frederick Douglas fornece-nos dados para chegarmos à seguinte dedução:

As pessoas me perguntam, com freqüência, se quando escravo tinha um senhor gentil e não me lembro de jamais ter dado uma resposta negativa; nem dando continuidade a este raciocínio, considero-me falso, pois sempre medi a delicadeza de meu dono pelo padrão de gentileza notado entre os senhores de escravos que nos rodeavam.¹⁹

Um julgamento negativo sobre a condição do escravo não era apenas perigoso de ser expresso, como também difícil de ser conceituado. O escravo teria que avaliar o dono numa perspectiva diversa da ordem existente, uma perspectiva que nem todos - senhores e escravos - seriam fortes e imaginativos o suficiente para construí-la. Também em situações menos dramáticas, a divulgação da visão crítica da experiência própria de uma pessoa contra as interpretações preponderantes da história sempre se dá contra sanções externas e internas. Esse fato exige um investimento emocional maior ao se admitir que as coisas estão erradas, do que, simplesmente, concordar com as verdades convencionais. Dúvidas e divergências somente emergem quando são muito intensas; nesse caso aqueles que as exprimem estão, muitas vezes, se dirigindo à maioria que não ousa admitir suas dúvidas nem sequer para si mesmo.

Entretanto, o senso comum da história afirma ser este o único mundo possível e desejável. Contra histórias hipotéticas e conflituosas como as de Filippini, vigora

19. Frederick Douglass (1962). *Life and Times*. New York: Collier Books, p. 64. Reimpresso a partir da nova edição revista (1892).

um argumento corrente: não poderia ter havido revolução na Itália no anos 40, porque os aliados não teriam permitido - veja o que sucedeu com a Grécia. "Eles teriam os soprado - como gaitas de fole", diz um entrevistado (que - em outro contexto - também relata o seu próprio episódio ucrônico)²⁰. Os mesmos depoentes, que consideraram errado o caminho tomado pela história em movimento crucial de suas vidas, aceitaram o senso comum da inevitabilidade - e falta de opção - da história em outros aspectos. O conflito, de fato, não se coloca entre rebeldes irreduzíveis e conformistas passivos, mas prossegue dentro de cada indivíduo, de maneiras sempre mutáveis.

O íntimo, a natureza pessoal do conflito apresenta-se pelo freqüente contraste entre o partido - senhor da razão e do conhecimento - e a rebelião das massas, movida pelo instinto e pela ira. "Éramos apenas lutadores, não detínhamos políticas de conhecimento; queríamos uma luta, que o partido sabia ser impossível sustentar, por sermos tão poucos"²¹. Há uma distinção entre *nós* e o *partido*, e é ele, o partido, que está certo e não nós. Embora o relator pretenda enfatizar sua fidelidade ao partido, de alguma forma a subjetividade do desejo está latente sobre a objetividade da razão e clamores a serem reconhecidos. Como conciliar o fato de que sabíamos que o partido estava certo com a sensação irreprimível de que a história estava errada.

Para lidar com esta contradição, militantes precisaram relacionar a imagem da História, por eles absorvida na escola, com aquela que o partido reforçou: um processo linear de crescimento e progresso em direção a algum fim desejável. "A História, vocês não percebem, marcha em direção à liberdade, diz uma canção composta por um trabalhador rural comunista de Genzano, perto de Roma"²². Esta visão foi articulada pelas elites com o propósito de legitimar seu papel e estratégia. Isto foi subscrito pela liderança socialista e, então, pela comunista com a finalidade de erguer a esperança entre os membros partidário e legitimar de novo sua própria liderança. Se a história é dirigida por orientação providencial ou pelas luzes da razão e forças objetivas sócio-econômicas, então a situação presente é somente um estágio necessário num processo ao mesmo tempo inevitável e desejável. Enquanto a ucrônia reivindica que a história seguiu um caminho errado - e foi feita erradamente -, a visão de história e senso comum insiste em reclamar que a história *não pode errar* - e implicitamente, que o que é real é também bom. A História reveste o desejável como acontecido: como disse, certa vez, Russel Kirk (a propósito da mentalidade

20. Calliero Canalli (ver nota nº 15).

21. Arnaldo Lippi (ver nota nº 11).

22. Silvano Spinetti (ver nota nº 10).

conservadora): um verdadeiro estadista se destaca pelo "conhecimento da tendência real das forças sociais da Providência"²³.

A *svolta di Salerno* de Togliatti é um caso conclusivo. Embora a escolha possa ter sido inteiramente sábia, traz ela em si nuanças lendárias na memória do partido, pois é descrita simultaneamente, como uma escolha livre e como uma imposição. Ela representa o resultado, ao mesmo tempo, da sabedoria subjetiva de Togliatti, do seu conceito de "partido de massa" e da sua intuição a respeito do "caminho italiano para o socialismo" e, também, de circunstâncias objetivas - os aliados -, que não permitiram outro curso da história. O historiador Claudio Pavone notou que "Togliatti sempre apresentou como iniciativas vitoriosas o que de fato era ações defensivas" e "isto está entre suas últimas contribuições para a construção da mentalidade do partido"²⁴. Esta herança foi reforçada durante o "compromisso histórico e a "unidade nacional", fase dos anos 70, quando o Partido Comunista parecia estar se aproximando do poder, em parceria com o conservador Partido Democrata Cristão. A prática de apresentar derrotas como se fossem vitórias era muito usual naqueles anos. Quando os direitos dos trabalhadores, que tinham sido aclamados como conquistas históricas poucos anos antes, foram prejudicados, Luciano Lama, secretário da união nacional, descreveu-os como indesejáveis "barricas de cinzas", a serem deixadas para trás no caminho do poder e da modernização. Enrico Berlinguer, secretário do Partido Comunista, habilmente traçou a fronteira entre o desejável e o possível, quando disse que "um governo de esquerda não seria uma boa solução para a democracia italiana naquele momento", porque podia tentar as forças conservadoras a um golpe. Todavia, ambos, Lama e Berlinguer, teriam gostado - é o que parece claramente - de conservar os direitos sindicais e conquistar um governo de esquerda, mas desde que sentiram não ser isto possível, ao invés de admitirem a impotência, declararam ser indesejável. E como o Partido Comunista, de maneira crescente, vinha se identificando como uma força política "responsável", "aceitável", começou a assumir responsabilidades não apenas para com o futuro como, também, para com o passado. Todos os eventos históricos precedentes à iminente ascensão ao poder deveriam ser vistos, agora, como realmente bons, mesmo se originalmente o Partido Comunista tivesse se oposto a eles. Assim Berlinguer descreveu a NATO - antes encarniçadamente combatida pelo partido - não mais como um veículo da hegemonia imperialista, mas como uma "garantia" da independência nacional italiana²⁵. Olhando para trás, sabemos que ao Partido Comunista

23. Russel Kirk (1953), *The Conservative Mind*. Chicago: Henry Regnery, p. 48.

24. Claudio Pavone (1985). "Un Togliatti mal trattato", *Indice* 11 (1) (janeiro-fevereiro) 13-14.

25. Luciano Lama, entrevista em *La Repubblica*, Erico Berlinguer, entrevista em *Stern* 34 (agosto 1979) e *Corrieri della Sera*.

nunca foi permitido o acesso ao poder, mas o preço ideológico, pago na tentativa, permaneceu.

Esta abordagem foi reproduzida em nível local. Enquanto todos os trabalhadores de Terni consideravam as demissões de 1953 como uma imensa e duradoura derrota, o historiador local e senador comunista Raffaele Rossi descreveu-as quase como uma conquista permanente:

As grandes demissões de 1952-53 e as lutas que se seguiram (das formas mais variadas, como graves lutas de rua, estado de sítio, uso de armas de fogo, barricadas, muitos feridos e machucados) preservaram e ampliaram a unidade das forças sociais e políticas (o comitê multipartidário de Terni), suscitaram pesquisas e idéias a respeito das relações das indústrias estatais com a economia regional, acelerando uma profunda reorganização da fábrica, o que sustou o seu fechamento e a transformou, pela primeira vez, de produtora de bens de guerra em produtora de bens de paz.²⁶

Esta descrição que, literalmente, situa em parentesis o acontecido com os trabalhadores e atribui às demissões uma série de decorrências - “preservaram”, “ampliaram”, “aceleraram”, “transformaram” -, dificilmente tem credibilidade mais factual que o sonho ucrônico de Filippini²⁷. Mas isto se enquadra na necessidade de se imaginar uma história gradual que leva ao “compromisso histórico” progressivo, antecipado por circunstâncias de cooperação entre o que se costuma descrever como forças antagônicas: o comitê “multipartidário”. Esta versão de história é tão distante da experiência direta da maioria da população que não é encontrada na imaginação dos militantes partidários; o processo funciona mais afetivamente quando se trata de eventos distantes, em escala nacional, com os quais os informantes individuais têm poucas oportunidades de confrontar suas próprias experiências de primeira mão. O conflito entre a imaginação do compromisso histórico e a imaginação popular dos militantes cria visões utópicas de um presente triunfante. Como diz o industriário Alfeu Paganelli:

Todas as nossas lutas serviram a um propósito, porque a classe trabalhadora prevaleceu e eles [os componentes da classe dominante] têm sido forçados a ceder. Eles podem legislar na Câmara ou no Senado, lá em cima; mas aqui embaixo, dentro da Itália, eles não mandam.

26. Raffaele Rossi (1977). “La storia dell'ultimo trentennio in Umbria. Gli anni difficili. 1947-1953” *Cronache Umbre* 11 (1) (janeiro): 63-76.

27. A reorganização, que seguiu as demissões, foi muito menos “profunda” do que acreditava Rossi. Um historiador competente diz: “a empresa foi inábil ao não conseguir criar uma nova identidade”. (Franco Bonelli (1975) *Lo sviluppo di una grande impresa in Italia La Terni del 1884 al 1962*. Turin: Einaudi, p. 288). O comitê multipartidário (que incluía até mesmo os fascistas) conseguiu muito pouco.

Se eles quiserem governar, devem pedir desculpas a Berlinguer e colocá-lo na presidência no lugar onde antes estava a coroa. Agora ela se foi e há uma foice e um martelo nesse lugar e nada mais.²⁸

Esta visão tem muito em comum com as histórias de Filippini sobre Gramsci. O relator estabelece uma relação entre ele mesmo e o herói, apontando que “nossas lutas” ajudaram a entronizá-lo; ele, assim, manobra para dar significado não somente à história do partido como também à sua própria história. Se o passado serve para justificar o presente, uma vida de luta deve ser vista como um sucesso para dar sentido de auto-estima e identidade pessoal. Na realidade, a necessidade de reivindicar determinada ação para si mesmo, em defesa da própria dignidade e da presença histórica, está sempre na raiz de uma versão “consensual” da história: dizendo que a história estava “certa”, advogamos, para nós mesmos, um feito.

Por outro lado, entretanto, cada vez que perguntei a velhos ativistas se suas atuais vidas correspondiam a algo pelo qual tivessem lutado, as respostas foram relutantes e duvidosas. “Não, isso não se deu; porque todos os nossos líderes possuem suas próprias casas e eu ainda alugo uma”, diz um velho; “nós podemos ainda perder tudo o que temos”, diz outro - que estava vivendo pobremente, embora tivesse por vinte anos exercido posições de poder na administração da cidade: “hoje, eu recebo uma pequena pensão, suficiente para comprar para mim e para minha velha mulher um pedaço de pão, de modo que não tenhamos que esmolar. Mas isto pode acontecer ainda, porque as classes governantes estão tentando tirar o que foram forçadas a dar.”²⁹

A experiência pessoal, concomitantemente, reforça e limita a visão positiva da história. De um lado, isto incita os narradores a insistirem na utilidade e sucesso de suas vidas, acentuando os aspectos positivos da realidade; do outro, força-os a aceitar o cancelamento ou adiamento de suas últimas metas, com um sentimento pessoal de descontentamento ou perda de significado. O discurso positivo, no entanto, é sancionado pela liderança; está disponível, pronto, articulado. O discurso de negação, por outro lado, deve procurar reunir seus esboços constantemente e é sobrecarregado pelo medo de desaprovação e pelo isolamento. “Eu sinto, camaradas, se estiver errado” se desculpa, provocador e tímido, Amerigo Matteucci, “mas ainda sou pela revolução”.

Então o conflito entre o impulso negativo e o positivo sempre resulta em silêncio, passividade, aquiescência sem participação: “uma passiva, sempre mera-

28. Alfeu Paganelli (nascido em 1908), 4 de janeiro de 1980.

29. Agamante Androsiani (nascido em 1902) 21 de junho de 1982; Arnaldo Lippi (ver nota nº 11).

mente formal concordância com a linha partidária, uma tendência a delegar aos outros, o que impede a dissensão de vir à tona”, como um painel de líderes reunidos em 1977³⁰. O discurso de negação é distorcido, enterrado, desviado e permitido a emergir somente entre linhas, como sonho, metáfora, lapso, digressão, erro, difamação, ucrônia - todas as formas que permitem ao relator dar asas aos seus sentimentos e, não obstante, controlar a tensão por intermédio de uma organização formal do discurso.

Os significados de controle inseridos na narrativa correspondem a dois motivos maiores: a tendência errada da história é traçada a partir de um evento singular, ou a culpa é atribuída a erros e fracassos da liderança. O último motivo é frequentemente encontrado na historiografia da Nova Esquerda, onde é utilizado para sustentar uma - enormemente ideal - imagem da classe trabalhadora revolucionária regularmente traída por líderes reformistas e “revisonistas”³¹. Relatos ucrônicos, embora aparentemente semelhantes em sua retórica, de fato, executam uma função oposta. Ao se culpar a “inexatidão” da história sobre o “nosso” lado, percebe-se aí uma significação de que é ainda o nosso lado que faz a história. Trata-se da mesma mentalidade inspiradora do mito de Pueblo, o qual atribui a criação do homem branco à magia negra indígena, ou o mito nacionalista negro, no qual a raça branca é invenção do cientista Yacub, um negro maluco³². Estes mitos reforçam o sentido do grupo, de seu papel central na história, e sugerem que se o grupo tem poder para gerar poderes demoníacos também os terá para eliminá-los: “se a magia indígena criou o povo branco, uma cerimônia indígena o controlará”³³. Similarmente, Matt Witt se refere a um índio navajo:

Pode ser que ele tenha violado um tabu, como quando se referiu a certas lendas em ocasiões impróprias. Assim sendo, se desastres naturais fossem causados por algo que ele tivesse

30. *Rinascita*, 6 de janeiro de 1978.

31. O exemplo típico é *Proletari senza rivoluzione* de Del Carria, op. cit., muito popular no fim dos anos 60. Pregava: “a ausência de intelectuais revolucionários é, em última instância, a causa da falta da revolução italiana”. (v. 1, p. 21). Jeremy Brecher (*Stricke*, San Francisco: Straight Arrow Books, 1972) também diz que, longe de fomentar greves e revoltas, sindicatos e seus líderes têm sempre feito o máximo para contê-las, enquanto o impulso para agitação partiu constantemente do grupo de militantes. O que estas teorias não conseguem explicar é porque os militantes revolucionários do partido seguidamente geram lideranças reformistas ou vendidas.

32. Leslie Marmon Silko (1977). *Ceremony*. New York: Viking, pp. 139-45; (1968) *The Autobiography of Malcolm X*, com a assistência de Alex Heley, Harmondsworth, Middx: Penguin Books, pp. 258ff.

33. Paola Ludovici (1980). “Narrativa indiana contemporânea”. In: Elenire Zolla (ed.) *I contemporanei. Novecento americano*. Rome: Lucarini.

feito, então haveria esperança: talvez ele pudesse evitar futuras calamidades não repetindo de novo aqueles erros.³⁴

Da mesma forma, a função do tema ucrônico é sustentar a esperança: se nossos líderes do passado perderam a chance de “atirar enquanto o tordo está voando”, líderes melhores, no futuro, podem não perder a oportunidade. O mundo de nossos desejos é possível: não necessitamos mudar a mágica, mas somente trabalhar mais corretamente e, talvez, escolher melhor as lideranças.

Nos relatos ucrônicos, a liderança exerce um papel similar àqueles dos mediadores na interpretação estrutural de mitos de Lévi-Strauss: criaturas ambivalentes que sustentam posições conflitantes, mas igualmente necessárias. Neste caso, a contradição - nós, os construtores de história, devíamos estar certos e não obstante a história deu-se de forma errada - é explicada pela ação de indivíduos que estão conosco (no partido, que eles realmente representam) e não são dos nossos (não são membros da classe trabalhadora, em termos de status, poder, educação, alguma renda). Apesar de ambivalente, a posição tanto interna quanto externa dos líderes preserva o grupo ao centralizar para si a culpa e a censura. A lealdade ao partido não se baseia, como críticos de fora dele sempre apontaram, na fé mítica em sua infalibilidade, mas sim na habilidade de transportar seus fracassos para a esfera do mito.

É aí que novamente a inexatidão factual de muitos relatos ucrônicos torna-se relevante. O fato da decisão de Togliatti ter sobrepujado a oposição imaginária de Filippini não foi razão suficiente para que a Itália não tivesse se tornado socialista após a 2ª Grande Guerra; o triunfo do fascismo, depois da 1ª Grande Guerra, não foi causado pela hesitação de Turatti em buscar o poder³⁵. O motivo ucrônico remove a presença de adversários sociais e políticos; reduz o complexo processo histórico a simples eventos; situações complexas a dilemas de sim ou não. Assim, isto preserva a auto-estima do narrador e o sentido por ele dado a seu próprio passado, mas torna mais difícil avaliar o atual papel do partido, suas longas crises de identidade, sua cultura e sua estratégia. Tudo é reconduzido de volta para o plano simplesmente tático.

34. Matt Witt (1979). “God’s country”. In: *Our Blood. Four Coal Mining Families*. Washington, DC: Highlander Research and Education Center, p. 76.

35. Há um evento para o qual entretanto, a história “ucrônica” podia ser aplicável: a marcha fascista sobre Roma em 28 de outubro de 1922 teria sido facilmente sustada se o rei e o governo tivessem usado o exército contra ela; talvez a história tivesse sido diferente. Nenhum entrevistado, entretanto, trata este evento em termos ucrônicos: é essencial, realmente, que o fracasso esteja do “nosso” lado e não do das classes governantes. Incidentalmente, as versões ucrônicas da história também são encontradas entre os fascistas. Mario Sassi (nascido em 1906, 12 de janeiro de 1983) diz que a Itália teria ganho a 2ª Grande Guerra se Enrico Fermi e outros cientistas nucleares não tivessem se bandeado para o outro lado.

As conseqüências podem estar, ao mesmo tempo, no nível da atual política e ao nível da imaginação política. Por outro lado, a maior parte das reações dos correligionários sobre o compromisso político histórico tende a ser redirigida em termos táticos; “nós lhes demos muita liberdade de movimento e pagamos por isto nas eleições”; “Berlinguer propôs uma aliança porque sabia que os democratas cristãos a recusariam e então a culpa neles”; “Olhe, Berlinguer não é mentirosa. Ele fez isto para alcançar nossas metas rapidamente”³⁶. O compromisso histórico, na verdade, era muito maior: era sintonia e causa de profundas mudanças na identidade, na composição de classe e no papel político do Partido Comunista. Este processo marginalizou muitos ativistas dos velhos tempos, cuja identidade era tão ligada ao partido que eles se sentiram feridos, embora se recusassem a reconhecer o que realmente sucedeu. Uma crítica tática permitiu-lhes dar voz a seus descontentamentos e, assim, afastar suas causas mais profundas e perturbações.

A primazia de táticas caminha, de mão em mão, com uma imagem da história como uma série de discretos “pontos de mudança”, crises, momentos cruciais, os quais encaram a revolução como uma confrontação singular, traumática, violenta mais que como um lento e profundo processo de modificação social. Embora todos estes narradores sonhassem com um novo mundo, eles eram praticamente incapazes de imaginá-lo: concentravam-se na busca revolucionária da manutenção do poder, mas eram extremamente vagos quando instados a descrever que espécie de sociedade esperavam como desfecho. O mais próximo que chegaram diz respeito à União Soviética - isto é, a um outro mundo já existentes.

A imaginação ucrônica, assim, revela a inabilidade de uma significativa parte da tradicional fileira comunista para considerar que características básicas da estrutura e da teoria do Partido Comunista - e de sua própria identidade - podem ter estado na origem do caminho “indevido” da história. Revela, também, que para muitos destes ativistas era penoso e difícil admitir, e mesmo imaginar, que o partido estava se tomando alguma coisa totalmente diversa do que haviam conhecido e para a qual vinham vivido. Por outro lado, a imaginação ucrônica também revela o fracasso da história oficial ao explicar a experiência existencial de uma maioria de militantes. A ucrônica, assim, resguarda a preciosa consciência da injustiça do mundo existente, mas fornece os meios de resignação e reconciliação. Na medida em que aviva as chamas do descontentamento ao revelar a contradição entre realidade e desejo, faz com que esta contradição não ecloda em conflito aberto.

36. Vaniero Maroli (nascido em 1931), 29 de janeiro de 1980; Amedeo Matteucci, conversa, 30 de abril de 1982. Dante Bartolini (nascido em 1916), 28 de fevereiro de 1973 (em resposta ao verso de Amerigo Matteucci a revolução: ver nota nº 14).

ARTIGOS

Produção Acadêmica da Pós-Graduação em História da PUC-SP

Maria de Lourdes Monaco Janotti
Marcia Mansor D'Alessio*

Refletir sobre a produção acadêmica do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP é responder a amplas exigências que vêm-se impondo à crítica histórica contemporânea.

Por específico que pareça, o objeto em pauta não deixa de ser expressivo no conjunto das inquietações do pensamento historiográfico brasileiro e de sua contribuição à consciência contemporânea.

Razões não faltariam para justificar essas inquietações, desde as de caráter particular - como a criação do doutorado em 1990 e a reformulação do mestrado dentro de uma nova concepção - até as de caráter mais geral, que respondem a indagações provenientes de proposituras teóricas radicais, anunciando o fim do próprio pensamento histórico. Os trabalhos de História possuem essas armadilhas. Por mais delimitado que seja o tema do texto produzido, uma análise crítica sobre ele envolve desde as condições materiais de sua produção até a compreensão das representações ideológicas sobre as quais se sedimenta.

O material de pesquisa consultado foi as teses e dissertações acadêmicas produzidas de 1945 a 1990 que, num primeiro momento, induziram ao uso de uma metodologia quantitativa e à construção dos três quadros-sínteses utilizados neste artigo. A partir destas constatações iniciais, emergiram indagações qualitativas pertencentes a um universo de componentes circunstanciais. Dele emergem naturalmente as relações institucionais, o cotidiano das atividades acadêmicas e as dimensões tangíveis da reflexão histórica no Brasil, que se referencia na História ela própria, revelando a relação história/historiografia.

A produção acadêmica se constitui em um campo particular da historiografia à medida que cria seus próprios padrões temáticos, discursivos, teóricos, metodológi-

* Departamento de História, PUC-SP/USP e Departamento de História, PUC-SP, respectivamente.

cos e críticos. Encontra-se respaldada em instituições reconhecidas pela sociedade e pelo Estado como detentoras do saber, tendo assim as universidades conquistado hegemonia, embora não exclusividade, enquanto lugar de produção do conhecimento histórico.

As academias convencionaram entre si normas para a elaboração e divulgação do conhecimento. Isto, embora se constitua em limites para a criação individual, também representa uma ampliação do próprio conhecimento, pois, ao criar códigos comuns de compreensão permite, com nitidez, visualizar linguagens específicas de reconhecimento internacional. Há, portanto, uma cultura acadêmica no interior da historiografia, intrinsecamente solidária aos demais elementos constitutivos da totalidade do pensamento histórico. Assim, a análise da produção acadêmica não pode restringir-se apenas aos conteúdos internos, explica-se também por aspectos conjunturais e estruturais próprios das formações históricas no interior das quais ela se realiza.

Ao expressar anseios, críticas, explicações sobre o passado e o presente da sociedade, a historiografia não poderia deixar de ser profundamente comprometida com os aspectos políticos que envolvem a produção do saber, em todas suas fases. Nessa medida, tratando-se de compreender o conjunto de teses e dissertações defendidas na PUC-SP, de 1945 a 1990, impõem-se à consideração momentos políticos diversos da luta pelo poder no Estado e sociedade brasileiros, dentro do confronto mundial entre as nações capitalistas e socialistas. A globalidade de tais implicações, nem sempre explicitamente observável, revela-se no rastreamento da historicidade do mundo acadêmico brasileiro pleno de enfrentamentos no interior das instituições universitárias e de lutas mantidas com outras instâncias do poder público e privado.

Evidentemente, a produção em foco é uma parcela dessa historicidade, nem sempre sincronizada com todos os elementos do conjunto, possuindo especificidades e ritmos próprios.

O quadro a seguir obedece a uma disposição cronológica da produção.

Quadro I

CORPO DOCUMENTAL: TESES E DISSERTAÇÕES DEFENDIDAS DE 1945 A 1990

ANO	19	45	57	60	65	67	69	70	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90
MESTRADOS			1		1	1	1	1	1	6	1	5	1	3	3	3	1	6	7	13	12	5
DOUTORADOS	1			1																		

TOTAL DE DEFESAS = 74

Há várias razões que justificam a periodização dessa produção em duas fases distintas: de 1945 a 1970 e de 1977 a 1990. Inicialmente, deve-se considerar que o ensino superior católico em São Paulo englobava a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras "Sedes Sapientiae", fundada em 1932, e a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de S.Bento, fundada em 1908, ambas ministrando cursos de bacharelado e licenciatura em História. Sucessivas reformas universitárias desmembraram, em 1971, essas duas faculdades, que se reconstituíram em novas unidades. Desse contexto nasceu, no mesmo ano, a Faculdade de Ciências Sociais e Serviço Social. Em 1976, por uma reforma do estatuto, houve novo desmembramento, surgindo a atual Faculdade de Ciências Sociais que abriga o Departamento de História.

A produção da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras "Sedes Sapientiae" estendeu-se de 1945 a 1970, com características que a distinguem da fase posterior, esta ligada à criação do sistema federal dos Cursos de Pós-Graduação.

Cabe aqui uma indagação: por que incluir a produção de 45 a 70 no corpo documental desta pesquisa na medida em que o Programa de Estudos Pós-Graduados só foi instituído em 1972? Ponderou-se, principalmente, sobre seu significado como material comparativo que confere à produção posterior uma expressão muito mais ampla.

Quadro II

PRODUÇÃO DE 1945 A 1970

TEMAS	1945	1957	1960	1965	1967	1969	1970
1. H. MODERNA .Jansenismo na França	1 D						
2. H. ANTIGA .Habit. Romanas .Siollia Pré-Helênica .Origens de Roma .Limites Hist. .Antiguidade		1 M			1 M	1 M	1 M
3. H. BRASIL .Relações Igreja Estado de São Paulo .Ensino Feminino em SP (Colônia, Império)			1 D	1 M			

TOTAL = 2 DOUTORAMENTOS 5 MESTRADOS

Antes de 1970, não havia no país uma política nacional homogeneizadora sobre a titulação acadêmica. As universidades estabeleciam seus próprios critérios de titulação - pelo menos aquelas que possuíam autonomia para tanto -, conseguindo o reconhecimento da comunidade científica segundo a reputação que desfrutavam. No que se refere às universidades oficiais do Rio de Janeiro e de São Paulo, a regulamentação do doutoramento precedeu a das demais por ter sido intimamente vinculada à institucionalização da carreira universitária, que tinha por objetivo prover cargos e funções públicas de acordo com a legislação.

Essas instituições, nestes anos iniciais, atraíram docentes da PUC, que nelas se titularam doutores. O mestrado somente passou a existir a partir de 1968, sem contudo se constituir em um passo obrigatório da carreira universitária. Isto, entre outras razões, esclarece aspectos lacunares da produção da PUC de 1945 a 70, pois alguns de seus docentes e alunos titulavam-se em outras universidades do país ou do exterior, principalmente aqueles que, pertencendo à carreira eclesiástica, encontravam acolhida em instituições de ensino superior ligadas ao Vaticano.

De qualquer forma, nesse período a PUC ainda não possuía uma política sólida quanto a seus títulos universitários. Durante vinte anos só foram registrados dois doutoramentos e dois mestrados. Salienta-se, também, que quatro trabalhos, de um total de sete, abordavam temas de História Antiga e somente a partir de 1965 detectou-se um fluxo mais constante de produção.

Há, contudo, algumas tendências aparentes quanto à natureza do conjunto, que parecem resultar de iniciativas individuais e de circunstâncias alcatórias. Uma delas é, sem dúvida, o caráter genérico dos trabalhos de História Antiga. Exploram temas de grande amplitude, presentes em compêndios universitários e apóiam-se, quase exclusivamente, em concepções afinadas à construção de quadros explicativos de épocas históricas. Não apresentam acréscimos às questões até então problematizadas em estudos filológicos e arqueológicos de autores alemães, italianos e franceses do início do século.

A única tese de História Moderna, *Influência do Jansenismo na história da França*¹, também se aventurava em assunto de considerável complexidade e extensão, recorrente na historiografia francesa da época, principalmente, em obras de fisionomia nacionalista.

No entanto, os trabalhos de História do Brasil caminharam em sentido diverso: precisos são seus objetos e inovador seu corpo documental. Evidentemente, não se busca uma explicação imediatista para a produção historiográfica, entretanto, a partir da década de 50, a cultura acadêmica vinha-se preocupando em explicar a formação

1. Irineu Leopoldino de Souza (1945).

histórica nacional pela análise de seus aspectos externos e internos. Elaboravam-se explicações econômico-sociais de caráter estrutural, expressas na historiografia por investigações baseadas na noção de processo histórico brasileiro. Esses trabalhos tinham como perspectiva ideológica desmistificar as versões anteriores, tidas como não científicas.

Dentro dessa perspectiva de voltar-se para a realidade do país, aparece, em 1960, um estudo sobre educação feminina em São Paulo², anunciando objetos e abordagem, que só foram retomados nos anos 80. A tese introduz o tema da mulher, trata a questão educacional por ela própria e não como reflexo, chegando mesmo a introduzir a palavra mentalidade em seu discurso. Além disso, reforça a prática da qual emerge o historiador da PUC naquele momento: a busca e a consulta de fontes primárias. Atuavam como professores orientadores nesse período: Alfeu Domingos Lopes, Giulio David Leoni, Leda Maria Pereira Rodrigues e Pedro Calmon.

O Programa de Estudos Pós-Graduados em História, criado em 1972, inicialmente se dedicou ao mestrado, instituindo apenas em 1990 o doutorado.

A regularidade da produção a partir de 1977 possibilitou auto-avaliações constantes, permitindo que em 1985, 1990 e 1991 fossem introduzidas mudanças decorrentes da própria dinâmica interna³ do Programa.

Assim, desde 1972 até 1991, o Programa teve como Área de concentração História do Brasil e como eixo temático Estado e Sociedade, abrigando duas linhas de pesquisa: História das Ideologias no Brasil e História dos Movimentos Sociais no Brasil (1985). Em 1991, o recém-criado doutorado (1990) e o mestrado alinharam-se em nova Área de concentração - História Social, tendo como eixo temático História e Cultura, compreendendo três linhas de pesquisa: Cultura e Cidade, Cultura e Trabalho e Cultura e Representação.⁴

Outra configuração conceitual caracteriza a produção do período de 1977 a 1990, oferecendo à reflexão elementos seriais organizados em conjuntos temáticos. Nos fins dos anos 70, o Programa de Estudos Pós-Graduados começava, com a defesa de oito mestrados, a firmar-se na posição de centro aglutinador de pesquisas históricas, que se consolidaria na década seguinte, atingindo o total de sessenta e sete mestrados em 1990. (Cf. Quadro III).

2. Leda Maria Pereira Rodrigues. *A instrução feminina em São Paulo*. Tese apresentada no concurso para provimento efetivo da Cadeira de História do Brasil, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras "Sedes Sapientiae".

3. Cf. Relatório do P.E.P.G.H. a CAPES, ano de 1992. Itens: Proposta do Curso, Justificativa e Mudanças.

4. Embora o corpo documental deste artigo tenha-se fechado no ano de 1990 pelo caráter substancial da reestruturação do Programa, não passou despercebido que os anos de 1991 e 1992 apresentaram elevado número de teses e dissertações defendidas vinculadas às linhas de pesquisa que vigoraram até 1991.

Quadro III

CLASSIFICAÇÃO DAS DISSERTAÇÕES DEFENDIDAS
NO PROGRAMA DE HISTÓRIA
SEGUNDO A TEMÁTICA ESTUDADA - 1977 A 1990

TEMAS	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	TOTAL/P.
1. Política/Estado		4	1	1		1				1		2		1	11
2. Movimento Operário/ Trabalhadores Rurais		1		1	1	1	1				1	2	2		10
3. Lutas Populares/ Condições de Vida									1	2		1	1	1	6
4. Arte/Autores								1			1		3	1	6
5. Economia				1			1				1	2			5
6. Cidade, Modernidade, Cotidiano												2	1	1	4
7. Imigração/Migrantes		1									1	1	1		4
8. Igrejas						1				1			1	1	4
9. Empresariado/ Organizações								1		1		1			3
10. Escravos				1							1		1		3
11. Historiogr. Brasil: Fontes											2		1		3
12. Instituições Sociais									1		1				2
13. Memória/ Comunidade							1						1		2
14. Romance Histórico												1			1
15. Instituições Governamentais								1							1
16. Micro-Regiões				1											1
17. História da Ciência	1														1
TOTAL = 67 Dissertações															

Poderia parecer de imediato que uma produção, abarcando apenas quatorze anos do Programa, dificilmente se caracterizaria por traços definidos. No entanto, o intenso compromisso do Programa com a historicidade de sua época foi capaz de gerar esta caracterização. Há um encadeamento temático, estreitamente vinculado às linhas de pesquisa escolhidas pelo Colegiado diretor do Programa, comprometido em interpretar a realidade social, e atuar no sentido de modificá-la.

É possível imaginar a apreensão cognitiva do material produzido pela relação que se estabeleceu entre autores, temas e interlocutores daí decorrentes. Nessa relação, nota-se que há trabalhos muito próximos entre si, que se desenvolvem no mesmo universo conceitual apreensível na observação de indicativos como: bibliografia e fontes consultadas, escolha e recorte do tema, intencionalidade e vocabulário contidos no texto. Há, em suma, uma forma de conceber a própria investigação e a construção do discurso, segundo um universo de representações sobre a contemporaneidade brasileira e o papel social do historiador, que concedem fisionomia própria a conjuntos de trabalhos no total da produção. Nutrem-se das mesmas matrizes teóricas envolvidas nas análises sobre uma época de ditadura militar e de desorganização da sociedade civil. São respostas possíveis a uma realidade hostil à vida universitária e à produção crítica.

O fim da década de 70 inicia um período com perfil muito nítido: a grande maioria das dissertações revela uma prática historiográfica cujo traço fundamental é a preocupação com a totalidade histórica, introduzida pela abordagem marxista e pela *École des Annales*. A bibliografia revela uma maior influência do marxismo pelo número de autores brasileiros ou estrangeiros dessa tendência mencionada. O resultado são trabalhos que primam por estabelecer relações entre as dimensões estruturais do real, deixando transparecer a existência de um princípio analítico localizado nas "relações de produção", já que os estudos partem da observação da situação econômico-social para analisar outras instâncias.

Uma questão muito explorada nesse período - não poderia ser diferente - é a questão das classes sociais. A palavra "classe" marca fortemente o vocabulário, datando um período historiográfico hoje em declínio.⁵

Em termos bibliográficos, existe uma predominância muito grande de obras que tratam de temas de economia e um número significativo de obras sociológicas. Em quase todos os trabalhos, essas obras superam numericamente as de historiadores.

5. Sobre o empresariado ver Jean Claude Silberfeld. *O grupo permanente de mobilização. Federação das Indústrias do Estado de S. Paulo* (1984). Ilka Stern Cohen. *Em nome das classes conservadoras: Associação Comercial de S. Paulo* (1986). Terezinha Ferrari. *Ensaio de Classe: o Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem de S. Paulo 1919-1931* (1988).

A ditadura militar, instaurada em 1964, e a resistência dos partidos de esquerda aguçavam o interesse pelo estudo do autoritarismo e da história do Partido Comunista no Brasil. Sobre esses temas incide o maior número de dissertações defendidas, buscando compreender as origens do fracasso democrático brasileiro. Essa arqueologia do pesadelo que atormentava o país levou à concentração de pesquisas, principalmente, em torno da década de 30, momento detectado como gerador das contradições contemporâneas.⁶

Os estudos sobre o pensamento conservador, tendo como perspectiva mais abrangente a análise ideológica, centravam-se em uma série de autores, entre eles Plínio Salgado e Gustavo Barroso⁷. Igualmente, este rastreamento do autoritarismo foi responsável pela abertura de inédito campo de investigação: o da extrema direita monarquista⁸, precursora da radical organização Tradição, Família e Propriedade, bastante influente no governo ditatorial.

Assim, em 1990, surgia o primeiro trabalho vinculado diretamente à Revolução de 64: *Limites da imaginação criadora. Os discursos parlamentares no Governo Geisel 1974-1978*.⁹

A questão política aparece também em outros temas não necessariamente ligados ao autoritarismo e ao Estado e com outras formas de abordagem como, por exemplo, a ênfase no conflito de grupos gerando lutas internas de poder¹⁰. Esses trabalhos vêem a luta política sendo gestada nas relações sociais e nas relações de produção, mas introduzem conceitos e vocabulário encontrados em autores marxistas que trabalharam enfaticamente a questão do poder como Althusser, Gramsci e Poulantzas.

6. Alguns exemplos: Vera Hercília F. Pacheco Borges. *A História de uma esperança e muitos desenganos: Getúlio Vargas e a imprensa paulista 1926-1932* (1978). Francisca Simão de Souza. *Interventorias no Ceará Política e Sociedade* (1982). Wilson Montagna. *A aliança Nacional Libertadora e o partido comunista brasileiro* (1988). Cleide Lopes. *Em cima do acontecimento - A revolução de 30 e a imprensa paulista* (1988).

7. Maria do Pilar de Araújo Vieira. *Em busca do sigma. O pensamento político de Plínio Salgado* (1978). Antonio Rago. *A crítica romântica à miséria brasileira. O pensamento integralista de Gustavo Barroso* (1989). Foram defendidas em 1992 ainda duas dissertações nesta linha, sobre Azevedo Amaral de autoria de Maria Aparecida de Paula Rago, e sobre Guerreiro Ramos de autoria de Elisabeth Juliska Rago.

8. Tereza Maria Malatian. *A ação imperial patrianovista* (1978).

9. Vitória Rodrigues e Silva. Em 1991, 92 e 93, várias dissertações foram defendidas sobre esse tema, à guisa de exemplo confira *Memória e Poder: as criações memorialísticas e o regime de 64*, de Lucileide Costa Cardoso (1993).

10. Marly Maria Kopczinski. *Estruturas de poder numa economia de subsistência* (1980). Denise Monteiro Takeya. *Um outro nordeste: o algodão na economia do Rio Grande do Norte* (1983). Conceição Aparecida Fornasari. *Do monopólio da propriedade da terra ao monopólio açucareiro em Santa Bárbara do Oeste* (1988).

A vitória da Revolução Cubana em 1959 e a irradiação de suas idéias, propostas e práticas para o terceiro mundo, as promessas de felicidade colocadas pela "revolução cultural chinesa" e vivenciadas como se já fossem a própria felicidade, os movimentos de maio de 68, a vitória do Vietnã em 75 foram eventos que motivaram a euforia das esquerdas nesse período, em função da sensação de que a utopia socialista pouco a pouco se realizava. Intelectuais, artistas e escritores reforçam sua atenção às classes desfavorecidas, aprofundam sua sensibilidade face ao sofrimento coletivo, enfatizam o sentimento de solidariedade. Relembrando a situação brasileira, tem-se o auge e o declínio do milagre econômico, períodos marcados por enorme concentração de renda, realidade nebulosa na fase áurea, extremamente visível no período de seu esgotamento. Acirram-se as contradições de classe, surgindo movimentos armados no campo e na cidade contra a ditadura militar. Trabalhadores se movimentam, recriando sua condição, sua auto-imagem e colocando a palavra trabalho no centro do vocabulário político nacional¹¹. Provavelmente, todas essas vivências tenham uma relação com o lugar ocupado nas ciências sociais e, posteriormente, na história pelos temas referentes às classes trabalhadoras.

Uma primeira forma historiográfica tomada por esse interesse foi o estudo do movimento operário. O impulso em direção à classe trabalhadora se reforça e, nos anos 80, cada sinal de mobilização popular era atentamente observado pelos cientistas sociais. Buscava-se, ansiosamente, compreender as questões da cidadania e lutar por elas. Aprofunda-se, a partir daí, um importante campo de reflexão sobre movimentos sociais. Os estudos anteriores, que davam aos operários apenas a função de força produtiva ou confinavam a classe trabalhadora nos quadros das organizações formais, foram questionados, surgindo a proposta de um novo olhar, suficientemente amplo, capaz de captar o viver pleno desses setores da população.

Poder-se-ia dizer que, no início da década de 80, a crítica ao leninismo é elemento constitutivo da nova força de esquerda que se constrói no país. Do ponto de vista do conhecimento, um dos aspectos mais fortes desta postura crítica foi o questionamento da concepção de vanguarda, que teve como efeito analítico o deslocamento das lideranças (pessoas ou partidos) do lugar privilegiado que ocupavam na feitura da História. O sujeito histórico passou a ser o homem anônimo, o lutador até então ignorado.

Embora essa postura tenha alimentado a constituição do mencionado novo olhar, em alguns casos, levou à construção do "mito-povo" ao homogeneizar as "massas" na condição de portadoras de todas as virtudes. Esta e outras idealizações

11. Investigações sobre a formação do proletariado brasileiro focalizaram sua atenção sobre o trabalho escravo e a imigração: Lucia Helena Gaeta Aleixo (1980), Maria Evilnandes Petruskas (1987), Antonia Terra de Calazans Fernandes (1989), Maria Irani Boldrini (1989), Mercedes Gassen Kothe (1987).

acabaram por produzir um discurso historiográfico que poderia ser chamado de "militante" e que, geralmente, revela uma concepção de História que incorpora o futuro na análise do passado e do presente, substituindo a observação pela pregação de uma utopia. Temas importantes de história política aparecem despolitizados nesta prática historiográfica à medida que a crença no desejo como artifice da história obscurece o jogo do poder que nela se coloca incessantemente.

Nos anos 80, a produção historiográfica da PUC se aproxima muito da produção sociológica em termos de objetos, temporalidade trabalhada e procedimentos metodológicos. São analisados fenômenos recentíssimos e pontuais como, por exemplo, o caso de uma dissertação cujo tema se refere à década de 80, defendida em 86 e, que, segundo o autor:

o objetivo do [...] trabalho não foi o de recuperar a história dos movimentos populares em Santo André, mas limitou-se a estudar o comportamento das classes populares de alguns desses movimentos.¹²

A bibliografia dos trabalhos revela o extremo parentesco entre a Sociologia, a Ciência Política e a História, bem como a utilização de memórias de militantes do movimento operário, documentação sobre greve e jornais como fontes.¹³

A atenção do olhar historiográfico em direção à vida do trabalhador rural e urbano abre um leque infinito de novos objetos¹⁴. A historiografia passa a contemplar temas como habitação, saúde, lazer, religião, alimentação, costumes, emoções, lembranças, etc. Revela-se a necessidade de pesquisar a intimidade da História. É sintomática a emergência da palavra "cotidiano" nas dissertações da segunda metade da década de 80.

O desenvolvimento temático rico em sugestões teóricas apontou para novas problemáticas que orientariam mudanças introduzidas no Programa em 1990: as linhas de pesquisa Cultura e Cidade, Cultura e Trabalho, Cultura e Representação. Essas novas perspectivas encontram-se também nas pesquisas dos professores

orientadores do Programa¹⁵ Antonio Pedro, Déa Ribeiro Fenelon, Elias Thomé Saliba, Estefânia Knotz Canguçu Fraga, Holien Gonçalves Bezerra, Leda Maria Pereira Rodrigues, Marcia Mansor D'Alessio, Maria Antonieta Antonacci, Maria Irges Borges Pinto, Yara Aun Khoury, Yvone Dias Avelino.

Autores como Foucault, Walter Benjamin, Raymond Williams, E. P. Thompson, Raphael Samuel, os da "nova história francesa" e outros suscitavam problemas desafiadores para o historiador. Era o fim das explicações esquematizantes e gerais; começava-se a valorizar os particularismos, neles descobrindo novos espaços de luta e resistência.

Além da Sociologia e da Ciência Política, a Antropologia consorciava-se com a História: o inusitado e o diferente constituem-se em objeto de conhecimento. Porém, não se trata mais da concepção de culturas exóticas, objetos da antropologia no passado, mas do diferente dentro do conhecido, do "outro" dentro do "nós". E novamente há um desdobramento de temas antes não visitados. A palavra cultura é a melhor solução semântica para cobrir um universo tão amplo, tão anti-convenicional, porém tão histórico. Esfacela-se a univocidade que, por vezes, a montagem do discurso demonstrativo exigiu. Foucault é bem vindo ao pulverizar o poder por todos os poros do tecido social. O filósofo-historiador passa a constar da bibliografia em dissertação de 1986.

No impulso em direção à subjetividade e à intimidade, a memória faz sua aparição, passando a ocupar, futuramente, amplos espaços na reflexão.

Lutas populares por melhores condições de vida emergem como temas priorizados pelas dissertações¹⁶. Estes objetos imbricam-se em vários casos com a ação de agentes de movimentos religiosos, principalmente os pertencentes às Comunidades Eclesiais de Base, filhos da Teologia da Libertação. Também este viés, encontra-se implícito em significativo número de trabalhos sobre Cidades.

Quando Paul Veyne afirmou que Foucault revolucionou a História, sabia que os seus trabalhos seriam referências obrigatórias em pesquisas sobre o saber, o cotidiano, o pensamento como prática, o higienismo, etc. Isto sucede exemplarmente

12. Antonio de Almeida. *Movimentos sociais urbanos. Conteúdo social do movimento popular na cidade de Santo André*.

13. Cf. entre outras, Yara Maria Aun Khoury. *As greves de 1917 em S. Paulo e o processo de organização operária* (1978); Helena Pignatari Werner. *A greve de 1909 na Vidraria Santa Marina e seus reflexos em Osasco* (1980).

14. Cf. Maria do Rosário da Cunha. *A classe operária: uma temporada no paraíso - Rio de Janeiro 1923-1924* (1987); Vera Lúcia Vieira. *Cooptação e resistência: um estudo sobre o movimento operário em S. Paulo de 1945 a 50* (1989); Estevão Lukacs Junior. *Terras carregadas de vidas e peripécias de um processo revolucionário: O caso de la Convención Peru 1958-63* (1988).

15. Há professores que atuaram no Programa de 1977 a 1983, são eles: Antonio Carlos Bernardo, Casemiro dos Reis Filho, Constança Marcondes César, Evaldo Amaro Vieira, José Cláudio Barriguelli, Leon Pomier, Luciana Silveira de Aragão Frota e Paulo-Edgar Rezende, orientadores de uma dissertação; Helena Fanganiello e Mauricio Tragtemberg, orientadores de duas e três dissertações, respectivamente.

16. Erivaldo Fagundes Neves. *Invasões em Salvador: um movimento de conquista do espaço para morar 1946-1950* (1985); Antonio de Almeida. *Movimentos sociais urbanos: conteúdo social do movimento popular na cidade de Santo André* (1986); Geraldo Francisco Filho. *O aumento dos contingentes favelados na cidade de S. Paulo de 1975 a 1985: o problema da moradia* (1986); Geraldo Antonio Rodrigues. *Lutas populares de saúde e a pastoral católica na Zona Leste 1968-1988* (1988).

em dissertações que se voltam para o desvendamento do universo urbano e da modernidade, recorrendo também a autores nacionais e estrangeiros afinados com interpretações sócio-culturais.¹⁷

Na configuração das mudanças do pensamento histórico, vão assumindo relevância assuntos vinculados às atividades artísticas, sejam elas oriundas da cultura popular, erudita ou acadêmica e da indústria cultural. Adorno, Barthes, Benjamin, Eisenstein, Franca, A. Hauser, Freud, Nietzsche, O. Paz e R. Williams com mais frequência que outros visitam as bibliografias dos trabalhos mais recentes ao lado dos modernistas brasileiros e de seus críticos. Os mestres debruçam-se sobre Oswald de Andrade, Adonias Filho, Alcântara Machado, na música popular, "arte engajada".¹⁸

Dentro desses parâmetros teóricos, os pesquisadores passaram também a utilizar-se de documentação oral, realizando entrevistas com depoentes que lhes possibilitassem entrever diferentes opiniões sobre os acontecimentos ou lhes fornecessem as chaves para a compreensão dos sentimentos aflorados pelas reminiscências.¹⁹ Atualmente, já é visível o prestígio que depoimentos orais conseguiram na produção acadêmica. Incorporados ao discurso histórico, ainda que de forma polêmica, relatos e histórias de vida contribuem para atribuir-lhe, cada vez mais, caráter imediato/presentista.

Nos anos de 1991 e 1992, o Programa de Estudos Pós-Graduados em História teve 38 dissertações de mestrado e aprovada sua primeira tese de doutoramento.²⁰ Esses trabalhos evidenciam persistências temáticas e metodológicas incidentes ainda sobre: autoritarismo, lutas populares, saúde pública, higienização e disciplinarização urbanas, relações de trabalho e modernização da produção.²¹

17. Denise Bernuzzi de Sant'Anna. *O prazer justificado: Lazer em São Paulo 1969-1979* (1988); Ednea Mascarenhas Dias. *Manaus 1890-1920. A ilusão do Fausto* (1988); Glicia de Carvalho Aragão. *As relações de poder em uma instituição psiquiátrica* (1988); Hermetes Reis Araújo. *A invenção do litoral. Reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na primeira república* (1989); Henrique Luiz Pereira Oliveira. *Os filhos da falha. Assistência aos expostos e remodelação das condutas em Desterro 1828-1887* (1990).

18. Cf. respectivamente: Maria de Lourdes Eleutério (1987), Elaine Sabra Vieira (1990), Lea Lopes Martins (1984), José Geraldo Vinci de Moraes (1990), Marcos Justo Tramontini (1989).

19. Como exemplo ver *Recortes do imaginário social de pescadores profissionais artesanais em águas fluviais. O caso da colônia de pescadores z-4, com sede em Aquidauana-MS, 1954* de Carlos Frederico Corrêa da Costa (1989).

20. Maria Bernardete Ramos Flores. *Teatros da vida, cenários da história. A farra do boi e outras festas na Ilha de Santa Catarina*.

21. Cf. respectivamente: Célia Cerqueira de Araújo (1991), Pedro Pereira Torres (1992), Eduardo Vilela Thielen (1992), Sebastião Rogério de Barros da Ponte (1992), Eleana Tadeu Terci (1991).

Emergem, nesse grande conjunto da produção atual e com forte presença, temáticas relacionadas à situação feminina, situação do menor, práticas e culturas religiosas, música popular, imagens do urbano, imprensa infantil, esporte e lazer de massa. Essas pesquisas vinculam-se, na sua maioria, à história das representações que concedem lugar hegemônico à análise²² das manifestações culturais.

A pesquisa dos trabalhos acadêmicos da PUC-SP revelou algo importante a ser ressaltado, qual seja, a dinâmica interna da produção. Tendências historiográficas distribuem-se no tempo cronológico e aparecem configurando períodos. Evidentemente, os "acazos" ou produções dispersas existem, porém não com presença suficiente para abafar o perfil da época dado por uma permanência de procedimentos, que têm em geral, a duração de uma década.

Constata-se, portanto, momentos conjunturais da produção que a datam e, por conseguinte, historicizam-na. Foi esta realidade temporal que permitiu algumas observações sobre a natureza da produção acadêmica - que se revela *coletiva* no sentido de que os estudos se referenciam e se apoiam uns nos outros. Criam-se espécies de códigos que são utilizados nos trabalhos de uma época, de um momento. Poder-se-ia chamá-los *matrizes*, entendendo por elas formulações ou elaborações significativas, que passam por um processo de consolidação e são usadas para analisar diferentes situações históricas. Essas elaborações bem sucedidas tornam-se matrizes - quase pressupostos - quando são muito satisfatórias enquanto compreensão do real histórico. Por outro lado, pode-se pensar (foucaultianamente) no seu surgimento como resultado natural da disputa de espaço pela hegemonia na arena do saber. Nesta correlação de forças específica e idiossincrática, interpretações vitoriosas se consolidam. Se estas hipóteses fazem sentido, dificilmente uma poderia ser desvinculada da outra.

Não só matrizes e métodos revelam o caráter coletivo da produção acadêmica, mas também temas e objetos. A transformação historiográfica se dá quando ocorre uma espécie de saturação de reflexões, ou seja, quando a produção mostra que suficiente reflexão já foi feita naquele momento, sobre aquele tema, com aquela abordagem. A partir daí, matrizes, métodos e objetos passam a compor um código que data historicamente a produção. O impulso "externo" de transformação da historiografia é dado pela própria História, na sua condição de produtora de situações de duração conjuntural. Ou seja, existe uma relação íntima entre situações históricas

22. Cf. respectivamente: Maria Bueno Bastos (1992), Maria José Menezes (1991), Cleusa Beraldi Colombo (1991), Vitor Gabriel de Araújo (1991), Laura Antunes Maciel (1992), Olga Brites (1992), Plínio José Labriola de Campos Negreiros (1992).

vividas e construção de objetos de investigação que se renovam a partir do impacto de vivências coletivas imediatas.

Outros elementos identificam, ainda, a cultura histórica acadêmica. No que concerne a fase de exposição, o vocabulário revela claramente o período em que a reflexão foi feita; palavras e expressões aparecem e desaparecem datando o conjunto da produção. Em se tratando da fase de investigação, fontes e bibliografia dão igualmente visibilidade a conjunturas intelectuais específicas.

CULTURA E HISTÓRIA SOCIAL: HISTORIOGRAFIA E PESQUISA*

*Déa Ribeiro Fenelon***

I

Falar de Cultura e História Social em termos amplos, para poder acentuar mais especificamente alguns de seus desdobramentos, seja em temas como o trabalho, a cidade ou a cultura popular, preocupações dominantes e constantes da Historiografia Brasileira, requer alguns cuidados e algumas ponderações antes que nos lancemos ao debate que é aqui nossa intenção, na esperança de que se possa discutir posições, dúvidas, trabalhos em andamento e assim contribuir para o avanço das perspectivas de todos nós, historiadores do momento.

Com a minha atuação nestes debates e, portanto, com longos anos de experiência docente em acompanhá-los junto aos meus colegas, alunos e orientandos, creio ser possível reconhecer e admitir que temos caminhado bastante, ainda que a polêmica, por exemplo, não tenha se instaurado entre nós como prática saudável e seja sempre encarada como ataques pessoais, desqualificadores, ou disputa de espaço e de poder, em bases competitivas.

Em primeiro lugar, será preciso esclarecer nosso reconhecimento de que a discussão da categoria cultura, pensada como campo de possibilidades aberto pela História Social, da qual pretendemos falar aqui, assim como de inúmeras outras, vem se apresentando entre nós com nuances específicas, em discussões matizadas pelas teorias em que se originam, em debates com cientistas sociais, principalmente antropólogos, sociólogos, educadores, arquitetos, etc., em grupos de estudos ou seminários de pesquisa, naturalmente marcadas pelos interesses dos pesquisadores

* Este artigo, que inicialmente foi apresentado em uma palestra no programa de Pós Graduação em História da UNESP, Assis, em maio de 1993, e posteriormente, mais desenvolvido, no Seminário "História Hoje", do programa de História, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, em novembro de 1993, se constituiu, na verdade, a partir de discussões e reflexões compartilhadas com os alunos do Curso de Doutorado em História da PUC-SP (turma de 1993), quando realizamos juntos um Seminário intitulado "Cultura e História Social", durante o 1 Semestre letivo de 1993.

** Departamento de História, PUC-SP.

em suas investigações e a partir das diferentes abordagens de seus objetos específicos de análise.

Também é preciso lembrar que, por se tratar de espaços muito restritos de discussão, os resultados ou os avanços apresentados como produto final, seja em teses, monografias, ou em artigos, ou em seminários de pesquisas e mesas ou comunicações em congressos, têm permanecido mais para inéditos que postos em cena para divulgação e avaliação. Meritório pois, os esforços que fizeram surgir, nestes últimos anos, várias revistas de História, traduzindo expectativas de que as dificuldades para divulgação sejam diminuídas.¹

Existe ainda uma tendência a considerar. O fato de alguns historiadores se colocarem no debate historiográfico, de maneira diversa aos esquemas teóricos reconhecidos e incorporados por alguns membros da academia é visto como significando uma disputa pela hegemonia das construções históricas. Daí muitos autores partem para disseminar rótulos tais como militantes ou neo-militantes, querendo com isto contestar ou desqualificar os resultados e as pesquisas pela perda do seu caráter acadêmico. Contribuiria mais para o debate se nos dispuséssemos a enfrentar as decorrências políticas das posições adotadas nos resultados da historiografia e, sobretudo, no ensino de História.

De outro lado, há os que, reclamando uma postura teórica mais definida, nunca se questionam sobre as implicações políticas das concepções que assumem e, com isto, praticam uma história abstrata e intelectualizada, a partir da qual se colocam como definidores dos caminhos mais "corretos" e das temáticas e abordagens mais "verdadeiras", para contestar outras posições, defendendo assim um conhecimento histórico em uma só posição, ou versão, ou possibilidade. Com isto, produzem uma versão autoritária e excludente para a historiografia.

Ao contrário disto, queremos dizer, que se estamos lutando por algo, seja em nossa prática social, seja na acadêmica, é pelo reconhecimento da diversidade, da pluralidade, do direito de batalhar pela construção de projetos alternativos e, sobretudo, de considerar que a nosso ver estaremos produzindo uma história que será sempre política, porque inserida no seu tempo e comprometida com ele. Por isso, vale enfrentar qualquer debate, que leve em consideração essa possibilidade, na es-

1. Além das revistas mais antigas como a *Revista de História*, da USP; a *Revista Brasileira de História*, da ANPUH; *HISTÓRIA: Questões e Debates*, da APAH; *Estudos Históricos*, do CPDOC; *Projeto História*, da PUC-SP; *Estudos Ibero-americanos*, da PUC-RS; *Revista do Departamento de História*, da UFMG; bem como a *Revista História*, da UNESP; *Resgate*, do Centro de Memória da UNICAMP e *História & Perspectivas e Cadernos de História* (experiências e questões de ensino), ambas do Departamento de História da Universidade de Uberlândia, surgem agora outras revistas como *Textos de História*, da Pós Graduação da UNB; *Anos 90*, da Pós Graduação em História, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e *Pós História*, da UNESP/Assis.

perança de estarmos, de alguma maneira, com nosso trabalho ajudando a construir o futuro, na perspectiva transformadora a que sempre nos propusemos.

Essa posição, que estamos colocando aqui para discussão, leva em conta o suposto de que, em se tratando da historiografia, estamos falando de uma prática intelectual distinta do movimento da história, sem desprezar todos os problemas das relações entre teoria e história.

Há, ainda, mais algumas questões a serem assinaladas. Seja qual for a natureza do trabalho historiográfico que realizarmos envolvendo a cultura, ou as conceituações que possamos desenvolver para a cultura popular, será preciso admitir a impossibilidade de tratá-la (a cultura) no singular, pensada como capaz de abarcar em si mesma a história como totalidade, ou tomá-la como fator determinante de todo o processo, a partir de pontos de vista classificatórios. Falamos sim de culturas no plural e nunca poderemos considerá-la como campo exclusivo de uma só disciplina, seja a história, seja a antropologia ou qualquer outro ramo do conhecimento do social.

E, finalmente, dizer que, no caso brasileiro, esta discussão apenas começou, encontrando-se ainda na busca de espaços para se constituir como preocupação de cientistas sociais comprometidos com uma conjuntura de ampla utilização da cultura como domínio da investigação e muito mais da política. Como última questão, queremos destacar, para fins de debate e de diálogo: que posições teóricas e metodológicas constituem sempre opções políticas para alguns e apenas opções intelectuais para outros.

II

Não é novidade o interesse dos historiadores pela temática da cultura em geral, principalmente se pensarmos no vasto campo de investigação aberto por novas perspectivas de História Social. Este foi, certamente, um dos maiores efeitos da História Social trabalhada a partir das décadas de 60 e 80: o de ampliar o mapa do conhecimento histórico e legitimar novas áreas para investigação.

Essa ampliação fez surgir ou possibilitou a incorporação de inúmeras temáticas como o urbano, a mulher, a família, o crime, a infância, a educação e outros, todos reclamando um lugar dentro do contexto mais amplo da História Social e da temática da cultura. Em geral, os historiadores que se dedicam a essas temáticas consideram mais fácil praticar a História Social do que defini-la, provocando em seus mais acerbos críticos a insistência em acentuar seu caráter descritivo, reclamando uma maior explicitação teórica e uma localização mais precisa no debate existente sobre a produção historiográfica.

Não há como negar, foi a partir de suas concepções e perspectivas (as da História Social) que os chamados 'temas malditos', ou seja, quase todos que tratam dos excluídos sociais, sejam pobres, vagabundos, prostitutas, negros, mulheres, índios, etc., encontraram guarida nessa historiografia. Também hoje as investigações sobre grupos jovens, sua música e suas práticas, a música popular, as festas comunitárias, a cultura popular enfim, constituem objetos legitimados pela História Social, e desenvolvidos com rigor metodológico, que os trazem para o campo de discussão, já instaurado sobre a cultura.

Para o ensino, a História Social ofereceu a possibilidade de substituir perspectivas exclusivamente lineares de uma história contínua e factual, proporcionando ocasião para o surgimento de propostas de estudos temáticos, nem sempre entendidos e aceitos, mas de reconhecida validade, para quantos pretendam desenvolver, em seus alunos, habilidades incontestáveis, quanto à formação do raciocínio e do pensar históricos. Isso permitiria um ensino de História que não fosse apenas uma sucessão de fatos ou "arrumações" de temas ou tópicos de programa, que considerasse a perspectiva de que "afinal há uma história tal qual aconteceu" e que precisa ser ensinada, como a única capaz de "organizar" o conhecimento histórico, nos níveis de 1º e 2º graus. Poderíamos trabalhar de outra maneira, experimentar outras propostas e a partir da História Social isso seria possível.

O debate continua e se torna mais saudável na medida em que contribui para explicitar posições e, a partir dos questionamentos apresentados, provocar maiores reflexões sobre o trabalho dos historiadores, tanto nesta área como em outras. Talvez assim, nós os historiadores, nos acostumássemos à discussão teórico/metodológica tão exígua entre nós e ao mesmo tempo tão necessária, pois só assim estaremos praticando a nossa disciplina e exercitando nossos compromissos.

Além disso, a História Social recolocou inúmeras questões no que diz respeito a uma variedade bem grande de registros documentais, facilitando investigações antes consideradas impossíveis pela inexistência de fontes, ou pelo não reconhecimento deste estatuto a materiais inexplorados.²

Sobre estas perspectivas basta acompanhar as reflexões de Carlo Ginzburg, para falar apenas de um historiador, dentre muitos, e que no caso é bastante conhecido dos brasileiros. A propósito de suas investigações em Arquivos e processos da Inquisição e seu interesse em questões de bruxaria e feitiçaria, Ginzburg está sempre salientando o caráter indireto dessas fontes e chama a atenção para a tendên-

2 Raphael SAMUAL. "What's Social History". In: *What's History Today? History Today/Macmillan*. Londres, 1988. Existe tradução espanhola na *Revista História Social*. Instituto de História Social UNED, Valência, nº 10, 1991.

cia do investigador em conduzir o desconhecido ao conhecido e ao familiar e os riscos de assim distorcer elementos da análise. Trabalhando com processos crime recomenda:

Os caminhos do juiz e do historiador são coincidentes durante um certo tempo, mas logo divergem inevitavelmente. O que tenta reduzir o historiador a juiz simplifica e empobrece o conhecimento historiográfico, mas o que tenta reduzir o juiz a historiador contamina irremediavelmente o exercício da justiça... isto supõe passar do plano da mera possibilidade ao da asserção do fato, do condicional ao indicativo. É um desvario lógico paradoxalmente baseado em um abuso da chamada "prova lógica" (que mais justamente poderia chamar-se "prova contextual"). Mas a diferença dos desvarios dos historiadores, os dos juizes têm conseqüências imediatas e mais graves. Podem levar à condenação do indivíduo inocente.³

Se levarmos em conta além de outros tipos de fontes textuais, os diferentes suportes documentais como a fotografia, o cinema, o vídeo, a pintura, as artes plásticas, o desenho, a charge, colocando em cada um deles dificuldades e soluções específicas e provocando, para os historiadores, uma infinidade de questões que quase sempre só podem ser desenvolvidas a partir do contexto da investigação, podemos acompanhar as discussões daí resultantes.

Certamente é preciso considerar que o uso de todos esses registros como "novas fontes" históricas a serem analisadas nos colocam, de imediato, a consideração de que tal como as fontes textuais, essas precisam ser desvendadas para delas extrair o não dito, as entrelinhas e aquilo que potencialmente permite olhares e leituras diversas. Por isso mesmo os trabalhos até aqui apresentados, no caso brasileiro, indicam uma corajosa exploração do tema sobre o qual ainda existem mais indagações do que propriamente orientações seguras à análise.⁴

3. Carlo GINZBURG. "O inquisidor como antropólogo: uma analogia e suas implicações." In: *A Micro-história e outros ensaios*. Lisboa, Difel, 1989. Também na Introdução de *O Queijo e os Vermes*. São Paulo, Cia. das Letras, 1987, e *El Juiz y el Historiador*. Madrid, Anaya e Mário Muchnik, 1993, (pág. 112). Sobre o assunto ver mais: *Mitos, Emblemas, Sinais. Morfologia e História*. São Paulo, Cia. das Letras, 1989 e "Morelli, Freud and Sherlock Holmes: Clues and Scientific Method." In: *History Workshop*. Issue 9, Spring, 1980, p. 5/36.

4. Importante reconhecer a trilha aberta por Miriam Moreira LEITE em seus inúmeros artigos sobre o assunto e agora seu último livro *Retratos de Família*. São Paulo, EDUSP/FAPESP, 1993. Interessante também o trabalho de Eduardo Vilela THIELEN. *Imagens da Saúde no Brasil - a fotografia na Institucionalização da Saúde Pública*, sob a orientação da profª Yara Aun Khoury, no Mestrado de História da PUC-SP, em 1992. Sobre as possibilidades do historiador trabalhar com filmes como documentos históricos, ver o artigo de Maria Antonieta ANTONACCI. "Do cinema mudo ao falado: Cenas da República de Weimar". In: *História*. Ed. UNESP. São Paulo, v. 10, págs. 41, 70, 1991.

A discussão sobre o caráter documental da fotografia vem desde a década de 30, quando fotógrafos começam a usar a referência de documento para diferenciá-la da fotografia de informação, comercial, propaganda ou outras. Para os historiadores, todas elas, em suas diferentes abordagens ou finalidades servirão como fontes a serem submetidas ao crivo das investigações do pesquisador.⁵

Já a fonte oral ou a construção de uma documentação oral, através de entrevistas e depoimentos, vêm merecendo maior atenção dos historiadores e colocam interessante polêmica entre seus adeptos, seja na discussão teórica sobre a possibilidade de uma História Oral, na existência de uma tradição oral a ser considerada ou nas técnicas de sua concretização. Nesta perspectiva o CPDOC é pioneiro no Brasil e seus trabalhos, caracteristicamente na linha da reconstrução da História Política do Brasil Contemporâneo, vêm acontecendo há algumas décadas.⁶

Em outra perspectiva, a documentação oral vem sendo utilizada para recuperar possibilidades de trabalhar com temáticas contemporâneas ou aproximar-se de grupos e movimentos sociais, onde a tônica de sua prática não é a escrita e o analfabetismo é uma constante.⁷

Nesta direção de relacionar o uso das entrevistas para trabalhos com a Memória e inspirados nas atividades da *HISTORY WORKSHOP*, o Departamento do Patrimônio Histórico (DPH), da Secretaria Municipal de Cultura, de São Paulo, sob nossa direção, realizou, no período de 1989/1992, com a orientação da Professora Maria Célia Paoli, interessantes experiências de registro de depoimentos para retomar

5. James GUIMOND. *American Photography and the American Dream*. The University of North Carolina Press, Chapel Hill, 1991, que faz interessante discussão sobre a abordagem cultural que a fotografia permite "para estabelecer a relação entre as idéias americanas sobre sua nação e a sua própria maneira de ilustrarem particularmente estas idéias, através da fotografia entre 1899 e 1980". Excelente também sobre o assunto é o livro de Alan TRACHTENBERG. *Reading American Photographs*. New York, The Noonday Press, 1990.

6. Michael HALL. "História Oral: os riscos da inocência". In: *O Direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania*. São Paulo, PMSP/SMC/DPH, 1992, onde o historiador alerta para os riscos de uma abordagem simplista da oralidade. Existem inúmeras publicações do CPDOC, principalmente de Aspásia Camargo sobre a organização do Acervo da FGV. O trabalho de Verena ALBERTI, *História Oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 1989, sistematiza as perspectivas e as técnicas de trabalho adotadas naquela instituição.

7. Exemplos interessantes e sugestivos destas práticas de registro oral surgiram no V Colóquio Internacional de História Oral, realizado em Barcelona, em 1985 e que resultou na obra organizada por Mercedes VILANOVA. *El Poder en la Sociedad. Historia y fuente oral*. Barcelona, 1986. A partir de 1989 VILANOVA se torna editora de uma Revista *Historia y Fuente Oral*. Universidade de Barcelona. Também com grande influência entre nós é a obra de Paul THOMPSON. *A Voz do Passado*. São Paulo, Paz e Terra, 1992. Além destes: David HENIGE. *Oral Historiography*. New York, Longman House, 1985. Muito sugestivo é o livro de Jeff KISSELOFF. *You Must Remember This. The Oral History of Manhattan from the 1890 to World War II*. New York, 1989. E o mais interessante de todos de Joel MAKOWER. *Woodstock The Oral History*. New York, Doubleday, 1989.

aspectos do Movimento do Sindicato dos Trabalhadores do Cimento, Cal e Gesso, de Perus, dos trabalhadores aposentados do Sindicato de Trabalhadores da Fiação e Tecelagem, do Movimento de Saúde, da Zona Leste de São Paulo e de alguns Movimentos por Moradia, da Zona Sul de São Paulo. Os resultados foram importantes para a informação e estudos do processo de Tombamento da área da antiga Fábrica de Cimento de Perus, para compor exposições realizadas nas Casas Históricas da cidade, sob a responsabilidade do DPH e, sobretudo, significou a possibilidade, que era afinal o objetivo maior dos projetos, de assessorar os movimentos sociais na organização e sistematização de seus acervos e arquivos, controlados por eles mesmos para a necessária preservação de sua Memória.⁸

No trabalho com as diferentes fontes e registros evocamos então a discussão sobre a História e Linguagens, como bem nos lembra Marcos A. da Silva, pois

se revela essencial como uma via de acesso a níveis de historicidade do trabalho. Falar sobre a militarização dos corpos no lugar do trabalho, no cotidiano familiar e no lazer dos trabalhadores, por exemplo, requer uma observação sistemática a partir do contato direto com os grupos estudados - quando isto é possível - e com documentos que os envolvam e ou registrem. É o caso de fotografia, cinema, desenho, vestimentas, regras e práticas de lazer (esporte, dança, etc.) de sexualidade, relações de diferentes ambientes com o corpo, articulação de técnicas corporais com maquinárias, etc. A importância de um trabalho dessa natureza com as linguagens corporais, que necessariamente apela para outras linguagens - arquitetônica, fotográfica, da moda, da alimentação - e para as possibilidades sociais de sua realização por diversos grupos, pode ser avaliada a partir de sua contribuição para a ampliação de problemáticas de artes, técnicas e disciplinas, concretizando-as como suporte da ideologia, em estado prático.⁹

Em trabalhos recentes, Marcos Silva vem realizando, como outros historiadores, uma incursão bastante proveitosa pelo caminho das charges, do humor visual, estudando personagens como o "Zé Povo" ou o "Amigo da Onça", que em sua análise ganham força e definem pois "o humor visual como uma das produções

8. O Curso organizado, pelo DPH, para servir de orientação aos agentes culturais, que no âmbito da SMC, trabalhavam com Memória e para participantes dos movimentos diversos, exprimindo as concepções do trabalho está registrado na *Revista do Arquivo Municipal*, nº 200 - Memória e Ação Cultural. PMSP/SMC/DPH, 1992. Também a publicação de SMC/DPH: *O Direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania*, 1992, contém interessantes discussões sobre o assunto.

9. Marcos A. da SILVA. "O Trabalho da linguagem". In: *Sociedade e Trabalho na História - Revista Brasileira de História*. São Paulo, Ed. Marco Zero/ANPUH, v. 6, nº 11, págs. 45/61, 1986.

de linguagem, como práticas concretas da vida social que não podem ser ignoradas pelo historiador".¹⁰

O enriquecimento temático da História Social é, muitas vezes, razão de crítica severa, por parte daqueles que vêm nesta expansão uma possibilidade forte de esmaecimento dos objetos em análise pela amplitude que os pesquisadores atribuem à sua análise, ou pela ausência de posicionamento teórico para articular esta fragmentação no que consideram ser essencial manter como objetivo do historiador, ou seja a totalidade, principalmente das estruturas e das visões globais. Assim, outros criticam a fragmentação do social, pelo recorte micro das temáticas, levando a uma conseqüente perda da perspectiva geral. A acentuação exagerada, dizem eles, de temas nem sempre considerados essenciais para a compreensão global da sociedade, pode contribuir para o aprofundamento de aspectos secundários da história, que neste caso acaba por transformar-se na história do efêmero, do particular, e muitas vezes de vivências individualizadas, perdendo pois o sentido da história.

Pode-se afirmar em resposta, que isto pode sim acontecer em virtude de reducionismos e esquematismos de pesquisadores, mas não acontece, na maioria dos estudos que guardam tal perspectiva e que sabem bem como inserir seus objetos, às vezes micro, no contexto geral da sociedade, até porque partiram de tal suposto teórico. É de se lembrar, também, que trabalhos de perspectiva global têm resvalado por completas abstrações do social. O uso da categoria cultura e seus desdobramentos temáticos não constituem pois a razão intrínseca destes problemas. Além disto, sempre é bom reiterar: nenhuma posição teórica está livre de carregar para suas análises, estes vícios dos que transformam a teoria e o método em modelo, concebendo-o como enriquecedor da análise.

Entretanto pela constante atração da História Social por temas do debate político presente, pelas tentativas de se preocupar com a vida real mais que com as abstrações, por ver a "história vista de baixo" mais que a partir dos dominantes e tratar a experiência ou as vivências mais que os eventos sensacionais, pela possibilidade de maior identificação e empatia com o passado, pela relação intimista que estabelece com os sujeitos históricos, por tudo isto, enfim, estas perspectivas se tornaram o referencial teórico a que aderiram inúmeros historiadores. Poder-se-ia mesmo dizer que para poder desempenhar seu papel potencialmente subversivo a História Social tem que ser muito mais perturbadora nas investigações, sempre carregadas de incertezas, inseguranças e fragilidades como na certa é o nosso presente e por isto mesmo um constante desafio para os que a ela se dedicam.

10. Marcos A. da SILVA, *Caricata República. Zé Povo e o Brasil*. São Paulo, Ed. Marco Zero/CNPq, 1990. e *Prazer e Poder no Amigo da Onça*. São Paulo, Ed. Paz e Terra, 1989.

Em se tratando da cultura popular, em particular, o interesse dos historiadores é mais recente, a participação na discussão teórica é reduzida e os trabalhos de investigação, no caso brasileiro, só começaram a surgir nas últimas décadas, sendo muitos ainda inéditos, pois se tratam de teses e dissertações de pós graduação apresentadas e defendidas em programas que têm a Cultura como área de concentração ou em definições de Linhas de pesquisa.

Em muitos casos seria até possível traçar uma constante de desdobramentos teóricos e temáticos a partir das preocupações com as classes sociais em geral e a operária em particular, passando pelos inúmeros trabalhos, sobretudo teses e dissertações sobre o movimento operário e depois movimentos sociais urbanos. Estes desdobramentos podem ser levantados e sistematizados nos catálogos de teses das universidades e dos cursos de pós-graduação, onde constam resumos que permitem avaliar ênfases, tendências e constâncias nas direções que estamos reconhecendo. Isto pode atestar, de uma certa maneira, a relação entre estes trabalhos e a conjuntura histórica de algumas destas preocupações e destes temas, para chegar nas atuais definições de trabalho com a cultura popular.

Parecia natural que a partir dos questionamentos envolvidos na proposição destes estudos, que sem dúvida nunca ignoraram as controvérsias teóricas aí existentes, surgissem linhas diversas de interpretações. Muito importante é reconhecer que acompanharam os desdobramentos dos movimentos populares em sua constituição histórica no social, sem querer com isto estabelecer rígidos mecanismos ou correspondências estreitas.

O que procuro reforçar como linha de raciocínio é que, ao contrário do que muitos afirmam, não se trata de modismos ou simples importação de modelos, ou adesão apressada às coisas "novas", mas se trata sim de uma correlação estreita e contínua com as nuances, tendências e rumos que tomaram os movimentos sociais no curso dos acontecimentos recentes. Isto significa dizer que esta historiografia esteve bastante relacionada às próprias tendências teóricas e às práticas sociais destes sujeitos históricos em suas várias manifestações, organizações ou redefinições políticas. Além disto, os acontecimentos políticos europeus, a quebra do socialismo, o ressurgimento de formas de lutas "nacionais", no Leste Europeu, levantam temas aparentemente superados e deixam muitos estudiosos ainda surpresos, para não dizer desnorteados com a derrocada de algumas de suas utopias.

Seria importante para estas discussões que nos preocupássemos também com as mudanças de ênfase sobre que História estamos praticando e ensinando, não apenas nas escolas de 1º e 2º graus, mas principalmente em nossos cursos de graduação. Depois de um movimento intenso de reformulação dos conteúdos esco-

lares do ensino de História, com diversas propostas curriculares em quase todos os Estados e algumas análises sobre estes momentos¹¹, creio seria de especial interesse levantar e sistematizar para discussão as direções e as tendências manifestadas no ensino de graduação. Será que conseguimos algo na direção de superar uma História de heróis, de eventos, a História oficial, enfim? Na verdade, tem-se feito pouco para perceber a natureza, o conteúdo e o significado atribuído a estas mudanças, preocupados que estamos agora com as avaliações e a produção da pós graduação.

Mas voltemos ao nosso tema. Se considerarmos a historiografia, principalmente a francesa, inglesa, italiana ou mesmo a norte-americana, poderíamos arrolar uma grande variedade de trabalhos, tanto mais ampla a lista quanto mais ampla for a concepção de cultura, a abrangência dos conceitos de popular e sobretudo a valorização das formas de registro ou de fontes para a investigação. Reafirmando o interesse brasileiro, basta ver as inúmeras traduções de livros com temáticas específicas ou coletâneas de artigos diversos que buscam resenhar e apresentar com análises pertinentes as últimas produções destas áreas.¹²

Para não me alongar nas razões da “descoberta” da cultura popular, que dominaram as décadas de 60 e 70, com seus significados políticos associados à questão do nacional e do popular, vale ressaltar o que Peter Burke já chamava à atenção em seu artigo¹³ sobre o assunto, identificando no interesse pelo povo um aspecto do movimento nativista, para reavivar culturas tradicionais em oposição à dominação estrangeira.

No caso brasileiro esta “descoberta” se deu a partir de propostas de identificação dos elementos da cultura popular nas décadas de 60 e 70 para forjar a tão sonhada cultura brasileira correspondendo aos modelos nacionais, com grandes discussões e projetos como os do CPC, da UNE; ou Armorial, do Recife; ou o Grupo Música Viva, de São Paulo; o Clube da Gravura; a discussão do Teatro de Arena e de Vianinha, que com grandes diferenças e tensões internas, em maior ou menor grau, sofreram a influência das propostas do PCB e do realismo soviético. A maioria destes projetos e destas discussões se fez entre intelectuais e artistas, fora do ambi-

ente acadêmico. A concepção de cultura era a da produção da superestrutura e, ainda que preocupada em reconhecer manifestações e aspectos da cultura popular, pagou alto preço pela adoção de esquematismos e utopias distanciadas da sociedade.

De outro lado, no meio acadêmico se tentou definir a história da cultura popular como a descrição e análise dos gostos, costumes, crenças e modalidade de diversão popular em qualquer ordem social, significando a cultura da maioria em oposição à cultura organizada, pensada e transmitida pelas elites.¹⁴

Neste momento queremos apenas registrar e insistir na chegada tardia dos historiadores brasileiros a estes debates ou a estas investigações e portanto há pouco do que se falar, principalmente considerando esta aversão pela discussão teórica que os historiadores, em sua maioria, quase sempre demonstram.

Se estivermos atentos aos campos de atuação da História Social tal como concebida nas últimas décadas, principalmente pela historiografia inglesa, e aonde, desde já nos posicionamos, há que reconhecer, de imediato, que nesta direção falamos de concepções e categorias que suscitam mais indagações do que produzem certezas e não existe mesmo a preocupação com as definições.

Ao acentuarmos a idéia de que a história social trata mais da experiência do que da ação e tem preferência pelos documentos humanos, reconhecemos os riscos de nos afastarmos da compreensão da sociedade em seu conjunto para evidenciar o nível do indivíduo, ou dos membros de grupos sociais em particular, contribuindo assim para uma maior aproximação do psicológico mais do que do social. Estes riscos existem assim como outros, em todas as proposições teóricas, mas há que continuar praticando a História Social, a partir dos supostos teórico-metodológicos discutidos, para fazer avançar suas possibilidades de cumprir os objetivos traçados. Afinal temos insistido em que a inspiração vindo da historiografia de matriz inglesa, reitera, continuamente: “quando percebemos que os conceitos dos quais participamos não são conceitos, mas problemas, e não problemas analíticos, mas movimentos históricos ainda não definidos”.¹⁵

Esta atitude teórica é bastante significativa: compreender que os supostos teóricos são indicações para a investigação e não conceitos fechados para enquadrar o real, nunca é demais repeti-lo, mesmo sabendo que a simples afirmação da idéia não nos torna imunes aos tropeços de uma prática de investigação.

A partir dessas discussões queremos enfatizar, mais uma vez e como ponto importante deste debate, a necessidade teórica de enfrentar a discussão sobre o que

14. D. SMITH. “What’s History of Popular Culture”. In: *What’s History Today?* History Today/Macmillan, 1988. (v. nota 2)

15. Raymond WILLIAMS. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1979.

11. Selva G. FONSECA. *Caminhos da História Ensinada*. Campinas, Papirus, 1993. Também o trabalho de Cláudia S. RICCI, “Da Intenção ao Gesto. Quem é quem no ensino de História em São Paulo.” Dissertação de Mestrado, História, PUC-SP, sob a orientação da Prof. Maria Antonieta Antonacci.

12. Lynn HUNT. *A Nova História Cultural*. São Paulo, Martins Fontes, 1992. Peter BURKE, *A Escrita da História*. São Paulo, Ed. UNESP, 1992, e também *Cultura Popular na Idade Moderna*. São Paulo, Cia. das Letras, 1989. Natalie Z. DAVIS. *Culturas do Povo*. São Paulo, Paz e Terra, 1990. Robert DARNTON. *O Massacre dos Gatos*. Rio, Graal, 1988, e mais *O Beijo de Lamourette*. São Paulo, Cia. das Letras, 1990, e inúmeros outros como os de Carlo GINZBURG, já referenciados.

13. Peter BURKE. *Cultura Popular na Idade Moderna*. São Paulo, Cia. das Letras, 1989.

fazemos, se uma História da Cultura ou uma História Cultural¹⁶, ou se, por outro lado, nos aprofundamos nos avanços da História Social, para implementar uma abordagem da cultura como categoria e campo de análise. Sem perder de vista a possível intenção de explorar as contradições do social e para definir-se na perspectiva que assumem hoje os “Estudos Culturais”, principalmente na Inglaterra e nos Estados Unidos vêm-se constituindo programas de estudos graduados e pós graduados com esta configuração, garantida a multidisciplinaridade de abordagens e trabalho de profissionais.

Antes dessas discussões foi comum que os historiadores utilizassem em seus trabalhos os termos “manifestações”, “aspectos” culturais, tomando emprestado categorias da antropologia, sem preocupações de reflexões mais profundas sobre seu significado. Parecia natural apontar mais uma esfera, ou um nível, ou uma instância de preocupações, ou simplesmente considerar desnecessário se explicarem, tal a certeza que tinham de estarem abordando mais uma temática possível em se tratando de investigações do social.

Para considerar no debate e abrir a discussão, salientamos que nas propostas da História da Cultura, sempre se demanda o reconhecimento de objetos específicos. Não se trata de examinar um nível, mas da investigação realizada como um todo, definindo aí seus temas de investigação. Neste caso estas abordagens se consideram articuladas na história intelectual e pela própria concepção de cultura, como a produção das coisas do espírito e das idéias, acabam por distanciar-se da correlação com a sociedade como um todo. Propõem uma maneira de ver a cultura como algo em separado, embora se vejam exatamente capazes de contribuir com seus resultados para completar outras histórias. Tal como é praticada em algumas vertentes, acaba por buscar uma especialização cada vez mais ampla chegando mesmo a reivindicar tal reconhecimento ou estatuto de disciplina autônoma. Nos trabalhos realizados com estas preocupações, entre os historiadores é reconhecida a marca de autores como Sérgio Buarque de Holanda e outros desta mesma natureza. Assim os estudos sobre os vieses históricos dos preconceitos, as questões do racismo, o trabalho com as religiões e tantas outras temáticas abordadas em geral têm permanecido na problematização destes temas em sua relação com o Estado e outras instituições realizando investigações às vezes sobre a ação, por exemplo da Igreja, da Inquisição e seus tribunais, das leis, etc.

16. Sobre o assunto há discussão mais aprofundada no texto de Francisco C. FALCÓN, *A História Cultural. Rascunhos de História*. PUC, Rio, História, 1991. Também Joseph FONTANA, *La Historia Despues del Fin de la Historia*. Barcelona, Ed. Crítica, 1992, dedica um capítulo a esta discussão.

Já a História Cultural, preferida hoje pela maioria dos que se embrenham por estas temáticas, participa do debate com perspectivas diversificadas, desde aqueles que admitem tratar-se apenas de mais uma forma de trabalhar o social, igualando-se ao político ou ao econômico, até os que buscam associá-la simplesmente à produção espiritual e mental. Neste último caso trata-se quase que exclusivamente de trabalhar com a produção do pensamento ou das obras de cada período identificando-se mais com a História das Idéias ou História Intelectual, tão em voga nas décadas de 60 e 70, principalmente nos Estados Unidos.¹⁷

Seria possível incluir também nesta discussão a produção de vertente marxista que tende a enxergar na superestrutura o caminho para discutir consciência, ideologia, etc. Em se tratando da História Cultural também acontece o debate sobre o conteúdo da cultura que querem ver tratado, ou por outra, se há que incluir nesta linha de investigações a chamada cultura material, questão que envolve muitas nuances ainda não de todo enfrentadas por quantos trabalham com a temática.¹⁸

Sabemos que esta discussão não se esgota tão facilmente e tentar resolvê-la com simplificações não faz avançar muito o debate, mas sem dúvida devemos enfrentá-lo esclarecendo nossas diferenciações para não igualarmos nossas concepções fazendo tábula rasa do significado teórico de cada uma delas.

Por isto mesmo queremos afirmar que se adotarmos a premissa de, com a categoria cultura, explorar as contradições sociais, esta maneira de pensar, para orientar as investigações neste campo, nos permitiria, pelo menos superar as críticas de que afinal aqueles que se preocupam com a cultura popular somente conseguem descrever as formas culturais ou isolá-las para diferenciá-las da cultura dita erudita. E o depoimento de um historiador que lida com o tema é significativo:

E mais fácil participar, desfrutar, deplorar ou explorar a cultura popular do que defini-la... Eu mesmo raramente emprego o termo “cultura popular”, embora esteja profundamente interessado em sua história e nos diversos significados que se relacionam com ela... Baseando-me em estudos específicos desenvolvi um sentido geral do que seja e do que deveria ser a cultura popular... a cultura popular deve interessar-se tanto pelo conteúdo como pelo contexto, pelo trabalho como pelo jogo, pelo lugar como pelo tempo, pela religião como pela tecnologia, pela comunicação como pela expressão, pela provisão

17. Robert DARNTON. *O Beijo de Lamourette*. São Paulo, Cia. das Letras, 1990. Parte IV: “Como andam as coisas”.

18. Muito elucidativa desta discussão e dos problemas colocados é o texto de Jean-Marie PEREZ. “História da cultura material”. In: LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. São Paulo, Martins Fontes, 1990.

como pela participação, como pela atuação, pelo visual e o musical como pelo verbal... Todos estes elementos figuram em minhas próprias notas com vistas a uma definição.¹⁹

Apresentada pois como capaz de possibilitar a investigação de um “modo de vida global” é importante aprender que não se quer pensar a cultura como elemento exterior a completar qualquer ordem social, mas ao contrário que ela é elemento importante na sua constituição e assim pode ser investigada como um “sistema de significações” de maneira ampla, de modo a permitir a inclusão de todas as práticas e assim definir-se com um “processo social constitutivo que cria diferentes e específicos modos de vida”.²⁰

III

A base de discussão sobre a teoria da cultura vem da disposição de aceitá-la como processo social que modela “modos de vida global” e não considerá-la apenas uma teoria das artes e da vida intelectual em suas relações com a sociedade. Reforçar portanto a idéia da complexidade da conceituação de cultura parece já um lugar comum. Mas acentuar as intrincadas correlações estabelecidas por quantos se atiram a esta tarefa, constitui-se em necessidade, para não simplificar os conceitos e não aparecer com soluções mágicas acreditando e compondo a categoria cultura, outra vez, como conceitos que atendem a quaisquer interesses ou a tudo explica sem referencial teórico preciso.

Apenas como indicador deste interesse em debater o tema bastaria folhear duas compilações de artigos de Conferências Internacionais realizadas na Universidade de Illinois (Urbana-Champaign) em 1983 e em 1990, organizada pelo Grupo “Unit for Criticism and a Interpretative Theory” com a presença de centenas de intelectuais de todo o mundo, salientando-se Stuart Hall, Frederic Jameson, Perry Anderson, Cary Nelson, Lawrence Grosberg, Tony Bennett, etc. para falar apenas de alguns. A primeira coletânea levou o título de *Marxism and the Interpretation of Culture* (738 páginas), publicada em 1988 e a segunda, *Cultural Studies* (784 páginas), publicada em 1991, exprimindo bem dois momentos deste debate. As coletâneas reúnem os trabalhos apresentados nestes encontros por profissionais de várias áreas, discutindo à exaustão temas relacionados à cultura e o significado do debate ao longo do tempo.

19. ASA BRIGGS “What’s History of popular culture”. In: *What’s History Today? History Today*, Macmillan, 1988.

20. Nesta parte estamos nos baseando nas discussões de Raymond Williams sobre a cultura na obra já citada e além dessas: *Cultura e Sociedade. The Long Revolution*. Penguin Books, 1961. *Keywords A vocabulary of culture and society*, 1976 e 1983.

sendo este certamente o caminho da historiografia de língua inglesa, onde começam a aparecer com certo destaque os historiadores canadenses e australianos.²¹

Mas antes de avançar neste debate retomemos o fio condutor deste artigo. Nas preocupações dos cientistas sociais para esclarecer este caminho é fato que os antropólogos e filósofos se preocuparam há mais tempo com as conceituações, os significados e a abrangência do conceito de cultura e daí se dizer que avançaram mais na direção de identificar, enumerar e classificar os “aspectos” da cultura popular. Outros na idéia de refutar os reducionismos das relações entre fatores físicos e geográficos e produção cultural para ficar apenas em algumas das contribuições, também hierarquizaram e estabeleceram padrões e medidas para modelar modos de vida. Se antes a idéia de cultura era tida como as técnicas, as artes, as ciências, a religião, os costumes e visões de mundo, no século XIX foi associada também à idéia de evolução, de tempo, para chegar finalmente à idéia de progresso.

Há que reconhecer neste desenvolvimento a ênfase dada pelos estudos sobre a cultura, de inspiração marxista, a um tipo de destaque da história material como determinante de uma esfera superestrutural entendida como campo de idéias, artes, crenças, costumes. A redução reforçou concepções idealistas, de pensar a cultura como separada da vida material e criou dificuldades para as possibilidades de trabalhar o conceito de cultura como um processo social constitutivo de um modo de vida, como nos referimos anteriormente, mas enriqueceu a polêmica chamando para o campo teórico aquilo que se configurava, pelo menos no caso inglês, como uma simples disputa entre culturalismo e a reconhecida empiria dos historiadores.

Inegável, então, que somente a partir de meados do século XX, com o surgimento da Antropologia Social e a Antropologia Política expande-se o conceito de cultura, não sem contestações e debates. No geral passa a ser entendida como produção e criação da linguagem, da religião, dos instrumentos de trabalho, das formas de lazer, da música, da dança, dos sistemas e relações sociais e de poder. Nesse caso, a cultura passa a ser também o campo no qual a sociedade inteira participa elaborando seus símbolos e signos, suas práticas e seus valores, o que ainda constitui debate importante entre os antropólogos, levantando questões conceituais na teorização sobre cultura em suas investigações.²²

21. Cary NELSON e Lawrence GROSBERG. *Marxism and the Interpretation of Culture*. University of Illinois Press, Urbana-Champaign, 1988, e L. GROSBERG, Cary NELSON e Paula TREICHER. *Cultural Studies*. New York-London, Routledge, 1992.

22. Edmund LEACH. “Cultura/Culturas”. *Enciclopédia Einaudi*, vol. 5. *Anthropos/Homem*. Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1985.

Mesmo assim, trabalhando tão próximo da antropologia, accitando a ampliação do conceito e sem fundamentação teórica mais apropriada, mais explícita para fundamentar suas investigações e interpretações, os historiadores passaram, de uma certa maneira, a lidar com o suposto de que os “aspectos culturais” podiam ser reunidos em duas modalidades: as práticas e as representações culturais.

Pensar as práticas como a cultura objetivada, conjunto de obras, realizações, instituições - inclusive usos e costumes - e as representações culturais como resultado de alguma ação seja mental, espiritual ou ideológica sobre o grupo humano até mesmo no aspecto coletivo, permitiu descrições, narrações e levantamentos.²³

Esta maneira de abordar a História Cultural, adotada e discutida por Roger Chartier, significa a seu ver uma tentativa de apresentar uma “resposta à insatisfação sentida frente à história cultural francesa dos anos 60 e 70, entendida em sua dupla vertente de história das mentalidades e de história serial, quantitativa”.

Certamente que esta é uma discussão permanente entre quantos trabalham estas afirmações em suas investigações, mesmo porque este é um caminho que pode fazer desenvolver a teoria mediante a explicitação do diálogo constante entre a confrontação com o documento e os esclarecimentos metodológicos.

E assim Chartier se define:

A história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objetivo identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. Uma tarefa deste tipo supõe vários caminhos... Representação, prática, apropriação: é a partir destas três noções que este livro é construído... Por um lado é preciso pensá-la como a análise da representação, isto é, das classificações e das exclusões que constituem, na sua diferença radical, as configurações sociais e conceptuais próprias de um tempo ou de um espaço. As estruturas do mundo social não um dado objetivo, tal como não são as categorias intelectuais e psicológicas: todas elas são historicamente produzidas pelas práticas articuladas (políticas, sociais, discursivas) que constroem as suas figuras. São estas demarcações e os esquemas que as modelam, que constituem o objeto de uma história cultural levada a repensar completamente a relação tradicionalmente postulada entre o social, identificando com um real bem real, existindo por si próprio, e as representações, supostas como repetindo-o ou dele se desviando.²⁴

23. FALCÓN, op. cit. pág. 5/6.

24 Roger CHARTIER. *A História Cultural. Entre Práticas e Representações*. Lisboa, Difel, 1990, págs. 13 e 27.

A expansão do conceito de cultura para deixar de ser apenas comprometida com a antropologia e a filosofia e aceitar seu reconhecimento no campo das atividades de toda natureza, nas instituições e nas representações abriu espaço para sociólogos, juristas, psicólogos, literatos e lingüistas e além do mais para a discussão sobre a possibilidade de culturas no plural até como resultado destas pesquisas e ainda mais destas constatações empíricas.

Admitida a pluralidade de abordagens e a presença de outros interesses no debate, foi possível a acomodação de que havia espaço também para outras formas específicas de análise e sobrava espaço para a História das Idéias, a História Intelectual, a História da Filosofia, a História da Arte e das Ciências e as diferentes formas de abordagem da cultura.

Era então necessário junto com a idéia de não exclusividade do historiador, admitir também que a cultura não está localizada fora da sociedade como um todo, como um campo das sete artes e da abstração, pensada até como refúgio derradeiro do indivíduo, ameaçado em sua liberdade e neste caso constituindo um ramo do trabalho dos cientistas sociais onde ganhava até uma certa autonomia. Havia que “acomodar” a cultura como campo de investigação passível de permitir a compreensão do social dentro destas perspectivas.

Não podemos deixar de ressaltar aqui as complicadas relações entre as perspectivas de uma História Cultural que pretende ocupar tanto quanto a História das Mentalidades o lugar da Ideologia. Estão aí os debates e os textos de Vovelle, Darnton, Mandrou, Duby e outros para nos darem conta destas perspectivas. Muitas vezes os historiadores, sem explicitar seus supostos teóricos utilizam-se destes conceitos de forma simplificada, de maneira a permitir uma leitura de ‘ideológico’ como sinônimo de cultural, o que certamente não contribui em nada para esclarecer as relações possíveis aí existentes e estão pedindo maiores estudos. Diga-se o mesmo daqueles que se utilizavam do conceito de mentalidades com a mesma superficialidade. Cria-se aí uma confusão metodológica, pois muitas vezes se cobra dos autores cuidados e precisões teóricas que não fazem parte de seu universo.

No âmbito da historiografia inglesa a tentativa de trabalhar com a idéia de cultura, como categoria abrangente, para pensar o social, está presente na primeira obra de E.P. Thompson: *William Morris - Romantic to Revolutionary*, de 1955 e mais claramente em *A Formação da Classe Operária na Inglaterra*, de 1963. Nesta direção a obra de Richard Hoggart. *The Uses of Literacy*, de 1957 e a de Raymond Williams, *The Long Revolution*, de 1961, junto com a de Thompson, constituem a base a partir da qual se assentou toda a discussão posterior e seus desdobramentos, provando a riqueza da proposta e fazendo surgir uma tradição de estudos multidis-

ciplinares que vai se configurar como “Estudos Culturais”, conforme já se discutiu anteriormente.²⁵

Considerando pois, a cultura, como capaz de abarcar “modos de vida global”, vida que, no acréscimo de Thompson, representa sempre uma luta, que é de classe e se dá também no campo dos valores e dos interesses, porque pessoas “experimentam” suas vivências, situações e relações produtivas como necessidades e interesses, mas também como antagonismos, tratam essa “experiência” em sua consciência e sua cultura das mais complexas maneiras. Os seres humanos estão constantemente engajados em refletir sobre sua própria “experiência”, bem como a dos outros e assim cresce sua compreensão da vida social, sua cultura, enfim, ainda que não apenas dela.²⁶

25. Stuart HALL, “Cultural Studies: two paradigms”. In: Tony Bennet and others (ed.), *Culture, Ideology and Social Process*. London, The Open University Press, 1989.

26. E. P. THOMPSON, “O termo ausente: a experiência”. In: *Miséria da Teoria*. Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1981.

História, Cultura e Representação *

No intuito de ampliar o debate sobre o controverso tema das relações entre História, Cultura e Representação, objeto das linhas de pesquisas desenvolvidas no Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP, os professores: Evaldo Amaro Vieira (FE-USP), Marcia Mansor D'Alessio (PUC-SP) e Nicolau Sevcenko (FFCH-USP) foram convidados a pronunciarem-se sobre os seguintes enunciados:

1- Hoje a palavra representação é muito utilizada pelos historiadores. Afirma-se mesmo que a própria História é uma representação, eliminando-se a distinção entre História e Historiografia. O que pensa da relação entre História, Representação e Historiografia.

2- A Historiografia contemporânea vem recorrendo a temas ligados ao universo da Cultura. Em que medida esta postura vem influenciando alterações no procedimento metodológico da pesquisa histórica e, no limite, a própria concepção de História como conhecimento.

* Esse tema foi objeto de discussão de uma Mesa Redonda, coordenada pela Profa. Maria de Lourdes Monaco Janotti (PUC-SP) realizada em São Paulo, Campus da USP, como atividade integrante da 44ª REUNIÃO ANUAL DA SBPC, em 1992.

O historiador sabe que não existe superação pelo esquecimento...

Evaldo Amaro Vieira*

De maneira geral, a palavra "representação" alude a diversos tipos de apreensão de um objeto, efetuada de modo intencional. O que acontece usualmente é a conversão do objeto estudado em agrupamento de representações próprias a determinada época e a determinada sociedade.

As representações elucidam e obliteram esta época e esta sociedade.

Os homens e os grupos humanos dão existência a aparências que genericamente são o aspecto de um objeto, a diferença e a oposição a seu verdadeiro ser. Porém, tais aparências podem revelar a verdade e a evidência do objeto. E não consiste em exagero afirmar que nas aparências já subsiste certo grau de evidência, concedendo-lhes a posição de modalidades da consciência.

Essas representações não estão em correspondência em todos os seus aspectos com o objeto que expressam, mas carregam em si o incontornável desejo e mesmo o orgulho de fazerem-se de totalidade.

Vale-se aqui de exemplar referência de Antoine Pelletier ao imaginar Atenas, unicamente com o Paternon, sem os escravos e Roma, o consulado sem a ditadura. São imagens formosas e vaidosas da totalidade, não figuram a totalidade, nem são a própria totalidade.

As representações entram na posse de certa linguagem, apossando-se então de certo vocabulário, de certas formulações, de certos modelos de pensamento, que constituem também modelos de frases. As dificuldades de transitar-se das representações à realidade são as dificuldades de transitar-se de certa linguagem à vida dos homens. Em suas relações com a ideologia, é bom notar que as representações exibem simbolicamente os fatos e os interesses, mostrando que a gênese delas se encontra no universo biológico.

Destas sucintas considerações se depreende que a história contém representações, mas não se resume a representações. Na tão conhecida reflexão de Marc Bloch, a história fala "dos homens no tempo" e eles são o seu objeto. A história fala das continuidades e das dizíveis e indizíveis permanências "dos homens no tempo".

A história parece exprimir o belo nas palavras de Charles Baudelaire: "O belo é feito de um elemento eterno, invariável, cuja quantidade é excessivamente difícil de determinar, e de um elemento relativo circunstancial, que será, por assim dizer, sucessivamente ou ao mesmo tempo, a época, a moda, a moral, a paixão". Tratando

* Faculdade de Educação, USP.

o belo, Charles Baudelaire trata também da história: o permanente e o efêmero, o que não tem princípio nem fim e a contingência do momento.

A originalidade certamente está nas marcas que o tempo deixa nas sensações e, no caso da história, está nas marcas que o tempo deixa nas sensações impressas na historiografia. Talvez seja necessário atentar para o fato de que a historiografia significa texto, que o pesquisador da história manifesta-se por palavras.

A historiografia remete-se à história, mas não a toda a história; serve-se das representações, mas não de todas as representações; traz sensações, mas as sensações peculiares a uma época.

O texto historiográfico reveste-se do caráter de construção do poético, à medida que o historiador leva a efeito um ato poético. Alguns textos historiográficos se distinguem dos demais devido à sua qualidade poética; confundindo-se a dimensão científica com a dimensão artística, aliás muito abandonada em nossos dias, e perpetuando-se na leitura de várias gerações. Não é demais recordar Lucien Febvre:

...sem teoria prévia, sem teoria preconcebida, não há trabalho científico possível. (...) a teoria é a própria experiência da ciência. (...) Toda teoria é naturalmente fundada sobre este postulado de que a natureza é explicável. (...) Um historiador que se recusa a pensar sobre o fato humano, um historiador que professa a submissão pura e simples a esses fatos, como se não fossem de sua fabricação, como se não tivessem sido escolhidos por ele, previamente, em todos os sentidos da palavra "escolhido" (e eles não podem deixar de ser escolhidos por ele) - é uma ajuda técnica. Que pode aliás ser excelente. Mas não é um historiador.

Não existe trabalho do historiador sem teoria e sem teoria da história não se compõe a historiografia. Tomando-se a historiografia por campo de pesquisa: a história, pode-se dizer que não há história sem teoria da história.

Haveria possivelmente uma crônica? É difícil saber. Fernão Lopes, o celebrado cronista português, já coloca no papel de historiador, ou ao menos está de passagem da crônica para a historiografia. Resta investigar o que na verdade é este tipo de estudo, sem teoria da história.

A pesquisa histórica necessita de meios, de critérios, de procedimentos, capazes de proporcionar o alcance de seus objetivos, sendo neste caso imprescindível a teoria da história ou uma outra teoria, fundamento da interpretação.

Hayden White serve para exemplificar. Ele admite a presença de um nível manifesto, o nível da "superfície", representado pelos conceitos teóricos claramente utilizados pelo historiador. E um segundo nível, o da subestrutura "meta-histórica", onde se localiza o ato poético do historiador e onde ocorre a "prefiguração" da história, por intermédio de quatro tropos: a metáfora, a metonímia, a sínodoque e a ironia.

Claro está que Hayden White recorre à teoria lingüística e particularmente aos estudos da poética para fundar a análise do segundo nível da obra historiográfica, o da subestrutura "meta-histórica", relacionando o repertório histórico ao exame do seu primeiro nível, o de "superfície".

Não sucede diferentemente com a cultura: sua investigação reclama uma teoria da cultura, com elementos referidos à organização geral da vida dos homens. É sabido o que fez Raymond Williams sobre isto, diga-se logo um modelo fecundo, sobretudo ao lembrar que não visa apenas a "distinguir os significados das palavras", mas também a "relacioná-los com suas origens e seus efeitos".

Como um mundo de representações, a cultura igualmente se volta a elas, mas não se limita a elas.

Declinar tais orientações teóricas da produção historiográfica sugere a experiência com a investigação metódica dessas orientações, sem substituí-las mais ou menos precipitadamente pelo ideário do modismo, sob o encantamento da provável novidade. Arredando qualquer propensão para a solução simplória, para a solução simplificadora, as mencionadas orientações rogam por perseverantes, criativos e aprofundados estudos que venham até a sobrelevá-las se for o caso, ao longo do desenvolvimento da historiografia.

Infensas a experiências inconseqüentes e irracionais, essas orientações teóricas da produção historiográfica aguardam novas obras que as cultivem e as explorem em seus múltiplos ângulos. O historiador sabe que não existe superação por esquecimento.

Referências

- BARRADAS DE CARVALHO, Joaquim. *Da história - Crônica à História - Ciência*. Lisboa, Livros Horizonte, 1972.
- BAUDELAIRE, Charles. "O pintor da vida moderna". In: CHIAMPI, Irlemar (Coord.). *Fundadores da Modernidade*. São Paulo, Ed. Ática, 1991.
- BLOCH, Marc. *Introdução à História*. Lisboa, Publ. Europa-América, 1965.
- FEBVRE, Lucien. *Combats pour l'histoire*. Paris, Armand Colin, 1953.
- LEFEBVRE, Henri. *Sociologie de Marx*. Paris, Presses Universitaires de France-PUF, 1966.
- PELLETIER, A. "A noção de civilização". In: PELLETIER, A. e GOBLOT, J.J. *Materialismo histórico e história das civilizações*. Lisboa, Editorial Estampa, 1970.
- WHITE, Hayden. *Meta-História (A imaginação histórica do século XIX)*. São Paulo, EDUSP, 1992.
- WILLIAMS, Raymond. *Cultura e Sociedade - 1790 / 1950*. São Paulo, Comp. Ed. Nacional, 1969.

O relativismo dá um novo estilo ao conhecimento na história

Marcia Mansor D'Alessio*

Questões ligadas à cultura vêm ocupando um espaço muito grande nos estudos históricos, mas têm sido, sobretudo, terreno fecundo de produção dos chamados "micro-objetos", configurando um campo de reflexão que, além de novo, produz importantes modificações nos procedimentos metodológicos praticados nas últimas décadas.

Quais os fatores que teriam reconduzido a cultura ao centro das atenções dos historiadores, trazendo com ela importantes inquietações referentes à metodologia?

Esta reflexão será encaminhada em dois sentidos: no nível do conhecimento, examinando o significado, para estas questões do diálogo atual entre história e antropologia-etnologia e no nível da história vivida, colocando alguns dos acontecimentos da última década como possíveis produtores destas transformações nos estudos históricos.

Quando se pensa a relação história-antropologia, uma das constatações possíveis é a de que pesquisas antropológicas enfatizam a idéia de pluralidade à medida que desvendaram situações humanas sem nenhuma relação com modos de vida conhecidos. Em outras palavras, projetaram um foco de luz mais forte sobre o "estranho" que - uma vez questionado o europocentrismo - passou a ser reconhecido mesmo no interior das culturas ocidentais, quebrando uma certa homogeneização imposta, pelo conhecimento, aos sujeitos sociais.

Além da aceitação do diferente como realidade e como objeto de estudo, a perspectiva antropológica contribuiu para uma mudança no tratamento metodológico dado a esse objeto. O historiador Hans Medick, em artigo publicado na revista *Genèses*¹, faz algumas reflexões interessantes sobre esta problemática. Segundo este autor, o olhar etnológico tem um alcance mais longo à medida que consegue captar fenômenos considerados marginais, revelando uma sensibilidade nova para a especificidade, a diversidade, a estranheza. De outro lado, há nesta postura um questionamento aos enfoques auto-centrados e unilaterais à medida que os pesquisadores não se referenciam em sua própria cultura para analisar o diferente de si próprios, além de descartarem categorias universais "passe-partout" que, quando utilizadas, embaçam

* Departamento de História, PUC-SP.

1. Medick, Hans. *Missionaires en canot*. "Les modes de connaissance ethnologique, un défi à l'histoire sociale?" In: *Genèses*. Paris, n. 1, 1990.

o olhar etnológico, vale dizer, aquele que capta a multiplicidade em toda a sua plenitude.

A discussão em torno da aproximação entre história e antropologia parece estar produzindo, ainda, um novo significado para a palavra cultura. Ao apontar a dificuldade enfrentada pela história social em articular os elementos histórico-culturais com as práticas dos sujeitos na história, Medick mostra que a simples justaposição das duas situações-estrutural e individual exclui a cultura das estruturas sociais, colocando-a como um sistema parcial da sociedade e não como "um fator constitutivo da realidade cotidiana e da mudança nas relações sociais, econômicas e políticas".²

Estamos vendo, então, que a cultura não é mais vista como um *aspecto* da vida social mas como elemento constitutivo da *trama* tecida pelos sujeitos individuais e da *estruturação* das relações sociais, econômicas e políticas³. Por outro lado, o autor aproxima a noção de cultura da noção de cotidiano, colocando este último como "campo de tensões onde tem lugar a mediação da ação, da experiência, da estrutura e da história"⁴, de onde podemos inferir que o cotidiano é prática cultural ou, invertendo os termos, a cultura é o cotidiano vivido. Há que se destacar também o lugar do cotidiano e da cultura na feitura da história sugerido em toda sua reflexão e explicitado na referência a "expressões culturais" como força motriz da História. Esta linha de reflexão nos autoriza a pensar que o cotidiano, apresentado como estruturante, questiona a idéia de sujeito coletivo, reforçando a idéia de *pluralidade* e pondo em cheque procedimentos metodológicos que unificam situações históricas. Todas estas considerações nos remetem à idéia de *relativismo* no campo dos estudos históricos e, a partir daí, algumas inquietações talvez mereçam ser explicitadas: como trabalhar com o relativismo se pensarmos o conhecimento histórico como resultado do diálogo entre referência teórica-dados empíricos? Mais precisamente: qual a possibilidade de construção de referências conceituais em um momento da história em que o relativismo desponta com certa ênfase?

Por outro lado, a idéia de relativismo dá uma nova estatura ao *acaso*. A partir daí, se pensarmos o *acaso* como elemento constitutivo da história, continua sendo legítimo pensarmos a história-objeto como provida de sentido? Em contrapartida, se negarmos sentido à história, como continuar a trabalhar com referências conceituais?

2. Ibid., p. 27.

3. Uma interessante discussão sobre Cultura e História na Historiografia aparece em artigo de Carl E. Schorske, "L'histoire et l'étude de la culture." In: *Genèses*. Paris, n. 1, septembre, 1990.

4. Medick, Hans. "Missionnaires en canot. Les modes de connaissance ethnologique, un défi à l'histoire sociale?" In: *Genèses*. Paris, n. 1, p. 38, 1990.

Estas preocupações aparecem, sob várias formas, na reflexão atual de alguns historiadores. O mesmo Hans Medick ao abordá-las diz que o procedimento metodológico do etnólogo é o da "descrição densa", ou seja, uma reconstrução descritiva abundante, plena, na qual se conserva o novo, o estranho, o desconhecido configurando uma "démarche" oposta àquela na qual o diferente é reduzido muito rapidamente ao conhecido e rompendo com a univocidade, a unanimidade e a finalidade de uma abordagem interpretante. Na "descrição densa", o etnólogo fica muito perto da realidade estudada ao respeitar a interpretação e a auto-explicação da cultura desconhecida. Isto não quer dizer renúncia a uma análise sistemática nem tampouco confusão entre auto-interpretação da cultura desconhecida e leitura do etnólogo mas, simplesmente, abolição do distanciamento radical entre teoria e realidade.

Carl Schorske⁵, discutindo essas problemáticas, vai falar em proliferação de subculturas e conseqüente perda, pela história, de sua função sinótica e produtora de quadros macroscópicos. O autor constrói sua reflexão a partir da relação História-Progresso.

No século XIX, diz ele, quando a idéia de progresso moldava a concepção de Tempo, a diacronia organizava a História. A partir do questionamento dos conservadores europeus ao sistema político construído pela Revolução Francesa, desacreditando aquela situação como um momento de progresso, a diacronia passa a conviver com a sincronia, ou seja, a observação de alguns historiadores desloca-se da evolução dos acontecimentos no tempo para a reconstituição dos vários aspectos da vida das culturas. Poderíamos dizer que a análise se internaliza.

O século XX também tem seu momento forte de decepção com a História após a Segunda Guerra Mundial, quando há, então, uma tendência da historiografia norte-americana em captar o deslizamento da diacronia para a sincronia ocorrido no século XIX, o que tem uma conseqüência na configuração do quadro historiográfico atual.

Com efeito, à medida que a história deixa mais uma vez de ser identificada ao progresso, o Tempo perde seu status de organizador da experiência coletiva dos homens. A história que vinha estabelecendo um diálogo com outras áreas do conhecimento, agora desacreditada, não é mais considerada aliada pelas ciências sociais que se voltam para dentro de seus próprios campos de investigação, minimizando o valor da temporalidade nos estudos das sociedades e das culturas. Esse movimento atinge a própria História que se esfacela igualmente, apoiando-se nas ciências sociais desestorizadas. Segundo Schorske, há vinte anos a historiografia passa por uma crise de identidade, cujo sinal mais visível é a investida em objetos microscópicos que

5. Schorske, Carl E. "L'histoire et l'étude de la culture." In: *Genèses*. Paris, n. 1, septembre, 1990.

trazem o risco de levá-la a negligenciar o binômio continuidade-mudança, um dos pilares dessa forma de conhecimento.

“Nos macrocosmes ont explosé et dans l'espace intergalactique de notre culture fragmentée nous fabriquons de microcosmes”.⁶

Esta formulação de Schorske introduz bem a questão da relação entre a história que estamos vivendo e as transformações na produção historiográfica. Nos limites desta reflexão, poderíamos pensar dois fenômenos atuais como constitutivos de um impulso geral de ruptura com totalidades, reais ou simbólicas, que vem fabricando em nossa época uma sensação de fragmentação da história. Esta é uma referência ao abalo sofrido pelos Estados Nacionais e ao declínio do socialismo enquanto prática política.

Os Estados-nacionais, embora menores que o universo dos Estados Imperiais e a referência universalizante da Igreja Católica, alargaram enormemente as realidades regionais, tornando-se a referência grupal mais importante do século XX, tanto por fatos concretos como delimitação territorial, centralização do poder, unificação da moeda e da língua, organização interna do mercado de trabalho e consumo, como por fatos simbólicos daí decorrentes, como bandeiras, hinos, monumentos, ou seja, códigos de referência que identificaram pessoas, grupos, povos.

Embora o Estado, expressão política da nação, continue absolutamente intacto, o fenômeno da mundialização, com a internacionalização da economia e da cultura, cria uma tensão entre símbolos nacionais e universais, os últimos diluindo os primeiros. Um sinal nítido desta realidade parece ser a “União Européia”, surgida da necessidade de enfrentamento, pela Europa, do avanço econômico dos Estados Unidos e Japão, sobretudo após a queda do mundo socialista que funcionava como uma espécie de anteparo àquele avanço.

O processo gradual de consolidação da “União Européia” parece estar mirando importantes suportes concretos do sistema simbólico referencial. O “Tratado sobre a União Européia”, assinado em Maastricht pelos Estados⁷ membros, em fevereiro de 1992 prevê: eliminação das barreiras aduaneiras; livre circulação de mer-

6. Ibid., p. 20.

7. Há uma vastíssima produção hoje, na França, a respeito da Unificação Européia. Destaco alguns artigos:
- Mougin, Olivier. “Une Europe sans fantasmes?” In: *Esprit*. Paris, n. 176, 1991.
- Discussion entre Delors, Jacques; Hassner, Pierre; Le Goff, Jacques; Touraine, Alain. “La communauté européenne et les chocs de l'histoire.” In: *Esprit*. Paris, n. 176, 1991.
- Chaudron, Martine; Suaud, Charles; Tertrais Yves. “Les français, entre crainte et désir d'Europe?” In: *Esprit*. Paris, n. 176, 1991.
- Thebaud, Paul. “L'Europe: essai d'identification?” In: *Esprit*. Paris, n. 176, 1991.
- Diverger, Maurice. “L'Europe: balkanisée, communautaire ou dominée?” In: *Pouvoirs*. Paris, PUF, n. 57, 1991.

cadorias, pessoas, serviços e capitais; moeda única; política externa e de segurança comuns e a perspectiva de uma defesa comum; Banco-central Europeu e a instituição de uma cidadania da União.

Neste quadro, mesmo os mais sedutores símbolos vão perdendo seu poder de aglutinação e a fidelidade à nação - entendida como Estado-nacional - vai entrando para o universo das lembranças. Por outro lado, os fatos estão mostrando um processo doloroso: não há povo que passe impune por este movimento de deslocamento dos marcos referenciais. O sentimento de pertencimento está de tal modo ameaçado que, na França, o projeto de lei autorizando a ratificação do “Tratado sobre a União Européia”, apresentado aos franceses em 1992, para ser submetido a plebiscito, termina com um parágrafo que contém a seguinte frase: “a França não desaparecerá ao ratificar o Tratado de União Européia”.

Ao mesmo tempo que o Estado-nação perde sua hegemonia como lugar privilegiado de auto-reconhecimento dos povos, assistimos a um forte movimento, gestado no interior dos agrupamentos humanos, de resgate e reorganização de referenciais, agora mais íntimos, mais próximos das características e interesses imediatos das pessoas e grupos: os sentimentos de pertencimento hoje dizem respeito a grupos étnicos, de gênero, sexuais, etc.

Ao lado da nação moderna, a ideologia socialista parece ter sido o outro grande marco referencial de nosso século. Neste caso, a utopia e o desejo aglutinaram mais que a própria realidade política, já que esta referência grupal não se limitava às fronteiras dos Estados socialistas, mas formava uma espécie de “grande família” internacional, identificada e identificável pela doutrina mas também pela visão de mundo, vocabulário, modo de vida, concepção de História. A queda do socialismo esfacela esta totalidade de referência. A fragmentação político-cultural pela qual estão passando regiões como a antiga Jugoslávia e a ex-URSS⁸ revela o impulso de auto-reconstrução de agrupamentos anteriormente unificados pelo socialismo e a esquerda inventa causas mais íntimas para depositar seus sonhos e praticar sua militância.

Assim, o recuo das duas grandes totalidades do século XX, nação e socialismo, certamente tem um papel importante na percepção, pela historiografia, dos particularismos e raridades⁹ da experiência coletiva dos homens.

8. Sobre a ex-URSS ver: D'Encausse, Hélène Carrère. “La décomposition de l'Empire soviétique.” In: *Pouvoirs*. Paris, PUF, n. 57, 1991.

9. A palavra raridade foi usada por Paul Veyne no famoso texto “Foucault revoluciona a História”. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982.

...talvez a última grande batalha e ao mesmo tempo a última grande fronteira seja afinal a cultura

*Nicolau Sevcenko**

Eu tenderia a pensar que a palavra representação é que é problemática. Pelo menos no sentido em que ela supõe um nexo entre algum segmento da realidade e a sua reprodução em alguma forma de linguagem. Nesse caso, é conveniente lembrar que qualquer forma de linguagem articulada é, antes de mais nada, uma criação humana, restrita a um determinado meio cultural e circunstância histórica. Por essa razão, ainda que usemos a expressão representação, porque é mais coloquial, seria o caso de ter claro na mente que ela se refere a um ato de re-apresentação, o qual, posto dessa forma, já traria consigo a implicação de que ele vem precedido de pelo menos duas outras ações que seriam o seu pressuposto. Uma, a da percepção e recorte daquele segmento específico da realidade, outra, a da sua interpretação e tradução nos termos dos códigos simbólicos e expressivos peculiares ao meio cultural ao qual pertence o agente desse ato de reapresentação.

Prosseguindo nessa linha, é inevitável admitir que a própria noção de história, que existe em algumas culturas e em muitas outras não, é uma complexa construção de algumas civilizações em algum momento de sua existência social. Ela definitivamente não é um dado da realidade no sentido em que a água salgada do mar o é. Dentre os povos que mantêm essa complexa construção cultural, é habitual distinguir entre o fluxo de eventos genericamente percebido como o devir histórico e as inúmeras práticas disciplinares exigidas para a correta interpretação dos sentidos implícitos nesse fluxo. O que significa que história e historiografia necessariamente existem como instâncias distintas e correlatas do complexo sistema de significação dessa específica construção cultural. Compreender esse sistema como um ato de reapresentação de nenhuma forma elimina, portanto, a distinção entre história e historiografia.

Nem, por outro lado, compreender esse sistema como um ato de reapresentação significa que seu conteúdo é arbitrário e sua efetivação seja deliberadamente manipulatória. As normas disciplinares, regulando as condições de exercício desse ato, sendo exigentes no sentido de demandar comprovação, transparência de procedimentos e inteligibilidade de enunciação, tornam o acionamento desse sistema uma prática, no melhor dos casos, socialmente controlável e culturalmente conseqüente.

* Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP.

Os historiadores, nesses termos, não diferem grande coisa dos físicos, dos biólogos, dos engenheiros e dos poetas. A vantagem, por outro lado, em entender sua atividade como um procedimento de reapresentação, é que dessa forma, tanto os resultados de suas pesquisas quanto os pressupostos da sua profissão podem e devem ser vistos em termos relativos, em função dos seus compromissos e predicados pessoais e dos sistemas de valores vigentes em seu ambiente cultural.

Para mim essa aproximação cada vez maior das pesquisas históricas em relação ao âmbito da cultura aparece, sobretudo, como um enriquecimento tanto teórico como metodológico do conhecimento histórico. Essa persuasão me vem do fato de que o campo da cultura sendo uma vasta área de fusão e intercorrência de efeitos, o seu estudo só pode ser adequadamente encarado sob uma perspectiva multidisciplinar. A pesquisa histórica já é por si mesma um exercício que se fundamenta sobre um árduo esforço de síntese. Por essa sua característica, a pesquisa histórica se revela a área por excelência no interior da qual os estudos culturais podem atingir a sua mais intrincada e efetiva articulação. O que coloca sobre os ombros do historiador da cultura uma imensa demanda, no sentido de que ele se familiariza com a teoria, os métodos e o atual estágio dos conhecimentos em inúmeras disciplinas que se tornaram instrumentais e indispensáveis para a sua capacidade de problematizar e compreender os universos da cultura. Essas disciplinas incluem, por exemplo, a antropologia, a etologia, a psicologia, a semiologia, a teoria da arte em todas as suas formas. O objetivo ao se procurar abranger esse feixe de disciplinas não é apenas o de ampliar a capacidade de análise e penetração do historiador, mas acima de tudo refinar seu enfoque e aumentar a sensibilidade da sua imaginação, tornando-o passível de surpreender-se consigo mesmo e com o aparentemente banal.

Porque, afinal das contas, estudar a cultura comporta um evidente ato reflexo. Somos todos seres culturais e as categorias através das quais percebemos, organizamos os dados da nossa percepção, imaginamos, pensamos e nos exprimimos, são todas artefatos culturais. Como conseguir então um efeito de desprendimento da nossa cultura para podermos observá-la de uma perspectiva crítica? A única forma de se tentar obter esse efeito é procurar perceber a condição inelutavelmente relativa e contingente da nossa cultura, das nossas categorias, do nosso imaginário, da nossa percepção e das nossas linguagens. É um exercício difícil, é um desafio atormentante e desestabilizador para a nossa consciência. Pelo ingente esforço de síntese que é a mais peculiar característica do historiador, talvez nenhum outro especialista dentre as humanidades esteja tão predisposto para essa tarefa quanto ele. O que coloca ainda mais uma responsabilidade, e urgente, sobre seus ombros.

Numa época de intensa transformação tecnológica, em que se procuram criar meios para a libertação dos homens em relação à sua tradicional dependência das condições impostas pela natureza, dando assim origem a uma tecnosfera, um meio ambiente artificial todo criado e controlado pela espécie humana, talvez a última grande prisão e ao mesmo tempo a última fronteira seja afinal a cultura. É assim que eu tendo a entender a importância que vêm assumindo os estudos culturais por toda parte. Se não conseguirmos entender os limites postos por nossa cultura, não teremos como alterar os princípios ou avaliar criticamente o curso e intensidade assumidos por esse surto tecnológico, estando obrigados a ser tragados por ele até as últimas conseqüências, como as mariposas são tragadas pela atração irresistível da luz. Uma vez mais, acho que o papel e a função do historiador nesse sentido são cruciais. Por isso creio que o conhecimento histórico nunca foi tão relevante como agora.

As palavras e os homens: oratória, crônica e novela na São Paulo de 32

*Elias Thomé Saliba**

As palavras vivem da morte dos homens, eles unem-se através delas; cada frase que formo, seu sentido me escapa, ele me é roubado. As palavras transportam para mim os projetos do outro e, para o outro, meus próprios projetos.

(Jean-Paul Sartre, *Critique de la Raison Dialectique*, I, Paris, Gallimard, 1960, p. 180)

Nossa primeira observação é muito trivial: não temos nenhuma narrativa globalizante sobre os eventos reunidos sob o título monumental de *Revolução de 1932*. Mais do que qualquer outro evento do passado brasileiro, o episódio de 32 acumulou uma massa documental enorme e um formidável acúmulo verbal. Minha primeira impressão é, portanto, pela existência de uma enorme desproporção entre os registros e os acontecimentos; parece que temos uma infinidade de testemunhos para poucas ações.

Este desequilíbrio parece-nos, a princípio, um sintoma espúrio de como 1932 - para não falar de outros eventos da história brasileira - traduziu-se numa experiência imprevista e inédita para os próprios agentes nele envolvidos. O grau e o alcance desta imprevisibilidade pode ser observado nas imagens, registros e depoimentos, constantemente fugidios, movediços, pontuais e reversivos.

Quando Mário de Andrade decide pela sua atuação no departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, em 1936, justifica, em carta a Murilo Miranda, com

* Departamento de História, USP.

uma frase curtíssima: "Ia agir. Me embebedar de ações"¹. Era uma das formas possíveis para a inteligentsia brasileira agir naquele momento. "domesticada, mas fazendo piruetas" num meio cultural extremamente rarefeito². Mas parece que todos os personagens de 32, dos mais obscuros aos mais aclamados, queriam "se embebedar de ações". Por isso, às vezes os registros parecem se renegar em função das ações rápidas, os discursos se desconcertam face a uma realidade cambiante; daí talvez o porquê de um vocabulário rebuscado, que, diante da eficácia imponderável da ação, abriga inúmeros deslizamentos de sentidos, sobreposições, fusões, que nunca se excluem.

A própria palavra mágica da época, *Revolução*, espécie de chave dos enigmas inenarráveis, transforma-se, por momentos, em talismã de entrada no universo da linguagem viva. Apenas *por momentos*, porque depois volta a habitar o armazém das caducidades ou, adquire um estatuto semelhante ao que Barthes dissera da tautologia: uma afasia salutar, uma representação indignada dos direitos do real contra a linguagem³. A carência acidental da linguagem identificava-se magicamente com uma resistência natural do objeto.

Por tudo isso, talvez é que Pedro Nava certa feita, perguntou: "Para quem escreve memórias, onde acaba a lembrança e onde começa a ficção?" E ele não hesitou na resposta: "Minha opção é sempre pela segunda (a ficção) porque só há dignidade na recriação"⁴. A memória de 1932 abriga uma confusão de vozes, uma dicção fragmentada, um conflito sutil pela apropriação de símbolos e palavras, cuja saída pode ser a *recriação* ou, pelo menos, uma tentativa de *reconstrução* crítica.

Minhas reflexões voltam-se com alguma insistência para ressaltar o *clima de expectativa de adesão total*, um ambiente psicológico e social de certezas maniqueístas, característico de 1932. Nessa guerra que só admitia dois lados, acredito que todas as forças políticas em confronto no episódio de 1932 passaram pelo duro aprendizado daquilo que um autor chamou de "a linguagem dos cemitérios"⁵; todas as forças políticas em confronto aprenderiam, umas mais rapidamente do que as

1. Carta de 11/11/36. In: Andrade, Mário de. *Cartas a Murilo Miranda, 1934-1945*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1981, p.39.

2. A expressão entre aspas é de um artigo de Carlos Lacerda, "A Inteligência amestrada". In: *Acadêmica*, n.57, Rio, agosto de 1941, pp.21-22.

3. Barthes, Roland. *Mitologias*, trad. Rita Buongiorno e Pedro de Souza. São Paulo, DIFEL, 1972, p.172.

4. Nava, Pedro. *Balão Cativo*, memórias, vol.2. Rio de Janeiro, José Olympio, 1973, p.288.

5. A expressão é de Sérgio Buarque de Holanda em artigo de 1926, intitulado "Perspectivas". In: Barbosa, Francisco de Assis, org., *Raízes de Sérgio Buarque de Holanda*, Rio, Rocco, 1989, p.66.

outras, a operar com a reversibilidade constante das palavras, imagens, metáforas e símbolos.

Nos limites desse artigo e apenas a título de exemplo, vamos examinar brevemente três registros nos quais foi possível captar, em graus diversos de elaboração ideológica, aquele clima psicológico e social de certezas maniqueístas: a oratória de Ibrahim Nobre, a crônica de Mário de Andrade e a novela de Antonio de Alcântara Machado.

Começamos pelo discurso mais rebarbativo, a conhecida oração *Minha Terra, pobre terra*, de Ibrahim Nobre, o *tribuno da Revolução*, pronunciada em 25 de janeiro de 1932. Ela guarda, em primeiro lugar e, dentro dos seus limites peculiares, um andamento muito comum à estrutura da oratória. Possui um intróito purificador, depois organiza-se em escarmento e termina num clássico exortatório, que é, e sempre foi, um apelo à ação.

No intróito purificador, o tema principal é o passado reavivado, quase sempre por imagens ciclópicas, primeiro a Cruz de Anchieta depois, a epopéia dos bandeirantes e, em seguida, a Academia de Direito - imagens todas dispostas em termos de um evidente lugar-comum: a metáfora do fogo purificador:

Que ronda de evocações vem do Passado! E desgarra, e levita, brandamente flutua,
chorando em cada pedra, em cada rua, o lume extinto!⁶

O recitativo tácito que vem na seqüência (e que evitamos citar para não cansar o leitor) parece indicar que o tema principal desta primeira parte é o da *fé redentora*, exposta com imagens do passado que se constituem numa autêntica idolatria da História. A idolatria da história caracteriza-se por uma empresa de eliminação e homogeneização do social: Ibrahim Nobre não faz nenhuma menção à história mais recente de São Paulo, próxima ou passada, por exemplo à chusma de imigrantes que literalmente vêm tumultuar a cena social paulista durante a 1ª República. Alguns *ídola* são simplesmente pinçados do passado histórico paulista e dispostos segundo a ordem retórica da oração.

No segundo momento da oração, o escarmento, o tema parece-nos muito claro, é o tema recorrente da *invasão de São Paulo*:

Fizeram da nacionalidade um pretexto e invadiram-te. Fizeram da liberdade um rótulo e humilharam-te. Fizeram de Itararé uma gazua e desfizeram-te. (...) E dizem-se nossos

6. Utilizamos o texto da oração de Ibrahim Nobre transcrito. In: Donato, Hernâni - *A Revolução de 1932*. São Paulo, Circulo do Livro/Abril Cultural, 1982, encarte especial entre as ps.104 e 105.

Irmãos! Ramada da mesma cepa! Projeção do mesmo plasma! Mentira! Mãos fraticidas sim! (...) Mãos que romperam numa insânia torpe, inútil, toda a túnica inconsútil dos destinos nacionais.⁷

Sem dúvida, são os trechos mais agressivos e intimidatórios da oração que, no entanto, conforme se aproxima da peroração final, se acalma e se resolve na reafirmação da unidade:

Desfaça-se uma hóstia! Deus permanece uno, indivisível em cada radiônica partícula. Assim, não se desfaz a vida, ao abraço molecular da transformação. A terra que foi carne, mantém em cada átomo, em cada grânulo, a unidade cósmica.⁸

É curioso observar que o tema da Unidade, peça chave para rejeitar a pecha de separatismo entre os Paulistas, é quase sempre veiculado com uma das imagens mais utilizadas na oratória de 32: a imagem da trincheira. (Lembre-se, é claro, da "Oração ante a última trincheira" de Guilherme de Almeida). Herdada da primeira guerra mundial e, de certa forma, imposta por ela, a imagem da trincheira esteve sempre ligada às vicissitudes particulares de um certo tipo de combate, como linha de obstáculo, de resistência, de demarcação.

A insistência e a repetição da imagem da trincheira fortemente ligada ao tema da unidade, adquiria, por certo, um viés particular naquele clima de *avant-guerre* em São Paulo: tratava-se de exorcizar os fatores de rompimento ou de divergência, de assegurar a vitória das forças centrífugas, prevenindo as ameaças de ruptura e de discórdia. No fundo, o espírito de *avant-guerre*, que Leon Daudet definiu como "aquela época de espera da guerra" combinava-se, parece, com aquela sequiosa ansiedade paulista em escavar raízes no passado muito remoto, com aquela autêntica redescoberta nativista de São Paulo. O traço monumental de cada pedra forjada pela tradição, poderia substituir, vicariamente, a unidade simbolizada pela trincheira.

Finalmente e, voltando à oração de Ibrahim Nobre, temos o exortatório, que é cheio de pontos de exclamação e se define, na verdade, *não por aquilo que ele fala, mas pelo próprio ato de falar*, ele substitui a persuasão pela sugestão, sacrificando todos os encadeamentos lógicos pelas repetições verbais, pela sonoridade e intensidade da declamação.

7. Idem, *ibid.*, loc.cit.

8. Idem, *ibid.*, loc.cit.

Com tudo isto, a gente fica imaginando quem é que ouvia os discursos de Ibrahim Nobre, pois fica difícil imaginar a reação do auditório àquela peroração rebuscada e difícil.

Foi Antônio de Alcântara Machado que, nunca crônica de 1926, diagnosticou que o "Brasil é uma imensa tribuna" e nos falava dessa "paixão pelo gongórico, essa mania do bonito e do vibrante. (...) Não faz mal. Basta que os períodos rolem com sonoridade. Rolam? Acabou-se. É o que se quer". E completava, com uma ironia que antecipava as previsíveis fórmulas e ornatos:

As escolas superiores incumbem-se do aperfeiçoamento. Na faculdade de Direito de São Paulo (que já apontei como grande responsável por todo esse descabro) não há dia em que não se perpetram dois discursos pelo menos. De alunos e lentes. O aluno começa infalivelmente assim:

"A nimia gentileza de meus colegas deve a subida honra que me atemoriza de erguer a voz neste momento interpretando o sentir unânime desta mocidade que vos cerca, eminente Mestre, e que é sem dúvida a esperança viva da Pátria excelsa, o alicerce em que o patati-patá". O lente responde assim: "A juventude sempre generosa desta velha casa de tão gloriosas tradições, onde Alvares de Azevedo tangeu a sua lira peregrina e Rui Barbosa ensaiou os seus primeiros vãos de gigante da palavra. Está longe de ser, eu já disse uma vez, está longe de ser a crisálida inconsciente do inseto dourado do porvir e tarari-tarará."⁹

E ele conclui a crônica, estigmatizando impiedoso, os dois grandes mitos associados à epopéia de 32: a Imprensa, que ele chama de *a quarta impotência* e a opinião pública paulista que, segundo ele era praticamente recrutada no interior da Faculdade de Direito. "Arcadas resistentes. Puxa!" - desabafava o escritor.

Diante desta retórica vazia é impossível não pensar no quanto era forte o tom litúrgico, oratório, proselitista. Noutros termos, parecia que o discurso, mesmo o que não se destinava à ação e sua circunstância, se exercitava na autonegação, renunciando a si mesmo em função dos comícios, das marchas, dos protestos coletivos, enfim um discurso que se formava, cada vez mais, como parte de uma *ação*. Nesse sentido, 1932 foi a época da ação e não da palavra.

O que também pode ser visualizado, com os devidos matizes, em três crônicas de Mário de Andrade, no *Diário Nacional*. "Alma Paulista" de 31/1/32, "Ritmo de Marcha" de 28/2/32 e "Heróis de um dia" de 29/5/32.

"Alma Paulista" retoma, na prosa amena e quase coloquial da crônica, o tema da invasão de São Paulo:

9. Machado, Antônio de Alcântara - *Prosa Preparatória & Cavaquinho e Saxofone*. Obras, vol.1. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira/INL, 1983. p.163.

De primeiro foi o esplendor. Enquanto os heróis da revolução ocupavam militarmente o nosso Estado (coisa que só agora a gente percebe bem a odiosidade fraternal). Os paulistas cantavam, de braços abertos, prodigalizando glorificações sublimes aos heróis da revolução. (...) Em compensação, os culpados paulistas, herdeiros de tradição e riqueza incomparável no país, eram entregues ao primeiro civilista improvisado que, virgem de quaisquer noções civis, se dizia salvador da nossa também incomparável civilização.¹⁰

Exceto por algumas sutilezas do cronista, temos aí a mesma temática da invasão de São Paulo, de identificação dos elementos adventícios que na crônica de Mário de Andrade se resolve pelo emprego de um oxímoro: *odiosidade fraternal*. Mas não era necessário apelar para o oxímoro, bastava contemplar uma *charge* de Belmonte da mesma época, na qual um bandeirante informa, com bonomia, que a guerra contra o *emboaba* continua...

Mas, ao contrário da oração de Ibrahim Nobre, na qual o tema da invasão se revolve pelo triunfalismo artificial da unidade, veiculada pela imagem da trincheira, na crônica de Mário de Andrade, o tema da invasão assume a tonalidade angustiada e amarga do ressentimento. O que há talvez de mais dramático na crônica de Mário é, de forma sutil, a negação da unidade, em parte explicitada no que o autor chamava de “despatriamento maluco do país” e, até mesmo, na forma suficientemente clara com que conclui a crônica:

Tenham paciência os patriotigeros patricios da nossa pátria! Nós temos que cuidar primeiro do incêndio com que nos envilecem. Enquanto isso, entre dez imagens da pátria que nos dão, não sabemos qual a verdadeira. A pátria esta feita uma nuvem, vaga, indiscernível, lá longe, longínqua. Ameaçadora. Muito amarga.¹¹

Mas, é em “Ritmo de Marcha” e “Heróis de um dia”, duas crônicas publicadas respectivamente em fevereiro e maio de 1932, nas quais Mário descreve os comícios e as manifestações de rua, que fica talvez mais explícita esta sôfrega ansiedade pela eficácia da ação que recusa a palavra:

Mas entrando na rua Direita, o espetáculo era outro. Tudo se organizava e unificava num poderoso, num voluntarioso ritmo de marcha de formidável caráter. Toda a gente da rua se dirigia pro comício e não se via uma cara só. O que se via era aquele ruminante ondular de ombros, e os passos batebatendo *plãoque-plãoque* no revestimento caro da rua *plãoque-plãoque, plãoque-plãoque*.¹²

10. “Alma Paulista”, 31/01/32. In: *Táxi e Crônicas no Diário Nacional*, org. por Telê P. Ancona Lopez - São Paulo, Duas Cidades/Secr. Ciência e Tecnologia, 1976, pp.491-493.

11. Idem. *ibid.*, p.493.

12. “Ritmo de Marcha”, 28/02/32. In: Idem, *ibid.*, p.504.

Toda a circunstância do comício, o imprevisto da marcha, o arrastar-se da multidão, o imponderável do coletivo resolve-se não pela palavra ambivalente, sugestiva e amena da crônica, cheia de significados, mas pela mera justaposição de onomatopéias. Na esfera da ação, parece que o que necessitava ser dito não era imprescindível à ação, daí a mera justaposição de ritmo e som. Regressividade à origem mesma da linguagem?

Difícil responder. Mas a recusa da palavra combinava-se, na crônica de Mário, com uma estranha espécie de recusa do indivíduo, como ocorre na descrição que vem a seguir, das pessoas - coitadas! - que ousavam caminhar em sentido contrário à marcha:

Os poucos homens que vinham em sentido contrário estavam miseráveis, com vergonha de si mesmos, quem sabe? Uma doença em casa, algum negócio imprescindível... Mas vinham misérrimos, baixando os olhos pro chão, numa semiconsciência de erro, num individualismo bêbado, sem nexos, dum ridículo infinito, miseráveis, miseráveis, nem sabendo andar. Tinham ar de dançarinos, era horrível. E tinham de se esgueirar, porque os ombros, plãoque, não davam passagem, quadrados, decisão, inabaláveis, férreos, sem delicadeza, plãoque!¹³

“É impossível falar a homens que dançam” - escreveu em 1907, Silvío Romero, esta espécie de (não reconhecido) avô intelectual de Mário de Andrade. Mas isto não viria, na verdade, do *nosso avô lusitano*?

Assim, toda a mobilização ou, sob um aspecto mais amplo, toda a ação se resolvia ou no individualismo bêbado ou nos plãoques-plãoques, na “indestinação intelectual do ritmo e do som” - ou na própria multidão, naquela projeção de aspirações tácitas, indefiníveis, sem medula e sem projeto. Mas o juízo de Mário de Andrade sobre a multidão era um pouco diferente:

Todas as multidões, - escreve Mário de Andrade na crônica final - são da mesma forma heróicas e covardes, civilizadas e selvagens; tirar a psicologia dum povo pelo que esse povo manifesta quando em ESTADO DE MULTIDÃO, é cair em verdades humanas e universais.¹⁴

13. Idem, *ibid.*, p.503. A narrativa dos comícios e manifestações de 24/02 e de 23/05 de 1932 pode ser cotejada com outra, como por exemplo a de Paulo Nogueira Filho, *Ideias e Lutas de um Burguês Progressista, A Guerra Cívica, vol 2: A Insurreição Civil*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1966, pp.193-198. As melhores sínteses históricas são as de Holien Bezerra G., *O jogo do poder: a revolução paulista de 32*, São Paulo, Edit. Moderna, 1988 e Capelatto, M. Helena, *O movimento de 32: a causa paulista*, São Paulo, Brasiliense, 1981.

14. “Heróis de um dia”, 29/05/32. In: Idem, *ibid.*, p.535.

Curioso é que a crônica (particularmente as de Mário de Andrade) possuem um encadeamento que se dá menos por nexos lógicos do que por nexos imaginativos. Daí talvez, as imagens altamente sugestivas por trás das quais o escritor tenta esconder a sua pena, escondendo também sua compulsiva atração, (confessada *a posteriori* sob forma de humildade desiludida) pela atividade e pela ação inebriante. Passada a ação, os sentidos das palavras prescrevem. A consciência tinge-se de trágica *porque sempre vem depois, post-factum* ou, “depois do gato morto” - na tradução machadiana.

Cabe lembrar ainda que, entre 17 de julho e 25 de setembro de 1932, durante o período da fase propriamente militar de 1932, Mário de Andrade suspende a publicação das crônicas, limitando-se apenas a registrar o material popular que vai surgindo das lutas, numa série que receberá o título de *Folclore da Constituição*.

Quanto ao paulistismo nativista, veja-se a expressiva crônica “São Paulo no Brasil” (1/2/31) na qual fica patente o significado bairrista das opções políticas, até pelo ângulo dos argumentos do Partido Democrático, do qual Mário de Andrade esteve próximo, pelo menos por alguns momentos. A mais notável é a crônica, “Comunismo”, publicada logo depois dos decretos do interventor João Alberto - decretos que tanto escândalo causaram nas fileiras do PD e do PRP. É possível perceber nesta crônica, poucos elementos de referência direta, como os famosos banquetes ou “bailes encarnados”, promovidos pela Legião Revolucionária. Mário de Andrade termina a crônica, dizendo: “Fico imaginando um comunismo implantado aqui... Depois de serem queimadas de novo todas as casas de jogo do bicho, os Soviets brasileiros, mandavam mil contos de presente pros orfãos turcos. Depois davam um grande baile”.¹⁵

Curiosamente, todo o discurso, não apenas o político mas, até o literário e o artístico, tingia-se de litúrgico e missionário - a própria estética prestava-se a um uso fortemente instrumental. Lembra-se que é de 1932, a crônica na qual o mesmo Mário de Andrade, cobrava posturas do intelectual, denunciando que a imagem que melhor convinha à intelectualidade brasileira era aquela, extraída de Olegário Mariano, a do “homem tocando viola de papo pro ar...”.¹⁶

Porque a atitude messiânica, que via em cada homem um soldado, não era privilégio dos legionários, do PD ou do PRP, mas de todos os interlocutores envolvidos em 1932. Os que podiam falar e também os que não podiam falar. Qual novo surto de gripe espanhola, a síndrome da “frente única” atacava a todos. O

15. “Comunismo”, 30/11/30. In: Idem, *ibid.*, p.283. Sobre os partidos e a atuação da Legião Revolucionária, Borges, Vavy P., *Tenentismo e Revolução Brasileira*, São Paulo, Brasiliense, 1992.

16. “Intelectuais-1”, Idem, *ibid.*, p.515.

vocabulário castrense, de caserna, de guerra mesmo, invade até mesmo as falas mais recônditas dos civis: “Liga de Defesa, Legião Revolucionária, Exército Civil, Lema encarnado, Pretorianos, Janizaros, etc...” Parecia que a civilização paulista tinha adentrado no seio da civilização escoteira e homens e mulheres, sem exceção, ansiavam por realizar “boas ações”.

Tudo isso parecia reiterar aquele esvaziamento mortífero da palavra pela ação, no fundo também uma linguagem compensatória para dominar uma realidade pífia, tibia, mesmo para as elites: a imagem do General Klinger, chegando do Mato Grosso, com um “imbátil exercito”, que não chegava a 30 soldados...¹⁷

À sombra deste acirramento de militâncias e desta mobilização das consciências, um tanto à margem deste aprisionamento da linguagem pela mobilização permanente, nasceu *Mana Maria*, a novela macabada de Antônio de Alcântara Machado.¹⁸

A personagem-título era uma “paulista de 400 anos” que não aceitava casar-se com um médico sergipano. *Mana Maria* trazia os traços estilizados mas, predominantes da *idéia feita* do paulista antigo: taciturna, sóbria, enérgica, quase áspera e “falava sem mostrar os dentes”. Para o tema que nos interessa, temos, logo de início, uma antítese fundamental que percorre toda a narrativa. O Dr. Samuel Pinto, o médico sergipano, caracteriza-se pela fala esparramada, marcada por traços de uma subliteratura grandiloquente. Enquanto *Mana Maria* é sóbria, direta, quase muda, exprimindo-se com palavras medidas e duras.

A carta, de quatro páginas, que o médico sergipano dirige à *Mana Maria* é um discurso cheio de rebarbas. Lembra, muito, *mutatis mutandis*, a oração do tribuno Ibrahim Nobre. A reação de *Mana Maria* à leitura daquela arenga rebuscada é única: “*Mana Maria* leu e pensou: *coitado*. Foi para o quarto, abriu a secretária e guardou a carta ao lado de outros papéis.”

O tema da invasão de São Paulo reaparece naquilo que se poderia constituir como o foco central da novela: a insubmissão ao recém-chegado, ao “vitorioso das batalhas de 1932”. Mas, toda a preocupação com os adventícios, assim como todas as atitudes que beiram ao paulistismo exacerbado, não têm quaisquer vínculos com o real, num clima de profunda vacuidade social, no qual pesava como uma fatalidade, o crepúsculo do universo paterno.

17. Curiosamente, o General Bertoldo Klinger foi um dos mais aguerridos partidários de uma simplificação ortográfica da língua portuguesa. Conta-se que, interpelado por um jornalista sobre as razões que o levavam a escrever de acordo com o próprio sistema que preconizava, Klinger não vacilou e, apanhando o papel mais próximo, escreveu: *Porke Kero*. O episódio, muito conhecido, foi recontado por Frederico Branco. In: *Postais Paulistas*. São Paulo, Maltese, 1993.

18. “*Mana Maria*” In: *Novelas Paulistas*, 7a. ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 1981, pp.107-162.

Toda a novela parece revelar, por parte do narrador, uma despreocupação com a consciência passada. Restabelecer uma memória de traços coloniais também parecia uma empresa impossível. Embora a novela alcance três gerações, apenas os protagonistas de duas delas são focalizados diretamente: Mana Maria e seu pai, Joaquim Pereira, amanuense do Serviço Sanitário. A geração protagonizada pelo avô de Mana Maria, que assinala o início da decadência da estirpe patriarcal bandeirante, surge, indiretamente, quando o autor evoca os eventos ocorridos na juventude de Joaquim Pereira.

Efetivamente, se alguma coisa governa a identidade das personagens de Alcântara Machado, não é o passado. O passado aparece num breve e fugidivo relance, numa "folha de papel amarelado e encardido" que o avô de Mana Maria entrega ao filho Joaquim:

O pai saiu sem fechar a porta à chave; Joaquim percorreu a folha encardida. Na primeira página, o título do jornal e a data: São Paulo, 20 de novembro de 1889. O resto era meio alegórico: uma mulher com barrete frígido na cabeça segurava um ramo de café com a mão direita e com a esquerda levantava um facho que iluminava três medalhões com os retratos do Cel. Mursa, Prudente de Moraes e Rangel Pestana. Em volta: leões deitados, pombos voando, ramalhetes de flores com laços de fita, o zé-povinho de chapéu erguido. (...) (Joaquim) Virou a folha, se demorou na contemplação do coronel Mursa. Era aquele. Sim senhor. Simpatião. No dia seguinte quis devolver para o pai mas o pai falou: - Guarde para você que eu tenho vários exemplares.¹⁹

As imagens do passado constituem apenas restos simbólicos sem nenhuma força no presente. Elas não são sequer trazidas através do fluxo da memória e consciência filiais, mas são delineadas pelo autor sempre *dehors* dos personagens, como que visualizando de fora os seus movimentos psicológicos e exteriores. Na cena da morte da mãe, revela-se com crueza e despido de quaisquer ornamentos, o caráter taciturno de Mana Maria:

Ela tinha coragem e não precisava de descanso. Ela era a forte, a dominadora, a incorruptível. A que resistia contra tudo, contra todos, contra ela mesma. A serviço de quê? De sua memória, mamãe.²⁰

Os intérpretes dos processos de composição de Antônio de Alcântara Machado já observaram que a "atividade psíquica do estilo direto com o verbo no pretérito

19. *Idem*, pp.112-113.

20. *Idem*, pp.161.

perfeito é a mesma do "presente histórico narrativo". Este último também conhecido como "presente dramático", já que o narrador, ao adotá-lo, visualiza os eventos do passado, como se os tivesse presentes e diante de si"²¹. O passado é assim, literalmente, transmutado em presente vivo, um presente que é quase sempre dramático, como se estivéssemos numa representação teatral.

Assim, em *Mana Maria*, o tema da invasão dos adventícios, internos ou externos, não se resolve pelo "tema da unidade". Pelo contrário, o que sobressai é um clima de vacuidade social, onde só o presente tem força, só a ação perdura e a reconquista de uma identidade comprometida só pode nascer, portanto, desse *desinvestimento da palavra*. Talvez por isto, *Mana Maria*, esta novela inconclusa do orgulho e da solidão, transforme toda a memória e todo o impulso dos homens e das mulheres em direção ao passado, num *imperativo moral*.

O que se pode dizer no final desta profusão de narrativas segmentadas, produzidas nas fimbrias de 1932?

Constituição? Legalidade? Democracia? Separatismo? Outubrismo? Indiferentismo²²? Nos acanhados limites desse artigo, poderíamos dizer que, menos do que doutrina e talvez menos do que ideologia, 1932 gerou e foi gerado por uma mística. E a mística, lembra-nos um autor, não é uma narrativa de caráter explicativo mas, sobretudo, uma potência mobilizadora²³. A oratória, a crônica ou a ficção, produzidas, por assim dizer, ao "calor dos combates", constituíram parte deste discurso fluido, pontual, fragmentado e instável da mística de 1932.

Concluindo, podemos dizer que foram raras as vozes dissonantes desse uníssono triunfal e confirmatório, já que ele era parte de um quadro mental mais amplo de decepção com a palavra, gestos e símbolos tradicionais.

Vamos surpreender uma dessas raras vozes discordantes, no jovem Sérgio Buarque de Holanda que, seis anos antes, diagnosticava sombrio:

A palavra escrita ou falada só se concilia com a dificuldade vencida, com a energia satisfeita e a paz proclamada depois da guerra. É em vão que se tentará atrair a tempestade,

21. Cf. Machado, Luis Toledo - *Antônio de Alcântara Machado e o Modernismo*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1970, p.88. O tema da mobilização permanente é analisado sob o prisma da urbanização paulista e, sob um aspecto mais amplo, nos desdobramentos da sociedade e cultura paulistas nos anos vinte. In: Sevcenko, Nicolau - *Orfeu Extático na Metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos vinte*. São Paulo, Cia. das Letras, 1992.

22. A expressão *indiferentismo* foi utilizada em 1933, por BELMONTE (Benedito Bastos Barreto). In: *Assim falou Juca Pato: aspectos divertidos de uma confusão dramática*. São Paulo, Cia. Edit. Nacional, 1953.

23. Girardet, Raoul - *Mythes et Mythologies Politiques*. Paris, Éditions du Seuil, 1986.

invocar o demônio ou realizar o mistério dentro do cotidiano, quando não se renunciou à virtude ilusória da linguagem dos cemitérios.

E terminava, compungido:

Diante dessa impossibilidade de opor uma resistência mais eficaz ao mistério que nos sitia por todos os lados, diante do absurdo dessa resistência não há duas atitudes igualmente legítimas. Nada mais cômodo, é verdade, que concluir pela vaidade de todos os nossos gestos e pela inutilidade de qualquer atitude - idéia que o Universo nos fornece a troco de um simples bocejo.²⁴

O jovem historiador parecia captar, como hoje, a crise de vacuidade de nossas palavras, de impotência de nossas ações e do aleatório dos nossos destinos, face à desconcertante história brasileira.

História em campo minado (Subterrâneos da violência)

Antonio Torres Montenegro*

Esquecimento como memória

“O cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e pequenos, leva em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para história”¹. Essa é uma das afirmações do filósofo alemão Walter Benjamin em suas teses acerca do conceito de história. A preocupação central de Benjamin é construir a história numa ótica que não privilegie apenas o olhar dos contumazes produtores da história. Mas sua afirmação aponta para outros territórios. Abre passagem para se reconhecer como a força do acontecimento estabelece marcas, que perduram e possibilitam leituras que transcendem a tentativa ou o esforço em esquecer-las, apagá-las.

Nesse sentido, como não estabelecer um paralelo entre a história e a psicanálise, ou mais propriamente entre Benjamin e Freud, quando este último, em uma passagem de *O Mal-estar da Cultura* afirma:

Habiendo superado la concepción errónea de quel olvido, tan corriente para nosotros, significa la destrucción o aniquilación del resto menemónico, nos inclinamos a la concepción contraria de que en la vida psíquica nada de lo una vez formado puede desaparecer jamás; todo se conserva de alguna manera y puede volver a surgir en circunstancias favorables, como por ejemplo, mediante una regresión de suficiente profundidad.²

* Professor de História da Universidade Federal de Pernambuco. Trabalho apresentado no IX Congresso do Círculo Brasileiro de Psicanálise na Mesa Redonda “Violência e Cultura”.

1. Benjamin, Walter. *Obras Escolhidas. Magia e Técnica. Arte e Política*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

2. Freud, Sigmund. *El Malestar en la Cultura. Obras Completas. Tomo III*. Madrid, Editorial Biblioteca Nueva, Cuarta Edición, 1981, p. 3020.

24. Holanda, Sérgio Buarque de, *loc.cit.*, p.66.

Descobrem-se campos idênticos que se interrelacionam em um amplexo impossível de definir fronteiras definitivas pela própria forma de ser do cidadão e do "eu".

E na própria força do passado como acontecimento que se procurara estabelecer um palco de discussão relativo ao tema "Violência e Cultura". No entanto, será da perspectiva da relação do acontecimento histórico e do imaginário como construção psicológica e mental que se caminhará para a elaboração deste quadro.

Nesse sentido, tomaremos como parâmetro inicial uma referência emblemática, pelo que esta tem de múltiplas significações: a invasão européia nos séculos XV e XVI, nos anos da conquista.

A escolha moderna ou pós-moderna de atribuir à invasão européia o sentido de conquista retrata o espírito daquele que chegava. Os outros povos, que aqui estavam, mesmo hoje quando se recupera a dimensão histórica de povos atacados, (os nativos) continuam a ser narrados de uma perspectiva de conquista e aventura heróica dos invasores. Este homem europeu que de forma lenta e quase inconsciente se desamarrava dos ditames da Igreja Católica, construía para si e para os seus a representação de um semideus. Afinal, a Terra não era mais o centro do universo; os homens tinham aberto a possibilidade de reinventá-lo. Mas, não qualquer homem. Apenas o europeu.

As revoluções no conhecimento, sinônimo de revoluções mentais, trazem muitas vezes embutidos, projetos de nova ordem política, social, econômica. Em um movimento sincrônico e diacrônico, o universo do conhecimento interage com o território das práticas sociais, fazendo o campo de forças instituintes ocupar os mais diversos lugares.

Aqui chegaram os europeus, tendo de si a representação que estavam cumprindo uma missão divina e real. O rei e a religião ainda caminhavam formalmente de mãos dadas embora esta trilha estivesse sendo minada no próprio cotidiano.

Em um esforço de imaginação, é possível decifrar minimamente a representação que o europeu tinha da sua própria condição humana e do mundo ao seu redor. Desembarca em uma outra terra, tendo antecipadamente definido, com o aval do poder católico, as partes a serem divididas. Os homens e as mulheres, donos das terras, são inteiramente desconhecidos em seu direito. Essa representação mental constitui-se em um dos parâmetros definidores da ação individual e coletiva dos recém-invasores. Escravos de um imaginário de dominação e exclusão, os europeus exterminarão das mais diversas formas os povos nativos. No Brasil, entre as inúmeras guerras contra esses povos, vale o registro da guerra contra os Tapuyas no último quartel do século XVII. Resultante de uma disputa com os colonos, prolongou-se por várias décadas. Destaca-se também por envolver milhares de guerreiros de ambos

os lados, e sobretudo pela resistência dos Tapuyas. Ficou registrada pelas autoridades portuguesas como "Guerra dos Bárbaros". Vale ainda assinalar um trecho da carta de 14 de março de 1688, na qual Mathias da Cunha, Governador Geral do Brasil, ordena ao capitão-mor Manoel de Abreu Soares que:

Vossa Mercê dirija a entrada e guerra que ha de fazer aos bárbaros como entender que possa ser mais ofensiva degolando-os, e seguindo-os até os extinguir, de maneira que fique exemplo deste castigo a todas as mais nações que confederadas com eles não temiam as armas de Sua Magestade que considero vitoriosas indo a cargo de V. Mercê, e de todos os sucessos que V. Mercê tiver me vá dando conta com toda a particularidade³.

No entanto a luta, ao não se encerrar rapidamente como imaginavam os europeus, evidencia como os nativos não cederam ao imaginário da ocupação, da conquista, da descoberta, mas antes resistiram até a morte. Em diversos períodos, estiveram em superioridade na luta como documenta uma outra correspondência de Mathias da Cunha:

E supostos que para este genero de guerra, nem a infantaria paga nem a da ordenança se achou nunca ser capaz: de que é bem sabido experiência a guerra que nesta Capitania da Bahia fizeram também os Bárbaros que a oprimiam: pois por maiores que foram no decurso de 40 anos, os esforços de várias tropas de infantaria, e ordenanças que pretenderam opor-se a sua ferocidade, nunca se conseguiu efeito algum: e sempre os moradores do Reconcavo padeceram sem remédio, mais repetidos estragos em suas vidas, e fazendas até mandar este governo vir os paulistas.⁴

Esses documentos oferecem um retrato representativo dos imaginários que governaram as práticas européias dos invasores das terras, deste outro lado do mundo. São imaginários e práticas que se perpetuam e projetam-se na história ao longo dos séculos.

A guerra do Paraguai pode se constituir em um outro retrato da capacidade de violência e destruição. Uma guerra de conquista, de expansão, mas que será alimentada no imaginário da tropa como defesa contra o inimigo invasor.

Uma das últimas batalhas da guerra do Paraguai, conhecida por Acosta Nu, ficou registrada pela relação desigual entre os lados em combate, vinte mil homens brasileiros contra três mil e quinhentos soldados paraguaios de nove e quinze anos e quinhentos veteranos, comandados pelo General Bernardino Caballero. Essa

3. Pires, Maria Idalina da Cruz. *Guerra dos Barbaros*. Recife, Fundarpe, 1990, p. 62.

4. *Ibid.*, p. 66.

batalha, ocorrida em 16 de agosto de 1869, marca o massacre as crianças paraguaias. Descreve Chiavenato em *Genocídio Americano*: "após todo um dia de luta, os paraguaios foram derrotados. Pela tarde, quando as mães vieram recolher as crianças feridas ou enterrar os mortos, o Conde D'Eu mandou incendiar a macega - no braseiro, viam-se crianças feridas correr até caírem vítimas das chamas."⁵

Esses fragmentos da história do Brasil certamente não refletem algo próprio do caráter brasileiro. Poder-se-ia encontrar em outros povos idênticos relatos históricos.

Em princípio, descobre-se a violência como algo intrínseco à cultura, sobretudo porque ela se projeta nas práticas e nos valores que definem cada época.

Nesse sentido, Foucault, ao estudar os rituais de suplicio que caracterizam determinadas práticas penais, associa um vasto conjunto de fatores que fazem com que em certos períodos e não em outros se desenvolvam determinadas formas de violência. Em *Vigiar e Punir*, descreve de forma detalhada como a prática do suplicio esteve presente até meados do século XVIII, na França, como intrínseco e necessário à ação penal. O corpo exposto publicamente era o alvo da repressão penal.⁶

O suplicio público tem uma função "jurídico política". É um cerimonial para reconstituir a soberania lesada por um instante. A execução pública por rápida e cotidiana que seja, se insere em toda a série dos grandes rituais do poder eclipsado e restaurado... Sua finalidade é menos de estabelecer um equilíbrio que de fazer funcionar, até um extremo, a disseminação entre o súdito que ousou violar a lei e o soberano todo-poderoso que faz valer sua força.⁷

Nesse aspecto a descrição dos suplicios, de que foi alvo o assassino de Guilherme de Orange, refletir-se-ia um quadro de extrema crueldade.

No primeiro dia, ele foi levado à praça onde encontrou uma caldeira d'água fervente onde foi enfiado o braço com o qual desferira o golpe. No dia seguinte, o braço foi cortado, e tendo caído a seus pés, chutou-os lá de cima do cadafalso sem pestanejar, no terceiro, foi atezado, na frente, nos mamilos e na parte dianteira do braço; no quarto, foi igualmente atezado nos braços e por trás e nas nádegas, e assim consecutivamente, esse homem foi martirizado pelo espaço de dezoito dias. [No último, foi posto na roda e atado. Ao fim de seis horas ainda pedia água, que não lhe deram]. Finalmente pediram ao magistrado que autorizasse liquidá-lo por estrangulamento para que sua alma não desesperasse e se perdesse.⁸

5. Chiavenato, Júlio. *Genocídio Americano*. São Paulo, Brasiliense, 1985, p.148.

6. Foucault, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis, Vozes, 1985, p.14.

7. *Ibid*, p. 46.

Toda essa prática de uma atrocidade sem limites tem uma função política e militar. Demonstra publicamente a força do poder através de um ritual eminentemente armado. No caso da França, a participação popular compõe a cena pública que então se constrói garantindo que a marca do exemplo, da punição física e do controle do poder estabeleçam padrões de comportamento no imaginário popular.

Guerra e Instinto

Einstein, em 1932, escreveu a Freud indagando se este concordaria em trocar idéias sobre temas que o afligiam. Para surpresa de Freud, após concordar, a questão colocada não se referia a qualquer discussão sobre temas relativos as áreas do conhecimento a que cada um se dedicava, mas a um problema histórico: (Qué podría hacerse para evitar a los hombres el destino de la guerra?) Nas reflexões que desenvolve, Freud resgata a própria história, onde a força predominou até o momento que os homens instituem o direito. No entanto, a visão do direito de Freud e a da união de muitos capaz de vencer o mais forte. "La violencia es vencida por la unión; el poderío de los unidos representa ahora el derecho, en oposición a la fuerza del individuo aislado. Vemos, pues, que el derecho; no es sino el poderío de una comunidad"⁹. Essa concepção da origem do direito, fundado primordialmente na força, não resgata as questões colocadas pelo acúmulo de riquezas entre alguns poucos grupos e as formas que estes instituem para se relacionarem e governarem os demais segmentos da sociedade. Mesmo na Europa Medieval que resgata o direito romano, a institucionalização do direito se processa como necessidade dos reis de governarem.¹⁰

No entanto, há um aspecto da argumentação freudiana, que remete para as questões da reflexão psicanalítica. Nesse sentido e ainda respondendo a perplexidade de Einstein, resultante do entusiasmo dos homens em face da possibilidade da guerra, Freud passa a expor uma parte da teoria dos instintos. Observa que todos os homens e mulheres se caracterizariam pelos instintos eróticos (tendem a conservar e unir) e os instintos de agressão (tendem a destruir e a matar). A teoria dos instintos sem dúvida abre um enorme campo para compreensão das práticas sociais. No entanto, há ainda uma observação de Freud no estudo da relação do instinto

8. *Ibid*, p. 50.

9. Freud, Sigmund. El porque de la guerra. In: *Obras Completas*. Tomo III, CLXV. Madri, Editorial Biblioteca Nueva, Cuarta Edición, 1981, p. 3209.

10. Foucault, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro. Edições Graal, p. 180.

erótico e agressão, que resgata em última instância a própria ontologia do conhecimento:

Uno cualquiera de estos instintos es tan imprescindible como el otro, y de su acción conjunta y antagonica surgen las manifestaciones de la vida. Ahora bien: parece que casi nunca puede actuar aisladamente un instinto perteneciente a una de estas especies, pues siempre aparece ligado - como decimos nosotros [fusionado] - con cierto componente originario del otro, que modifica su fin y que en ciertas circunstancias es el requisito ineludible para que este fin pueda ser alcanzado.¹¹

A análise de Freud, ao resgatar a ação permanente e necessária dos contrários, projeta o conhecimento para um plano de permanente construção e mudança. O símbolo do fogo, (estabelecido por Heráclito) como representação radical da realidade e por extensão, do conhecimento, põe de ponta cabeça a lógica dualista e excludente sistematizada por Aristóteles: estabelecer o paralelo entre a visão freudiana e a de Heráclito, e resgatar parâmetros fundantes do conhecimento que rompem com a perspectiva hierárquica e atomizada.

E no plano de uma tensão constante entre contrários, onde a idéia de combate se constitui em uma representação referencial, que a visão histórica aqui desenvolvida se estrutura.

A representação de resistência, de luta, de combate, permeia o fazer histórico, assim como a do instinto erótico e de agressão, projetam-se como instituintes do humano.

Nesse sentido, as formas de dominação, disciplinarização, controle social e histórico se caracterizam por um esforço permanente de retirar, enfraquecer, destruir no outro o poder de resistência, de luta, de combate.

Uma das estratégias fundantes de anulação e controle do outro, do contrário, é fazer com que este assimile, assuma, reproduza aquilo mesmo que seria a sua própria negação. Nesse aspecto, a linguagem como instrumento fundamental do processo de aculturação e por extensão de constituição e reprodução dos valores e práticas que se intentam dominantes teria nesse território mais um palco de vida e morte.

A escravidão, que ocupou 4/5 da história do Brasil, poderia ser uma referência dos processos de dominação e controle. Tornar escravos homens e mulheres que nasceram e viveram parte das duas vidas como livres, se constitui em uma luta, uma estratégia dos senhores e da sociedade para produzir essa metamorfose. Apagar a

11. Op. cit. p. 3212.

memória de que eram livres, foram livres, destruir a memória da língua, da dança, dos trejeitos, do corpo, enfim da cultura, era o caminho para efetivamente se transformar a liberdade em escravidão. A violência física era um recurso e um exemplo.

Luis dos Santos Vilhena, professor régio, descreve uma cena de rua em Salvador do século XVIII, que ilustra este quadro. Afirma o então professor:

Não parece ser muito acerto em política, o tolerar que pelas ruas e terreiros da cidade façam multidões de negros, de um e outro sexo, os seus batuques bárbaros a toque de muitos e horrorosos atabaques, dançando desonestamente canções gentílicas, falando línguas diversas e isto com alaridos tão horrendos e dissonantes que causam medo e estranheza ainda aos mais afeitos, na ponderação de conseqüências que dali podem provir [...]. Seria muito de desejar que estes se pusessem num estado de subordinação tal que julgassem quanto ao respeito, que qualquer branco era seu senhor, e não em altivez que se vêem todos os que são de pessoas que fiquem por suas qualidades, empregos e haveres, que não duvidam tratar todos os mais brancos com aquela displicência e pouco apreço com que observam serem tratados por seus senhores; muito curtas serão as luzes de quem não conhecer a suma importância de um tal rasgo de política em uma cidade povoada de escravos, ferozes e tão bravos como feras [...].¹²

Impedir o encontro, a fala, a dança, a música e estabelecer estratégias de bloqueio ao resgate de uma cultura com outras marcas, outros sinais, que estabelecem e fundam a própria resistência à dominação, ao controle, ao não ser.

Batismos da fala

Pensar historicamente a realidade brasileira, hoje, é resgatar sessenta por cento (60%) da população sem educação escolar, sem comida, sem trabalho, sem direito à saúde, moradia, transporte. Em face desse quadro de exclusão da própria condição humana de viver, resgataremos aqui um dos aspectos que nos parece fundamental para a construção dos caminhos de resistência e mudança.

Aprender a língua, o código lingüístico, é apropriar-se dos meios para inserção no universo social, criado e recriado de forma permanente a partir das próprias micro mudanças cotidianas. Nesse sentido, observa Eder Sader:

Como insistem os lingüistas, a linguagem não é um mero instrumento que serve para comunicar alguma coisa que já existisse independentemente dela. A linguagem faz parte das instituições culturais com que nos encontramos ao sermos socializados. É na verdade a primeira delas e que dá o molde primordial através do qual daremos forma a qualquer

12. Vilhena, Luis dos Santos. "Notícias soteropolitanas e brasílicas". Apud: Reis, Suely Robles. *Escravidão negra em São Paulo*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1976.

de nossos impulsos. Ela é condição tanto no sentido de que nos "condiciona", nos inscreve num sistema já dado, quanto no sentido de que constitui um meio de alcançarmos outras realidades, ainda não dadas.¹³

Pensar uma sociedade que não oferece ao conjunto da população as condições mínimas de acesso ao aprendizado da língua, e inviabilizar a construção do cidadão na medida que este não se reconhece como igual no universo imaginário de direitos e deveres.

Uma sociedade produtora e reprodutora de profundas desigualdades econômicas e sociais, ao cercear o direito a aprender a ler, escrever, conhecer outros universos culturais (além da cultura de massa, jorrada a cada minuto pelos meios de comunicação) reafirma a exclusão e a discriminação. Reifica o apartheid social, ao negar o acesso ao instrumento que potencializa a conservação ou a mudança, que é o próprio acesso à linguagem enquanto conjunto de significações estabelecidas, mas que também oferece possibilidade de novos campos de significação e ação.¹⁴

A partir desse universo de análise pode-se estabelecer um contraponto com a realidade à medida que se colhem alguns depoimentos das camadas populares. Maria Gilda, moradora do bairro do Recife, em entrevista para o projeto Memória em Movimento, observa:

Eu já fui burra, eu já fui burra que ninguém botava nada na minha cabeça, mas agora, meu filho, continuação do tempo, eu acho bonito, eu aprendi a falar, aprendi me expressar nos canto, convivendo com pessoas assim, sabe como é?... As pessoas mais... Quando as pessoas tá conversando assim, quando eu vou pagar a casa, que eu chego assim, lá no escritório do Doutor Romero, tem aquelas moça, aquelas pessoa conversando, aí eu fico assim prestando atenção aos modos, né? Delas conversarem, o jeito delas conversarem porque... aí eu boto na cabeça o jeito de se sentar, sabe? Delas se sentarem e tal, aí eu fico olhando. Elas sabem se expressar muito bem, aí eu fico assim, né? Olhando. Aí quando eu chego no canto assim, aí eu... eu tenho que ser assim, eu tenho que falar do jeito que aquela pessoa tava falando. Tem gente já viu eu conversando, disse assim: ô Dona Maria Gilda, a senhora sabe... a senhora sabe ler? Eu digo: não sei não: porque a senhora se expressa melhor do que algumas pessoas que sabem ler, não, eu não sei juntar uma letra, eu não sei...¹⁵

13. Sader, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988. p. 57.

14. Ibid. p. 58.

15. Montenegro, Antonio Torres. *História Oral e memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo, Contexto, 1992, p. 37.

Gilda denota toda uma compreensão de que há uma outra fala, um outro jeito de falar, de sentar, de se comportar, de ser, uma outra geografia do corpo, com outros desenhos, outra lógica restagando os sinais de um outro saber e de outras práticas. A consciência da existência desse outro lado estabelece também, em princípio, uma forma de relação com o outro mundo que a exclui onde a fala é, indubitavelmente, a porta de entrada ou não...¹⁶

Um outro depoimento que reforça a gravidade desse cenário está na fala de Tôta, (Antonia Vidal) do Canal da Macaxeira. Afirma a entrevistada:

A gente começou a se reunir lá nos pés da barreira do Burity, todo domingo. Quando a gente via o pessoal tava olhando muito pra gente, a gente se mudava daquele pé de barreira e ia pra outro. Agora, quando eu saía, Antonio dizia assim (meu velha nera?) Tôta, me diz uma coisa: pronde tu vai? eu digo: meu véi, vou pra reunião. Tôta! Quem é que faz essa reunião? É uma doutora e... uma enfermeira ainda. Tôta, esse negócio pode ser algum comunista. Tu não te mete nessas coisas, tu sabe que danado essas mulheres conversa, uma mulher sabida dessa? Eu digo: elas são sabida, vão passando para mim e eu vou ficando sabida também. Porque quando a gente invadiu aqui, você não queria vir pra qui, pagando mocambinho dos outros. Eu invadi, entrei porque a terra é de todo mundo: eu entrei e fiquei. Por seu gosto você taria pagando. Com medo de falar com os homens. E eu quero aprender como é que se fala com os home. Aí ele: mas fala, tu tem boca para falar. Eu digo: eu tenho boca pra falar, mas pra dizer besteira, mas aquilo que há de dizer, eu não tenho ainda esse saber, tenho que aprender. Aí ele: no dia que tu tiver presa por aí, eu não digo nada. Eu digo: eu me solto, quando a polícia chegar, que e que eu vou dizer? Que ele perguntar o que é que eu tô conversando. Ah! eu tô conversando assunto de dentro de casa: fome, criar menino, marido parado, doença... e o que eu vou dizer à polícia é isso.¹⁷

Esse diálogo dramático com o marido que Tôta resgata durante sua entrevista, para a Federação dos Moradores de Casa Amarela, não é apenas mais uma voz que exprime a fundamental necessidade de educação nesse Estado e nesse País. É também a consciência da mulher que se transmuda, e constrói um outro desenho da condição feminina. A necessidade do saber, do falar, de quem angustiadamente não admite viver e morrer no mesmo lugar, com o mesmo imaginário que a sociedade em princípio definiu como possível e permitido.

Nessa pequena fotografia, que Tôta e Gilda revelam, podemos avaliar que a opção política das elites de manterem a maior parcela da população sem escola, é

16. Ibid. p. 38.

17. Ibid. p. 43.

a estratégia de calar, de silenciar, de excluir para governar, reproduzindo os seculares privilégios.

ENTREVISTA

MICHELLE PERROT

*Hermetes Reis de Araújo**
Paris, 06 de março de 1992

Apresentação

No final do mês de março de 1992 chegou às livrarias francesas o quinto volume da *História das Mulheres* (Ed. Plon). O sexto e último volume da coleção, que apresenta um estudo sobre as imagens da mulher na história, foi publicado em meados deste mesmo ano. Coordenada por Michelle Perrot e Georges Duby, a *História das Mulheres* é uma obra monumental: ela engloba desde a Antiguidade até o século XX e envolve o trabalho de 70 historiadores de vários países. Em abril do ano passado foi lançado na Inglaterra e nos Estados Unidos o primeiro volume, já publicado na Itália e na Espanha (as traduções alemã, holandesa e grega começaram a sair no final de 1992 e início de 1993). A publicação da edição brasileira ainda não tem data definida.

O discurso sobre a diferença entre os sexos, quando enunciado a partir de uma perspectiva crítica, sempre manteve - salvo raras exceções - o sexo masculino como referente universal da noção de humanidade. Esta *História das Mulheres* toma como objeto de estudo a relação entre os sexos, o que lhe permite ir muito além de simplesmente retrancar a história de uma "categoria dominada". Dessa forma é possível ver como a identidade feminina muda através da história, na medida em que se transformam as relações entre homens e mulheres. Utilizando o "gênero" como conceito-chave, esta *História das Mulheres* procura conferir uma especificidade própria à relação entre os sexos na história ocidental; relação esta que é tão essencial para compreender a evolução destas sociedades quanto as questões econômicas, culturais e políticas.

Michelle Perrot é autora de inúmeros trabalhos na área da história social. Ela é uma das mais importantes historiadoras da França e têm publicados no Brasil,

* Mestre em História (PUC-SP) e doutorando na Universidade de Paris VII.

além de vários artigos, o volume 4 da *História da Vida Privada* (Ed. Cia. das Letras) e *Os Excluídos da História* (Ed. Paz e Terra). Nesta entrevista ela nos fala da *História das Mulheres* e do questionamento que esse trabalho representa nas sociedades deste fim de século e milênio.

Em 1984, através de vários textos e debates, a senhora questionava a possibilidade de se construir uma história das mulheres. Hoje, vemos aparecer este trabalho em vários volumes que traça uma história das mulheres desde a Antiguidade até os dias atuais. O que se passou para que esta história tenha se tornado possível?

M.P. - Simplesmente nós trabalhamos muito. E não somente depois de 1984, mas antes, de uns quinze anos para cá, acumularam-se trabalhos de todo gênero, trabalhos monográficos ou trabalhos sobre problemas teóricos. Ao mesmo tempo a pesquisa concreta e a relação teórica progrediram consideravelmente durante estes quinze últimos anos. E assim, progressivamente, a questão se resolveu por ela mesma porque no fundo, já estávamos fazendo histórias das mulheres. No começo não sabíamos se havia algum sentido em fazer esta história. Não sabíamos se iríamos encontrar as fontes. Mas, na realidade, elas foram sendo localizadas e isto possibilitou que colocássemos questões, porque em história tudo depende das questões que se coloca. Se não se colocam questões o objeto de estudo não existe. Ora, no fundo, era preciso colocar a questão da história das mulheres para que se pudesse fazê-la. E eu creio que poderíamos dizer o mesmo em relação a muitas outras coisas, a muitos outros objetos. Por exemplo, hoje em dia praticamente não existe história, ao menos na França sobre as idades da vida, juventude, velhice. E o que se percebe é que se quisermos fazer esta história será difícil, porque as sociedades não falam em termos de velhice e juventude. Mas, no fim, acaba-se encontrando as fontes. Eu penso, então, que se a história das mulheres tornou-se possível é porque colocou-se a questão. E, a partir do momento que a questão foi colocada, foram feitas pesquisas documentais, afinaram-se os conceitos, acumularam-se trabalhos e, dessa forma, quando nos foi solicitado fazer esta síntese, haviam análises suficientes para que pudéssemos fazê-la.

Podemos falar então de um amadurecimento da questão da história das mulheres?

M.P. - Sim. Houve um aprofundamento da reflexão, e a partir deste momento a história das mulheres tornou-se possível. É divertido observar que 11 anos antes de 84, ou seja, em 1973, nós fizemos um curso em Jussieu com alguns colegas com o título "As mulheres têm uma história?". Assim, num primeiro momento nós nos perguntávamos se as mulheres tinham uma história. Será que para elas as coisas sempre ocorreram da mesma maneira? Através das sociedades sempre ocorreram da

mesma forma a maternidade, os filhos, a casa, os trabalhos domésticos? A partir destas reflexões percebemos que não, que as relações entre os sexos mudam através do tempo. E então foi possível dizer que as mulheres têm uma história. A partir daí colocamos uma segunda questão: pode-se fazer esta história? Nós então começamos a procurar as fontes, a decodificá-las e a olhar as coisas de outra maneira. Começamos a escrever e concluímos que sim, que poderíamos fazer história das mulheres.

E os materiais para construir a história das mulheres: não são eles, na sua maioria, oriundos dos instrumentos de conhecimento forjados pelo sexo masculino?

M.P. - Você tem razão em dizer que a dificuldade para escrever a história das mulheres é evidentemente a questão das fontes, ou como se diz em história, os materiais. E isto é verdadeiro para todas as épocas porque os materiais dos quais se dispõem são, com efeito, materiais escritos na maior parte dos casos pelos homens. Seja história, história da filosofia, discurso médico ou a arte. Ou os romances, por exemplo. Durante todo um grande período foram os homens que fizeram a literatura. E o mesmo se dá em relação aos documentos administrativos. Quando um comissário de polícia relata uma manifestação de mulheres e diz que elas vociferam, gritam, o que é que ele vê? Ele vê realmente mulheres que gritam ou será que ele é preso à idéia de que as mulheres sempre gritam? Portanto, é verdade que o problema das fontes é essencial, mas ele é desigual de acordo com as épocas. Existem épocas onde os documentos emanam somente dos homens, como a Antiguidade. Em relação à antiguidade greco-romana nós tivemos uma enorme dificuldade para encontrar um texto de mulher. Nós acabamos o primeiro volume com um texto de uma mártir cristã que escreve à sua mãe: ela será em breve devorada pelos leões e se preocupa com o seu pequeno menino. Este foi um dos raros textos que encontramos. Por outro lado, na Idade Média, existem muitos textos de mulheres. O cristianismo, de uma certa maneira, favorizou a palavra das mulheres piás. As abadessas que dirigiam conventos, por exemplo, escreveram tratados e algumas vezes elas falaram das mulheres. E quanto mais o tempo passa, mais as mulheres são visíveis na história ocidental. Cada vez mais elas escrevem, cada vez mais elas tomam a palavra. A palavra e a escrita, evidentemente. Assim a dificuldade sempre existe, mas ela é desigual segundo as épocas. Existem épocas onde há poucos ou nenhum texto emanando das mulheres. Ai então é preciso tentar ler a história das mulheres naquilo que dizem os homens. Neste caso é sempre um discurso a decodificar. Na antiguidade grega existem historiadores que falam da violência das mulheres na cidade. O problema então é saber se se trata de um medo que eles têm ou se isto faz alusão

a acontecimentos que teriam se passado e que justificariam o medo de uma emergência das mulheres na esfera pública. Portanto, é sempre bastante difícil. É preciso ler um pouco pelo avesso. Por que se diz que os homens têm medo das mulheres? Talvez existam razões objetivas, de uma certa maneira. É preciso sempre fazer este desvio. Há uma analogia entre fazer a história das mulheres e fazer a história de outras categorias dominadas que também não têm acesso à palavra e ao escrito, mas que se tenta, mesmo assim, fazer sua história: revolta de escravos, greves de trabalhadores, revoltas de camponeses através do tempo; durante o século XVI e XVII, etc. Em geral estas categorias não falam elas mesmas, mas fala-se delas. E através daquilo que se diz delas pode-se tentar compreender alguma coisa. É todo um trabalho de historiador, que é um trabalho muito difícil.

O que a senhora acaba de falar questiona um certo hábito: aquele que diz que a "tomada de palavra" pelas mulheres seria um dos fenômenos sociais característico das últimas décadas, quando várias "minorias" conquistaram seus próprios meios de expressão.

M.P. - Eu diria que se trata de um movimento que remonta muito mais longe. Não foi somente a partir das últimas décadas que as mulheres conquistaram a palavra. Pode-se observar esta tomada da palavra já na Idade Média. Por outro lado pode-se também dizer que, se bem que as mulheres não sejam uma minoria, pois os dois sexos são numericamente iguais, elas têm um estatuto de minoria. Ou seja, não tendo o poder, pois não se conhece sociedades desprovidas de poder masculino - como dizem os antropólogos e os historiadores - as mulheres são, no plano do poder, uma categoria dominada. Portanto, uma minoria em relação à lei e ao direito. Dessa forma, existem analogias entre a tomada da palavra das minorias e esta tomada da palavra pelas mulheres. Mas o conteúdo das minorias muda no curso do tempo, enquanto que a relação entre os dois sexos atravessa toda a história. E deste ponto de vista, existe uma grande continuidade, uma grande duração nesta história, o que a torna, de uma certa maneira, mais fundamental.

Nesta História das Mulheres é utilizado o conceito de "gênero". O que isto significa e qual é a sua importância para a pesquisa histórica?

M.P. - O conceito de "gênero" é de origem anglo-saxônica, notadamente anglo-americana. A palavra "gênero" não é de fácil emprego para nós, em francês, porque se trata de uma categoria gramatical. Contudo, ela é utilizada, mas no sentido de relação entre os sexos, de diferença de sexos. E mesmo que a palavra não seja de fácil tradução, o conceito é muito importante. O que quer dizer que não se trabalha

com as mulheres isoladamente, o que não tem sentido. Um sexo só existe em relação ao outro. É uma evidência, mas trata-se de uma destas evidências que é preciso tornar operatória. Mesmo se descrevermos grupos de mulheres isoladas, o harém, o gineceu, o convento, isto não teria verdadeiramente importância a não ser que se reflita sobre o lugar destes grupos numa sociedade global. Conseqüentemente, há sempre esta idéia da relação entre os sexos. Por exemplo, o que é um convento de mulheres? Por que certas mulheres vão para um convento? Será que um convento de mulheres é como um convento de homens? Será que o conceito de virgindade é equivalente ao conceito de castidade masculina? Se trabalharmos dessa forma, as coisas tornam-se mais interessantes, pois assim é possível sair da descrição e colocar problemas. É preciso também observar que o "gênero" cultural e histórico se opõe ao sexo biológico. O sexo é uma categoria biológica, anatômica. Nós nascemos homens e mulheres nos nossos corpos, mas somos imediatamente propulsados num universo que é aquele da cultura e da história. Ser homem e ser mulher são imediatamente representações simbólicas, valores como o mais e o menos, o branco e o negro, o dia e a noite. Sempre binariamente. E o que interessa é ver como as relações entre os sexos se modificam, não é mesmo? Porque existem coisas que mudam e existem outras que permanecem relativamente imóveis. Tem-se mesmo a impressão que algumas coisas permanecem dramaticamente imóveis. Dessa forma, o interessante é questionar como se construiu a relação entre os sexos em todos os níveis do discurso, da prática, da teoria, da vida cotidiana, do espaço público, do espaço privado, do campo, da cidade, da burguesia, da nobreza, das classes populares, etc. A idéia de "gênero" é a idéia de uma categoria construída pela cultura e pela história e que, conseqüentemente, pode ser analisada enquanto categoria construída. É uma idéia bastante rica para os historiadores, que no fundo, não acreditam na natureza. Não muito, ao menos. Em definitivo, eles pensam que a natureza nos é imediatamente transmitida pelas palavras e pela cultura e que estes discursos são produtos históricos. Portanto, coisas a desconstruir e a analisar enquanto objetos históricos. Só existe historicidade, de uma certa maneira.

Desde a Antiguidade o referente universal da noção de humanidade sempre foi atribuído ao sexo masculino. Hoje em dia se vê cada vez mais claramente que isto provém de relações sociais historicamente estabelecidas. É chegada a hora de desvirilizar a história?

M.P. - Eu tenho vontade de responder sim e não. Sim porque a história, tendo sido sempre concebida como somente história dos homens, é preciso então desvirilizá-la. Introduzindo o conceito de relação entre os sexos, nós a desvirilizamos. Mas, por

outro lado, não se trata de substituir uma história dos homens por uma história que seria unicamente história das mulheres. Trata-se de refletir em termos de relação entre os sexos. Assim, o termo desvirilização não é aquele que convém. Não se trata de dizer que não se quer mais os homens e daqui por diante se vai dizer somente histórias das mulheres. É isso o que quero dizer com sim, num certo sentido, e não num outro. Forçosamente, num primeiro momento as mulheres privilegiam o ponto de vista feminino que iniciaram a sua própria história. Existe uma espécie de fenômeno de compensação e a idéia de que é preciso tornar visível algo que, de certa forma, sempre esteve escondido. Mas o objetivo não é encher bibliotecas com uma história que não seria outra que aquela das mulheres. Evidentemente não.

E as filiações das quais é tributária esta História das Mulheres, ou seja, quais são suas linhagens históricas, as preocupações onde ela insere?

M.P. - Eu diria que são várias. Primeiramente, não foi a história enquanto disciplina, mas a antropologia que teve um papel importante, notadamente depois de uns 30 ou 40 anos. Refiro-me à obra de Lévi-Strauss, mas não somente a ele, que fez da família a célula fundamental das sociedades e refletiu sobre a história em termos de família. Ora, desde que se coloca a questão da família nós vemos homens e mulheres, pais e filhos. Assim a antropologia que teve, notadamente na França, uma grande influência sobre a história, é uma filiação. Alguém como Georges Duby, que co-dirige comigo a *História das Mulheres*, não veio à história das mulheres pelo feminismo, ele não tinha muitas razões para isso. Ele chegou a esta história através da antropologia. E, atualmente, é sobretudo com os antropólogos que se discute sobre a questão da diferença de sexos, muito mais do que com pessoas de outras disciplinas. Em segundo lugar, eu diria que outra filiação desta *História das Mulheres* é o movimento de mulheres. Não haveria história das mulheres com esta intensidade se não houvesse existido um movimento de mulheres nos anos 70 nos Estados Unidos, na França, nos países ocidentais. Na maior parte dos países enfim, porque existe um feminismo no Brasil que é muito interessante. Percebe-se então que onde houve feminismo houve interrogações sobre a história. As mulheres se perguntam se elas são as primeiras a dizer o que elas estão dizendo, como é que era outrora, se estão em melhor situação agora ou antigamente, e assim por diante. Logo coloca-se a questão do progresso, da decadência, a questão da historicidade. Em terceiro lugar, na França, há a Escola dos Anais, que é uma escola que começou nos anos 30 e que inicialmente interessou-se pela história econômica e pela história social, sem colocar a questão da história das mulheres. Mas se interessando pelas mentalidades, aquilo que se chama história das mentalidades, ela se abriu à história das mulheres.

E atualmente ela se interessa por esta história. Portanto eis aí, não verdadeiramente um outra filiação, mas uma cumplicidade. E cabe observar que na França nós temos talvez mais facilidade de nos fazer escutar pela história dominante do que em outros países, onde é a história política ou diplomática quem reina.

No começo dos anos 70 a senhora defendeu uma tese que marcou a história do movimento operário na França. Há cerca de um ano atrás a senhora declarou que "a classe operária não é mais nem um ator sociológico nem um ator político. Talvez ela não seja nem mesmo mais o principal problema social". O que isto significa em relação às questões que se colocam os historiadores atualmente?

M.P. - De minha parte, como é observado nesta questão, eu comecei a trabalhar sobre a história operária. E devo dizer que a esta época eu me colocava a questão das mulheres, mas era secundário. Para mim o mais importante era fazer a história da classe operária, que era a classe mais numerosa e a mais pobre. Como diziam os saint-simonianos, a categoria dominada. Progressivamente eu tomei consciência da condição das mulheres, do fato que eu pertencio a esta história. Isto, portanto, me interessou pessoalmente e eu me senti concernida pelo movimento de mulheres. Por outro lado quando escrevi esta frase, eu creio que exprimo um pouco a realidade. Ou seja, existe nas nossas sociedades ocidentais, pela evolução da economia e da sociedade, o fato de que a classe operária se afasta um pouco no horizonte. Ela se afasta de nossos horizontes como ator social. Ela é uma classe que não cresce mais. As categorias que mais crescem são os assalariados. E dentre os assalariados é o setor terciário, todo um mundo imenso de empregados. Hoje em dia vê-se que muitas fábricas fecham e que não se tem tanta necessidade de operários porque a produtividade das máquinas é absolutamente enorme. Entretanto, vê-se que é preciso formar intelectualmente as pessoas porque elas precisam obter cada vez mais uma maior capacitação intelectual, já que os setores de emprego não são mais os setores operários. Portanto, socialmente, a classe operária não é a classe do futuro. Isto pode parecer estranho mas eu creio que é verdadeiro. Em segundo lugar, existe a grande crise do comunismo e todos os partidos representantes da classe operária. Crise esta que é ligada à regressão sociológica da classe operária, mas não apenas a isto, pois ela é ligada à falência do comunismo que é uma falência monumental, trágica, mas em todo caso, muito evidente. Tudo isto faz com que a classe operária não seja o ator social do futuro, nem sociologicamente, nem politicamente, porque existem categorias mais importantes. O que não quer dizer, absolutamente, que os problemas sociais estejam resolvidos, muito pelo contrário. Hoje vemos que são outras figuras, como as figuras da exclusão, do exílio, dos imigrantes, do desempregado, que se

tomaram as mais importantes nas nossas sociedades e não tanto a figura do operário que trabalha, qualificado, tomou-se uma figura que não é mais uma figura líder do ponto de vista social.

Pode-se associar o questionamento das relações entre os sexos a um questionamento mais geral, que diz respeito a uma crise dos valores universais nas sociedades contemporâneas, como crise da idéia de progresso, de verdade, de crise da própria família, etc.?

M.P. - Esta questão não é fácil. Se você quer dizer que a crise dos valores universais nas sociedades contemporâneas é a perda de referências, eu penso que o feminismo, no fundo, exprime alguma coisa nova. Que é a idéia de que até então nós nos acomodamos a uma sociedade dominada pelos homens. Como já disse, a antropologia e a história nos informam que jamais houve sociedades que não fossem dominadas pelos homens. E isto é aceitável, se pudéssemos falar assim, quando funciona. Ora, existe uma certa falência das sociedades contemporânea: crise de autoridade, crise dos valores sociais, não se acredita mais tanto na idéia de progresso indefinido, etc. Hoje, pensamos as coisas mais em termos de desequilíbrio. E no meio de tudo isso uma questão que se coloca é a de tentar fazer uma sociedade onde, por exemplo, os sexos sejam mais igualitários, o que atualmente parece possível enquanto que antes seria algo inconcebível. Hoje vemos também que os valores privados, as relações entre os homens e as mulheres são coisas essenciais na sociedade. E pode ser que, se quisermos chegar a um maior equilíbrio, a uma dose maior de felicidade, seja preciso aceitar colocar esta questão da igualdade entre os sexos. Dito de outra forma, esta questão tornou-se vital nas nossas sociedades. E eu penso que nós não podemos evitá-la.

Em vários domínios intelectuais fala-se seguidamente do "fim do humanismo". Neste contexto, qual é, segundo a senhora, o lugar que ocupa a história hoje?

M.P. - Eu creio que a história tem uma função crítica. O que não foi sempre o caso. A história foi, durante muito tempo, uma disciplina que acreditava no humanismo, que acreditava no progresso. Se pensarmos na história do começo deste século na França, por exemplo, veremos que nela existe um pouco a idéia da Revolução Francesa, dos valores universais, do humanismo, estas coisas. Nós somos muito mais reservados agora. No fundo, não se acredita tanto nem no progresso, nem na decadência. Nem na catástrofe e tampouco no progresso indefinido. O que não quer dizer que as coisas tenham se tornado igualitárias. Existem nas nossas sociedades coisas pelas quais é preciso combater, como os valores democráticos essenciais e

os problemas de igualdade. Enfim, coisas que tornam talvez os historiadores mais presentes no mundo atual. Não se reenvia mais as coisas para o futuro. Em segundo lugar, eu creio que talvez os historiadores sejam mais críticos atualmente e que o seu papel é o de serem críticos engajados. Ou seja, questionar tudo aquilo que nos dizem, colocar e criticar a questão da verdade. E ao fazê-lo, num certo sentido, o historiador se posiciona em relação aos problemas contemporâneos, já que no fundo, ele sabe que a história que ele faz se relaciona com o presente. Tomando como exemplo a história das mulheres, sente-se isto que estou dizendo de uma maneira muito forte, porque jamais haveria uma história das mulheres se elas não tivessem colocado as questões que colocaram. E nós sabemos muito bem que um objeto histórico é um objeto mortal. É possível que daqui há 20 anos a história das mulheres interesse muito menos do que agora. Não se sabe. Os historiadores tomaram consciência do caráter relativamente subjetivo de suas pesquisas. Não existem objetos históricos definidos de uma vez por todas. A história é uma relação entre o presente e o passado. O historiador constrói sua problemática com as questões que lhe coloca o presente. Daqui há 30, 20 anos, ou mesmo antes, se colocarão outras questões. Deste ponto de vista há um deslocamento. Os historiadores do começo do século acreditavam que construíam a história para a eternidade. Nós acreditamos tanto nisso. A história é mortal.

Mesmo em países onde ainda persistem relações conservadoras entre os sexos, como é o caso do Brasil, vê-se que o movimento de mulheres cresce. Tendo em conta este florescimento do feminismo em toda parte, pode-se pensar, conseqüentemente, na possibilidade do surgimento de uma nova sensibilidade masculina?

M.P. - A resposta é sim. E isto, eu creio, não é somente uma hipótese é já uma realidade. Em países como os Estados Unidos, que precederam um pouco a todo mundo neste domínio da reflexão, existe atualmente cada vez mais homens que se colocam a questão de sua existência enquanto sexo masculino. Existe, aliás, uma grande quantidade de livros que aparecem. Num dos últimos números do New York Review of Books, eu fiquei muito impressionada ao ver uma crônica que resenhava uns 5 ou 6 livros sobre a maneira pela qual os homens escreveram, pensam a si na sociedade enquanto "gender", ou seja sobre a diferença entre os sexos, mas desta vez, visto pelo lado dos homens. Eu creio que é uma coisa excelente. Na França isto ainda não está muito desenvolvido. Aqui existem muitos poucos livros a respeito, mas eu penso que nos próximos 10 anos estas questões se desenvolverão. Mesmo que existam poucos homens nos grupos que se interrogam sobre a diferença entre os sexos, que eles sejam minoritários, eles são mais numerosos do que há alguns

anos atrás. E são eles que dizem: “como é possível que os homens não compareçam? Isto nos diz respeito tanto quanto às mulheres”. Assim, eu penso que isto pode levar a uma nova interrogação masculina. Contudo, há uma segunda resposta a esta questão. A cada vez que as mulheres progredem em igualdade na sociedade, como é o caso das nossas sociedades contemporâneas e, provavelmente, o caso da sociedade brasileira também, isto leva algumas vezes a uma reação contrária, de virilidade, de supervirilidade, porque os homens se sentem ameaçados. Assim existem aqueles que refletem e existem aqueles que têm medo. Os homens sempre tiveram um pouco de medo das mulheres, o que pode levar, ao contrário da reflexão, a uma reação machista.

Em relação a isto, a senhora é otimista ou pessimista?

M.P. - Há dias que eu sou otimista e há outros que eu sou pessimista. Eu creio que as mulheres ganharam muito nestes 10 ou 20 últimos anos, 30, talvez. Mas eu penso que as mulheres jovens que conheço. Há um preço a pagar e ele é alto. Eu vejo muitas mulheres jovens solitárias, talvez mais solitárias do que antes, porque elas não aceitam mais um certo número de coisas. Por outro lado, os homens se sentem desconcertados por estas jovens mulheres que querem tudo, que são brilhantes, e que lhes dão a impressão de que estão tomando o lugar deles na sociedade. Quando vejo tudo isto, eu me digo que, francamente, não é simples. Existem alguns estudos, como o do sociólogo Jean-Claude Kaufmann, que é um especialista da sociologia da vida privada atual, onde são colocadas estas questões. No caso deste sociólogo ele faz um estudo sobre a roupa. E através disto ele segue as relações homem/mulher no casal contemporâneo. Ele estuda a partilha das tarefas domésticas as relações aos valores simbólicos, etc. E ele é bastante pessimista. Ele diz que não se deve pensar que as coisas mudaram muito. Desde que se aborde os problemas de organização da vida quotidiana, percebe-se que existe sempre uma grande desigualdade e que, em definitivo, as coisas não mudaram tanto assim. Ele é bem mais pessimista do que eu. Em todo caso, tudo isto é muito frágil, o que faz com que às vezes eu sinta um certo pessimismo. Mas eu prefiro viver na época atual do que há cem anos, é claro. E eu penso que nenhuma mulher que vive atualmente gostaria de retornar cem anos atrás. Nós conquistamos muitas possibilidades de liberdade. Outrora, as mulheres possuíam um destino, hoje elas possuem um destino. Ou seja, elas podem escolher. Mas, em contrapartida à liberdade há o risco. Quando se colocam as pessoas nos trilhos e elas fazem somente aquilo que lhes é dito, não há risco, mas também não há liberdade. Bem, isto são coisas que me tornam otimista. Mas, quando penso na fragilidade das coisas no mundo de hoje eu fico um pouco pessimista. Por exemplo, o fato de que no mundo de hoje nós assistimos a um cres-

cimento das religiões integristas, e não somente muçulmanas, mas também no protestantismo americano e no catolicismo ocidental. Ora, tudo o que é integrista é, em geral, bastante conservador. Portanto, vejamos pelas coisas, elas são frágeis.

A História da Vida Privada, da qual a senhora participou, foi um sucesso de público na França e também no Brasil. No que se refere a esta História das Mulheres, como a senhora está vendo a sua recepção pelo público?

M.P. - Esta *História das Mulheres* está tendo um grande sucesso. Ele está tendo muito sucesso na Itália, onde ela apareceu primeiramente e está tendo um enorme sucesso na Espanha, onde o primeiro volume já foi publicado. E na França ela está indo muito bem, o que é algo que eu não esperava. Eu pensei que os franceses seriam bastante indiferentes. E isto foi uma surpresa para mim e para toda a equipe, já que são livros difíceis. E mesmo que nós tenhamos feito um esforço para escrever de maneira clara, estes livros não são como romances policiais, é preciso reconhecer. Além disso eles custam caro. Mas, mesmo assim, cada volume tem vendido cerca de 20 mil exemplares, o que não os torna best sellers, mas é algo muito bom, pois demonstra que existe interesse. O desconhecido, e isto será interessante, vai ser o público anglo-saxão, uma vez que a tradução inglesa aparecerá daqui há um mês. Não é certo que nos países anglo-saxões eles façam tanto sucesso. Primeiramente porque eles já têm uma enormidade de livros sobre mulheres, mesmo que eles não possuam esta história geral que tentamos fazer, da Antiguidade aos nossos dias. Eles não são habituados a este tipo de trabalho de longa duração. Mas talvez, no fundo, eles tenham a impressão de que a relação entre os homens e as mulheres não lhes diz mais respeito. E no que se refere ainda aos países que poderíamos chamar de latinos, não sabemos ainda como será em Portugal e no Brasil, onde estes livros também serão publicados.

A História das Mulheres é um trabalho monumental. Como é que ele foi organizado?

M.P. - Trata-se de uma encomenda italiana. Foi um editor italiano, que se chama Laterza, que nos solicitou este trabalho. Isto remonta a 1988, fins de 1987. Num primeiro momento nós hesitamos bastante. A proposta foi feita primeiramente a Georges Duby. Ele então se dirigiu a mim dizendo que se tratava de um belo projeto mas que poderia fazer somente algo sobre a Idade Média, já que ele nada sabia sobre os trabalhos sobre as mulheres. Por outro lado, eu, evidentemente os conhecia muito bem. Então eu me dirigi às mulheres com as quais eu trabalho há quinze anos, nós conversamos a respeito e ao discutirmos, percebemos que estávamos dizendo sim a esta proposta. Ou seja, estávamos já elaborando esta história das mulheres. Bem, este trabalho foi organizado do seguinte modo: são cinco volumes,

tendo cada um deles uma ou duas organizadoras, as quais constituíram suas equipes. Por exemplo, Pauline Schmitt organizou o volume sobre a Antiguidade, e Geneviève Fraisse e eu dirigimos o volume sobre o século XX, e assim por diante. Desta forma há por um lado os organizadores da coleção, Duby e eu, e de outro, as organizadoras de volume, grupo que se encontrou seguidamente e que discutiu muitas das etapas. Além deste grupo, há todo o conjunto dos colaboradores, os quais trabalharam numa relação mais direta com as organizadoras de volume, ocorrendo entretanto um grande colóquio em Paris, em junho de 1988, onde todo mundo estava presente, cerca de 70 pessoas. Foram dois dias de discussões quando então foram decididas as linhas gerais, as escolhas, as maneiras de escrever, etc. Dentre as escolhas que fizemos, primeiramente decidimos fazer uma história de longa duração, da Antiguidade aos nossos dias. Em segundo lugar, optamos por retomar a periodização da história ocidental, porque não tínhamos meios de fazer de outra forma. E aí, naturalmente, se coloca a questão de saber se esta periodização corresponde a alguma coisa. Em terceiro lugar, nós tratamos somente do mundo ocidental. Trata-se de uma história das mulheres no ocidente, isto é bem claro. E eu diria que não há praticamente nada sobre a América Latina. Existem bastante coisas sobre os Estados Unidos, mas quase nada sobre a América Latina. No volume espanhol sobre o século XVI e XVII foi acrescentado a questão do problema da exportação de um modelo ibérico no mundo latino-americano. Há também coisas sobre a Espanha no volume espanhol dedicado ao século XX, por causa do franquismo, mas há muito pouca coisa sobre Portugal e o Brasil. Isto se deve ao fato de que a maior parte dos trabalhos eram sobre a Europa ocidental e sobre os Estados Unidos. E, evidentemente, a questão da América do Norte só tem pertinência a partir do século XVI.

Em quantos países será traduzida esta História das Mulheres?

M.P. - Em nove países. Ela será traduzida em italiano, francês, inglês, alemão, holandês, grego, espanhol, português e o Japão, que ainda não se decidiu.

Existem poucos homens nesta História das Mulheres. Isto é porque esta história deve ser escrita unicamente pelas mulheres?

M.P. - Não, absolutamente. Isto é a expressão de uma situação de fato. A saber, que foram primeiramente as mulheres que trabalharam sobre a história das mulheres, porque elas são talvez, pessoalmente envolvidas. Mas, não existe razão, e nem seria desejável que somente as mulheres escrevam esta história. É normal, por exemplo, que nos Estados Unidos sejam primeiramente os negros que tenham escrito a história dos negros, é evidente. Mas, não há razão para que os brancos não escrevam a história dos negros e da escravidão, e aliás, eles o fazem. Conseqüen-

temente não há nenhum motivo em reservar um domínio a uma classe, a um sexo, a uma categoria étnica. Mesmo que na prática as coisas comecem quase sempre deste modo. São os índios, evidentemente, que irão primeiramente escrever a sua história, etc. É normal. Assim, não há nenhuma razão para que esta história seja escrita unicamente por mulheres. É mesmo desejável que ela não seja escrita unicamente pelas mulheres.

Para além do domínio historiográfico, a senhora acha que se pode imaginar alguma ressonância devido à publicação da História da Vida Privada e da História das Mulheres? E mais profundamente será que estas histórias não respondem a uma demanda social, ou seja, a uma mudança de subjetividade?

M.P. - No que se refere à primeira parte da sua questão, eu penso que normalmente estas histórias devem ter algum efeito, ou seja, que elas deveriam contribuir para que se colocasse as questões de outra maneira e também para que se colocasse outros tipos de questões. Mas isto será demorado, porque existe uma longa inércia dos hábitos mentais. Eu penso, por exemplo, que não se poderá mais dizer que em 1848 na França o sufrágio era universal, já que ele era somente sufrágio universal masculino. E se observa efetivamente que agora se diz "sufrágio universal masculino". Bem, este é um pequeno exemplo. De outra parte, a saber, se estas histórias correspondem a uma demanda social? Sim, certamente. E elas correspondem também a uma mudança de subjetividade na medida em que elas respondem a um desejo do sujeito mulher, e portanto, a uma reivindicação da subjetividade na história. O que, de uma certa maneira, fortifica a demanda de todas as subjetividades neste domínio e libera energias no domínio da subjetividade.

Que contribuições este trabalho pode trazer para as pesquisas sobre a história das mulheres no Brasil?

M.P. - Eu confesso que não sei. Eu penso que somente os homens e as mulheres brasileiras poderão, no começo, sobretudo, escrever a sua própria história. E eles começam a fazê-lo, isto é muito claro. Vê-se cada vez mais historiadores e historiadoras brasileiras que se colocam este tipo de questão. E talvez o fato de que existe uma história das mulheres no ocidente possa lhes dar legitimidade. Ou seja, já que isto se faz na França e em outros lugares e que todo mundo acha interessante, isto não é, portanto, fútil, inútil ou ridículo. Talvez, diante de algum universitário que diga que não é interessante a história das mulheres, um historiador ou historiadora brasileira que queira fazer esta história possa responder que existe uma história das mulheres que não toma o Brasil em conta, e é preciso que façamos nossa história enquanto gênero. Eu creio que isto possa ser um argumento. Além

disso, a experiência que consta nestes volumes pode talvez ajudar outras pessoas e lhes levar a colocar questões por elas mesmas. É a elas que compete dar resposta.

PESQUISAS

História Social da Saúde, da Doença e da Morte e suas Representações na Cidade de São Paulo (1830 - 1940)*

*Coordenadora: Yvone Dias Avelino***

O grupo Cordis se constitui como núcleo de pesquisa e divulgação. Núcleo de História Social da Cidade, tendo como eixos temáticos a História Social da Saúde, da Doença e da Morte (1850 - 1940), privilegiando as diversas formas de representação dos fenômenos constitutivos da área com o intuito de identificar o "ethos" da paulistaneidade e Universidade e Sociedade: Memória e Identidade.

A denominação Cordis surgiu como forma de expressar a vitalidade e a energia com que se enfrenta os problemas da produção do saber, nas suas intersecções com o pulsar da vida.

Neste sentido "Cordis", nos remete a pulsação e à vitalidade que impregna o processo de gestação do saber e da produção de leituras cujo tom se pretende delencar.

Cordis, se identifica com cordialidade, afetuosidade, sentido que aponta para a emoção que se deve associar à razão. Binômio que retoma a memória, identidade, inventário, distinção, reminiscências utópicas.

Cordis expressa a confluência de um termo médico que encontra alegorias específicas no discurso literário e poético e que diz respeito a uma tentativa de explicar a brasilidade. Essa associação de usos da palavra com suas conotações diferenciadas dá um tom particular dentro da generalidade que se identifica com os propósitos do grupo, que tem um caráter transdisciplinar e inter-institucional. É formado por historiadores, médicos, economistas, antropólogos, educadores e comunicólogos da PUC-SP, da U.S.P. e da U.N.B. dentro da amplitude da carreira universitária que vai do licenciado ao titular.

Nesta pequena apresentação apenas trataremos da pesquisa História Social da Saúde, da Doença e da Morte (1850 - 1940). Em outras oportunidades apresentare-

* Pesquisa do Grupo CORDIS - Núcleo de História Social da Cidade.
Apresentação do Grupo "CORDIS".

** Departamento de História, PUC-SP.

mos a pesquisa que tem a preocupação de estudar a Universidade nas suas interações com a sociedade na reconstituição da sua memória. Especificamente trata da História da Universidade Católica de São Paulo e suas relações com a sociedade do bairro de Perdizes com a cidade de São Paulo.

Relevância do Tema

A História da Saúde, da Doença e da Morte, circunscrita à cidade de São Paulo, pretende apresentar uma leitura dos vários aspectos ligados às concepções da saúde, doença e morte.

Não se trata de propor investigações baseadas na exclusividade de um núcleo documental definido. Dada a aspiração pluralista que envolve a temática proposta, visa-se combinar fontes, bibliografia e leituras historiográficas. Tudo, porém, crivado pelo "espírito da cidade".

Nota-se em São Paulo, a partir do século XIX, uma redefinição no encaminhamento das questões relativas à S.D.M., no sentido da regulamentação da ação pública na área. Configurava-se, então, a associação de práticas médicas com as ações do Estado, como estratégia para a planificação urbana e conseqüente controle social.

Objetivos da Temática

Os objetivos da pesquisa filtrados pela análise sistemática de fontes: imagens, linguagens, mitos, crenças e rituais, idéias e conceitos componentes do sistema de representações relativo à Saúde, Doença e Morte são: 1) (re)interpretar a História e propor encaminhamento evitando a dicotomia entre o discurso e a práxis, trabalhando de forma indissociável os elementos que compõem o tema; 2) contribuir para a reflexão crítica sobre a produção historiográfica contemporânea específica ao assunto, apontando para a crise de identidade a que foi submetido o ser humano em suas relações com a natureza e consigo mesmo; 3) procurar entender os cruzamentos, as relações, da vida paulistana entre 1850 e 1930, expressos na diversidade dos discursos, propondo uma leitura do "ethos" da cidade.

Eixos Temáticos

Diferentes enfoques mostram-se adequados à pesquisa. Elegeram-se alguns, aqueles considerados de grande importância por sua aproximação com o tema, formando um conjunto de eixos temáticos, que dão sustentação e condições a uma ampla análise da História da Saúde, da Doença e da Morte em São Paulo.

Um dos caminhos mais óbvios para tal análise remete-se à percepção dos visitantes. Desde o começo do século, viajantes como Humboldt, Langadorff,

Florence, Saint-Hilaire, Kidder, Barnsley, Zaluar passaram pela capital dos paulistas, anotando características locais, especificando diferenças, apontando tendências.

Ainda que o termo de comparação tenha sido, quase sempre, o mais acentuado, pode-se estabelecer um arco que vai de Saint-Hilaire, registrando a simplicidade do vilarejo, àqueles que identificam São Paulo às metrópoles do mundo, como Richard Morse. O levantamento de todos esses viajantes e a análise desses discursos serão dois dos pontos fundamentais para ambientar introdutoriamente o projeto.

Paulistas e não paulistas cuidaram de deixar um bom número de memórias, crônicas e recordações que envolvem questões urbanas. Estes gêneros impregnados pelos condicionamentos ambientais da época, constituem-se num pólo importante para a reflexão sobre os cosmos urbano paulista. O planejamento urbano da capital, suas plantas, mapas e estudos urbanísticos permitirão dar os traços da "geografia do desenvolvimento urbano" que se constituiu em etapa básica do entendimento da questão da "paulistaneidade". Aliado às percepções de viajantes, às memórias e às crônicas o estudo da "cartografia urbanística" pretende estabelecer uma leitura que fundamente o espaço ao "ethos" paulistanos.

Nessa fusão, certamente será dada ênfase a aspectos que mesclaram o estabelecimento de uma sociedade de classes, constituindo-se um ordenamento social onde a marginalidade fixou-se. "Cidade composta", plena de contradições, o banditismo e a prostituição aí se instalaram com força e velocidade compatíveis com o "progresso". A reputação de São Paulo se fez na medida em que juntamente com seu comércio florescente e com sua indústria despontante surgiram também seus pobres, enjeitados e doentes, todas personagens de uma possível História Social da Saúde, da Doença e da Morte.

Pouco estudados na história urbana brasileira em geral e, particularmente na de São Paulo, são os romances urbanos voltados a uma visão utópica de cidade. Dois casos específicos, "São Paulo no Ano 2000" e "O Reino de Kiato no País da Verdade" são evidenciados como fundamentais para se considerar São Paulo uma cidade letrada como pretendeu Angel Rama.

Estiveram presentes na redefinição do espírito urbano de São Paulo algumas tensões que fizeram desta capital o "lugar" privilegiado para o aprofundamento de soluções locais. Tal é, por exemplo, o caso das múltiplas avaliações feitas pela imprensa paulistana sobre a realidade sócio-cultural brasileira no período e sobre possíveis eixos de tratamento e cura.

Os termos e expressões utilizados pela linguagem científica e, em particular, pela da ciência médica foram sendo incorporados ao vocabulário cotidiano da sociedade em boa parte graças à imprensa periódica paulistana (acadêmica no início

e não acadêmica posteriormente), através dos diversos artigos que analisavam, cheios de otimismo, os avanços de cada área do saber científico. A penetração mais assíduas desse tipo de vocabulário, pelo menos no meio da elite intelectual de São Paulo, iria assumir dentro da imprensa a função de vetores "clínicos" sobre as qualidades consideradas "sadias" ou "doentias" do "ethos" social ou do caráter cultural brasileiro.

Em 1882, o periódico "A Luta" (órgão semanal evolucionista) condenava as falhas existentes na educação brasileira pelo fato da educação física - classificada pelo periódico como uma "ciência" - estar relegada a um plano secundário, com sérios riscos para a saúde individual, familiar e nacional. Alertava-se os leitores de que a educação física não era "uma sonho", mas realidade e os que "a violaram em si e nos seus filhos são os responsáveis, num futuro próximo ou remoto, por um grande número de defeitos que depreciam a espécie".

Em 1918, 36 anos depois, em crítica ao artigo de Monteiro Lobato, "Problema Vital", publicado na "Revista do Brasil", Alceu Amoroso Lima descreveu os problemas estruturais da realidade brasileira, ressaltando a urgência em se promover, ao mesmo tempo, a "higiene física" e a "higiene moral" do país. Para ele, os males da educação eram letais ao país e sobrepujavam as enfermidades nativas, exatamente por serem a causa destas.

Estes exemplos comprovam a riqueza de material que envolve a pesquisa de jornais e revistas. Por meio dela é possível a coleta de importantes índices informativos e formativos - o emissor, a mensagem e o enunciado - capazes de descrever quais eram os males sócio-culturais do país, como eles eram definidos e conceituados e os possíveis prognósticos e tratamentos terapêuticos apresentados pela imprensa.

Não era apenas a realidade cultural que exigia cuidados médicos, os reclamos da Saúde Pública e da medicina preventiva também exigiram uma atuação mais efetiva do poder público, que se manifestou através da criação de instituições que pudessem controlar de maneira mais eficaz que afligiam a população paulistana.

A situação geográfica da cidade, a precariedade do atendimento e os rudimentares conhecimentos higiênicos e sanitários acentuaram ainda mais a disseminação de sucessivas epidemias - a varíola, tuberculose, febre amarela e cólera - com sérias e assustadoras consequências. O clima (tropical) sempre foi apontado como um dos maiores causadores das epidemias sobretudo no centro urbano, onde as chaminés das indústrias começavam a despontar. Se a industrialização trouxe benefícios, também causou muitos malefícios sobre a saúde da população.

O saber médico em São Paulo trouxe uma marca diferenciada no que diz respeito ao aspecto popular. A vulgarização desse conhecimento para o alcance dos

consumidores fugia, muitas vezes, ao sentido dado pela orientação médico-acadêmica. Por outro lado, São Paulo não enfrentou suas concepções de Saúde elaboradas pela elite e pelos "saberes competentes".

A cultura popular vivenciada em São Paulo se alimentou de saberes alternativos, refeitos a partir da sabedoria indígena e africana. Todo o conhecimento médico caseiro, cultivado tanto pelas famílias locais quanto pelas imigradas, e que foi noticiado por artigos de jornais, propagandas médicas, almanaques e volantes, constituiu-se em fonte preciosa para o entendimento dos recondicionamentos oferecidos por São Paulo.

O almanaque era um tipo de publicação que, além de trazer um calendário completo, continha matéria recreativa, humorística, "científica", literária e informativa. Dada sua característica de anuário, carrega em suas páginas uma fonte de pesquisa formativa e informativa destinada à família, normatizando o seu existir ou mesmo transformando os hábitos e revalorizando o sentido da vida.

Considerando literatura menor até pelas expressões: "Saber de almanaque", "conhecimentos de almanaque" - sinonímia de conhecimentos imperfeitos, precários e superficiais - transporta justamente aí o lido e o consumível pelas camadas sociais que a manipulam durante todo o ano. Sabe-se que esse conceito não é de todo verdadeiro pois a vida acadêmica, os doutores e os bacharéis serviram-se de suas páginas para exercitar as suas lides científico-literárias.

Dos limites do possível as práticas médicas singravam: da credence à ciência, do real ao provável, da mezinha à química. Espaços distantes e próximos na viragem do século.

Por outro lado, surgiram os Guias e Manuais Médicos como veículos de divulgação de um saber que estava se instituindo, veículo de disseminação de leituras gabaritadas sobre o binômio saúde/doença. Emergem esses instrumentos de comunicação como elementos de agregação da norma "cultura" e "civilizada" ou seja, "científica".

Os produtores desse tipo de publicação foram personalidades destacadas no meio profissional a que pertenciam, como Luís Pereira Barreto e José Barbosa Plácido, entre outros. Tal prática tomou-se usual não só para atender ao público citadino e rural, mas também na própria comunidade médico-acadêmica. O intuito era orientar, normatizar e codificar a leitura do seu objeto de conhecimento e de exercício profissional - o ser humano.

Em contrapartida, as formas tradicionais de diagnose e prognose representadas, principalmente, pelos dogmas, crenças e práticas religiosas, captaram por muito tempo as atenções dos paulistas, constituindo-se em importantes indícios para que

se contemplem as representações da saúde, doença e morte. Tanto as manifestações religiosas sob controle da Igreja hierárquica, quanto as expressões populares autônomas, numa completa imbricação entre sagrado e profano, compuseram, por toda a história de São Paulo, a principal linguagem para a expressão popular.

As representações elaboradas pelos escravos, bem como o espiritismo, a maçonaria, assim como o significado histórico das organizações confessionais como clubes, hospitais, escolas e cemitérios, são um campo ainda pouco explorado pela historiografia.

As fontes são diversas e o levantamento a ser feito deverá ir ao encontro de toda documentação que trata do cotidiano da vida paulistana em seus múltiplos aspectos. Os rituais de nascimento, iniciação e passamento serão revisitados, na tentativa de levantar-se paradigmas que esclareçam as formas de representação religiosa da saúde, da doença e da morte.

O Espaço Urbano

Pretendemos fazer uma análise sistemática dessas fontes documentais apontadas sobre a História da Saúde, da Doença e da Morte (S.D.M.) circunscrita à cidade de São Paulo no período que medeia os anos de 1850 a 1940.

São Paulo desde os meados do século XIX começava a apresentar tenuamente uma redefinição das questões relativas à S.D.M. no sentido de encaminhar e de normalizar a ação pública na área.

Na virada do século a cidade de São Paulo superava o ritmo de crescimento das capitais brasileiras e o aumento da população, principalmente da classe trabalhadora, marcou ainda mais o desequilíbrio social, acentuando os contrastes nos níveis e nos estilos de vida.

Configurava-se, então, a associação de práticas médicas com as ações do Estado, como estratégia para planificação urbana e conseqüente controle social. A capital paulista é cidade muito diferente de suas congêneres na América Latina tais como: México, Havana, Lima, Buenos Aires e outras; porque apesar de ser uma cidade moderna, é também "velha". O entendimento desses "contrastos" traz questões, ingênuas na aparência mas que permitem indagar se São Paulo apresenta uma especificidade ou se é resultado de um gênero urbano desconhecido.

Desde logo se impuseram os problemas de ordem metodológica, o trato documental, as técnicas de análise. O projeto desde o início centralizou-se no "espírito" urbano, a partir da interpretação do Romantismo acadêmico que caracterizou a especificidade da "urbe" paulistana.

O espírito da cidade teria que ser entendido "latu sensu" não como algo estreito, mas como alguma coisa que mesclasse fenômenos universais, como a S.D.M. com o espírito local. Quer se ver em São Paulo uma cidade onde os cidadãos são participantes e não "estrangeiros" e neste sentido, se implicam na trama que percebe os fatos não como algo que vem de fora, mas que tem uma explicação local.

O problema que atravessa todo o projeto é a busca do entendimento da vida paulistana, face às diferentes percepções da S.D.M. pontuadas por suas representações cercadas pelas condições locais que configuram a São Paulo a marca de sua potencialidade como "ethos" urbano - (re) interpretar a História e propor visões, evitando a dicotomia entre o discurso e a práxis, trabalhando de forma indissociável os elementos que compõem o tema; contribuir para a reflexão sobre a produção historiográfica contemporânea específica sobre o assunto, apontando para a crise de identidade a que foi submetido o Ser Humano em suas relações com seus semelhantes, com a natureza e consigo mesmo.

Trabalho, cultura, educação: Escola Nova e Cinema Educativo nos anos 1920/1930

*Coordenadora: Maria Antonieta Antonacci**

Em meio às discussões que envolveram a tentativa de reformulação do currículo de História no 1º Grau em São Paulo, no período de 1986/88, quando foram propostas mudanças nos modos de trabalho escolar e nas formas de sistematizar experiências sociais, algumas argumentações apontaram para princípios e práticas da Escola Nova. Daí que, para participar do debate em torno de questões educacionais com pressupostos do conhecimento histórico, montamos um projeto de pesquisa, reunindo integrantes da ex-equipe de História da CENP/SE, já então inscritos na Pós-Graduação da PUC-SP, com alunos do Departamento de História da PUC.

Na procura de caminhos para apreender conexões históricas entre trabalho e educação, partimos de conflitos na sociedade paulista nas décadas 1920/30, quando manifestações do escolanovismo ganharam força em várias instâncias. Tendo atingido uma compreensão do mundo do trabalho em São Paulo neste período, a partir de intervenções de militantes do IDORT, que também participaram dos movimentos de renovação didática de então, articulando a Escola Nova entre nós, formulamos estudos sobre o mundo da educação e da escolarização. Tudo na perspectiva de recuperar suas injunções históricas e entender melhor os enfrentamentos a práticas pedagógicas que ultrapassam o sistema educacional vigente.

Com o título "Trabalho, cultura, educação: dimensões dos conflitos sociais em São Paulo nas décadas 1920/30", o projeto recebeu apoio financeiro do CNPq e desenvolveu-se em três linhas de pesquisa, com bolsistas de Aperfeiçoamento e de Iniciação Científica, além de bolsistas do CEPE/PUC.**

* Departamento de História, PUC-SP.

** Suas linhas de pesquisa recortaram-se em torno de: Interlocutores da Escola Nova em São Paulo, Inquéritos e legislações escolares, Materiais didáticos e para-didáticos. Participaram de suas atividades, nas diferentes fases e recortes temáticos, os seguintes pesquisadores: Anelise Müller de Carvalho, Cecília Hanna Mate, Maria Candida Reis, Ana Lucia Novaes, Sueli Tereza de Oliveira, Ney Moraes Filho, Angela Telles, Antonio Carlos Mazzili, Marcelo Florio e Patricia Raymundo.

No seu período de vigência foram trabalhados ângulos e dimensões da Escola Nova, a partir de registros localizados no Museu Pedagógico de duas instituições de ensino então modelares (Escola Normal da Praça, atual EEPSG “Caetano de Campos” e Escola Profissional Feminina do Brás, atual EEPSG “Carlos de Campos”), no Arquivo Público de São Paulo, na editora Melhoramentos (responsável pela publicação de inúmeros textos didáticos e para-didáticos naqueles anos) e nos Arquivos Gustavo Capanema e Lourenço Filho, do acervo do CPDOC/RJ.

Desenvolvendo discussões de estudos que vêm redimensionando as questões e articulações entre trabalho e educação¹, ao lado de leituras da documentação pesquisada², fomos estabelecendo uma relação crítica com a memória institucionalizada sobre educação e escolarização. Neste sentido, foram fundamentais as análises do Inquérito sobre Instrução Pública no Estado de São Paulo, promovido em 1926 por Fernando de Azevedo, a pedido do Jornal “O Estado de São Paulo”; do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, redigido por Fernando de Azevedo, sob sugestão de Getúlio Vargas à IV Conferência da Associação Brasileira de Educação; das Memórias de Paschoal Lemme, único sobrevivente entre os signatários deste Manifesto e ativo participante das reformulações pedagógicas daqueles anos; e do Código de Educação de 1933, que formulado sob inspiração do Manifesto e das práticas de racionalização então vigentes, pretendeu regulamentar as condições e relações do ensino primário, secundário, normal e profissional em São Paulo.

Dentro da perspectiva de ultrapassar o jogo historicamente instituído entre Escola Nova e Escola Tradicional, procuramos trazer à tona não só diferentes concepções e práticas de ensino subjacentes ao movimento escolanovista, como suas divergências e apropriações em relação aos encaminhamentos educacionais de setores então organizados da sociedade paulista, como os ligados ao movimento

1. Para tal, vem sendo significativa a publicação de textos da série “Educação e Crítica”, sob direção de Thomaz Tadeu da Silva, pela editora Artes Médicas(PA), assim como a produção mais recente de programas de pós-graduação onde dissertações, teses e pesquisas têm levantado reflexões sobre a complexidade das relações socioculturais na área de educação.

2. Entre folhetos, periódicos, documentos escolares e séries de material pedagógico localizados, nossas atenções concentraram-se em: Revista *O Estimulo*, que acompanhou a vida da Escola Normal da Praça até mais ou menos 1920, quando passou a circular a Revista *Nosso esforço*, onde também transparecem vínculos entre a associação de alunos Gremio Normalista 2 de Agosto e a diretoria da escola. Além destas publicações, trabalhamos com outra série de revistas, onde articularam-se a Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo com a Diretoria Geral da Instrução Pública de São Paulo, como: Revista de Ensino (de 1902 até 1917), *Revista Escolar* (1925 a 1927), órgão da Diretoria Geral da Instrução Pública que, desde outubro de 1927 passou a denominar-se Revista Educação, com seis números entre 1930/31 denominados *Revista Escola Nova*, quando retornou à designação anterior com publicação até 1961.

operário, à Igreja Católica, ou a grupos imigrantes. De outro lado, diversificamos nossas abordagens sobre formas de intervenção social construídas neste período, na área escolar-educacional, atentando para testes de seleção e avaliação, medidas programáticas e curriculares, normas disciplinares, materiais didáticos e para-didáticos (literatura infanto-juvenil, bibliotecas escolares, áudio-visuais e cinema).

Situando historicamente os discursos, exercícios e injunções dos grupos e agências sociais então voltados para educação e escolarização, foi possível pensar o escolanovismo como projeto cultural que, do horizonte do trabalho moderno e da nacionalização da República, articulou formas de reconstrução social e regeneração dos costumes a partir da educação. Recuperando seus interlocutores históricos e restabelecendo tensões que marcaram o campo educacional naqueles anos, além de apreendermos processos de recomposição e legitimação de práticas de controle social, enfrentamos a memória do movimento escolanovista. Idéias em torno de sua “renovação” e “democratização”, que assumiam feições incontestáveis, ao serem confrontadas com argumentos e proposições de outros sujeitos sociais assumiram conotações de expressões históricas de grupos sociais em conflito no constituir de seus projetos educacionais.

Com estes procedimentos, vieram à tona imagens não propriamente de renovações pedagógicas, mas de lutas pela nacionalização dos processos de ensino/aprendizagem e pela modernização do sistema disciplinar e produtivo no mundo escolar.

Dentro da heterogeneidade de proposições e atividades que constituíram o que se conhece como Escola Nova, questões voltadas para a formação de hábitos, atitudes, comportamentos, gestos e valores em torno de modos de trabalho regular, metódico, constante e pontual emergiram com destaque. Desde a assiduidade e pontualidade de alunos e professores, da moralidade e higienização de seus corpos e mentes, até a normalização de regras, padrões de conduta e métodos de ensino, surgem evidências que sobre a concepção de escola, aluno, professor e trabalho escolar incidiram perspectivas de organização e controle, em meio a transgressões e adaptações dos sujeitos envolvidos nas experiências escolares.

Através de imbricados processos, integrando demandas por melhor ensino e ampliação das vagas escolares com interesses em torno de uma reordenação socio-cultural, o escolanovismo promoveu políticas educacionais de sistematização e administração técnica que recaíram sobre todo universo escolar, padronizando programas, currículos, material escolar, concomitante a tentativas de enquadramento da formação do professorado.

Como a Escola Nova promoveu atividades em torno do uso educacional de recursos audiovisuais com destaque para o cinema educativo, e dado nosso interesse em trabalhar com o desenvolvimento da linguagem cinematográfica nas relações ensino/aprendizagem*, concentramos atenções nos seus registros, desdobrando o projeto inicial. Em "Escola Nova" e cinema educativo em São Paulo na década de 1930: educação moral e estética, contamos com bolsa pesquisa do CNPq** e com a colaboração de Angela Aparecida Telles e Ney Moraes Filho, no levantamento de material e de questões em torno de cinema e educação.

Em suas proposições de reorganização sociocultural a partir da educação, os escolanovistas promoveram atividades em torno do cinema educativo, na perspectiva de produzir meios de regeneração moral, de uniformização da língua pátria e de nacionalização de formas de vida e de expressão culturais. Tais encaminhamentos demandam estudos por parte de profissionais de história.

Como as pesquisas com base no cinema educativo e no INCE privilegiam a produção cinematográfica, trazer para o campo da História análises sobre o cinema educativo, recuperando dimensões do caminho da educação para o cinema e acompanhando a construção histórica das conexões educação/cinema/Estado, foram nossas intenções. O resultado foi significativo, com localização de vasta documentação sobre a dimensão educacional presente na criação dos serviços de radiodifusão, a exemplo do que então ocorria em outros países, onde técnicos e educadores brasileiros buscaram justificativa e orientação. Também podemos acompanhar a sistematização da ação governamental nesta área até a fundação do INCE, em 1936, bem como formas de uso do cinema no espaço escolar.

Quanto ao que foi trabalhado até então, algumas considerações podem ser desenvolvidas, para abrimos diálogo com outros pesquisadores, multiplicando caminhos e indagações na compreensão das lutas sociais no campo da educação e da produção cinematográfica.

No tocante ao uso da linguagem cinematográfica como recurso didático-pedagógico utilizado em São Paulo desde os anos 1920, começamos percorrendo caminhos abertos por outros pesquisadores, norteados por questões de nosso interesse. Assim, além do texto de Maria Rita Galvão - *Crônica do Cinema Paulistano*

* A respeito de nossa experiência em sala de aula com a linguagem cinematográfica, ver "Do cinema mudo ao falado: cenas da República de Weimar", in *Revista História*, UNESP, SP, v.10, 1991.

** De outra parte, com a localização de dois lotes de fragmentos cinematográficos, com 5 e 6 filmes dos anos 40/50, nas antigas Escola Normal da Praça e Escola Profissional Feminina do Brás sem possibilidade de manuseio a análise antes de passarem por processos de restaurações e telecinagem, foi solicitado e concedido pelo CNPq um "Auxílio Pesquisa" para financiamento da recuperação deste material, atualmente com cópia na CEDIC/PUC.

tano -, que aponta para dimensões da disputa sociocultural na produção e no consumo das imagens filmicas, recorremos ao estudo de Teresinha del Fiorentino³. Em *Utopia e realidade: o Brasil no começo do século XX*, analisando dois romances esta autora deixa ver que o uso educacional dos recursos audiovisuais esteve presente, entre nós, desde 1909. Se o educativo e o propagandista confundiam-se no "São Paulo no ano 2000", de Godofredo Barnsley (1909); em "O Reino de Kiato", de Rodolfo Teófilo (1922), o aspecto especificamente pedagógico já estava colocado no recurso cinematográfico. A explicitação da referência ao uso escolar do cinema como instrumento de educação coube a Afrânio Peixoto, em seu livro *Marta e Maria*, onde no capítulo "Um belo sonho" imagina como poderia ser utilizado o cinema para a educação no Brasil⁴.

Entretanto, os registros destes textos nos possibilitaram outras perspectivas de análise. Enquanto no material reunido por Galvão o cinema apareceu, em certas passagens, como perturbador da formação sadia das crianças, mulheres e adultos em geral, dado sua produção e projeção indiscriminadas; nas perspectivas de Afrânio Peixoto era projetado como agente de educação moral, saudável e patriótica de cidadãos nacionais que falariam a correta língua portuguesa e se expressariam de modo adequado a padrões culturalmente em expansão. No sentido desse confronto de cinemas, ainda podemos acompanhar a polêmica em torno da decisão do Juiz de Menores do Rio de Janeiro (em 1928 não cumpriu a ordem da Suprema Corte de Apelação e proibiu a entrada de menores nos teatros e nos cinemas do Distrito Federal), que teve subjacente o combate a cinemas de bairro, geralmente nas mãos de imigrantes, despreocupados com "nossa raça, nossa nacionalidade e o futuro das novas gerações", conforme referências do jornal O Estado de São Paulo em seus comentários sobre este episódio.

Estas sondagens nos remeteram a uma perspectiva de estudo que não pode deixar de ser considerada: a de que os aspectos educacionais e formadores do cinema foram uma preocupação de diversos setores da sociedade e não só dos escolanovistas. Além de argumentações do pensamento católico, em que se acompanha um raciocínio semelhante ao do discurso escolanovista, toda uma vasta gama de ponderações em torno do cinema como meio de instrução e de educação sanitária foram encontradas na fala de médicos, higienistas, psicólogos e demais especialistas em saúde pública.

3. Galvão, Maria Rita, *Crônica do Cinema Paulistano*, São Paulo, Ática, 1975. Fiorentino, Teresinha del, *Utopia e realidade: o Brasil no começo do século XX*, São Paulo, Cultrix, 1979.

4. Cf. Cronologia da Cultura Cinematográfica no Brasil, *Cadernos da Cinemateca*, nº 1, a cargo de Rudá Andrade, São Paulo, 1962.

Discutindo os aspectos corruptores das consciências por parte do mau cinema e propondo que os católicos “mitem na Ação Católica (...) opondo-se às representações contrárias à concepção cristã do mundo e à vida inspirada pelos bons costumes”; em 1936 o Papa Pio XI exortou os bispos “a uma ação positiva e concorde a fim de fazer do cinematógrafo um instrumento de educação sã”, em “uma grande obra em defesa da moralidade de seu povo durante as horas de descanso e recreio”⁵.

Além de caber ressaltar as coincidências entre os discursos católico e escolanovista de Canuto Mendes, Jonatas Serrano e Venâncio Filho⁶, no sentido da oposição entre bom e mau cinemas (um reforçando a incorporação de posturas ético-morais e a criação de hábitos saudáveis, enquanto o outro estimula vícios como a bebida, a preguiça e a luxúria) chamou-nos atenção as recorrentes preocupações com o tempo livre, com o lazer e as diversões populares.

Além destas formulações, inúmeros pronunciamentos a respeito do cinema como meio educativo foram encontrados na grande imprensa paulista e em revistas especializadas no campo da medicina e da educação. Assim, enquanto no jornal *O Estado de São Paulo*, nos anos 1920 foram constantes notícias sobre “a frequência de menores nos teatros e cinemas”, com artigos comentando “As crianças e o cinema”, “Menores nas casas de diversão”, além das referências à decisão do Juiz de Menores do DF; no começo dos anos 1930 a tônica concentrou-se em reportagens sobre “Cinema e Educação” e “Cinema Brasileiro”. Nestas, diferentes especialistas manifestaram-se pela adaptação do cinema à mentalidade infantil, em nome das perturbações psíquicas causadas pelo mau cinema nas crianças⁷, e pela defesa da criação do cinema nacional, feito para ensinar na língua nacional, pois “sendo um instrumento de propaganda de hábitos, costumes e sentimentos, não deve ser estrangeiro”⁸.

Evidências da construção do perfil de um cinema perturbador da moral, dos bons costumes e da inteligência foram encontrados, em São Paulo, desde 1921, quando Lourenço Filho realizou um inquérito com 424 crianças, de 10 a 15 anos, na Escola Normal da Praça, conforme suas referências no artigo “A moral no teatro,

5. Carta de Pio XI, in “El cine. sus grandezas e sus misérias”, Buenos Aires, Editorial Difusión, 1939, pp. 27/28.
6. Cf. Canuto Mendes, *Cinema Contra Cinema*, São Paulo, Companhia Ed. Nacional, 1931; Serrano e Venâncio Filho, *Cinema e Educação*, São Paulo, Ed. Melhoramentos, 1930.
7. OESP, seção Medicina e Higiene, “As crianças e o cinema”, 28/7/1933.
8. OESP, Cinematógrafos - “A lei contra o filme falado”, 1/12/1929.

principalmente no cinematógrafo”⁹. Neste e em outros textos pesquisados, frente ao cinema que devia ser combatido, censurado, fiscalizado em seus espetáculos, erguia-se o que precisava ser incentivado e complementado com explicações que organizassem a percepção dos alunos. Daí o ilustrativo título *Cinema contra Cinema*, onde Canuto Mendes de Almeida abordou, em 1931, na ótica dos escolanovistas, os problemas de produção e uso do novo meio de comunicação social.

Um cinema regenerador de costumes, propagador da higiene, auxiliar da ciência, constituidor da nação - que devia ser usado adequadamente -, reunia especialistas em saúde e em educação. Vendo no cinema um “instrumento eficiente do ensino, sobretudo na denominada escola ativa, escola progressiva, como a chamam nos Estados Unidos” e “nas películas cinematográficas um excelente meio de divulgação dos selecionados princípios educativos e, mui especialmente, dos que se referem à higiene moderna”¹⁰, médicos e educadores continuaram reafirmando suas convergências de propósitos e de recursos, expressas desde a fundação da Associação Brasileira de Educação, em 1924. Em torno do cinema, suas alianças expressaram-se em argumentos de que:

As diversas imagens, milhentas vezes repetidas, por tal maneira se fixam nos cérebros das crianças, que dificilmente se apagarão inda mesmo decorridos vários anos. Compreende-se, pois, a utilidade veramente notável dessa arma preciosa a serviço da instrução e, ipso facto, da civilização brasileira.

Ao lado da instrução far-se-á, por igual, a educação sanitária transmitindo aos alunos as noções mais elementares de higiene, esta ciência providencial que os prepara, desde o começo da existência, para uma vida sã e feliz, onde a saúde é mantida íntegra pela rigorosa observância dos hábitos sadios¹¹.

Nessa ordem de considerações, vários educadores voltaram-se para “O ensino do desenho”¹² e para “A educação pela imagem”¹³, construindo a diferença entre o cinema educativo e o cinema recreativo. Esta foi a tônica da Revista Escola Nova, que dedicou um número especial ao tema “Cinema Educativo”, durante a gestão

9. Cf. Educação, Órgão da Diretoria Geral da Instrução Pública de São Paulo, V.III, 1928.

10. Dr. Vieira Sobral - “O cinema como meio educativo”, in *Laboratório Clínico, Revista de Medicina*, Ano XV, RJ, julho/agosto 1935, nº 100.

11. Idem.

12. Antonio de Pádua Dutra - “O ensino do desenho”, in *Educação*, órgão da Diretoria Geral do Ensino de São Paulo, vol. VIII, junho/julho 1932, nº 6/7.

13. Ulysses Freire - “A educação pela imagem”, in *Revista de Educação*, órgão do Departamento de Educação do Estado de São Paulo, vol. I, março 1933, nº 1.

de Lourenço Filho na Diretoria Geral do Ensino de São Paulo, no imediato pós-outubro de 1930. Conforme suas ponderações, ao instituir o cinema educativo nas escolas públicas de São Paulo como parte da Reforma de Ensino de 1931,

Bem escolhidas, mesmo as películas comuns exibidas no ambiente escolar, com explicações adequadas, poderão dar sugestões morais e estéticas, assim como servir para apurar o gosto pelo arranjo das habitações, do vestuário e correção das maneiras; poderão tornar conhecidas novas formas de trabalho, despertando tendências profissionais ainda mal suspeitadas, ou excitando iniciativas para maior e melhor forma de produção¹⁴.

Cientes da “força sugestiva das imagens”, já então acopladas a dimensões sonoras, e na perspectiva de explorar, na direção de seus desígnios regeneradores, o potencial da linguagem cinematográfica, os escolanovistas avançaram na adaptação educacional de seus recursos técnicos, socialmente produzidos e consumidos nas tensões do mundo contemporâneo. Em março de 1931 foi instalado, em escola de São Paulo, o primeiro projetor para uso escolar. Em julho, enquanto a *Folha da Manhã* noticiava a aquisição de projetores para oito escolas e a conclusão do primeiro filme produzido em São Paulo segundo as normas do cinema educativo (sobre Escotismo), a Diretoria Geral de Ensino incumbiu uma comissão de organizar um “plano inicial básico” para sua implantação em São Paulo. Como apontou J.O. Orlandi, membro desta Comissão,*

Está fora de dúvida que o cinema é hoje uma força na formação mental do indivíduo e por isso influenciando nos movimentos sociais. Aviva a imaginação, fere a memória, tornando permanentes e indelévels as impressões de tudo o que os olhos viram.

Entretanto, considerando o público em geral “mais levado pelo sentimento do que pelo raciocínio”¹⁵, posicionava-se pela necessidade de disciplinar e controlar esse contato com as imagens¹⁶, o que “constitui o principal papel do cinema edu-

* Esta Comissão era formada pelos professores José de Oliveira Orlandi, do Centro do Professorado Paulista; Galaor Nazareth de Araújo e pelo presidente da Sociedade de Fotografia, Venâncio de Barros.

14. Lourenço Filho - “O cinema na escola”, in *Revista Escola Nova*, vol. III, julho 1931, nº 3.

15. Serrano e Venâncio Filho - *Cinema e Educação*, São Paulo, Ed. Melhoramentos, 1930.

16. “tudo o que ele (aluno) vê e aprende constitui um amontoado de impressões que precisam ser ordenadas, classificadas, para que se lhe tornem, igualmente, elementos de cultura. Esse trabalho de classificação, de seriação, constitui o principal papel do cinema educativo”. J.O. Orlandi - “O cinema na escola”, in *Revista Escola Nova*, op.cit.

cativo”. Cinema educativo, moral e sadio, que devia ser patriótico e capaz de “mostrar o Brasil todo a todos os brasileiros”, conforme Canuto Mendes¹⁷.

Num contexto marcado por fortes diretrizes disciplinares, onde as palavras de ordem “...é preciso dar à criança o cinema que lhe convenha”¹⁸, “E cumpre que seja para o bem”¹⁹ ganhavam vários espaços e adeptos, as preocupações dos escolanovistas dirigiram-se das discussões gerais sobre importância do cinema na educação, dos vários gêneros de filmes e do cinema nas diversas disciplinas, para os métodos de ensino com fitas cinematográficas. Ocupando-se com plano de aula em torno de filmes como o “Do pão ao trigo”, onde trataram do processo de feitura do pão²⁰; com a “indispensável explicação”, através de “legenda curta, clara e oportuna, ou disco sincronizado ou a própria fala do professor”²¹; foram deixando claro que “a aplicação do cinema ao ensino deve-se condicionar aos preceitos gerais da pedagogia”, onde o objetivo era “o cinema no ensino” e não “o ensino pelo cinema”²².

Ao mesmo tempo, as diretrizes para a exibição de filmes, com determinações sobre o que deve e não deve ser feito antes, durante e depois das sessões, para “o melhor” proveito dos efeitos da projeção sobre os alunos, inseriam-se nas pretensões racionalizadoras que ganhavam força no período.

É a partir destas perspectivas de controle e normatização de um cinema ao serviço de uma educação, da “colaboração da cinematografia na obra de renovação dos processos de ensino”²³, que acompanhamos outro conjunto de documentos localizados por esta pesquisa, nos Arquivos Gustavo Capanema e Lourenço Filho, no CPDOC/RJ.

Conforme estes, se no limiar de 1930 os militantes do cinema educativo louvaram a “alta lição do governo italiano” - que criara um Instituto Internacional de Cinematografia Educativa, sob o patrocínio da Sociedade das Nações -; em meados

17. Canuto Mendes - *Cinema contra cinema*, op. cit.

18. O Estado de São Paulo, in “Através de Revistas e Jornais”, *Revista Escola Nova*, vol. III, julho 1931, nº 3.

19. Serrano e Venâncio Filho, *Cinema e Educação*, op. cit.

20. Galaor de Araújo, “O cinema educativo”, *Revista Escola Nova*, op. cit.

21. Serrano e Venâncio Filho, op. cit.

22. J.C.M. de Almeida - “O cinema na educação”, in *Revista Escola Nova*, op. cit.

23. Cf. Decreto 2940, de 22/11/1928, do governo do Estado do Rio de Janeiro, quando Fernando de Azevedo, como Diretor do Departamento de Educação do Distrito Federal, determinou o emprego do cinema em todas as escolas primárias.

da década, estimulando “este caráter de cooperação internacional” como “o mais significativo da civilização contemporânea”²⁴, muitos haviam entrado naquela “grande obra coletiva”.

Num contexto em que foram instituídas agências cinematográficas estatais a partir do “sentido pedagógico” do cinema, como Cinecittá por Mussolini, Reichsfilmkammer pelo Ministério de Propaganda de Goebbels e Reichstelle für den Unterrichtsfilm do Ministério de Educação da Alemanha, sem esquecer as experiências do cinema soviético, intelectuais brasileiros associaram-se a agentes do Ministério de Educação e Saúde de Getúlio Vargas, articulando o Instituto Nacional do Cinema Educativo (INCE), em consonância com seus congêneres internacionais.

Resultando de intensos debates em torno da “proteção de menores”, sugerido e elaborado pela Associação Brasileira de Educação, em 1932 o decreto 21.240 determinou a criação da primeira Comissão de Censura Federal, nacionalizando o serviço de Censura Cinematográfica. Instalada no Ministério de Educação, sob a presidência de Roquette Pinto, esta comissão centralizou a censura, na perspectiva de transformá-la de policial e local, em cultural e política. Na argumentação de Celso Kelly, educador da época e adepto do movimento de controle do cinema educativo.

“A um só tempo, a censura ganhava um plano superior nas suas finalidades e revelando uma compreensão exata da influência social do cinema, operava-se a racionalização do órgão e dos processos de controle”²⁵.

Constituída por Teixeira Freitas, Lourenço Filho, Jonatas Serrano e Venâncio Filho, sob a presidência de Roquette Pinto, esta Comissão de Censura ainda tornou-se responsável pela administração da “taxa cinematográfica”. Estabelecida pelo mesmo decreto na proporção de quatrocentos réis por metro de filme censurado, a verba foi destinada para edição da Revista Nacional de Educação, que circulou por dois anos veiculando idéias e valores deste grupo no poder.

Para situar mais de perto o que representou este decreto federal - voltado para censura do cinema em geral e para produção de um cinema educativo em particular, já que desencadeou a criação do INCE -, destacamos duas ordens de considerações presentes nos documentos oficiais pesquisados.

Enquanto um documento refere-se ao decreto de 1932 como marco para “eclosão do cinema nacional”, divulgando que:

24. Serrano e Venâncio Filho, op. cit.

25. Kelly, Celso. Introdução à “O cinema na educação de adultos”, 1939. CPDOC, referência LF, Kelly, p. 00 00 00.

“permitiu o aparecimento de inúmeros filmes nacionais, facilitou o desenvolvimento da indústria exibidora e incrementou o número de casas de espetáculo no território nacional, que a estatística de 1937 estimava em 1.683”²⁶.

A conferência de Celso Kelly na ABE, em 1939, a respeito do “Cinema na educação de adultos”, permite mais alguns dados e aspectos relativos à presença do cinema em nossas relações sócio-culturais. Tratando do “poder que o cinema vai assumindo entre nós e da desfiguração nacional que ele já opera no elevado público que o frequenta”, deixou registrado:

“Para que se avalie o contraste entre o que o cinema deveria exibir de brasileiro, de nosso, de patrimônio moral comum, e o que exhibe - basta lembrar duas cifras: em 1.500.000 metros de filmes censurados no ano de 1937, só 120.000 metros são de filmes nacionais e, destes, quase tudo é de reportagens para complementos”²⁷.

Entre as possibilidades de estudo que estes documentos comportam, no sentido de ampliar nossas formas de compreensão a respeito das confrontações subjacentes à expansão dos meios de comunicação social entre nós, assim como das muitas dimensões em que sujeitos de então experimentaram o seu fazer-se histórico, interessa acompanhar as tensas relações entre o que é desorganizado/apagado/esquecido e o que é incrementado/produzido/projetado. Num contexto permeado de lutas, com forças nacionalizantes e racionalizadoras ganhando espaço, entende-se a decretação da censura ao livre acesso aos novos recursos áudio-visuais e a proposição de uma educação dos sentidos, da qual fez parte o INCE. Tanto que, no mesmo decreto que criou a Comissão de Censura Federal ficou insinuado o advento do INCE, preparado, no Rio de Janeiro e em São Paulo, por dois outros decretos:

- o decreto 3.763, de fevereiro de 1933, constituiu no Distrito Federal a Biblioteca Central de Educação, com uma Divisão de Cinema Educativo para reunir e distribuir filmes às escolas públicas²⁸.

- o decreto no 5.884, de abril de 1933, instituiu o Código de Educação do Estado de São Paulo com medidas relativas ao desenvolvimento e controle do cinema escolar. Do artigo 121 ao 138, este Código de Educação ocupou-se em “colocar ao alcance da escola as conquistas da técnica moderna no campo da cinematografia e

26. “História do Cinema Educativo no Brasil”, 1938. CPDOC, referência GC, 35 00 00/2.

27. Celso Kelly - op.cit.

28. “Legislação Cinematográfica Brasileira”, 1938. CPDOC, referência GC 35 00 00/2.

do rádio”, regulamentando o uso de aparelhos, dos filmes e as exposições, conforme as disposições do decreto federal²⁹.

Pelo material pesquisado, foi-se configurando um complexo processo de obstrução e absorção, onde a proibição/interrupção de determinadas experiências cinematográficas e/ou relações educacionais foi secundada por mecanismos de canalização/enquadramento de outras, que atingiam formas de institucionalização e de controle das demais.

De outra parte, dando a perceber dimensões do jogo de poder no interior do próprio Governo, então em organização, ainda analisamos o decreto no 24.651, de 1934, que criou, no Ministério da Justiça, o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, incluindo nas suas atribuições a censura cinematográfica, que fazia parte do Ministério de Educação. Diante desta tentativa, os intelectuais ligados ao Ministério da Educação e envolvidos com o cinema, para “fazer do simples meio de discussão que ele é, um aparelho educativo”, empenharam-se na divisão do Departamento de Propaganda em duas partes. Uma de Publicidade e Propaganda, que ficaria no Ministério da Justiça; outra de Difusão Cultural, ligada ao Ministério de Educação.

Conforme documentação localizada no Arquivo Gustavo Capanema (carimbo protocolar de abril de 1936), com o atraso na tomada de decisões nesta área, novos e incisivos argumentos foram dirigidos à Secretaria da Presidência da República, conforme “Exposição de Motivos” que acompanhou o projeto de lei para institucionalização do INCE. Pressionando para criação de “um órgão sistematizador do cinema educativo, abrangendo ao mesmo tempo os demais processos técnicos modernos, aplicáveis ao ensino e à educação do povo”, este documento deixa ver outras dificuldades nesta instituição do cinema educativo.

“Por toda parte, no território nacional, os educadores já se convenceram das vantagens de utilizar correntemente aqueles processos de cultura espiritual”.

Este registro, articulado com pronunciamentos que procuraram “tranquilizar” professores em relação ao uso do cinema educativo, no sentido de que não seriam substituídos pelo seu advento, sugere que não sem discussões e reações a linguagem cinematográfica se impunha no espaço escolar como recurso pedagógico. E ainda permite evidenciar mais controvérsias na utilização educacional dos recursos audiovisuais, ao alertar o governo:

29. Código de Educação do Estado de São Paulo, 1933, IMESP, Tomo XVIII

“urge dar aos processos modernos de registro da palavra (discos, etc) orientação e controle, que venham impedir edições nocivas à boa educação do povo, aproveitando-os na divulgação das lições dos grandes mestres, coisa até agora praticamente inexistente. Além disso, o Governo ainda não tirou da radiodifusão quase nada do que ela tem o dever de fornecer à educação pública. A falta de fiscalização e de orientação educativa das transmissões radiofônicas do país, salvo raras e honrosas exceções, é quase absoluta”.³⁰

Frente a estas questões foi instalado em 1936, no Ministério de Educação, sob a direção de Roquete Pinto, tanto o Serviço de Radiodifusão Educativa quanto o Instituto Nacional de Cinema Educativo. No mesmo ano, Jonathas Serrano organizou o Serviço de Informações Cinematográficas da Ação Católica Brasileira, destinado à cotação moral dos filmes, sendo que um ano depois, em São Paulo, foi lançada a “Orientação Moral dos Espetáculos”, por Dom Cândido Pardim.

Sob outro ângulo de análise, nas gestões em torno do INCE ficou evidente que sua organização e funcionamento ocorreram em meio a forte intercâmbio com experiências similares de outros países. Conforme documentos deste período, os envolvidos com a proposta de cinema educativo estavam em sintonia com tudo que dizia respeito a institucionalização do controle e da produção de filmes para instrução escolar, assim como de equipamentos cinematográficos para escolas primárias, secundárias e universitárias. Acompanhando de perto o que vinha sendo feito, nesta área, nos Estados Unidos, na Alemanha, França, Bélgica, Itália, Japão, seus promotores remeteram ao Ministério de Educação catálogos de filmes da Alemanha, revistas oficiais de cinema educativo, programas de encontros internacionais, além de recomendarem e/ou prepararem acordos de cooperação³¹.

Nesse sentido, chama atenção a minuta do decreto 24.651, que em 1936 criou no Ministério da Justiça o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, onde consta nota informando que fora “elaborado por José Roberto de Macedo Soares, Encarregado de Negócios do Brasil na Itália, de acordo com o professor Dr. Luciano de Feo, Presidente do Instituto Internacional de Cinematografia, com sede em Roma”. Conforme este documento, ao Departamento de Propaganda e Difusão Cul-

30. Instituto Nacional de Cinema Educativo, CPDOC.GC 35.00.00/2 1-2.

31. “Na Alemanha, a Reichstelle für den Unterrichtsfilm, por intermédio de seus atuais dirigentes, Dr. Heilmbrecht e Badenhoop, estaria pronta a entrar num entendimento direto com a organização nacional, sem dúvida de grande utilidade para orientação do nosso Instituto. A França oferece também um campo extraordinariamente variado, e pela própria organização do Museu Pedagógico e pelo seu próprio programa de ação, grande número de filmes, da melhor qualidade, poderiam ser enviados ao nosso país. Imprescindível seria, outrossim, manter um intercâmbio ativo com o Instituto Internacional de Cinema Educativo, com sede em Roma, que poderia fornecer as mais proveitosas e completas informações sobre o assunto”. “Algumas observações sobre o cinema educativo na Europa”, Roberto Assunção de Araujo, s/d., CPDOC, Arquivo Gustavo Capanema, GC 35.00.00/2.

tural competia a censura cinematográfica (até então de responsabilidade do Ministério da Educação), incluindo tanto a fiscalização geral de cinemas e o controle da abertura de cinematógrafos³², quanto

“...o encargo de propor ao Ministério da Educação a criação de um órgão semelhante à LUCE italiana, destinado principalmente à formação do filme de educação, de filmes científicos para o ensino, de filmes sobre a criação de gado, sobre as principais culturas e indústrias nacionais (...) aspectos das cidades, aspectos da vida rural (...) filmes de propaganda político-social, propaganda contra as enfermidades (...) e pró higiene, boa alimentação, etc.”³³

Mesmo nesta disputa entre os grupos organizados no Ministério da Justiça e da Educação pela subordinação do cinema educativo a seus respectivos poderes, os agentes brasileiros não estiveram alheios ao que acontecia em outros países. Tanto que Roquete Pinto, realizando um balanço da “Situação mundial do cinema educativo” fez frente às investidas do Ministério da Justiça valendo-se de exemplo da Alemanha

“A organização alemã separou o cinema educativo do cinema propaganda ou industrial. E nisto andou com acerto. Os interesses da educação pública exigem filmes de maior sinceridade; os da propaganda e os da arte... nem sempre.”³⁴

A par desta retórica que encobriu questões internas ao governo em organização nos anos 1930 e das sutilezas em precisar as fronteiras entre o educativo e o propagandístico, na documentação pesquisada podemos acompanhar que o INCE foi institucionalizado em meio a intensa troca de informações, de técnicos, de equipamentos e de produtos com seus congêneres internacionais³⁵. Entretanto, vale ressaltar que,

32. Tal resolução envolvia desde verificação dos requisitos das salas de projeção até das condições sociais e civis dos que pretendiam a gerência dos cinematógrafos.

33. Projeto de Decreto sobre a Censura Cinematográfica, 1935. CPDOC, Arquivo Gustavo Capanema, GC 34.00.00/2, pp1/11.

34. O Instituto Nacional do Cinema Educativo Parte I - “Situação mundial do cinema educativo”, ROQUETE PINTO, 1938. CPDOC, Arquivo Gustavo Capanema, GC 35.00.00/2, p.8.

35. As necessidades em termos de recursos técnicos, aparelhagens, matéria prima foram resolvidas adquirindo “no mercado material indispensável à edição de filmes silenciosos e no estrangeiro o referente à edição de filmes sonoros.” Idem, p.17. Ou, conforme outra passagem mais explícita: “Para começar pelo princípio, o INCE solicitou ao Professor De Feo, em Roma e ao Dr. Helmbrecht, em Berlim, a indicação de técnicos que pudessem ser contratados para o ensino da fabricação no Brasil de película virgem. O algodão pólvora utilizado pelo Ministério da Guerra, teria nova aplicação. Seria também vantajoso oferecer favores oficiais às primeiras fábricas de filmes que estabelesem sucursais no país. A celulose, matéria prima do filme, será mais um destino da nossa produção algodoeira.” ROQUETE PINTO, idem, p.5.

participando das discussões e experimentações internacionais a respeito de cinema educativo³⁶, estes seus adeptos brasileiros aclimataram o INCE e adaptaram filmes importados aos chamados “interesses nacionais”, conforme explicitações de Roquete Pinto

“A vista destas notas vê-se que o INCE (...) não copiou servilmente nenhum dos grandes modelos do continente europeu. Procurou outras soluções práticas correspondentes às condições do Brasil, sem desprezar a experiência dos precursores.”

“Para aproveitar os numerosíssimos filmes existentes sobre todos os assuntos, editados nos Estados Unidos, na Inglaterra, na França, na Itália e na Alemanha, conseguiu o INCE realizar cópias sonoras em língua nacional, cortando ou ampliando os documentos originais e dando novo sentido educativo brasileiro a tais películas.”³⁷

Ultrapassando explicações em torno do transplante de “idéias fora do lugar”, os registros pesquisados possibilitaram compreender que não sem mediações e reconstituições o INCE desenvolveu suas atividades. E também deixaram evidências de que, em suas intervenções no mundo da educação pelas imagens, abarcou um amplo leque de gêneros cinematográficos, aproximando-se do perfil projetado pelos agentes do Ministério da Justiça (ver nota No 33). Tanto que, seus primeiros filmes produzidos foram:

- em julho de 1936 - O preparo da vacina contra a raiva - dando início a série de filmes onde a prevenção e o tratamento de enfermidades intercruzaram-se com lições sobre o corpo humano, exercícios físicos e preceitos higiênicos para uma vida saudável

- em setembro de 1936 - O Dia da Pátria - “documentação cinematográfica das festividades realizadas na Esplanada do Castelo, no dia comemorativo da Independência do Brasil”, “com os coros infantis, as bandas militares e o discurso do Sr. Presidente da República”, num envolvimento emocional potencializado pelo filme sonoro³⁸, onde procuraram encadear presente/passado.

36. Para uma noção das faces deste intercâmbio, localizamos registro de que “uma cópia do primeiro filme educativo editado pelo INCE - Lição prática de taxidermia - ficou incorporada à coleção do Instituto de Roma”. Idem, p. 13.

37. O cinema educativo no Brasil. Parte II - “A fundação do INCE”, ROQUETE PINTO, op.cit, pags. 13 e 19.

38. Para uma avaliação do clima que estes agentes atingiam com a utilização do som no cinema, vale retomar Roquete Pinto “Basta exibir com som e sem ele o filme documentário de uma solenidade cívica (...) para vencer qualquer resistência oposta ao cine-sonoro.” Idem, p.19.

Esta celebração de um passado, revivido em homenagens ao chefe do governo, a símbolos ou referenciais do poder de então⁴⁰, marcou os filmes sobre episódios e heróis da História Pátria, na ótica de uma educação cívica. Mas a produção do INCE nos anos 1930 ainda pautou-se por variada edição de filmes sobre usos e costumes, plantas e aves, riquezas e paisagens do Brasil⁴¹, na perspectiva de “Mostrar o Brasil todo a todos os brasileiros”, conforme aceção de Canuto Mendes; ao lado de inúmeras aulas explicativas sobre montagem e funcionamento de diferentes mecanismos, propriedades e reações de substâncias e componentes, medidas de tempo, utilização de equipamentos e outros conhecimentos úteis aos métodos modernos nas artes e ofícios industriais⁴².

Esta produção oficial do Ministério da Educação, marcada por um dirigido cunho didático - o que e como ensinar -, pelo apreendido nas explicações que acompanham a lista de filmes do primeiro ano e meio de atividades do INCE, ficou à disposição de colégios e outras instituições culturais desde 1938. Sua apresentação foi concluída com um sintomático... restará que os professores se interessem, de fato, pelo filme, não como processo que substitui o mestre, mas como processo que sempre completa a lição.⁴³

Este quase apelo e meio explicação levou-nos a interrogações quanto aos usos e sentidos destes filmes nas relações educacionais em vigor no Estado Novo, assim como diante dos limites das imposições governamentais frente às recepções, mediações e atribuições de significados por parte dos sujeitos - alvo dessas intervenções: alunos e professores.

Sob o prisma da difusão do cinema educativo em São Paulo, outros documentos permitiram noções a respeito de suas injunções com a população escolar nos anos 1930⁴⁴. Por seu intermédio, ficamos sabendo que a Comissão nomeada por

40. Conferindo explicações que acompanham lista de filmes da série escolar do INCE no seu primeiro ano e meio de atividades, ainda encontramos: “Dia da Bandeira - solenidade na Capital da República sob o patrocínio da Liga de Defesa Nacional”, “Juramento à Bandeira - desfile do Batalhão da Guarda em continência ao Presidente da República”, “Dia do Marinheiro - lançamento da pedra fundamental da estátua do Almirante Tamandaré”, etc... Idem, pp.20/23.

41. Por exemplo; Peixes do Rio de Janeiro, Victória Régia, Papagaio, Jogos e danças regionais, O céu do Brasil, etc... idem, ibidem.

42. O parafuso, Alavancas, Hidrostática, Propriedades Gerais da matéria. O telégrafo, etc.

43. ROQUETE PINTO, op.cit, p.26.

44. Trata-se de relatório enviado à Diretoria de Ensino de São Paulo em 1938 pelo Prof. Luiz de Mello, encarregado do Serviço de Cinema Educativo desde a passagem de Fernando de Azevedo pela referida Diretoria, quando dissolveu-se a Comissão nomeada por Lourenço Filho. Seu relato vem acompanhado de impressões sobre o cinema educativo por parte de diretores de grupos escolares e por dois conjuntos de trabalhos de alunos (1936 e 1937), realizados em sala de aula após a exibição de filmes, CPDOC, GC 38.00.00/1.

Lourenço Filho para organizar o plano sobre a aplicação do cinema na escola encarou o assunto não só pelos ângulos pedagógico e educacional, como pelo lado econômico, autorizando e incentivando a compra de projetores pelos próprios estabelecimentos escolares a partir de festivais beneficentes patrocinados pelas Associações de Pais e Mestres. Orientação que deve ter despertado razoável envolvimento nas comunidades, a julgar pelo número de instituições de ensino com seus respectivos aparelhos cinematográficos em 1938: 82 em todo Estado.

Ainda consta que, para comprar os projetores, foram realizados acordos com a Kodak, do Rio de Janeiro, e com a Casa Stolze S/A, de São Paulo, no sentido de financiamento em 10 prestações. Mais importante: para auxiliar no pagamento dos equipamentos foram instituídas “sessões recreativas de cinema”, que “tem sido utilizadas mesmo depois de se completar o pagamento dos referidos aparelhos. E assim muitos grupos escolares conseguiram estabelecer fundo para a Caixa Escolar, auxiliar as despesas com gabinete dentário, custear a sopa escolar e ir em socorro de outras instituições peri-escolares.”⁴⁵.

Estas informações permitem apreender os usos de “um dispositivo do regulamento estabelecido” e o que deve ter significado o advento do cinema escolar. Avaliando o volume de espectadores que afluíram às sessões recreativas de cinema, este registro leva a pensar nas possibilidades de acesso ao mundo das imagens em movimento que o “cinema educativo” desencadeou entre setores da população para quem tais visões eram, até então, impensáveis.

Em outra passagem deste relato, encontramos que a Diretoria de Ensino dispunha de acessórios para o conserto de filmes, filmagens, confecção de letreiros, desenhos e revisões, câmaras de filmes, além de “gerador elétrico automático destinado a mover os aparelhos projetores em localidades onde não haja força elétrica.” Mais uma vez, em função do cinema educativo, colocaram-se em circulação nos espaços escolares equipamentos que potencializaram o reaproveitamento de filmes abandonados pelos circuitos de mercado, o conhecimento e manejo destes maquinismos, sem contar na possibilidade da chegada destes recursos a regiões inacessíveis mesmo para a luz elétrica.

Para promover e sustentar o cinema educativo, destinado aos modernos métodos de ensino e portador de todo um sentido pedagógico voltado para regeneração de costumes, correção da língua e nacionalização de cidadãos trabalhadores, foram desencadeados procedimentos que disseminaram a linguagem cinematográfica, atingindo um público provavelmente até então à margem do cinema comercial. Os

45. Luiz de Mello, relatório à Diretoria de Ensino de São Paulo, 1938, CPDOC, GC 38.00.00/1 p 9

documentos sobre a expansão do cinema educativo em São Paulo colocaram-nos diante da impossibilidade de desprezar estas dimensões: paralelamente ao seu papel instrutivo/educativo, tornou viável a camadas da população rural e urbana o contato com os novos meios de comunicação e com o inusitado prazer das imagens filmicas. Nesse sentido, comentando a receptividade das crianças ao cinema educativo, o diretor do 2º Grupo Escolar de Santo André referiu-se que “além de se deliciarem com a fita, apreciam as explicações”⁴⁶.

Ainda cabe pensar que, concomitante a aquisição e produção de filmes educativos - o que tomou impulso na gestão do prof. Luiz Motta Mercier na Diretoria de Ensino, quando foi incluída no orçamento da Secretaria de Educação uma verba de 15.000\$000 para compra de filmes e criação de uma Filмотeca -, devem ter sido distribuídos filmes de ficção e desenho animado para os programas das sessões recreativas. Esta perspectiva se delineia porque, nos lotes de filmes que localizamos em escolas paulistanas, encontramos dois de Mickey Mouse, com selo do INCE.

E, graças a informes nestes documentos, podemos ter idéia da proporção em que estes filmes foram assistidos. Na gestão de Almeida Junior na Diretoria de Ensino (1936/37) tem-se registro de que 140 aulas modelos com cinema educativo foram dadas nas 3ª e 4ª séries, para “mais de 570 sessões recreativas nos grupos escolares do estado”. Com esta média de 1 para 4, aprende-se que as sessões recreativas instalaram-se no cume do projeto do cinema educativo, transbordando o lugar que lhe fora atribuído inicialmente. O cinema educativo continuava à frente, como meta, mas as sessões recreativas, de posição acessória, tomaram a dianteira, levando a linguagem cinematográfica para as escolas. Talvez por isso mesmo, o relativo sucesso” na utilização do cinema como elemento auxiliar da instrução e da educação dos escolares”, frente ao pouco alcançado pelo teatro e o rádio, conforme referências do Prof. Luiz de Mello, ao iniciar seu relato.

Por seu intermédio, também ficamos sabendo que no período de Almeida Junior “o cinema continuou tendo se expandido e novos rumos foram dados”, com a compra de mais de 10 filmes nos Estados Unidos e a elaboração de 8 pela Diretoria de Ensino.

Tratando da Escola Mixta Rural do Sítio da Saudade, do Grupo Escolar Rural da Fazenda Dumont, do Grupo Escolar Rural de Batataes, da celebração de 7 de setembro no Grupo Escolar de Guanulhos e de aspectos da vida escolar de outros grupos - na perspectiva da comunidade que se filma e que se dá a ver -, estes informes permitem ampliar nossa compreensão sobre usos e sentidos que professores e alunos atribuíram aos equipamentos e recursos alocados nas escolas paulistas em

46. Francisco Ramos, diretor. *Idem*, p.8.

função do cinema educativo. Nesta direção, ainda ficaram os lotes de filmes que localizamos na Escola Normal da Praça e na Escola Profissional Feminina do Brás - marcados por cenas de festas e comemorações civico-religiosas ou de atividades promovidas no cotidiano escolar, como Concurso de Robustez Infantil e aulas práticas de puericultura -, assim como sugestões feitas no Anuário de Ensino de 1936/37.

“Poder-se-ia ensaiar a filmagem de cenas da História Pátria aproveitando-se o concurso de alunos de nossos grupos escolares. Não se encontram presentemente tais filmes no mercado e embora a representação fosse imperfeita, não deixariam, os filmes, de ser grandemente interessantes, de muito valor educativo.”⁴⁷

Com estes relacionamentos que a comunidade escolar paulista experimentou com o cinema educativo, reavaliamos e redimensionamos os objetivos e as perguntas com que iniciamos estes estudos. Para tanto, foram fundamentais as leituras de textos de Raymond Williams, Roger Chartier, Natalie Zemon Davis, que levantam questões quanto ao papel do sujeito receptor, o processo de produção da cultura, a constituição dos modos de ser dos agentes sociais.

Nessa perspectiva, as relações entre a formulação de textos/imagens e os exercícios de poder na sociedade; as mediações entre estes meios de comunicação e os sujeitos receptores; as conseqüências de estudos pautados sob a ótica passiva ou ativa da recepção, ganharam espaço em nossas preocupações. Das perguntas que ficaram, tornou-se perceptível a necessidade de aprofundarmos e avançarmos nos temas da educação e das formas de comunicação para darmos conta das estratégias de produção de seus instrumentos e das artimanhas da recepção.

Pensar os discursos e recursos educacionais como espaços para a produção de significações mediadas pelas experiências de sujeitos receptores, que nesse processo modificam o que foi dado a ler/ver/fazer, constitui outra maneira com que entramos em contato com o processo educacional. Em alguns momentos estas preocupações já haviam permeado nossos estudos, mas as injunções apreendidas neste projeto reforçaram dimensões de análise da educação desde o ponto de vista de alunos e professores, recorte que precisa ser explicitada em pesquisas educacionais.

47. Professor Luiz de Mello - relatório à Diretoria de Ensino, 1938, *op.cit.*, p.10.

RESENHAS

CULTURA E CIDADE EM AS CIDADES INVISÍVEIS

Eliana Ordunha Coelho*

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

O livro *As Cidades Invisíveis* de Ítalo Calvino, lançado no Brasil pela Companhia das Letras, nos leva a um belíssimo exercício de reflexão sobre as cidades, ao nos colocar diante não apenas de seus aspectos físicos, mas também ao estabelecer relações com diferentes realidades que as cercam. Assim vislumbramos as cidades reais e as cidades imaginárias de Calvino, invisíveis, transparentes, ideais ou não, construídas lentamente pelo cotidiano de cada um de seus habitantes, e que compõem, também, a trama de nossas próprias histórias.

Que cidades são essas? Quais as imagens que elas nos invocam que dêem conta de seus usos, hábitos, crenças, aspirações? Estarão representadas em suas ruas, suas praças? Formas de ver e sentir a cidade. Projeção dos imaginários sociais no espaço...

Jorge Luiz Borges, em *O Fazedor*, dizia:

Um homem se propõe a tarefa de esboçar o mundo. Ao longo dos anos povoa um espaço com imagens de províncias, de reinos, de montanhas, de baías, de navas, de ilhas, de peixes, de habitações, de instrumentos, de astros, de cavalos e de pessoas. Pouco antes de morrer, descobre que esse paciente labirinto de linhas traça a imagem de seu rosto.

Da mesma forma Calvino esboça um mundo, revelando as nossas próprias feições, concentrando em um único símbolo, como ele mesmo dizia, nossas reflexões, experiências, conjecturas. São imagens que o homem não vê e que, sem perceber, vão sendo construídas em sua imaginação.

Em *As Cidades Invisíveis*, o famoso viajante veneziano Marco Polo descreve para o imperador Kublai Khan, conquistador mongol a quem servia, as incontáveis cidades de seu imenso império. Para cada uma de suas cidades - sempre femininas:

* Mestranda em História. PUC-SP

Isaura, Anastácia, Tamara, Dorotéia, Berenice... - uma abordagem, uma simbologia. Fascinantes e estranhas cidades...

Por não falar a língua do imperador, Marco Polo se exprimia de formas diversas, através de gestos, gritos, latidos, representações, enfim; ou com a ajuda de objetos que ia tirando dos alforjes e dispondo diante de si como peças de xadrez - plumas de aves, zarabatanas, caixinhas,... - iniciando um curioso jogo entre utopia e realidade. E assim o Grande Khan ia interpretando seus símbolos, construindo imagens, sonhando.

Essa comunicação, no entanto, podia gerar entendimentos diversos, da mesma maneira como nós entendemos as cidades de maneiras diversas. E diferentes são as leituras que se podem fazer da obra. A intertextualidade, como um diálogo entre o texto e sua fonte, nos faz vibrar acentuando a possibilidade de múltiplas leituras.

Marco Polo narra fatos reais, descreve lugares, modos de vida, sensações, imprimindo sua visão de cidade e de mundo, colocando-se através da tipologia de suas narrativas. Kublai Khan se contrapõe a essa realidade construída, com o sonho, que em sua onipotência recua e avança suas cidades por onde quiser, vislumbrando em sua mente novas conexões e imprimindo-lhes novas características. Estamos falando de cidades reais e cidades imaginárias. Que cidades são essas? Onde elas estão?

No simpósio "Sete Perguntas a Walter Benjamin", promovido em 1990 pelo Instituto Goethe de São Paulo, uma das questões abordadas foi sobre a cidade: É a cidade que habita os homens ou são eles que moram nela? A partir daí talvez possamos começar a descobrir que cidades são essas. Sérgio Paulo Rouanet, respondendo a essa questão, colocou que

os homens não habitam a cidade na medida em que ela é uma cidade de sonho e, enquanto tal, ela está sujeita aos dinamismos do inconsciente e ali ela reside. É nos homens que a cidade mora porque é parte de sua vida de sonho.

Mas o sonho pode ser interpretado, transformando em práxis sua dimensão utópica e não recusando-o em nome da realidade.

Despertar as cidades dos sonhos não parece ser a intenção de Calvino. Ele cria, sim, cidades de sonho que "habitam" as cidades reais, construindo através do fantástico, representações delicadas da sociedade moderna. "As cidades, como os sonhos, são construídas por desejos e medos", dizia Marco Polo ao imperador. E assim são, construídas com materiais diáfanos e voláteis - a memória e o desejo - invisíveis. São cidades da memória, cidades dos símbolos, cidades dos desejos, que residem em cada um de nós.

Da mesma forma que Kublai Khan construía essas cidades em sua imaginação, elas também estão presentes em nossa construção da realidade no contexto urbano, e se manifestam das mais variadas formas, seja na memória do que foi a cidade, na realidade dos espaços que percorremos em busca da realização dos nossos desejos no simples olhar de quem caminha pelas ruas buscando símbolos com os quais se identifique.

Marco Polo possui um delicado olhar, capaz de metamorfosear cidades estrangeiras em paisagens, transformando-as em poesia. Nomes, luzes, ruídos, construções, ruas, pessoas fazem estas estranhas e lindas cidades se revelarem. E assim como o olhar do navegante veneziano é livre, o de Kublai Khan também não está comprometido com a história da produção dessas cidades, é um olhar sem medo, sedutor, como o do *flâneur* pelas ruas e becos de Paris, na obra de Benjamin. Ao contrário é sob nosso olhar de habitante-usuário da urbe que sofremos as influências dos processos de transformação pelos quais as cidades passam, e que deixam marcas profundas no cotidiano das pessoas. Talvez, por isso, um leitor desavisado, tenha dificuldade em encontrar as suas cidades invisíveis. Ou não!...

Num primeiro momento talvez seja difícil fazer uma leitura descomprometida do significado das cidades, pois percebemos que elas estão atreladas aos usos que fazemos dos espaços, sendo ao mesmo tempo atores e espectadores das ações, tendo como pano de fundo o grande cenário. E assim, ao caminhar pelas ruas, praças, avenidas, somos bombardeados continuamente com estímulos que poderão gerar, ou não, usos articuladores dessa linguagem ambiental, e que, por sua vez acabarão por interferir, ou não, outra vez sobre o contexto. É um processo dinâmico que dá outra dimensão à história do espaço urbano, assim como ao processo de construção das imagens do cotidiano. Torna-se necessário, então, compreender as questões que as cidades colocam, pois são os espaços onde a história se dá, e esse sentido implica percepção não apenas do passado como passado, mas do passado enraizado no presente.

Dessa forma, vamos ver que não interessa saber como nós, cidadãos, recebemos essa linguagem contextual urbana, mas analisar o que ocorre com essa linguagem quando, saindo dos domínios da produção, adentra o mundo da recepção, e os espaços se transformam, tomando-se espaços dos desejos, das memórias, dos símbolos, dos sonhos.

Talvez seja este o processo de construção das nossas cidades invisíveis que Calvino tão bem soube erigir. Cidades que guardam dentro de si outras cidades, de origens diversas e cuja paisagem, como nos descreve Marco Polo, traz as marcas dessas diferenças, que não se manifestam apenas nos seus espaços físicos. Nelas as

peças vivem de modos variados, recriando e reinventando cidades singulares, às vezes superpostas, às vezes conflitantes. Como Kublai Khan.

É interessante acrescentar, após todas essas considerações, que também tipograficamente, o livro tem dois aspectos diferentes: apresenta em itálico a aspiração e a discussão sobre a utopia inalcançável e em redondo, o retrato da realidade imaginada e vivida. Pode-se dizer que utopia e realidade nunca se tocam, embora convivam dramaticamente tanto através da desesperada visão que o imperador tem do mundo quanto através das narrações que Marco Polo lhe faz sobre a possível salvação do mesmo.

Em seu trecho final, Kublai Khan pergunta a Marco Polo se ele, que era capaz de interpretar símbolos, saberia dizer “na direção de qual desses futuros nos empurraram os ventos propícios”. Ante a resposta duvidosa, ele conclui que “tudo é inútil, se o último porto só pode ser a cidade infernal, que está lá no fundo e que nos suga num vórtice cada vez mais estreito”. Ao que Marco Polo responde:

O inferno dos vivos não é algo que será, se existe, é aquele que já está aqui, o inferno no qual vivemos todos os dias, que formamos estando juntos. Existem duas maneiras de não sofrer. A primeira é fácil para a maioria das pessoas: aceitar o inferno e tornar-se parte deste até o ponto de deixar de percebê-lo. A segunda é arriscada e exige atenção e aprendizagem contínuas: tentar saber reconhecer quem e o que, no meio do inferno não é inferno, e preservá-lo, e abrir espaço.

É a “concretização” das nossas cidades invisíveis.

O COTIDIANO E O EXTRAORDINÁRIO EM A MORTE É UMA FESTA

Raimundo Donato de Prado Ribeiro*

REIS, João José. *A Morte é uma Festa. Ritos Fúnebres e Revolta Popular no Brasil do Século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

João José Reis, doutor em História pela Universidade de Minnesota (EUA) e Professor do Departamento de História da Universidade da Bahia, tem se dedicado a estudos relacionados ao universo cultural afro-brasileiro, presente em: *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês; Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil* (organizador) e *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista* (co-autor).

Em *A Morte é uma festa*, Reis transita também por este Universo, mas diferencia-se quanto ao tema abordado - não mais correlato à escravidão - inaugurando, nas palavras da historiadora Laura de Mello e Souza, o estudo das atitudes diante da morte na nossa historiografia.

A obra de Reis tem como referência a destruição do Cemitério do Campo Santo em 1836, que foi construído para abrigar os mortos que até então eram enterrados em igrejas situadas no espaço urbano de Salvador, por uma multidão pluriclassista e multirracial, que via no cemitério recém construído a perda de uma dada ordem e o temor de novos tempos que se avizinhavam, trazendo questionamento a algumas práticas do cotidiano da cidade de Salvador.

Irmandades, associações corporativistas de caráter religioso, no interior das quais se teciam solidariedades fundadas na hierarquia social,

festas e procissões religiosas eram a maneira mais comum de celebração da vida entre os antigos baianos. Por trás da produção desses eventos estavam as irmandades, que se contavam as centenas. Esse catolicismo lúdico, espetacular, esse catolicismo barroco, seria também principal veículo de celebração da morte. E também aqui o papel das Irmandades

* Professor da UNIMEP e mestrando em História, PUC-SP.

foi enorme, uma vez que um de seus principais objetivos era um funeral digno a seus associados. (p.70)

Ao conceber as produções fúnebres como produções lúdicas, as Irmandades atraíram para si, as críticas do "discurso médico", que buscava redefinir não só o espaço da religião na vida dos habitantes da cidade, como também, fundamentados na higienização, alterar as relações no cotidiano dos "vivos" e dos "mortos". Desta forma, trazia a emergência de uma nova concepção do que seria a "Boa Morte", que naqueles tempos era compreendida como a que não causava surpresas, mas que possibilitava o indivíduo morrer com um plano - Testamento - que norteava a ação dos que ficavam em torno de seus desejos, não só no que concerne aos bens, mas principalmente aos ritos fúnebres desejados, os quais estariam a cargo das Irmandades a que pertenciam os mortos e/ou a família e amigos destes.

E nestes termos, Reis apresenta uma arqueologia bastante documentada não só do funcionamento das Irmandades (constituídas dos vários setores da população de Salvador), mas também, das ritualizações fúnebres que transformavam a morte em um verdadeiro espetáculo. Os relatos apontam as diferenças sociais no cortejo fúnebre, mas independente da condição social do morto, o que se buscava era assegurar um enterro com muita pompa, no caso dos pobres e escravos: "viver mal, mas morrer bem", garantindo uma boa passagem para o "outro lado" e a retomada pelos vivos do desequilíbrio do cotidiano, restaurando a ruptura que a morte causava neste.

... o espetáculo fúnebre realmente distraia o participante da dor, ao mesmo tempo que chamava o espectador a participar da dor. Reunidos solidários para despachar o morto, os vivos, afirmando a continuidade da vida (p.138).

Para o autor, a destruição do Cemitério do Campo Santo, foi a expressão encontrada por parte da população refratária à medicalização da morte. Foi ainda a resistência a um discurso de um dado grupo que se considerava dotado de um papel civilizador dos costumes da época. O "saber médico" preocupado com uma sociedade asséptica, através de normas-termos-práticas, buscava ingerir-se no mundo dos vivos e dos mortos. Vendo o espaço sagrado do morto: o lugar da sepultura, o vetor de contaminação do ar através dos miasmas, propunha uma organização civilizada do espaço urbano que proporcionasse uma higienização da morte, transferindo os mortos do meio dos vivos, destinando-se a cemitérios extra-muros.

Para Reis, através da medicalização, buscava-se reeducar também os sentidos, como o olfato e a audição. O cheiro sinalizava a presença dos miasmas na atmosfera.

perigo a ser evitado e combatido; e o silêncio, como forma de contrapor aos funerais noturnos e ruidosos, com os dobres dos sinos e as emoções externadas.

Dessacralizando a morte, os médicos lutavam pelo status de civilizadores dos costumes, portanto, reivindicavam para si os cadáveres (ou a morte) enquanto objeto médico.

A despeito das resistências em amplos setores da sociedade, a medicalização da morte vai ganhando adeptos, inclusive junto ao clero. Uma discussão que não era recente já era mencionada por volta do século XVIII e na edição de uma série de leis que buscava regulamentar os sepultamentos.

A decisão da Assembléia Legislativa Provincial em 1835, refletindo a pressão dos cemiteristas e tendo em vista a inércia e resistência das Irmandades em construir cemitérios extramuros, concede e garante o monopólio a um grupo privado, a tarefa de construir e explorá-lo comercialmente.

Detalhando exaustivamente os debates e embates que se dão em torno das mudanças chamadas pelos higienistas, Reis esmiúça a proposta dos empresários do cemitério, as discussões na Assembléia Legislativa Provincial até a aprovação da mesma, com participação relevante por parte da Igreja. Estado e Igreja participaram de forma efetiva na elaboração, regulamentação e legislação da Lei Provincial. Mas constatar esta parceria, não significa, pela parte de Reis, considerá-la feita de forma monolítica na defesa da Lei Provincial, muito pelo contrário, desanuvia um campo de conflitos, onde identifica resistências no interior em ambas as partes desta parceria, seja em relação ao Cemitério, seja pelas condições em que foi feita sua concessão.

Vozes opostas ao cemitério do Campo Santo são refletidas em manifestos públicos, como os das Irmandades e o de caráter mais amplo - que embora trazendo os argumentos presentes nos manifestos das Irmandades, apresentava um caráter mais abrangente, por trazer uma série de petiçãoários de vários setores da população nem sempre ligados às Irmandades - o manifesto da Cemiterada divulgado em 19.10.1836.

Reis, ao levantar a condição social dos petiçãoários e os relatos que descreviam os participantes da "Cemiterada", revela que "o levante não foi levado a cabo apenas pelos destituídos. Além de envolver homens e mulheres, ele foi pluriclassista e multirracial. Dele participaram do visconde ao escravo, todos na defesa de uma visão tradicional da morte" (p. 330).

Descartando uma visão conspiratória da "Cemiterada", de que grupos movidos por interesse econômico estavam manipulando tal acontecimento, em que a cultura

religiosa secular foi mero verniz ideológico marcando as "verdadeiras intenções" desta rebelião,

as petições das irmandades colocavam o problema de outra maneira: o declínio material das confrarias, seguiria do declínio religioso. Economia ritual e material eram duas faces da mesma moeda (p.330).

Após o levante, seguiu-se uma devassa que não chegou a acusar ninguém. O Campo Santo foi incorporado pelo Poder Público e, em seguida, repassado para a Irmandade de Misericórdia em condições desfavoráveis.

No entanto, em 1855 - vinte anos após o levante - uma epidemia de cólera provocou o abandono de valores até então considerados sagrados e a ocupação mais efetiva do Campo Santo, o que leis e autoridades não haviam conseguido.

Mesmo enfrentando a escassez no Brasil de uma historiografia sobre ritos funerários, Reis apresenta um trabalho que vem somar e muito, na nossa produção ligada à História e Cultura. Traz questões quanto ao uso de conceitos como progresso ou evolução e apresenta os discursos culturais advindos das atitudes diante da morte como possibilidade de lê-los enquanto amálgamas de temporalidades distintas.

LINGUAGEM LITERÁRIA E HISTÓRIA EM O CAMPO E A CIDADE: NA HISTÓRIA E NA LITERATURA

Carlos Alberto Alves de Souza*

Williams, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

O inglês Raymond Williams, historiador da "cultura", participando de intensos debates no interior da Universidade de Cambridge, a partir de 1939, teve a oportunidade de aprofundar o seu relacionamento com o marxismo, produzindo, já como professor daquela instituição, escritos sobre Literatura. Realizou uma releitura da obra de Marx, estudando conceitos como "cultura", "estrutura", "hegemonia", "civilização", "ideologia" e "tradição", levantando questionamentos importantes. Em sua obra *Marxismo e Literatura*, nos diz que

quando percebemos de súbito que os conceitos mais básicos - os conceitos, como se diz, dos quais partimos - não são conceitos, mas problemas, e não problemas analíticos, mas movimentos históricos ainda não definidos, não há sentido em se dar ouvidos aos seus apelos ou seus entchoques ressonantes. Resta-nos apenas, se o pudermos, recuperar a substância de que suas formas foram separadas (Williams, 1979, p.17).

É sob a égide de um pensamento diferente a respeito do conceito de "cultura" em relação, por exemplo, aos "marxismos" reducionistas, historizado e desenvolvido por Raymond Williams, que se contextualiza a sua obra *O Campo e a Cidade*, de 439 páginas, publicada no Brasil em 1989 pela Companhia das Letras, examinando os "modos de vidas" rural e urbano, utilizando a literatura inglesa, do século XVI ao XX, como fonte histórica para a sua produção. São 25 capítulos que apresentam as mudanças ocorridas na sociedade inglesa, no campo e na cidade, com análises das transformações essenciais de mentalidades e comportamentos na Inglaterra nos últimos séculos.

* Professor da Universidade Federal do Acre, doutorando do Programa de História, PUC-SP.

Raymond Williams procura caracterizar que as culturas do campo e da cidade têm grande representatividade na vida das comunidades humanas. São realizações humanas, com seus contrastes fundamentais, muitas vezes reduzidas a comparações discutíveis, como por exemplo, a de considerar o campo associado a uma forma natural de vida - de paz, de inocência e virtudes simples, como lugar de atraso, ignorância e limitação. A de associar a cidade à idéia de centro de realizações - de saber, comunicação, luz, como lugar de barulho, mundanidade e ambição. Mero equívoco. Para Williams, a realidade histórica mostra que a forma de vida campestre engloba as mais diversas práticas e a cidade aparece sob diversas formas.

Para Raymond Williams, "a vida do campo e da cidade é móvel e presente; move-se ao longo do tempo, através da história de uma família e um povo; move-se em sentimentos e idéias, através de uma rede de relacionamentos e decisões" (Williams, 1989; p.19). Estudar essas vidas, essas culturas, concretamente, é para cada autor um problema de perspectiva. A sua perspectiva é de analisar o campo e a cidade a partir de experiências e sensibilidades vividas, por intermédio de fontes literárias, produzidas por autores que deram ao campo e à cidade significados diferentes, em épocas diferentes, fazendo fluir valores bem diferenciados. Com isto, emerge uma discussão a respeito da simbologia das poesias "bucólicas" e "não-bucólicas", de diferentes poetas ingleses e suas referências ao campo e à cidade, em pleno desenrolar das transformações causadas pela Revolução Industrial. A problemática de Williams, a todo momento, é mostrar as transformações ocorridas na Inglaterra, antes e durante a Revolução Industrial, identificando a formação social de uma população inglesa bem nos primórdios da formação do capitalismo naquele país.

As transformações ocorridas no campo e na cidade, na Inglaterra, vistas por Raymond Williams, são acompanhadas também por mudanças no interior da literatura inglesa: poemas que tratam sobre o refúgio no campo; poemas sobre mansões senhoriais; literatura como objeto de pregação moral e ligada à ética do melhoramento. O romance, no século XVI, por exemplo, foi a forma mais criativa da época. A literatura vai assumindo características bem diferentes em sua maneira de "ver" o campo e a cidade, do século XVI ao XX, estimulada pelas mudanças que se apresentavam no social, na cultura rural e na cultura urbana inglesas, onde, por exemplo, o processo de expropriação camponesa, causada pelo capitalismo agrário, em desenvolvimento na Inglaterra, é bastante forte. O processo de cercamento é visto como um processo que tinha raízes desde o século XIII, e atingiria um primeiro climax nos séculos XV e XVI. Para Williams,

o que aconteceu foi menos o cercamento em si - um simples método - do que o esabelecimento mais palpável de todo um sistema que vinha se desenvolvendo havia muito, que já assumira várias formas e ainda viria a assumir outras tantas. Os quilômetros e quilômetros de cercas e muros, os novos direitos expressos no papel, representavam a declaração formal do novo poder constituído. O sistema econômico de proprietário, arrendatário e trabalhador, que ganhava terrenos deste o século XVI, agora estava explicitamente no poder (Williams, 1989, p.151).

Não menos importante, na obra *O Campo e a Cidade*, é a abordagem da literatura a respeito da modificação radical ocorrida na paisagem, onde fica claro o rápido processo de expansão e transformação das cidades, fluindo as formas de relacionamento entre as pessoas na cultura urbana e suas experiências vividas no interior, por exemplo, de uma Londres, que é vista pelo escritor Hardy, em 1887, como uma cidade "incapaz de se ver", com o processo em andamento de desagregação social, motivado pela Revolução Industrial, onde é pressentida a ausência de sentimento comum. Ninguém é consciente de coletividade. Para Engels e Marx, em suas observações, em 1844, na Inglaterra revelava-se uma consciência proletária coletiva, que transformaria a sociedade a partir de suas bases na indústria e nas cidades. Entre Engels/Marx e Hardy, a diferença era de perspectivas, na análise da cultura urbana inglesa do século XIX.

Como discussão final, Williams faz uma análise a respeito da evolução do conceito de "Metrópole" e sua relação com as sociedades agrícolas ou "subindustrializadas". As sociedades "metropolitanas" são vistas no contexto de seu desenvolvimento histórico, do século XX, como Estados "avançados" e "desenvolvidos", industrializados e como centros de poder econômico, político e cultural, que operam mundialmente via exploração econômica e controle político, extraindo alimentos e matérias-primas das áreas "subindustrializadas". O exemplo pode, como sugere o próprio autor, voltar-se para a Inglaterra, que no século XIX, estas funções se davam no interior de seu território, para em pouco tempo arvorar-se a alcançar outras regiões do planeta, proletarizando uma imensa camada de camponeses nas terras mais distantes. Orwell, que vira pessoalmente alguns desses proletários, escreveu em 1939:

O que nunca levamos em conta é o fato de que a maioria esmagadora do proletariado britânico não vive na Grã-Bretanha, e sim na Ásia e na África (Williams, 1989, pp.378-9).

Para escrever *O Campo e a Cidade*, Williams utilizou como fonte a literatura inglesa e que talvez, segundo ele próprio, seja a mais rica em termos de gama de temas referentes ao campo e à cidade, de uma Inglaterra que atravessou um processo

de desenvolvimento histórico - primeiro numa economia e numa sociedade rural, depois num contexto urbano - muito cedo e de modo muito complexo, onde não fica descartada a possibilidade desse processo ser estudado com maior profundidade em estudos mais comparativos, em cada uma de suas fases históricas.